



# **EXTENSÃO**

## **UNIVERSITÁRIA DA FURG:**

**A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS  
A PARTIR DA PRÁTICA  
EXTENSIONISTA**

**Organizadores:**

Daniel Porciuncula Prado  
Carla Amorim Neves Gonçalves  
Beatriz Spotorno Domingues

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
DA FURG:  
a produção de conhecimentos  
a partir da prática extensionista**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE  
FURG

Reitora  
CLEUZA MARIA SOBRAL DIAS  
Vice-Reitor  
DANILO GIROLDI  
Chefe do Gabinete da Reitora  
JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA  
Pró-Reitor de Extensão e Cultura  
DANIEL PORCIUNCULA PRADO  
Pró-Reitor de Planejamento e Administração  
MOZART TAVARES MARTINS FILHO  
Pró-Reitor de Infraestrutura  
MARCOS ANTONIO SATTE DE AMARANTE  
Pró-Reitor de Graduação  
RENATO DURO DIAS  
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis  
DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO  
Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de  
Pessoas  
ALINE RODRIGUES DE AVILA  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
EDUARDO RESENDE SECCHI

#### EDITORA DA FURG

Coordenadora  
CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

#### COMITÊ EDITORIAL

Presidente  
DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares  
ANDERSON ORESTES CAVALCANTE  
LOBATO  
ANDRE ANDRADE LONGARAY  
ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA  
CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES  
CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA  
EDUARDO RESENDE SECCHI  
ELIANA BADIALE FURLONG  
GIONARA TAUCHEN  
LUIZ EDUARDO MAIA NERY  
MARCELO GONÇALVES MONTES D'OCA  
MARCIA CARVALHO RODRIGUES  
RAÚL ANDRÉS MENDOZA SASSI

Editora da FURG  
Campus Carreiros  
CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil  
[editora@furg.br](mailto:editora@furg.br)

#### Comissão Organizadora da Diretoria de Extensão

Daniel Porciuncula Prado  
Carla Amorim Neves Gonçalves  
Beatriz Spotorno Domingues  
Otávio Pontes Correa  
Everson Zaykowski Amaral  
Igor Luan Olioni de Oliveira  
Milena Gonçalves Loureiro  
Victor Roberto Tsuruda da Cunha  
Amanda Cristina dos Santos Costa Alves  
Cátia Simone Alves da Silva  
Mathias Pereira Cardozo de Aguiar

Integrante do PIDL



Daniel Porciuncula Prado  
Carla Amorim Neves Gonçalves  
Beatriz Spotorno Domingues  
Organizadores

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA  
DA FURG:  
a produção de conhecimentos  
a partir da prática extensionista**



Rio Grande  
2020



2020

Capa: Sabrina Souza de Souza  
Designer da capa: Anael Macedo  
Formatação e diagramação: João Balansin  
Gilmar Torchelsen  
Cinthia Pereira  
Revisão linguística e gramatical: Alexander Severo Córdoba

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Marcia Rodrigues, CRB 10/1411.

E96 Extensão universitária da FURG [recurso eletrônico]:  
a produção de conhecimentos a partir da prática  
extensionista / Daniel Porciuncula Prado, Carla Amorim  
Neves Gonçalves, Beatriz Spotorno Domingues,  
Organizadores. – Dados eletrônicos. – Rio Grande, RS:  
Ed. da FURG, 2020.

Modo de acesso: <<http://repositorio.furg.br>>  
Título extraído da folha de rosto.  
ISBN 978-65-5754-043-5 (eletrônico)

1. Extensão universitária. 2. Ensino superior – Rio Grande  
do Sul. 3. Universidade Federal do Rio Grande. I. Prado,  
Daniel Porciuncula. II. Gonçalves Carla Amorim Neves. III.  
Domingues, Beatriz Spotorno.  
CDU, 2ª ed.: 378.4

Índice para o catálogo sistemático:

1. Extensão universitária	378.4
2. Ensino superior – Rio Grande do Sul	378.4(816.5)
3. Universidade Federal do Rio Grande	378.4(816.5)FURG

As opiniões e informações expressas em cada um dos artigos são de inteira  
responsabilidade de seus respectivos autores.

## SUMÁRIO

<b>PREFACIANDO EXPERIÊNCIAS .....</b>	<b>10</b>
Daniel Porciuncula Prado	
<b>ARTIGO 1</b>	
<b>EXTENSÃO NO MUSEU: AS POTENCIALIDADES EDUCACIONAIS DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS, DO ENSINO SUPERIOR À ESCOLA BÁSICA .....</b>	<b>12</b>
Área temática: Cultura	
Amanda Cristina dos Santos Costa Alves; Cátia Simone Ramos da Silva; Carla Amorim Neves Gonçalves	
<b>ARTIGO 2</b>	
<b>PROMOVER COMUNICAÇÃO, CULTURA E AGROECOLOGIA NA UNIVERSIDADE ..</b>	<b>24</b>
Área temática: Cultura	
Fernanda Lopes Leonardi; Marina A Tauil Bernardo; Janaína Tauil Bernardo	
<b>ARTIGO 3</b>	
<b>DANÇAS POPULARES BRASILEIRAS 2015-2019: COMPARTILHANDO UMA TRAJETÓRIA .....</b>	<b>30</b>
Área temática: Cultura	
Priscila Fontes Gularte; Leila Cristiane P. Finoqueto	
<b>ARTIGO 4</b>	
<b>COLETIVO “ESCUTA NA RUA”: A CONSTRUÇÃO DE UM SETTING PSICANALÍTICO EM ESPAÇO PÚBLICO .....</b>	<b>39</b>
Área temática: Direitos Humanos e Justiça; Saúde	
Adriano Martins Alves; Roberta Rodrigues Silveira; Renata Santos Cravo; Daniela Delias; Fernando Hartmann	
<b>ARTIGO 5</b>	
<b>EDUCA(AÇÃO) HUMANIZADORA: PROGRAMA CENTRO DE REFERÊNCIA EM APOIO ÀS FAMÍLIAS .....</b>	<b>47</b>
Área temática: Direitos Humanos e Justiça	
Eliane Lima Piske; Angela Adriane Schmidt Bersch; Angela Torma Pietro; Gabriela de Biazzi Ávila Vieira; Maria Angela Mattar Yunes; Narjara Mendes Garcia; Simone de Biazzi Ávila Batista da Silveira	
<b>ARTIGO 6</b>	
<b>NÚCLEO DE ESTUDOS E AÇÕES INCLUSIVAS – NEAI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, PROMOVENDO UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA .....</b>	<b>55</b>
Área temática: Direitos Humanos e Justiça	
Juliana dos Santos Freitas; Rúbia Cristina da Silva Passos; Carla Imaraya Meyer de Felipe	
<b>ARTIGO 7</b>	
<b>DIALOGANDO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ....</b>	<b>64</b>
Área temática: Direitos Humanos e Justiça	
Paulla Hermann; Fernanda Fontes; Ana Carolina Fonseca; Simone Paludo	

<b>ARTIGO 8</b>	
<b>MULHERES, AGROECOLOGIA E SABERES POPULARES NA UNIVERSIDADE .....</b>	<b>71</b>
Área temática: Educação	
Graziela Rinaldi da Rosa; Aline Cristina Mello Til	
<b>ARTIGO 9</b>	
<b>CIRANDAR FURG: SETE ANOS DE HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE .....</b>	<b>80</b>
Área temática: Educação	
Rafaela EngersGünzel; Anahy Arrieche Fazio; Aline Machado Dorneles; Maria do Carmo Galiazzi;	
<b>ARTIGO 10</b>	
<b>QUANDO A PÓS-GRADUAÇÃO FAZ EXTENSÃO: EXPERIÊNCIA DO CURSO POPULAR DE ESTUDOS DOS PROCESSOS SELETIVOS PARA O ENSINO SUPERIOR .....</b>	<b>87</b>
Área temática: Educação	
Everton Fêrrêr de Oliveira; William Leonardo Gomez Lotero; Bernard Constantino Ribeiro; Tiago Lincka de Sousa; Roberta Soares da Rosa; Roberta Ávila Pereira; Camilla Helena Guimarães da Silva; Bilina Amaral Peres;Élida Rodrigues Nobre; Fernanda Caseira das Neves; Vilmar Alves Pereira	
<b>ARTIGO 11</b>	
<b>A UNIVERSIDADE AO ALCANCE DE TODOS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CLASSE TRABALHADORA .....</b>	<b>95</b>
Área temática: Educação	
Gicelda Mara Ferreira da Silva; Daiane Cristina Cruz Goulart; Sheila Mara Benites Rola; William Leonardo Gomez Lotero; Camilla Helena Guimarães da Silva; Everton Fêrrêr de Oliveira; Bernard Constantino Ribeiro; Vilmar Alves Pereira	
<b>ARTIGO 12</b>	
<b>LEVANDO A PALEONTOLOGIA PARA AS ESCOLAS DE RIO GRANDE, RS .....</b>	<b>103</b>
Área temática: Educação	
Isadora Vasques Luz; Débora Diniz; Paula Dentzien-Dias	
<b>ARTIGO 13</b>	
<b>VIDEOCURSO EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: ESPAÇOS POSSÍVEIS PARA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>112</b>
Área temática: Educação	
JoanaliraCorpes Magalhães; Paula Regina Costa Ribeiro; Juliana Lapa Rizza; Cristina Monteggia Varela	
<b>ARTIGO 14</b>	
<b>PROJETO ESCOLA PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO: EM FOCO AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS .....</b>	<b>122</b>
Área temática: Educação	
Juliana Lapa Rizza; Paula Regina Costa Ribeiro; JoanaliraCorpes Magalhães	
<b>ARTIGO 15</b>	
<b>MOSTRA CULTURAL SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO .....</b>	<b>132</b>
Área temática: Educação	
Ana Luiza Chaffe Costa; Paula Regina Costa Ribeiro; JoanaliraCorpes Magalhães; Juliana Lapa Rizza	

<b>ARTIGO 16</b>	
<b>FEIRA DE CIÊNCIAS: INTEGRANDO SABERES NO CORDÃO LITORÂNEO – CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA .....</b>	<b>141</b>
Área temática: Educação	
Priscila Coelho Gauterio; Rafele Rodrigues de Araujo	
<b>ARTIGO 17</b>	
<b>EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: ENTRE LUTAS E (RE)EXISTÊNCIAS NO CONTEXTO DO PAIETS .....</b>	<b>149</b>
Área temática: Educação	
Roberta Avila Pereira; Fernanda Caseira das Neves	
<b>ARTIGO 18</b>	
<b>AÇÕES DE EXTENSÃO DO LAPIL – LABORATÓRIO DE ALFABETIZAÇÃO E PRÁTICAS DE INCENTIVO À LEITURA .....</b>	<b>156</b>
Área temática: Educação	
Silvana Maria BelléZasso; Gabriela Medeiros Nogueira; Carmen Regina Gonçalves Ferreira; Paula Pires da Silva	
<b>ARTIGO 19</b>	
<b>EMPREGO DAS TECNOLOGIAS DE PROTOTIPAGEM NO DESENVOLVIMENTO DE EXPERIMENTOS DE FÍSICA E ASTRONOMIA .....</b>	<b>163</b>
Área temática: Educação	
Suzielli Martins Mendonça; Caroline Vanessa BaumanBerti; Bruno PeruchenaBrechane; Gutemberg Conrado; Aline Guerra Dytz; Matheus JatkoskeLazo; João Francisco Prolo Filho; Everaldo Arashiro	
<b>ARTIGO 20</b>	
<b>O ENSINO DO CORPO INTEGRADO: UM OLHAR SOBRE A EXPOSIÇÃO “UMA AVENTURA PELO CORPO HUMANO” .....</b>	<b>171</b>
Área temática: Educação	
Tainá dos Reis Garcia; Fabiana LoréaPaganini Stein; Fabiane Dionello Branco; JoanaliraCorpes Magalhães; Paula Regina Costa Ribeiro	
<b>ARTIGO 21</b>	
<b>AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ESCOLAS: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE OFICINAS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL – RS .....</b>	<b>177</b>
Área temática: Educação	
Thiago Rodrigues de Freitas; Natacha Pedroso Alves; Amanda Refosco Porto; Marcelito Cavalheiro; Chaiane Leal Agne	
<b>ARTIGO 22</b>	
<b>PRODUÇÃO DE MATERIAIS TÉCNICOS SOBRE QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS EM LINGUAGEM FACILITADA .....</b>	<b>186</b>
Área temática: Meio ambiente	
Alexandre Farias Terra; Thais AntoliniVeçozzi; Bianca Moreira Caetano; Leon Barreto Gonçalves Rosa; PatriciaTometich; Cristiane Simões Netto Costa; Tatiana Walter	

<b>ARTIGO 23</b>	
<b>EXCURSÕES DE UM LABORATÓRIO ITINERANTE: KITS ANALÍTICOS QUALITATIVOS PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUAS NATURAIS .....</b>	<b>197</b>
Área temática: Meio ambiente	
Edi Morales Pinheiro Junior; Maria da Graça Zepka Baumgarten; Tobias Sérvulo Rodrigues de Sousa	
<b>ARTIGO 24</b>	
<b>SEMENTES CRIOULAS: CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO VALE DO RIO PARDO .....</b>	<b>203</b>
Área temática: Meio ambiente	
Marina Augusta Tauil Bernardo; Adair Pozzebon	
<b>ARTIGO 25</b>	
<b>FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL .....</b>	<b>210</b>
Área temática: Meio ambiente	
Tatiana Walter; Eduardo Dias Forneck; Patricia Tometich; Tanize Dias; Caio Floriano dos Santos; Thaís Veçozzi; Leon Barreto Gonçalves Rosa; Fabiane Fagundes da Fonseca; Bianca Moreira Caetano; Marcia Borges Umpierre; Cristiane Simões Netto Costa; Roberta Pohren; Brenda Valim; Alexandre Farias Terra; Murilo Antonio Rodrigues Silva; Andriele Teixeira	
<b>ARTIGO 26</b>	
<b>A POTENCIALIDADE DA ESCRITA E DO JORNAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ACADÊMICOS SOB A PERSPECTIVA DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE O BEBÊ E A INFÂNCIA – NUPEBI .....</b>	<b>221</b>
Área temática: Saúde	
Alice Monte Negro de Paiva; Gabriela Rodrigues Ferreira; Alessandra Friedrich Kravczuk; Daniela Delias de Sousa	
<b>ARTIGO 27</b>	
<b>ANÁLISE DO PERFIL DOS IDOSOS DE UM PENSIONATO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA .....</b>	<b>230</b>
Área temática: Saúde	
Débora Spenassato; Fernando Rodrigues dos Santos	
<b>ARTIGO 28</b>	
<b>ESPAÇO DE EXPRESSÃO: CUIDADO, ARTE E SAÚDE .....</b>	<b>243</b>
Área temática: Saúde	
Roberta Rodrigues Silveira; Jackson Pereira Cardoso; Diônvera Coelho da Silva; Fernanda Camilotto Bortoluzzi, Rita de Cássia Maciazeki-Gomes	
<b>ARTIGO 29</b>	
<b>NÚCLEO DE CONSUMO RESPONSÁVEL: APRESENTANDO ALTERNATIVAS AO CONSUMO .....</b>	<b>254</b>
Área temática: Trabalho	
Inácio Puntel; Lucia Regina Nobre; Maria Angelica Machado Braga; Dóris Back Perius; Maria Cristina Chaves Pires; Maria Cristina Hentsch de Azevedo	

**ARTIGO 30**  
**INCENTIVO PARA A IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA JÚNIOR NO CURSO DE**  
**ADMINISTRAÇÃO (TAPES – RS) ..... 261**

Área temática: Trabalho

Carlos Alberto Frantz dos Santos; Juliane da Silva Carvalho; Pietra Pacheco dos Santos

**ARTIGO 31**  
**GRUPO DELÍCIAS SOLIDÁRIAS: UM PROCESSO DE INCUBAÇÃO ..... 270**

Área temática: Trabalho

Lucia Regina Nobre; Inácio Puntel dos Passos; Maria Cristina Hentsch de Azevedo;  
Maria Angélica Machado Braga; Dóris Back Perius; Maria Cristina Chaves Pires

## **PREFACIANDO EXPERIÊNCIAS ...**

Ao escrevermos e debatermos sobre a extensão universitária da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, estamos necessariamente pautando um dos pilares fundamentais que alicerça a história desta Universidade, uma universidade inserida em suas primeiras décadas de sua história junto ao ventre da cidade do Rio Grande, no extremo sul do Brasil, e mais recentemente, sua expansão para outras cidades com a implementação de campus em São Lourenço do Sul, Santa Vitória do Palmar e Santo Antônio da Patrulha.

Da mesma forma que em sua cidade-mãe, a expansão da experiência da FURG nos demais municípios levou à criação de laços sólidos e fraternos entre a Universidade Pública e a comunidade que a acolhe. A FURG, para além de centenas e centenas de profissionais formados a cada ano e que são voltados ao mundo do trabalho (bem como para além do desenvolvimento econômico fruto de sua matriz orçamentária), também gera, a partir do Ensino, Pesquisa e Extensão, enraizamentos afetivos, constituição de políticas públicas locais, arranjos produtivos, políticas culturais e de inovação, experiências de economia solidária e assessoramento político e técnico a diversos grupos.

Nos últimos anos, em que pese a conjuntura desfavorável para o desenvolvimento das universidades públicas brasileiras, a FURG e a extensão continuaram se desenvolvendo e seguindo as metas apontadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Pautados pela Política Nacional de Extensão e pela Política Extensionista de nossa Instituição, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEXC, junto de suas subunidades, o Comitê de Extensão da universidade e as Unidades Acadêmicas, continuamos nossas ações. Ações estas de forte impacto nas comunidades onde estamos inseridos.

A Extensão tem se constituído como um necessário espaço de formação dos nossos alunos, bem como uma potente trilha de convergências de aprendizado mútuo entre comunidade externa e a universidade. Somos, extensão universitária, oito áreas do conhecimento, conhecimento este construído por meio da dialogicidade com os atores sociais externos, ou seja, a Sociedade, da qual somos parte integrante e ativa. E neste vai-e-vem de experiências e saberes, a universidade e a comunidade se transformam, se oxigenam, avançam. Nestes espaços sociais, constroem-se dispositivos, tecnologias, “ferramentas” educativas, saberes compartilhados, e se desafia a lógica liberal do mercado, propondo-se outras formas de pensar e agir no mundo, por meio da solidariedade e do aprendizado mútuo. A lógica da competição deve ceder lugar à lógica da cooperação, que leva ao bem-estar da população. A defesa dos Direitos Humanos, das comunidades tradicionais, dos saberes populares, da economia e da cultura criativa, dos patrimônios materiais e imateriais, da saúde e da educação como um bem público, do Meio Ambiente, dentre tantas outras pautas, devem ser o centro da extensão universitária, e sensibilizar profundamente nossos alunos, técnicos e professores.

A Extensão Universitária brasileira é necessariamente o diálogo e a ação junto/com as comunidades externas, com a participação efetiva dos alunos

de nossos cursos de graduação e pós-graduação. A Extensão é um elemento constitutivo da formação dos alunos, mas também dos técnicos e docentes envolvidos com esta prática. Na extensão, rompemos os muros muitas vezes simbólicos que tendem a separar o mundo acadêmico da sociedade que a circunda, sendo um espaço de práticas de constante interação, onde todos aprendem com todos. As áreas extensionistas, a saber, Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho, representam a tentativa de reproduzir a complexidade da sociedade, e muitas das ações das áreas tornam-se, em não raras situações, em políticas públicas efetivas.

Diálogo, dinâmica, avanços, limites, comunidades, escolas, reflexão, avaliação, leituras acadêmicas e leituras de vida, “acertar” e “errar”, transformação, setor público, setor privado, terceiro setor, arte, cultura etc., palavras que acompanham o dia a dia da extensão de uma universidade que quer estar inserida nos anseios e expectativas da sociedade.

No presente livro, trazemos à público uma parte importante das experiências extensionistas desenvolvidas na FURG e em outras instituições de ensino superior, a partir do Encontro de Extensão Universitária realizado no ano de 2019, promovido pela PROEXC, por meio da Diretoria de Extensão (DIEX). Os 31 artigos que compõem este livro abarcam experiências que transitam por museus, agroecologia, violência sexual, ensino básico, gênero, atendimento psicológico às comunidades, feira de ciências, educação popular, alfabetização, práticas de leitura, pessoa com deficiência, mostra cultural, mundo do trabalho, física, astronomia, questões socioambientais, qualidade da água, empresas júnior, incubação no âmbito da economia solidária, dentre outras pautas. Ou seja, um mosaico de ações de projetos e programas de extensão que estão em curso nos últimos anos e que evidenciam uma produção de conhecimentos a partir da interação entre a Universidade e demais setores da sociedade.

Boa leitura a todas e todos, na certeza de que as experiências aqui apresentadas são referências de potência de ações extensionistas e que ajudarão a alicerçar novos projetos e programas para os anos vindouros em nossa Universidade.

Daniel Porciuncula Prado



## ARTIGO 1

### EXTENSÃO NO MUSEU: AS POTENCIALIDADES EDUCACIONAIS DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS, DO ENSINO SUPERIOR À ESCOLA BÁSICA

Área temática: Cultura

Amanda Cristina dos Santos Costa Alves<sup>\*</sup>; Cátia Simone Ramos da Silva<sup>\*\*</sup>;  
Carla Amorim Neves Gonçalves<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Acadêmica do curso de Arqueologia, ICHI, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>\*\*</sup> Acadêmica do curso de Pedagogia, IE, FURG.

<sup>\*\*\*</sup> Professora, coordenadora da ação de extensão, ICB, FURG.

## **EXTENSÃO NO MUSEU: AS POTENCIALIDADES EDUCACIONAIS DE UM MUSEU DE CIÊNCIAS, DO ENSINO SUPERIOR À ESCOLA BÁSICA**

Amanda Cristina dos Santos Costa Alves; Cátia Simone Ramos da Silva;  
Carla Amorim Neves Gonçalves

### **RESUMO**

O projeto de extensão Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG (MUVle), tem por objetivo a preservação dos equipamentos científicos, utilizados nas aulas práticas do ex-Departamento de Ciências Fisiológicas da FURG, que ao passar do tempo tornaram-se obsoletos. Durante uma década buscou-se ressignificar os objetos, pelo olhar educativo, tornando-os ferramentas patrimoniais e educativas, para a valorização destes bens culturais. Este artigo mostra o trabalho complementar ao ensino de Ciências, pela Educação Patrimonial dos Patrimônios de Ciência e Tecnologia, usando os equipamentos científicos do MUVle. Descrevemos as metodologias ativas de extensão, ensino e pesquisa utilizadas pelo projeto que culminaram com o próprio amadurecimento do projeto. Sugerimos uma reflexão sobre as trilhas extensionistas percorridas por um museu de ciências virtual e itinerante, que transformaram um projeto de salvaguarda de patrimônios de ciência e tecnologia, em uma proposta educacional, transversal e interdisciplinar, voltada à valorização do ensino científico na educação básica.

**Palavras-chave:** Museu Virtual; Ciências; Educação Patrimonial; Educação Básica.

### **INTRODUÇÃO**

Para a Política Nacional dos Museus 'os museus brasileiros estão em movimento', 'interessa compreendê-los em sua dinâmica social e interessa compreender o que se pode fazer com eles, apesar deles, contra eles e a partir deles no âmbito de uma política pública de cultura' (MinC, 2007). Considerando esta orientação, o Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas da FURG – MUVle foi pensado como um museu em movimento, museu itinerante que leva seus patrimônios, sua arte, ciência e aprendizagem lúdica aos espaços escolares e a outros espaços culturais e de educação não formal.

O conceito de museu segundo o Instituto Brasileiro de Museus expresso pela *Lei nº 11.904*, de 14 de janeiro de 2009, referente ao Estatuto de Museus diz que:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (IBRAM, 2009).

O uso do museu como espaço educativo se sobressai nas políticas de educação e muitos estudos têm registrado e corroborado este potencial.

O *Observatório da Educação, Museu Interativo e Educação em Ciências: relações construtivas* buscou avaliar a situação educacional de dois estados da região sul do Brasil, e fortemente apontou para a contribuição dos museus interativos para a melhoria da educação em Ciências (BORGES; LIMA; IMHOFF, 2009).

No contexto de trabalho de ensino, pesquisa e extensão do Museu – MUVle, o museu interativo é aquele que se permite trocar e tocar pelos seus visitantes, num processo de ação recíproca. Assim podemos promover a *interação* (processo de ação humana) mediada ou não pela *interatividade* (interatividade aqui como um processo de interação humana mediada por meio de ferramentas tecnológicas), seguindo a concepção Valle e Bohadana (2012). Para o MUVle mesmo que a interatividade possa estar expressa em sua página de internet, ou no uso de tecnologias computacionais e redes sociais, estas não substituem a interação entre os sujeitos partícipes do processo de ensino-aprendizagem. Processo que envolve uma estrutura pedagógica horizontalizada, na qual o sujeito *aprendente* é o *interagente*, o protagonista de seu processo de aprendizado.

Na abordagem conceitual do MUVle, utilizamos como definição de patrimônios culturais de Ciência & Tecnologia aquela proposta por Granato e Câmara (2008) como o conhecimento científico e tecnológico produzido pelo homem além de todos os objetos (inclusive documentos em papel), coleções arqueológicas, etnográficas e espécimes das coleções biológicas que são testemunhos dos processos científicos e do desenvolvimento tecnológico, incluindo-se ainda neste conjunto as construções arquitetônicas que serviram a esses processos e desenvolvimentos (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014). No Brasil, os museus que desenvolvem a temática da Ciência e da Tecnologia surgiram nas décadas de 80 e 90 (GRANATO; MAIA; SANTOS, 2014) buscando sistematizar estes objetos e compreender sua importância para a sociedade e para a divulgação científica.

Para estes autores ciência e tecnologia são definidas de maneira distinta conforme segue.

Ciência é o “conjunto de conhecimentos e de investigações com um suficiente grau de generalidade para resultar em convenções concordantes e relações objetivas baseadas em fatos comprováveis” e tecnologia é o “estudo dos processos técnicos, naquilo que eles têm de geral e nas suas relações com o desenvolvimento da civilização (GRANATO, 2009, p.78-79).

De tal modo, por meio dos patrimônios de ciência e tecnologia, é possível abordar os conceitos essenciais de educação patrimonial (EP), os sítios patrimoniais naturais, culturais e mistos, e os bens materiais (ou tangíveis) e imateriais (ou intangíveis), buscando assim além da informação, a consciência e a preservação destes patrimônios culturais, conforme descrito por Pelegrini (2009).

Em sua gênese a proposta de extensão Museu Virtual do Ensino de Ciências Fisiológicas (MUVle) foi apresentada ao Edital Pró-Cultura, da Pró-reitora de Extensão e Cultura da FURG em 2009. A proposta projetava a criação de um espaço museal virtual para a salvaguarda e evocação da memória dos objetos e roteiros de aulas práticas que serviram ao ensino de Ciências Fisiológicas da FURG, desde sua fundação na década de 70. Com o passar do tempo, os equipamentos e objetos tornaram-se obsoletos, embora funcionais, já que foram sendo trocados por substitutos mais modernos. Também, algumas práticas e seus materiais caíram em desuso com o avanço da ciência da Bioética, que orientava na década de 90 no Brasil a redução do uso de animais em aulas práticas.

A ação extensionista do Museu – MUVle tem buscado transformar os antigos equipamentos científicos do ex-departamento de Ciências Fisiológicas da FURG em ferramentas de conhecimento para a Educação Patrimonial e Científica. Oficinas de educação patrimonial vêm sendo realizadas em escolas públicas do ensino fundamental. Estas oficinas ressignificam os antigos equipamentos científicos e tecnológicos, outrora considerados elementos descartáveis, à condição de peças museológicas. Ao utilizar os equipamentos como ferramentas de EP, abordam-se os conceitos de patrimônio científico e tecnológico, museologia, cultura, conhecimento, ciência, e o estereótipo do cientista que trata questões transversais como o papel da mulher na ciência.

Em dez anos, as atividades do Museu – MUVle vêm dialogando com a museologia, as ciências fisiológicas, a pesquisa histórica, a história oral, a educação patrimonial, a educação básica e a extensão universitária, temperando estas *conversações*, com as artes e outras ciências expressas pelo artesanato, a fotografia, o desenho, o vídeo-documentário, e a produção acadêmica.

Neste artigo, apresentamos as trilhas extensionistas percorridas por um museu de ciências virtual e itinerante, que transformaram um projeto de salvaguarda de patrimônios de ciência e tecnologia, em uma proposta educacional voltada à valorização do ensino científico na educação básica.

## **METODOLOGIA**

Todo o patrimônio científico e tecnológico (C&T) do acervo do Museu – MUVle faz parte de um amplo acúmulo de bens patrimoniais que durante cinquenta décadas fizeram parte de aulas práticas e da pesquisa do ex-Departamento de Ciências Fisiológicas da FURG. Estes equipamentos, objetos, livros, manuais e roteiros constituem parte do patrimônio de C&T que está salvaguardado e preservado pela iniciativa do projeto de extensão MUVle. Esse acervo têm sido alvo de várias ações museológicas que envolvem a expografia, a pesquisa histórica, a história oral, a educação patrimonial e a científica, bem como a produção intelectual e cultural nas áreas de história, ciências, arte e patrimônio.

Tal produção iniciou com um trabalho de sistematização, de higienização, de acondicionamento, e de divulgação histórica por meio de uma página na internet, destes elementos que passaram a compor o acervo do Museu – MUVle, atividade que perdura por uma década na instituição.

O MUVle foi inicialmente projetado conforme descrito em seu plano museológico (<http://www.muvie.furg.br>) para alcançar âmbito territorial regional e proporcionar aos estudantes e professores das áreas da saúde e biológicas, professores de ciências da educação básica e visitantes da página, acesso ao conhecimento da memória do ensino de ciências fisiológicas, bem como sua evolução face ao desenvolvimento tecnológico destas áreas.

As ações do MUVle iniciaram virtualmente pela construção de uma página, e passaram ao oferecimento de exposições itinerantes na FURG, em escolas da educação básica de Rio Grande e espaços de cultura. As exposições foram complementadas com oficinas de educação patrimonial realizadas em escolas e, também, na instituição. A expografia de objetos e suas histórias evoluíram para exposições ressignificadas pelas produções visuais dos estudantes que realizavam as oficinas por meio de mostras de desenhos, cartazes, vídeos e fotografias. Outro eixo de atuação do MUVle tem sido a produção de vídeos baseados em pesquisa de história oral voltados à Educação Patrimonial da história de criação da FURG

e das ciências fisiológicas. As exposições itinerantes do MUVle com os trabalhos dos estudantes passaram a ser expostas não apenas nas escolas, mas na universidade, e levadas aos campi da FURG em outras cidades e, também, em outras instituições como a Universidade Federal de Pelotas.

Quanto aos pressupostos teóricos que norteiam as ações de extensão do MUVle, seguem os pressupostos teóricos e práticos apresentados por Funari e Pelegrini apud Pelegrini (2009) que “estimulam a responsabilidade coletiva, contribuindo para a consolidação de políticas de inclusão social, reabilitação e sustentabilidade do patrimônio”. Também são seguidas as diretrizes da política de preservação do patrimônio cultural no Brasil, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PORTA, 2012) e orientações observadas em Florêncio *et al.* (2012) e no guia de educação patrimonial de Horta e colaboradores (IPHAN, 1999).

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

### O processo de origem de um museu virtual e itinerante de Ciências

Em dez anos de ações o MUVle realizou o tombamento, inventário, registro digital, e reorganizou seu acervo, obtendo a categorização das peças em 73 equipamentos científicos, 112 objetos, 124 peças de equipamentos científicos, 25 roteiros de aulas práticas, 71 títulos variados de livros, 24 documentos históricos e 86 manuais de equipamentos científicos, produção de 10 vídeo-entrevistas, dois documentários, uma exposição fotográfica e um livro sobre os equipamentos científicos do museu, além da publicação de artigos para revistas de extensão e resumos e resumos expandidos para eventos de extensão e pesquisa. No acervo completo do MUVle, com a soma de todas, temos atualmente registradas um total de 564 peças que compõem o acervo museológico e, no momento, começa o tombamento e inventário da categoria fotografias históricas do ex-departamento de ciências fisiológicas. As primeiras ações de sistematização do museu, com o tratamento do acervo e a produção da primeira página do MUVle tomaram curso nos três primeiros anos do projeto. Este trabalho continua sendo continuamente atualizado, podendo ser observado em: <http://www.muvie.furg.br>.

Nos primeiros anos, além das ações de museológicas, o MUVle desenvolveu suas primeiras atividades de educação patrimonial, por meio de apresentações de trabalhos e oferecimento de oficinas, em espaços escolares e não escolares, como em feiras e mostras, na própria FURG, e em instituições de ensino superior públicas da região sul. Nestes espaços extensionistas o conhecimento da equipe do MUVle sobre Extensão Universitária foi se formando e consolidando, o que viria a promover profundas mudanças metodológicas nos fazeres do jovem museu em construção.

Podemos destacar, na sequência, em seu quarto e quinto ano, duas linhas de ação do MUVle que ampliaram seu escopo focal: a **pesquisa em história oral** e a atuação em **educação patrimonial**, ações que se tornaram objetivos permanentes do projeto.

Em parceria como a equipe do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – Museu NUME da FURG, o projeto MUVle passou a desenvolver uma série de entrevistas baseadas em história oral, produzindo o seu primeiro vídeo denominado Pioneirismo na FURG: a história de pessoas que construíram uma universidade. Este e outros vídeos-documentários podem ser acessados no Canal MUVIE FURG do projeto, no *YouTube*.

Ainda realizou oficina de educação patrimonial com artesãos e artesãs de uma Rede de Artesanato incubada pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da FURG (NUDESE). A oficina denominou-se Roda de Conversa: Artesanato, Identidade e Patrimônio, no ano de 2014, e buscou a sensibilização do grupo de artesanato para as relações entre artesanato e patrimônio (GONÇALVES *et al.*, 2015).

Já as primeiras oficinas de EP para escolas foram ofertadas na EMEF Cidade do Rio Grande e no Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC. A oficina de Educação Patrimonial na Escola CAIC, realizada em 2013 teve como objetivo abordar os conceitos de Educação Patrimonial, Patrimônios materiais e imateriais, utilizando como exemplo de patrimônio a própria escola. No ano seguinte, a oficina Patrimônios das Ciências, trouxe os estudantes do CAIC nos laboratórios de ensino e pesquisa do Instituto de Ciências Biológicas na FURG, focando a pesquisa em ciências como patrimônio.

A partir destas interações iniciais o MUVle percebeu que muitas vezes no fazer extensionista se os proponentes estiverem abertos para o diálogo, emergem necessidades próprias da comunidade alvo, que são demandas socialmente referenciadas, podendo estas serem escopo do projeto ou não. A partir desta interação, o MUVle pode ir percebendo quais as reais necessidades das escolas de ensino fundamental, e pode ir ajustando seus objetivos, bem como permitindo cada vez mais autonomia e protagonismo dos estudantes.

Marco deste processo foi a parceria que MUVle estabeleceu com a Escola Municipal Pedro Carlos Peixoto Primo e seus alunos do ensino fundamental. Esta escola está localizada na cidade de Rio Grande – RS, em um bairro com elevada vulnerabilidade social. O projeto “Museu de Ciências vai à Escola”, iniciou no ano de 2015 e finalizou no ano de 2018, tendo alcançado um status de ação continuada na escola.

Nesta vivência o MUVle abordou atividades práticas com alguns equipamentos que ainda estão funcionando, a fim de demonstrar de como eram utilizados nas aulas de Ciências Fisiológicas do antigo departamento de Ciências Fisiológicas da FURG. Durante o primeiro contato o processo extensionista ocorreu de forma muito dialógica. As primeiras reuniões ocorreram na escola com a equipe dirigente, e escola sugeriu a turma de contraturno para participar da ação, mas solicitou que toda a escola de alguma forma pudesse ser participativa, solicitando dois ao invés de um dia de atividades. Para cada proposta do MUVle surgiam várias outras de desdobramento, criando um projeto que verdadeiramente atendia as necessidades daquela unidade. Isso fez uma proposta de um dia, perdurar por quatro anos, com produções ainda no ano de 2019. Foram diversas intervenções patrimoniais e educativas como oficinas de educação patrimonial, mostras culturais, exposições itinerantes e interativas, cursos avançados na universidade, exposições fotográficas que levaram o trabalho para várias cidades de espaços, formais, informais, educativos e culturais.

As ações na escola Peixoto Primo em 2015 foram denominadas inicialmente de “Museu de Ciências vai à Escola” (Figura 1), com as oficinas Construindo um museu de Ciências; Investigando no Museu; O estereótipo do cientista; A explosão do saber; Exposição do Museu de Ciências na escola; Mostra Cultural de Desenhos e Stop Motion sobre a Ciência na FURG. No ano seguinte, em 2016, os estudantes solicitaram conhecer a FURG e realizar alguma atividade que envolvesse a fotografia. Mais uma vez instigado pelas demandas da comunidade o MUVle propôs uma ação denominada Patrimônios da Ciência, que contemplava uma oficina denominada “A escola vem à FURG: Oficina de Fotografia e Patrimônio Científico” (Figura 2); Nesta atividade os estudantes puderam aprender sobre a Ciência da Fotografia, as bases

físicas e químicas da fotografia analógica, por meio de uma parceria entre o laboratório de fotografia do Instituto de Letras e Artes e o MUVIe. Por meio destas ações educativas e patrimoniais, os equipamentos científicos do acervo foram registrados e estas fotografias realizadas pelos estudantes originaram uma coleção fotográfica que foi exposta em diversos momentos, compondo diferentes exposições e mostras, entre os anos subsequentes 2017 e 2018. Esta exposição foi apresentada de volta na escola, e levada para os *campi* da FURG de São Lourenço do Sul, Santo Antônio da Patrulha e Santa Vitória do Palmar e, também, foi recebida Universidade Federal de Pelotas, exposição intitulada: “Luz e Poesia: a fotografia científica através dos olhares do ensino fundamental”.

Estes movimentos permitiram instigar nos estudantes a importância da preservação patrimonial e lhes despertar por meio dos equipamentos levados à escola um sentimento de pertencimento em relação a sua própria cultura e à ciência. Mas muito além disto, as vivências propostas pelo projeto incentivaram o gosto pela cultura e pelas artes, garantindo espaços de aprendizado com autonomia e protagonismo.

**Figura 1 – Oficina o Museu de Ciências vai à escola**



Fonte: Acervo MUVIe

**Figura 2 – Oficina de Fotografia A escola vem à FURG**



Fonte: Acervo MUVIe

Além das Oficinas de Educação Patrimonial foram produzidas várias exposições itinerantes dos equipamentos e objetos, e dos vídeos e das fotografias geradas como produtos culturais pelos estudantes que participaram das oficinas de educação patrimonial (Figura 2). Também a participação do MUVle em eventos científicos, expográficos e extensionistas permitiram a divulgação de seu acervo. Dentre estes destacamos: 12<sup>o</sup> a 18<sup>o</sup> Mostra da Produção Universitária – MPU, II Exposição Presencial do MUVle, Exposições fotográficas na Caravana de Extensão e Cultura – Caravanexc (PROEXC), Mostra Fotográfica: Fotografia e Patrimônio Científico, Exposição Fotográfica do MUVle no XIV ESUD – Congresso Brasileiro do Ensino Superior à Distância, 3<sup>a</sup> Semana Municipal de Ciência e Tecnologia e Dia C da Ciência, MUVle na Semana da Acolhida do Instituto de Ciências Biológicas, Mostra Fotográfica: Fotografia e Patrimônio Científico durante o V Seminário Interfaces Pedagógicas: Licenciaturas em Diálogo, e a exposição: “Ciência e Patrimônio: brincando de ser cientista em um museu de ciência” durante a II Feirinha do Livro FURG. Os equipamentos em exposição puderam ser experimentados ou observados e desenhados pelos visitantes.

Outra produção cultural derivada das oficinas de fotografia foi a ilustração do livro Guia do Acervo MUVle. Volume I: Equipamentos Científicos, com as fotografias realizadas pelos estudantes. O livro a ser lançado em 2019 no formato e-book encontra-se em processo de editoração.

### **As mudanças da concepção conceitual extensionista a partir de uma perspectiva metodológica**

Em sua trajetória o MUVle proporcionou para sua equipe extensionista um aprofundamento nos conceitos de extensão universitária. Do ponto de vista da **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão, a cada imersão desde as práticas museológicas (tombamento, inventário, higienização, categorização, expografia, produção digital) passando pela pesquisa histórica, história oral e chegando nas ações de educação patrimonial, tornava-se impossível pensar o fazer extensionista sem uma profunda base teórica obtida por meio da pesquisa. Era também igualmente impressionante como o método extensionista mostrava-se profícuo ao ensino acadêmico complementar. A **interdisciplinaridade** e **muliprofissionalidade** mostraram aos bolsistas e participantes o quanto era eficiente na resolução de questões complexas.

De todas as diretrizes da extensão, a **interação dialógica** mostrou-se potente para o alcance e redefinição dos objetivos, sendo peça fundamental para o sucesso das ações planejadas.

Alguns relatos que corroboram nossas reflexões sobre o efetivo **impacto** do projeto sobre a comunidade e sobre os bolsistas, podem ser extraídos das próprias palavras de avaliação destes.

“O MUVle é a ponte entre escola e universidade, é a porta do mundo aberta para os estudantes... É minha **formação continuada** com prazer, meu contato com a academia com cara de diversão mesmo sendo tão sério.” (X.F.J.V. professora participante do projeto, 2015-2019).

Grifamos “formação continuada” para identificar um tipo de **impacto na comunidade** que comumente ocorre nas ações extensionistas, aquele impacto que não foi delineado como um objetivo original da proposta, mas que foi alcançado.



Atuamos no MUVle com educação patrimonial voltada para os estudantes, para a comunidade escolar como um todo, ou comunidades em geral, mas nunca fizemos um “curso formal de formação continuada de professores” neste projeto. Porém, a partir do exposto, percebemos que para aquele participante foi assim que o projeto atuou. Muitas vezes somos presenteados na vivência em extensão atingindo resultados positivos não planejados. Somente quando a metodologia seguida permite a real expressão das necessidades do outro isto se torna possível.

“Foi uma forma de crescimento pessoal e profissional. Minha primeira inserção no mundo acadêmico como estagiária e até mesmo profissional, pois nunca tinha trabalhado antes da minha vida. Acredito que foi uma das melhores fases da minha vida acadêmica e guardo cada experiência vivida naquele lugarzinho especial do meu coração.” (C.R., bolsista MUVle, 2013-2014).

“Falar deste projeto é falar minha construção enquanto profissional, é falar sobre meu amadurecimento pessoal, é falar de trabalho duro, responsabilidades, laços de amizade.” (S.C., bolsista MUVle, 2013-2015).

Com estas falas exemplificamos o primeiro motivo pelo qual a Extensão Universitária precisa ser curricularizada, porque ela permite a inserção do jovem estudante na realidade do mundo do trabalho, com sua formação acadêmica e profissional ainda não concluída, antes de uma situação de estágio obrigatório. Percebemos que a experiência foi tomada com leveza, e se registrou de forma impactante na memória e complementação da formação profissional. Não tem o rigor ou a pressão do estágio curricular. Traz em si, vivências semelhantes e com a mesma responsabilidade do momento do estágio, entretanto, de maneira mais leve. Isso decorre de uma metodologia de interação transversal, propiciada pelas trocas de saberes, que permite que se compartilhem vivências, responsabilidades e resultados, tornando afetiva e prazerosa a partilha. Quem passa pela experiência extensionista chega ao momento de estágio e após a vida profissional com mais segurança.

“Foi a partir deste projeto, das oficinas no CAIC que descobri meu amor pela licenciatura. Este projeto me possibilitou conhecer estudantes de diferentes cursos, pessoas incríveis com quem pude aprender muito, e com eles construir um pouco do que sou hoje”. Aprendi com o MUVle que preservar nossa memória é manter viva a história desta instituição!” (S.C., bolsista MUVle, 2013-2015).

A profissionalização diferenciada que decorre a partir da interdisciplinaridade e multiprofissionalidade promovidas por uma ação extensionista pode ser observada nesta avaliação. Experiências fortes em extensão podem ser obtidas por meio da constituição de grupos interdisciplinares, intercursos, interinstitucionais. A diversidade de saberes e fazeres pluraliza e potencializa os aprendizados e a complementação da formação.

Ao longo de uma década, o MUVle recebeu acadêmicos de diferentes cursos da FURG, a saber Biologia, Enfermagem, Medicina, Letras, Artes, História, Arqueologia, Direito, Geografia, Pedagogia, Ciências da Computação, Toxicologia Ambiental e Engenharia Bioquímica, e propiciou a aproximação de áreas tão academicamente distantes, demonstrando-lhes que a interdisciplinaridade e a multiprofissionalidade em um projeto extensão podem juntas envolverem-se no atendimento de demandas da sociedade.

Esta formação em extensão universitária torna a formação acadêmica mais completa, enriquecida de saberes, e aprofunda não apenas a profissionalização, mas também, o desenvolvimento pessoal, como podemos ver no seguinte depoimento.

“A grande experiência acadêmica em termos extracurriculares que eu tive a oportunidade de participar na academia e principalmente fora dela. O projeto alcança um modelo de horizontalização da educação através das ações sociais relevantes, como tem o dever de ser a educação brasileira, gerando valorização dos direitos sociais como um todo. Quando se está diante da extensão e diante das ações do MUVle, cai por terra o mito do alto custo do ensino superior, que é analisado apenas em números e não em produtos culturais e tecnológicos prestados à comunidade. Democratizar o sistema é isso o que o MUVle se propõe e é isso que realiza, ressignificando as ações dos colaboradores como indivíduos e da própria função social das universidades.” (T.S., bolsista MUVle, 2017-2018).

O extensionista torna-se invariavelmente alguém com formação mais humanizada e com valores de cidadania ampliados, consciente dos seus direitos e deveres.

O que pudemos observar na auto avaliação do projeto foi que primeiramente, em uma **clássica trilha acadêmica-extensionista**, o MUVle e suas exposições e oficinas foram levados até às escolas. Nestes espaços a discussão da importância das Ciências trilhou um trajeto diferenciado voltado ao ensino científico na escola, incentivando os estudantes a tornarem-se cientistas, protagonizando experiências. Ao mesmo tempo, nestas vivências foi possível promover uma reflexão política e social sobre o desenvolvimento científico enquanto produção de conhecimentos, novas tecnologias, e ponderando os vieses positivos e negativos da sociedade neste trilhar. Essas discussões, assim como o reconhecimento da ciência e tecnologia enquanto patrimônios culturais, foram provocadas por meio da interação com a matéria de Artes na escola, e deste modo uma nova visão menos estereotipada, mais plural e natural das Ciências pode emergir. O contato com a escola em uma postura de contribuição, aberta para as partilhas, permitiu que o MUVle e seus objetivos e ideais se desconstruíssem e se reconstruíssem a partir da perspectiva das necessidades da escola.

Isso suscitou um segundo movimento, amadurecido e instigado pela interação universidade-sociedade, e reconhecendo o quão distante esta relação pode estar estabelecida, o MUVle buscou atender a demanda posta pelo público-alvo (estudantes e professores da educação básica). Desenhamos assim um novo movimento, que podemos denominar como uma **trilha extensionista-dialógica**, protagonizada pelo público-alvo. Nesta etapa do projeto os estudantes foram ouvidos em suas demandas, sendo recebidos na Universidade no laboratório de ensino e pesquisa em fotografia da FURG. Eles então puderam registrar o acervo do MUVle e aprender uma ciência pela qual tinham interesse expresso, a Fotografia. Não poderiam ter escolhido uma ciência tão artística e ao mesmo tempo tão rica de elementos físicos, químicos e biológicos, “pura ciência”. Sua proposta nos permitiu continuar desenvolvendo os conceitos de ciência, desenvolvimento tecnológico e patrimônios, enquanto estudávamos e compreendíamos algo com sentido para eles. Deste trilhar, manifestaram-se aprendizados sobre a ciência da revelação da fotografia analógica, e a história, a física, a química por de trás desta tecnologia de produção humana tão importante e expressiva. A cada encontro novos equipamentos a fotografar, novas trocas afetivas entre os participantes e a equipe extensionista. Momentos permeados por longas conversas sobre a universidade e seu papel,

sobre os cursos, sobre o momento político do país, momentos vivos. Vida que se retrata também na seguinte avaliação.

“O quanto o projeto MUVle afeta em minha formação? Me faz pensar em diversas formas e maneiras de levar o conhecimento para as pessoas, me faz ver que tudo que existe por um propósito, e este serve para aprimoramento dos nossos horizontes... MUVle é a vida em constante transformação” (C.S.R.S, bolsista MUVle, 2018-2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da preservação dos patrimônios de ciência e tecnologia tratada pelas oficinas expressa-se também nas reflexões transversais como o consumo de novas tecnologias, exacerbado pela obsolescência programada; ou ainda, a possibilidade de uma ciência com uma “cara diversa”, feita por homens e mulheres, de todas as cores e origens. A partir da observação dos benefícios das novas tecnologias e os problemas sociais relacionados com a ciência, propõe-se aos estudantes uma reflexão contemporânea e crítica a cerca desta temática. A metodologia da **trilha extensionista-dialógica** utilizada nas ações, além de possibilitar o uso do museu itinerante como ferramenta para a educação em ciências e outras matérias do currículo do ensino fundamental, cria elemento agregador de potencialidades, tanto para participantes quanto para extensionistas, impactando o desenvolvimento cidadão e humano de ambos.

“Hoje, percebo que o que fazíamos lá, 4 estudantes, em uma sala quente do ICB, de diferentes cursos, diferentes objetivos, diferentes visões, foi muito mais do que catalogar, limpar, armazenar os equipamentos, fomos escolhidas para ouvir e contar parte da vida de algumas pessoas e de diferentes momentos de uma Universidade, que através desse projeto...será possível eternizar nos arquivos para toda a posteridade” (F.T.R., bolsista MUVle 2012-2014).

Em uma década o MUVle provou que um pontual e necessário projeto de salvaguarda de uma memória institucional pode tomar novas trilhas e significações. Nas palavras de seus bolsistas e da comunidade alvo, o MUVle pode: “ser a primeira experiência acadêmica e profissional”, “ser ponte entre universidade e escola, porta do mundo aberta para os estudantes da escola”, “ser carinho e respeito a memória de servidores”, “uma grande experiência acadêmica fora da academia”, “um modelo de educação horizontalizada capaz de gerar valorização dos direitos sociais”. A Ciência, como qualquer outra disciplina e área de conhecimento, é o meio de interação entre a Universidade e demais setores da sociedade. Porém, esta interação, não é a mais profunda que se estabelece, ela é só a ponta do iceberg. Com dez anos de resiliência extensionista, o MUVle e suas trilhas comprovam que a formação do humano crítico-reflexivo é o grande e verdadeiro legado cultural a ser perpetuado.

## REFERÊNCIAS

ALVES, A. C. S. C.; SILVA, C. S. R.; GONÇALVES, C. A. N. A Visão do estudante de ensino fundamental sobre a inserção da Mulher na Ciência. In: **37º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS**, 2019, Florianópolis– Santa Catarina.

- ALVES, A. C. S. C.; SOARES, R. S.; SARAIVA, T. H. S.; GONÇALVES, C. A. N. Fotografando os patrimônios de ciência e tecnologia. In: 16ª Mostra da Produção Universitária – MPU, 2017, Rio Grande – RS. **Anais do XX Seminário de Extensão** – FURG, 2017.
- ALVES, A. C. S. C.; MACEDO, K. M.; GONÇALVES, C. A. N. O Museu de Ciências vai à Escola, e a Escola vem fazer Arte e Ciência na Academia. In: **34º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS**, 2016, Camboriú – Santa Catarina. 34º SEURS: Cidadania, Democracia e Movimentos Sociais, 2016, p. 1.884-1.888.
- ALVES, A. C. S. C.; SARAIVA, T. H. S.; SOARES, R. S.; GONÇALVES, C. A. N. Ciência, Arte e Patrimônio: o estereótipo do cientista. In: 15ª Mostra da Produção Universitária – MPU, 2017, Rio Grande – RS. **Anais do III Simpósio de Cultura** – FURG, 2015.
- BRASIL. **Ministério da Cultura**. Política Nacional dos Museus. Brasília: MinC, 2007, p. 184.
- BORGES, R. M. R.; LIMA, V. M. R.; IMHOFF, A. L. Contribuições de um Museu Interativo à Educação em Ciências e Matemática. Org. Regina Maria Rabello Borges, Vaderez Marina do Rosário Lima, Ana Lúcia Imhoff. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. 188p.
- FLORÊNCIO, S. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. 1º ed. IPHAN, 2012.
- GONÇALVES, C. A. N.; LEMOS, K. C.; CORREA, S.; ROSA, F. T. O artesanato como elemento de estudo de Educação Patrimonial e identidade cultural. **Caminho Aberto – Revista de Extensão do IFSC**. v. 1, ano 2, nº 3, novembro, 2015.
- GRANATO, M. Tecnologia no Brasil: Objetos de C&T. In: GRANATO, M.; RANGEL, M.F. **Cultura Material e Patrimônio da Ciência e da Tecnologia**. Museu de Astronomia e Ciência Afins-MAST, Rio de Janeiro, 2009, p. 78-102.
- GRANATO, M.; MAIA, E.S.; SANTOS, F.P. Valorização do patrimônio científico e tecnológico brasileiro: descobrindo conjuntos de objetos de C&T pelo Brasil. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. V. 22, n. 2. 2014, p. 11-34.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-**IPHAN**. Guia Básico da Educação Patrimonial. Org. Maria de Lourdes Parreiras Horta; Evelina Grunberg; Adriane Queiroz Monteiro. MUSEU IMPERIAL / DEPROM – IPHAN – MINC. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf). Acesso em: 21 de out. de 2019.
- PELEGRINE, S. C. A. Patrimônio cultural: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009. 135p.
- VALLE, L.; BOHADANA, E. D. B. Interação e Interatividade: Por uma reantropolização da EaD online. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 121, p. 973-984, out-dez. 2012 Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 de ago. de 2019.

## ARTIGO 2

### PROMOVER COMUNICAÇÃO, CULTURA E AGROECOLOGIA NA UNIVERSIDADE

Área temática: Cultura

Fernanda Lopes Leonardi<sup>\*</sup>; Marina A Tauil Bernardo<sup>\*\*</sup>; Janaína Tauil Bernardo<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Bacharelanda em Agronomia Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

<sup>\*\*</sup> Mestranda em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

<sup>\*\*\*</sup> Coordenadora do projeto e Professora Adjunta da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

## PROMOVER COMUNICAÇÃO, CULTURA E AGROECOLOGIA NA UNIVERSIDADE

Fernanda Lopes Leonardi; Marina A Tauil Bernardo; Janaína Tauil Bernardo

### RESUMO

Com o intuito de realizar atividades de extensão que envolvesse temas ligados à agroecologia, o Grupo de Agroecologia Gaia – vinculado à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – busca promover a Agroecologia na construção da formação universitária, da inclusão comunitária nos projetos vinculados e em prol de processos que promovam o desenvolvimento rural sustentável. O grupo, articulou o projeto de extensão “Promover comunicação, cultura e agroecologia na universidade”, com a proposição de realizar cine debates, impulsionar os projetos envolvendo agroecologia pelas redes sociais e promover as atividades do evento “Semana da Agroecologia do Gaia 2018”.

**Palavras-chave:** Agroecologia; Cultura; Desenvolvimento rural sustentável.

### INTRODUÇÃO

A agroecologia, alternativa sustentável de produção de alimentos sem agrotóxicos e sem transgênicos, vem sendo ignorada pelos meios de comunicação. Segundo Paiva (2016), além da baixa visibilidade obtida pela temática agrícola, de pouco interesse urbano, quando se fala em agricultura, fala-se muito mais de agronegócio do que de agroecologia. Em uma perspectiva homogênea, semelhante à monocultura, a mídia realiza, de forma engessada, uma massiva propaganda a favor do agronegócio, como o *slogan* amplamente divulgado pela Rede Globo, “o agro é pop, o agro é tudo”.

Dessa forma, a ausência de visibilidade da agroecologia na mídia impede a apresentação do tema a uma parte da população, o que dificulta na realização de projetos universitários e na integração comunitária, seja por desconhecimento, seja pelo preconceito que se instala de forma velada, pois, como aponta Hohlfeldt (2001), embora os meios de comunicação não sejam capazes de impor o que pensamos sobre determinado tema, são capazes de influenciar sobre o que pensar e falar.

Surtindo na restrição da agroecologia a espaços bem circunscritos, Almeida *et al* (2004, p.15) aponta:

é forçoso reconhecer que a proposta agroecológica ainda é bem minoritária e incipiente no contexto social da produção agrícola brasileira, até mesmo marginalizada, mesmo se reconhecendo que, em certas regiões, tem-se avançado consideravelmente na implementação de algumas políticas públicas (extensão e assistência técnica, pesquisa agrícola, recursos financeiros em programas específicos para a produção agroecológica, dentre outras) (ALMEIDA, 2004, p.15).

Na contramão da imposição midiática dos meios de comunicação televisivo, as redes sociais tornaram-se espaços de construção de identidades, de encontro

e confronto com o outro, de produção de saberes, de circulação de valores e de pluralidades, segundo Machado e Tijiboy (2005), permitindo ampla discussão sobre assuntos diversos, o que possibilita ao Grupo de Agroecologia Gaia utilizar as redes sociais como ferramenta de divulgação e discussão de projetos e assuntos relacionadas a construção em prol da agroecologia.

Ademais, o cinema como uma ferramenta pedagógica atrelado às experiências culturais, contribui à produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo de um grande contingente de atores sociais, correspondendo, de acordo com Duarte (2009), ao maior interesse que o cinema tem para o campo educacional. E, nesse sentido, os cines debate tornam-se uma forma de sensibilizar a comunidade acadêmica, pois, como dispõe Machado (2008), os “filmes não são meros instrumentos didáticos. Eles têm uma história, uma forma de produção e diferenças estéticas e narrativas que precisam ser mencionadas quando da exibição deles em contextos de ensino.”

Com isso, os filmes ou documentários acabam por auxiliar na reflexão sistemática do processo de produção e distribuição dos bens culturais, que são constantemente demonstrados de forma especulativa. E, nessa mesma lógica, o cine debate se demonstra uma propícia ferramenta de extensão e instrumento propulsor ao diálogo, pois como defende Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987, p.83), “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação”.

Diante da proposta de uma “educação libertadora”, equacionada por Paulo Freire (1987), a construção do diálogo decorre sem verticalizações, pois o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem (FREIRE, 1987), pois o que importa é estar a favor da construção da educação libertária, e não contra ela.

Nesse viés, o projeto teve objetivo proporcionar dentro da universidade um espaço onde os discentes, os docentes, e os funcionários pudessem participar e exercer o pensar crítico através de um viés agroecológico, pois “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também, de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há verdadeira educação” (FREIRE, 1987, p.83).

## **METODOLOGIA**

Com intuito de integrar a comunidade aos projetos realizados pelo Grupo de Agroecologia Gaia, de forma a propagar os conhecimentos vinculados a agroecologia, foram cumpridas etapas metodológicas, seguindo uma abordagem qualitativa (GODOY, 1995), por meio da utilização de técnicas de observação participativa, na seguinte disposição:

- 1) construída programação, para o ano de 2018, com a estipulação das prováveis datas de cines debates, de acordo com a disponibilidade e o calendário acadêmico do 1º e 2º semestres;
- 2) realizada reunião pelo Grupo de Agroecologia Gaia para escolha do filme ou documentário, cuja temática estivesse relacionada à agroecologia, em suas dimensões: sociocultural, ambiental, ética, política-institucional e econômica;
- 3) efetivada a ampla divulgação nas redes sociais das atividades do evento “Semana da Agroecologia do Gaia 2018”;

- 4) realizado 3 (três) cine debates, 2 (dois) em Cachoeira do Sul e 1 (um) em Santa da Cruz do Sul;
- 5) realizada divulgação do dia de campo de formação em agroecologia na unidade da Uergs; e
- 6) de forma integrativa, ocorrer a participação no 8º SIEPEX, através da realização de cine debate e II Encontro dos Grupos de Agroecologia, realizados no evento.

Ademais, de forma constante, as ferramentas de comunicação do Grupo de Agroecologia Gaia foram administradas e promovidas por meio da divulgação de fotos de eventos e confraternizações, notícias relacionadas à agroecologia, elaboração de informativos, construção de textos para os meios de comunicação e mural, além de outras atividades realizadas pelo Grupo.

### **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

As primeiras ações do projeto foram apoiar as atividades do evento “Semana da Agroecologia do Gaia 2018”. Houve divulgação em jornal, rádios, mural da unidade da Uergs e redes sociais. As fotografias das palestras, das oficinas e, dos ouvintes foram divulgadas pelos mesmos meios de comunicação. Na página do *Facebook*, que vem sendo montado com o Grupo de Agroecologia Gaia, foi criado um evento com informações e inscrições *online*.

Durante o ano de 2018, cines debate foram programados de acordo com a disponibilidade e o calendário acadêmico do 1º e 2º semestres. A escolha do filme ou documentário foi realizado pelo Grupo de Agroecologia Gaia, cuja temática estivesse relacionada à agroecologia, em suas dimensões: sociocultural, ambiental, ética, política-institucional e econômica; discutido na roda de conversa por profissionais que desempenham atividades relacionadas ao assunto, docentes, discentes e a comunidade.

No primeiro cine debate realizado (Figura 1), aconteceu a exibição do primeiro episódio da série *Turma do Peito*, do *Netflix*. Esse cine debate visava trazer a pauta da maternidade com uma visão diferente, desconstruir a romantização da maternidade. Para guiar o debate a coordenadora do Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), Melissa Lenz, foi convidada pelo Grupo de Agroecologia Gaia para compartilhar sua experiência como mulher, mãe e trabalhadora.

**Figura 1** – Melissa Lenz e os membros do Grupo de Agroecologia Gaia



Fonte: Acervo do “Grupo de Agroecologia Gaia”



O segundo e o último cine debate foram realizados sobre o documentário *Sem Clima: Uma república controlada pelo agronegócio*, com públicos diferentes. O documentário que relaciona a bancada ruralista com as mudanças climáticas foi exibido a turmas de ensino médio da Escola Família Agrícola de Santa Cruz (EFASC) e aos alunos de diferentes unidades da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) durante o Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPEX).

**Figura 2** – Cine debate na EFASC



Fonte: Acervo do “Grupo de Agroecologia Gaia”

Durante o cine debate na EFASC, os estudantes da escola, comunidade e membros do Grupo de Agroecologia Gaia participaram junto à professora Cristina Vergutz e Marina Bernardo (Figura 2), convidadas para iniciar o debate. Os alunos conseguiram reconhecer a diferente realidade deles, da agricultura familiar, com um amplo aprendizado em agroecologia, para a agricultura defendida pela bancada ruralista.

O cine debate realizado no SIEPEX teve a cooperação do professor da EFASC e historiador João Paulo Reis Costa e o professor da Uergs e advogado Júlio Cesar Mahfus. O debate consistiu em uma análise do cenário político do país e como os resultados vão afetar o meio ambiente, os agricultores e as políticas públicas. O evento foi realizado em uma sala de cinema cedida gratuitamente pelos administradores do Cine Via Sete no Orlando Plaza Shopping em Cachoeira do Sul.

O projeto também promoveu a divulgação do dia de campo de formação em agroecologia na unidade da Uergs. Evento que foi divulgado com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) através de programa de rádio. Uma página *online* para inscrições foi elaborada e a confecção de crachás para separação das equipes de monitores, facilitando o acesso às oficinas.

No 8º SIEPEX, foi realizado cine debate em parceria com o Cine Via Sete, localizado no Orlando Plaza Shopping em Cachoeira do Sul/RS. O evento foi gratuito e contou debatedores docentes da UERGS e da EFASC, filósofo e historiador. O projeto também divulgou o II Encontro dos Grupos de Agroecologia durante esse evento.

Contudo, as ferramentas de comunicação do Gaia também foram administradas e promovidas por meio da divulgação de fotos de eventos e confraternizações, notícias relacionadas à agroecologia, elaboração de informativos, construção de textos para os meios de comunicação e mural, além de outras atividades realizadas pelo Grupo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Impulsionada pelo projeto, a página do *Facebook* do Grupo de Agroecologia Gaia atingiu 581 seguidores e, diariamente, compartilha notícias, informativos e eventos relacionados à agroecologia. Os membros do grupo conseguiram, através do projeto, desenvolver um calendário de postagens nas páginas do grupo, realizando uma maior organização em termos de atividades, proporcionando ao grupo maior facilidade em alcançar objetivos propostos e interagir com a comunidade. Ademais, a promoção de eventos via *internet* conseguiu trazer maior público e maior visibilidade aos projetos de extensão abertos pela universidade, tornando o Grupo de Agroecologia Gaia uma referência, dentro e fora da universidade, como promovedor de ações de extensão local.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. JASSAD, M. R. L. Agricultura e sustentabilidade contexto, desafios e cenários. **Ciência & Ambiente**, n. 29, 2004. p. 15-30.
- DUARTE, R. **Cinema & educação**. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- GODOY, A. S. Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.
- HOHLFELDT, A. **Teorias da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MACHADO, C. A. Filmes de Ficção Científica como Mediadores de Conceitos Relativos ao Meio Ambiente. **Ciência & Educação**, v. 14, n. 2, p. 283-294, 2008
- MACHADO, J. R. TIJIBOY, A. V. Redes Sociais Virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. CINTED-UFRGS Novas Tecnologias na Educação. V. 3 Nº 1, maio, 2005.
- MARÇAL, C. Cinema e educação: socialização, visões de mundo e subjetividades das juventudes. **Encontro Nacional de História da Mídia**. Ouro Preto – MG. 2013.
- PAIVA, R.L. Entre a Ciência e a Mídia: um olhar sobre a (re)significação do conceito de agroecologia. **I Seminário de Ciências Sociais** – PGCS UFES. 10 a 12 de agosto de 2016, UFES, Vitória-ES.

### ARTIGO 3

## DANÇAS POPULARES BRASILEIRAS 2015-2019: COMPARTILHANDO UMA TRAJETÓRIA

Área temática: Cultura  
Priscila Fontes Gularte\*; Leila Cristiane P. Finoqueto\*\*



---

\* Acadêmica do curso de Educação Física – Licenciatura. Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG

\*\* Docente. Coordenadora do Projeto de Extensão Danças Populares Brasileiras. Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

## **DANÇAS POPULARES BRASILEIRAS 2015-2019: COMPARTILHANDO UMA TRAJETÓRIA**

Priscila Fontes Gularte; Leila Cristiane P. Finoqueto

### **RESUMO**

O Projeto de extensão 'Danças Populares Brasileiras', desenvolvido no curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), criado em 2015, tem como objetivo principal proporcionar vivências de danças oriundas de diferentes regiões brasileiras. O projeto, ao longo de suas quatro edições, foi ofertado em duas Unidades Básicas da Saúde do município do Rio Grande/RS, no curso de Educação Física da FURG e no Campus São Lourenço do Sul/FURG, buscando difundir e ampliar a discussão acerca das danças populares brasileiras como patrimônio histórico e cultural. Nesses espaços já foram vivenciadas as danças: Carimbó, Forró, Frevo, Samba, Maracatu, Samba de Roda, Xaxado, Dança do Coco, propondo, desse modo, uma imersão em diferentes contextos culturais. Atualmente, o grupo é constituído por 10 pessoas, 8 mulheres e 02 homens da comunidade do entorno da FURG, na faixa etária entre 50 e 76 anos. Ao longo das quatro edições consolidaram-se amizades, trocas e aprendizados, além de identificar melhorias, de caráter pessoal, propiciadas pelo grupo que, de alguma forma, consegue estimular umas/uns às/aos outras/os, bem como os desempenhos exercidos em suas vidas pessoais. No que se refere à formação de professores, a acadêmica envolvida demonstrou autonomia e segurança para desenvolver as atividades, possibilitando novos horizontes e novos olhares a respeito do ensinar em diferentes perspectivas. As práticas pedagógicas desenvolvidas no Projeto aproximaram, sobremaneira, as/os participantes de culturas desconhecidas e/ou pouco acessíveis na região sul do Brasil, atingindo, desse modo, os objetivos propostos por esta ação extensionista.

**Palavras-chave:** Educação Física; Danças Populares Brasileiras; Formação de Professores; Cultura.

### **INTRODUÇÃO**

O Projeto de Extensão 'Danças Populares Brasileiras' foi criado no ano de 2015, com o intuito de proporcionar vivências de danças oriundas de diferentes regiões brasileiras, que carregam em si contextos, personagens e a historicidade da constituição do povo brasileiro. Agregada à ideia de 'vivências' problematizamos essa como experiência, no sentido que Larrosa (2002, p.21) nos apresenta, "a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece".

Tendo como pressuposto esse entendimento acerca das vivências/experiências em danças populares brasileiras, estabelecemos alguns objetivos específicos, a saber: a) construir e consolidar tempos/espacos para manifestações artístico-culturais produzidas pela comunidade rio-grandina; b) incentivar e explorar estudos acerca das danças populares brasileiras; c) construir coreografias a partir das vivências e das experiências corporais advindas

das participantes dos grupos; d) proporcionar experiências que valorizem a corporeidade como uma ferramenta para a formação humana; e) realizar estudos de cunho teórico para subsidiar as ações propostas pelo projeto; e f) construir acervo de imagens, vídeos, entre outros, registrando as ações realizadas ao longo do projeto.

O entendimento construído para o termo Danças Populares parte do estudo de Monteiro (2011), no qual destacam-se, inicialmente, o alcance cultural e o poder de penetração da dança popular devido ao espaço que as mesmas ocupam na vida cultural do país, como os maracatus, as escolas de samba. Para a autora, as danças populares apresentam-se

no contexto da festa, no qual se articulam significados simbólicos e religiosos, compartilhados pela comunidade da qual ele faz parte. Existem códigos internos, e nada subjetivos, a reger cada manifestação, e desconhecê-los impede a apreciação da expressão peculiar dessas comunidades (MONTEIRO, 2011, p.44).

Neste sentido, iniciamos o projeto por meio de estudos que pudessem embasar a apropriação de conhecimentos sobre algumas danças populares (Carimbó, Maracatu, Frevo, Jongo, Samba/Carnaval, Xaxado, Dança do Coco), de modo a compor um repertório de modalidades a serem ofertadas no mesmo.

Na oportunidade do lançamento do Projeto, vivenciamos um profundo revés quando ao final da explanação acerca das danças populares, as pretensas participantes (10 mulheres, aproximadamente) declinaram pelo forte cunho religioso de matriz africana presente nas danças apresentadas. Essa experiência não foi única e mostra-se recorrente quando apresentamos a proposta para novos/as participantes ou possíveis contextos educativos potenciais, até os dias atuais.

Entretanto, a trajetória do Projeto, pontuado por essas manifestações, consolidou-se reforçando a visibilidade e a contribuição da matriz africana e dos povos originários, uma vez que as danças, que compuseram nosso repertório de trabalho coreográfico, foram produzidas pela conjunção de diversas culturas, tradições, legados e, principalmente, pelo povo negro africano.

Para além do processo de construção de coreografias, o Projeto objetiva explorar o contexto cultural e onde emergem as expressões artísticas derivadas de diferentes danças populares, de modo a reconhecer e possibilitar aproximações na constituição das identidades dos/as brasileiros/as. Assim, buscamos a pesquisa, o estudo e o investimento em vivenciar e problematizar danças que pertençam ao nosso legado e as nossas histórias.

Ressaltamos que um recorte deste trabalho foi apresentado na 36<sup>o</sup> edição do Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), em 2018, na modalidade de oficina. Nessa oportunidade foram vivenciadas as danças do Carimbó, Frevo, Samba e Xaxado, sendo ministrada para, aproximadamente, 50 pessoas. Em 2019, o artigo 'Danças Populares Brasileiras: trajetórias e experiências contribuindo para a formação docente' (GULARTE; FINOQUETO, 2019) foi aprovado para publicação na Revista Conexão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O referido periódico recebe artigos voltados à extensão universitária, processo que, no nosso entendimento, valoriza as ações extensionistas desenvolvidas pelas Universidades.

Neste ano ainda, foi ofertada pela primeira vez no curso de Educação Física a disciplina optativa 'Danças Populares Brasileiras', fruto do acúmulo de experiências vivenciadas no interior do Projeto e que permitiu a consolidação teórica, conceitual e prática da referida disciplina. Nesse sentido, compreendemos que o projeto cumpriu

com suas intenções ao propiciar formação qualificada, estabelecendo a tríade: pesquisa, ensino e extensão.

## **METODOLOGIA**

O projeto tem 1 coordenadora/professora responsável, 1 bolsista e, atualmente, 10 pessoas, 8 mulheres e 02 homens que constituem o público participante, sendo a maioria da comunidade do entorno da FURG, na faixa etária entre 50 e 76 anos. O Projeto vem sendo desenvolvido com encontros semanais de três horas, na sala de dança do curso Educação Física – Licenciatura, no Campus Carreiros da universidade, no turno da tarde. Os encontros são organizados a partir das demandas de trabalho e, ao longo do semestre, são vivenciados processos de sensibilização, de criação e de expressão corporal.

Para darmos início aos estilos, são apresentados alguns aspectos, tais como: contexto geográfico, cultural e histórico, bem como as movimentações características e o figurino específico. Essa contextualização ocorre por meio da elaboração e da apresentação dos informativos, os quais contêm destaques relevantes para a compreensão das danças, dos personagens e da historicidade dos referidos estilos.

Utilizamos, ainda, como recurso audiovisual, vídeos que exemplificam as modalidades de dança em estudo. Na sequência, após experimentações dos passos característicos de determinada cultura, os ensaios ganham ênfase, pois o grupo participa de apresentações artísticas, evidenciando o ápice de cada estilo.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

O Projeto, ao longo das suas quatro edições, foi ofertado em diferentes espaços e públicos, tais como: comunidade do entorno da Universidade Federal do Rio Grande, em duas Unidades Básicas de Saúde do município do Rio Grande/RS e no Campus São Lourenço do Sul/FURG, onde buscou difundir e ampliar a discussão acerca das danças populares brasileiras como patrimônio histórico e cultural. Nesses espaços, já foram vivenciadas as danças: Carimbó, Maracatu, Forró, Frevo, Samba, Samba de Roda, Xaxado e Dança do Coco, propondo uma imersão em diferentes contextos culturais.

No intuito de registrar e socializar as pesquisas acerca das danças, foi elaborado um folheto, no qual foram sintetizadas as principais informações e referências em torno da temática. Entre essas informações, destacamos as pesquisas referentes ao Carimbó, Maracatu e Frevo.

### **Dança do Carimbó**

Manifestação de criatividade artística do povo paraense. Criada pelos povos indígenas tupinambá, com influência africana e portuguesa.

A “Dança do Carimbó” vem do título dado pelos indígenas aos dois tambores de dimensões diferentes que servem para o acompanhamento básico do ritmo. Na língua indígena, “Carimbó” – Curi (Pau) e Mbó (Oco ou furado), significa pau que produz som. Em alguns lugares do interior do Pará continua o título original de “Dança do Curimbó”. Mais recentemente, entretanto, a dança ficou nacionalmente conhecida como “Dança do Carimbó”, sem qualquer possibilidade de transformação (PRODEPA, 2006).

## Maracatu

Surgida entre os séculos XVII e XVIII – onde hoje é o estado de Pernambuco. A partir das coroações e autos do Rei do Congo, prática implantada no Brasil supostamente pelos colonizadores portugueses e, por consequência, permitida pelos senhores de escravos. Uma forma da coroa portuguesa abarcar as manifestações negras. “No dia e em frente à igreja de Nossa Sra. do Rosário havia a coroação dos Reis Negros” CANAL CURTA!, (2014). Candomblé e Maracatu fortemente perseguidos – Década de 1990 – visibilidade e revitalização através do grupo Nação Zumbi – Chico Science. Dança; Ritmo; Cortejo; “Festa de Carnaval; Desfile da Corte Real Negra. Personagens Principais: Rainha e Rei; Dama do Passo – carrega a Calunga (boneca que carrega/symboliza os axés das nações, referência aos ancestrais, a espiritualidade)” CANAL CURTA! (2014); Ala dos Orixás; Os Caboclos, Duque, Duquesa, Barão, Baronesa.

## Frevo

“No final do século XIX dois acontecimentos marcam o carnaval de rua: abolição da escravatura e a Proclamação da República”. (2012) Expansão Urbana em Recife/Pernambuco. “Primeiras agremiações carnavalescas no Recife. Primeiros Clubes Pedestres – Clubes de Frevo. Origem no Dobrado. Fanfarras militares. Variações: Maxixe, Polca, Quadrilha. Passo do frevo originado na Capoeira”. Legado da Capoeira. O surgimento das Sombrinhas – a polícia proíbe a capoeira, a sombrinha virava arma disfarçada. “Em 1907 foi a primeira vez que foi utilizada a expressão “pessoas estavam fervendo, frevendo... Frevo!” (2012) Marcha Carnavalesca Pernambucana – Frevo – Invenção do povo pernambucano.

Esse material serviu de subsídio para o grupo que passava a discutir as origens das danças, seus sentidos, símbolos e historicidade, bem como para o processo de divulgação das ações desenvolvidas no Projeto, configurando-se no portfólio do Projeto.

Ao final de cada modalidade de dança, foram elaboradas coreografias tendo como horizonte a participação em eventos artístico-culturais. A partir desse processo didático, o projeto ‘Danças Populares Brasileiras’ participou de 12 apresentações artístico-culturais no município do Rio Grande/RS e São Lourenço do Sul/RS e ministrou duas oficinas de ‘Danças Populares Brasileiras’ na 16ª Mostra de Produção Universitária (MPU), da FURG, realizada em 2017 e no 36º SEURS, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2018.

Na 16ª MPU, quatro mulheres, participantes do grupo da FURG, assumiram o protagonismo, junto à acadêmica/bolsista, ficando responsáveis pelo planejamento das atividades, pela organização e a produção dos materiais e pela seleção de passos característicos de cada cultura a ser vivenciada. Compreendemos, a partir dos relatos após a experiência, que essa iniciativa potencializou a autonomia dessas mulheres.



**Imagem 1 – Apresentação Samba de Roda**



Fonte: As autoras

**Imagem 2 – MPU 2017**



Fonte: As autoras

**Imagem 3 – Apresentação Xaxado (FURG)**



Fonte: As autoras



**Imagem 4 – Apresentação (FURG)**



Fonte: As autoras

Todas as vivências do projeto foram planejadas tomando como referências livros, vídeos e músicas, mas se observou que o grupo da FURG assumiu para si a tarefa da pesquisa acerca das indumentárias, dos adereços e das características que permeiam cada dança apresentada para vivência e coreografia mostrando aproximação com as culturas e fazendo com que se sentissem pertencentes ao processo de desenvolvimento/execução do Projeto.

Ao longo desses quatro anos, foram se constituindo amizades, relações interpessoais, trocas e aprendizados, além de identificar melhorias, de caráter pessoal, propiciadas pelo grupo que, de alguma forma, consegue estimular umas às/outras/os, bem como os desempenhos exercidos em suas vidas pessoais. Também, as redes sociais são aliadas na manutenção dos vínculos e das trocas.

## **APRENDIZADOS QUE REPERCUTEM NA FORMAÇÃO**

A partir da minha inserção no projeto e ao longo da minha atuação, pude perceber que que pela extensão, em seu processo de aproximação e interação dialógica com a comunidade, de transpor conhecimento de dentro da Universidade para fora e de fora para dentro, transbordando aprendizados e auxiliando na expansão de conhecimentos, possibilitou-me vislumbrar a formação como um todo, uma vez que as Danças se configuram num conteúdo relevante da Educação Física.

Faz-se necessário o resgate da cultura brasileira no mundo da dança através da tematização das origens culturais, sejam do índio, do branco ou do negro, como forma de despertar a identidade social do aluno o projeto de construção da cidadania (COLETIVO, 1992, p.83).

Para esses autores, “algumas formas de dança utilizam símbolos próprios das culturas a que pertencem, o que as torna de difícil compreensão e interpretação” (COLETIVO, 1992, p.83). Nesse sentido, entendo que o professor de Educação Física dará subsídios aos alunos para conhecerem e experimentarem através dos passos básicos das danças, contextos sociais, culturais e geográficos fazendo uma releitura da cultura e/ou dança a serem desenvolvidas e/ou estudadas, não adentrando em outros conceitos ou linguagens muito específicas.

O COLETIVO afirma que, “é recomendável uma abordagem de totalidade na qual as diferentes disciplinas podem contribuir, a partir dos diferentes campos de conhecimentos” (COLETIVO, 1992, p.83), destacando uma transdisciplinaridade no ensino, buscando, assim, fazer a interlocução com outras disciplinas, oportunizando ao aluno um maior aporte de conhecimento e aprendizado.

Outro documento oficial que aborda a questão da Dança Popular Brasileira ou Cultura Brasileira são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Em verdade, esse documento não menciona no seu “bloco de conteúdo” a palavra ‘Dança’, mas sim ‘Atividades rítmicas e expressivas’ ao qual descreve este bloco como sendo de manifestação da cultura corporal onde possui como característica a expressão e comunicação por meio de ritmos, sons, gestos, mímicas colaborando assim para a construção corporal dos alunos (BRASIL, 1998, p.71). Encontramos nos PCN a seguinte afirmação, “a capoeira, o samba, o bumba-meu-boi, o maracatu, o frevo, o afoxé, a catira, o baião, o xote, o xaxado” (PCN’s, 1998, p.71) como sendo, dentre muitas manifestações culturais ricas de sentidos e significados, danças que passaram, durante muito tempo, sendo desconsideradas como objetos de ensino e de aprendizagem pela Educação Física.

Documentos como esses, que embasam os conteúdos e/ou metodologia de ensino para a Educação Física, fortalecem e solidificam cada vez mais a área como potência nas diferentes linguagens e práticas corporais. Trazem a dança e a cultura popular como um arsenal de possibilidades, contribuindo também para a construção de identidade dos alunos.

Também, é importante ressaltar que a participação no projeto e de vivências relacionadas permitiu a escrita de um trabalho em conjunto com outra acadêmica, problematizando sobre a necessidade dos cursos de formação de professores de Educação Física mobilizarem saberes que possibilitem a promoção do ensino e da aprendizagem de diferentes manifestações da cultura popular brasileira intitulado: Experiências do Maracatu na formação de professores de Educação Física no VII Seminário Interfaces Pedagógicas Licenciaturas em Diálogo, em setembro deste ano (GULARTE; SILVA; FINOQUETO 2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As práticas pedagógicas desenvolvidas no Projeto aproximaram, sobremaneira, as/os participantes de culturas desconhecidas e/ou pouco acessíveis na região sul do Brasil, atingindo, desse modo, os objetivos propostos por esta ação extensionista. Para além, percebemos que a cada estilo proposto, o grupo mostra-se receptivo e empenhado no seu desenvolvimento e conclusão (coreografia).

Ressaltamos que o grupo permanece coeso e motivado, ao longo desses quatro anos, permitindo que possamos renová-lo e ampliá-lo. Destacamos que uma das ações objetivadas – a ampliação de grupos de trabalho – converte-se num desafio a ser enfrentado e superado.

## **AGRADECIMENTOS**

Um agradecimento especial a Universidade Federal do Rio Grande, através do fomento à Extensão/Cultura, pela qual tive a oportunidade de ser contemplada em três edições do projeto de extensão Danças Populares Brasileiras (2015-2016; 2017-2018; 2018-2019), além do custeio para congressos, seminários e eventos, servindo de divulgação, apresentação, troca de conhecimento e saberes desta extensão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília: MEC/ SEF, 1998

COLETIVO de autores. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo/SP: Cortez, 1992.

CORTÊS, Gustavo Pereira. **Dança, Brasil!**: festas e danças populares. Belo Horizonte/MG: Leitura, 2000.

GULARTE, Priscila Fontes; FINOQUETO, Leila Cristiane P. Danças Populares Brasileiras: trajetórias e experiências contribuindo para a formação docente. **Revista Conexão**, UEPG, vol. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/13448>. Acesso em: 02 de mar. de 2019.

\_\_\_\_\_; SILVA, Camila Rubira; FINOQUETO, Leila Cristiane P. Experiências do Maracatu na formação de professores de Educação Física. *In*: VII SEMINÁRIO INTERFACES PEDAGÓGICAS: LICENCIATURAS EM DIÁLOGO, 2019, Rio Grande. **Anais [...]**. Rio Grande, 2019.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *In*: **Revista Brasileira de Educação**. n. 19, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

MONTEIRO, Marianna. **Dança Popular**: espetáculo e devoção. São Paulo/SP: Terceiro Nome, 2011.

PRODEPA. O carimbó. **Pará, cultura, fauna e flora**. Belém/PA: Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Pará, 2006. Disponível em: <http://www.cdpara.pa.gov.br/carimbo.php>. Acesso em: 06 de mar. de 2019.

CURTA! DANÇAS REGIONAIS – **Maracatu de Baque Virado**. UERJ – Aline Valentim, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iF4j747M8Hg>. Acesso em: 10 de mar. de 2019.

SINDIRECEITA DEN – **FREVO – Patrimônio Imaterial da Humanidade**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdFZ21YQpjU>. Acesso em: 12 de março de 2019.

## ARTIGO 4

### COLETIVO “ESCUITA NA RUA”: A CONSTRUÇÃO DE UM *SETTING* PSICANALÍTICO EM ESPAÇO PÚBLICO

Área temática: Direitos Humanos e Justiça; Saúde  
Adriano Martins Alves<sup>\*</sup>; Roberta Rodrigues Silveira<sup>\*</sup>; Renata Santos Cravo<sup>\*</sup>;  
Daniela Delias<sup>\*\*</sup>; Fernando Hartmann<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Discente do Curso de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*</sup> Coordenadora da Ação de Extensão – Docente do Curso de Psicologia (FURG).

<sup>\*\*\*</sup> Docente do Curso de Psicologia (FURG).

## COLETIVO “ESCUTA NA RUA”: A CONSTRUÇÃO DE UM *SETTING* PSICANALÍTICO EM ESPAÇO PÚBLICO

Adriano Martins Alves; Roberta Rodrigues Silveira; Renata Santos Cravo;  
Daniela Delias; Fernando Hartmann

### RESUMO

A rua, este lugar de passagem, trabalho ou moradia, pode ser também um lugar de acolhida e escuta, não só porque nem sempre é possível ter acesso aos lugares que se propõem a escutar nossas histórias, mas porque enfatiza-se a importância de sua ocupação, sobretudo em uma época marcada por ataques governamentais às políticas públicas de saúde e educação. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de construção da ação de extensão “Coletivo Escuta na Rua” na cidade de Rio Grande – RS. Movido pelo compromisso político e poético com a democratização do atendimento psicológico e inspirado no trabalho realizado por diversos grupos de psicanalistas em outras cidades brasileiras, o Coletivo propõe contribuir com a ampliação do acesso à escuta psicanalítica na cidade. Foi organizado de maio a novembro de 2019, um grupo de trabalho composto por nove estagiários de psicologia clínica, dois supervisores acadêmicos e um psicoterapeuta de orientação psicanalítica. Foram feitas reuniões de preparação, as quais incluíram estudos teórico-técnicos e a escuta do desejo que movia os participantes frente à proposta. Após esse período, o grupo estabeleceu um *setting* de atendimento semanal em via pública, o qual, além dos recursos humanos, contou com cadeiras de praia, bancos da praça e um quadro verde onde eram escritas as informações sobre a ação, como forma de comunicação e convite. Participaram, além dos psicoterapeutas, as pessoas que, estando na rua, decidiram espontaneamente utilizar-se da escuta. Os atendimentos eram realizados individualmente ou por todo o grupo. As escutas foram posteriormente discutidas em reuniões semanais de supervisão. A realização das intervenções aponta para a importância de se pensar no compromisso social da Psicanálise, afastando-se de ideias de exclusão, bem como, para a constante reflexão acerca do formato de trabalho que melhor atenderia ao desejo de escuta no espaço a céu aberto.

**Palavras-chave:** *Setting*; Psicanálise; Espaços públicos.

### INTRODUÇÃO

A rua pode ser pensada como um caminho que nos leva a algum lugar. Porém, as desigualdades que apresenta intensificam-se diante de um capitalismo feroz, trazendo sofrimento às pessoas que nela vivem, trabalham e transitam, afetadas em maior ou menor grau pelas pressões sociais. Práticas médicas e psicológicas de nosso passado recente, com caráter higienista, perpassam ainda hoje uma visão de sociedade que exclui as diferenças. Agravando esse cenário, sabe-se o quão restrito é o acesso aos atendimentos de saúde mental, mesmo em instituições públicas.

No que se refere ao dia a dia das ruas, seja para protestar por vinte centavos ou, com a camisa da seleção nacional, servir de fante ao poder, é na rua que podemos – ao transitar – sentir o peso invisível de um mal-estar que nos sufoca como seres, fazendo com que nos sintamos perdidos em um planeta, vagando por um universo tão grande que se torna vazio frente à tanta desigualdade e temor.

Pelas ruas de diversas cidades brasileiras é possível ver famílias inteiras residindo na rua, com abrigos e barracas improvisadas com colchões, cobertores, pertences pessoais e animais. Em maioria, pessoas negras com rostos sofridos, vivendo um dia por vez, obrigadas a ter como lar o relento e o medo.

Esses cidadãos que Souza (2003) também nomeia de ralé são os que mais demonstram o nível de desigualdade que afeta nosso cotidiano, e que em nome do nosso mito de brasilidade e sem qualquer forma de mudança a curto prazo, acabamos relegando ao natural, mito esse que se assegura na invisível e infindável luta de classes que constitui o povo brasileiro. Boa parte dessas desigualdades estruturais estão nas nossas origens, como explica Ribeiro (1995) ao se referir às diferentes relações e origens dos brasileiros e seus brasis, as quais geraram questões contemporâneas, como a corrupção, os preconceitos, o racismo, o machismo e o jeitinho brasileiro.

Essas desigualdades presentes em nossas ruas, há tempos, intensificam-se ainda mais na atualidade diante de um capitalismo neoliberal feroz. Somado a isso, a esperança de um sistema mais próspero se afunda ao lado do último governo de esquerda em nosso país. Tal desesperança parece ser comum neste tempo a outras sociedades ao longo do mundo. Vale lembrar do tempo em que as ruas foram tomadas por pessoas, como traz Zizek em *O ano em que sonhamos perigosamente* (2012), referindo-se à ocupação da Wall Street e ao oriente médio ardendo em sua primavera. O mesmo pode-se dizer também sobre o que ocorreu nas ruas do Brasil, com “o gigante acordou”. O resultado, em muito foi decepcionante, trouxe como consequência guerras infernais, presidentes questionáveis e, é claro, um sono profundo, no qual nos vimos confortavelmente entorpecidos.

As questões, brevemente mencionadas, apontam não somente para o impacto sobre as pessoas que vivem e trabalham na rua, mas para todos aqueles que transitam pelas ruas das cidades, afetados em maior ou menor grau pelas desigualdades e pressões sociais, uma vez que o desamparo causado por essa realidade e por rotinas muitas vezes exaustivas contribui para a criação de uma complexa relação entre tempo e cuidado com a saúde.

Em 1921, Freud escreveu o texto *Psicologia das Massas e Análise do Eu*. Neste trabalho, destaca que, desde o começo, a psicologia individual é simultaneamente uma psicologia social. Um pouco mais adiante, em 1923, em *Prefácios e Textos Breves*, escreve:

Se a psicanálise, juntamente com sua importância científica, tem valor como método terapêutico, se é capaz de assistir indivíduos sofredores na luta pelo cumprimento das exigências da civilização, então essa ajuda também deve ser oferecida ao grande número daqueles que são pobres demais para remunerar o analista por seu penoso trabalho. Em nossa época isso constitui uma necessidade social [...] (FREUD, 1923, p.341).

Porém, segundo Broide (1992), a economia capitalista produz um colonialismo que impede estudantes e profissionais da área da saúde mental de acessarem à realidade de instrumentos teóricos e práticos que possibilitem uma práxis mais abrangente. Para o autor, a psicanálise tem-se desenvolvido, produzido e atuado, na maior parte dos casos, dentro do modo de vida uniforme das camadas médias e altas dos grandes centros dos países centrais e das metrópoles do terceiro mundo. Ainda assim, considera que há, na América Latina, tentativas concretas de busca

de soluções e ampliação do campo de aplicação da psicanálise de forma condizente com nossa realidade.

Considerando, sobretudo, as concepções de Freud acerca do compromisso social da Psicanálise, diversos coletivos formados por psicanalistas têm organizado e conduzido intervenções nas ruas, em diferentes locais do país, visando fornecer uma escuta acessível a todos que transitam pelas vias públicas, criando, assim, as “clínicas abertas de psicanálise”. De acordo com Guimarães (2016), a ideia de uma clínica aberta está inscrita num campo de práticas de psicanalistas que há muitas décadas consideram a psicanálise como algo que pertence à vida social e tem muito a contribuir para a coletividade.

Ao estender discussões teóricas iniciadas em sala de aula, surgiu a pergunta: em que medida é possível um grupo de estudantes de Psicologia da FURG, frente ao desejo de escutar a/na rua, organizar-se em um coletivo semelhante, baseado nos modelos das Clínicas Abertas de Psicanálise? Tendo em vista esta questão, o presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência de construção da ação de extensão “Coletivo Escuta na Rua” estabelecida no período de março a novembro de 2019 e realizada na Praça Xavier Ferreira na cidade de Rio Grande – RS.

## **METODOLOGIA**

Organizou-se um grupo de estudo e pesquisa composto por nove estagiários de psicologia clínica, dois supervisores acadêmicos e um psicoterapeuta de orientação psicanalítica. Foram feitas reuniões de preparação ao longo de dois meses, as quais incluíram estudos teórico-técnicos e a escuta do desejo que movia os participantes frente à proposta. Após esse período, o grupo estabeleceu um *setting* de atendimento semanal em via pública, localizado na Praça Xavier Ferreira, no qual além dos recursos humanos, contou com cadeiras de praia, bancos da praça e um quadro verde onde eram escritas as informações sobre a ação, como forma de comunicação e convite aos transeuntes. Participaram, além dos psicoterapeutas, as pessoas que, estando na rua, decidiram espontaneamente utilizar-se da escuta disponibilizada. Uma vez solicitado o atendimento, o psicoterapeuta disponível deslocava-se a um espaço que garantia privacidade à dupla. Em algumas situações, a escuta era realizada por todo do grupo. Todos os atendimentos foram posteriormente discutidos em reuniões semanais de supervisão e avaliação da proposta.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

Nos meses de março e abril de 2019, os quais antecederam o começo de intervenção, a equipe do Coletivo realizou algumas reuniões para a preparação da ação. Nestas reuniões, algumas leituras serviram como base teórica para o projeto. Destaca-se, inicialmente, a leitura e discussão da tese de doutoramento da Professora Analice Palombini, apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2007, que versa sobre a psicanálise e a cidade. O trabalho, intitulado *Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade – contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica* gerou, inicialmente, uma interessante conversa sobre as peculiaridades e curiosidades da cidade de Rio Grande a partir do olhar de cada membro do então nascente Coletivo Escuta na Rua (ainda sem nome até aquele momento). Percebeu-se que muitos dos que estavam ali presentes eram “estrangeiros” na cidade, pois partiram de outros locais e ali se encontraram por conta do vínculo com a universidade.

O trabalho de Palombini (2007), vale destacar, aborda o percurso da autora em uma experiência de acompanhamento terapêutico desenvolvida junto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos serviços de saúde mental da rede pública de Porto Alegre ao longo de dez anos. A autora, em seu texto, discute as relações entre a clínica e a cidade, buscando identificar algumas contribuições teóricas que se apresentaram em seu trabalho como ferramentas para a construção de uma clínica incorporada ao espaço público, destacando-se Lacan, Winnicott e Deleuze-Guattari. Discute, entre suas conclusões, que apesar de nascida na cidade, a clínica apresenta-se apartada desta. Para a autora, a presença da cidade é que singulariza a prática, levando a uma clínica conforme a radicalidade do que propõe a reforma psiquiátrica.

As reuniões iniciais também oportunizaram um contato maior com as propostas de trabalho de outros coletivos que atendem em formatos de clínicas abertas, as quais nos serviram como inspiração. Destacamos, entre elas, a *Psicanálise na Praça Roosevelt* e a *Clínica Aberta de Psicanálise* (São Paulo), a *Psicanálise na Praça* (Porto Alegre) e a *Psicanálise na Rua* (Brasília). Mais recentemente, os participantes dos diversos coletivos passaram a publicar relatos de suas experiências. Em um desses relatos, encontra-se a sensível descrição de Pinto (2019) acerca de suas impressões sobre o trabalho desenvolvido pelo coletivo de Brasília. A autora parte de um registro de memória impressionante: o de estar sentada, aguardando para escutar, e ter diante dos olhos a imagem de um pé, um pé sujo, cinza e descalço. Tratava-se de um homem pedindo dinheiro a uma mulher que por ali também passava (dinheiro para comprar um sapato). Ali estava o “consultório”, um *setting* repleto de imprevisibilidade. Ali, segundo a autora, estava o seu desejo de escutar a rua.

Também teve um importante espaço nesta formação inicial a leitura do trabalho de Ab'Sáber (2019) intitulado: *Clínica aberta de psicanálise: política imanente da clínica sendo um dos membros da Clínica Aberta de Psicanálise na Casa do Povo* (São Paulo). Neste texto, o autor discute, entre outros pontos, a questão do deslocamento dos analistas de seus consultórios, geralmente localizados em lugares privilegiados da capital paulista, para uma cidade real, o que considera uma experiência política capaz de inverter a relação trabalho-dinheiro para um outro tipo de economia, a economia da dívida. Segundo o autor, em um mundo que não é possível imaginar alternativas muito além do sistema vigente, compartilhar parte do seu dom, sem algum tipo de interesse maior, parece longe do real. Além desta questão, o autor aborda também a proximidade do método e das teorias psicanalíticas, no dispositivo grupal: a emergência do inconsciente para inconsciente e o potencial da sessão terapêutica única e da escuta flutuante. Nesse sentido, ressalta a importância de que a escuta aconteça neste lugar, a rua, que é verdadeiramente a cidade, viva, que se move, se modifica, assim como os sujeitos dessa ação, no caso paciente e terapeuta.

A leitura deste último material possibilitou uma aproximação entre as experiências dos psicanalistas, que se reuniram e realizaram atendimentos além das quatro paredes de seus seguros e aconchegantes consultórios, e a dos estudantes de psicologia que se reuniam em prol da proposição da presente ação, estes últimos vinculados à universidade pública. A despeito das singularidades colocadas pelas diferentes trajetórias entre pessoas já formadas e estudantes, avaliou-se que, em ambos os casos, privilégios sociais e econômicos estavam presentes nas formações e histórias pessoais de cada psicoterapeuta, o que, no entendimento do grupo, implica em um dever ético: ceder algo que sobra, no caso a escuta. A atividade proposta pelo grupo de estudantes em Rio Grande teve oportunidade de existir através



de uma universidade pública e de qualidade, que vem sistematicamente sendo atacada por interesses escusos de políticas públicas que privilegiam o mercado.

Após a realização dessas discussões iniciais, organizou-se o primeiro dia de intervenção. Os membros do coletivo realizaram uma intervenção-piloto, a qual ocorreu associada à realização de uma manifestação contra o corte governamental de verbas para a educação. Os componentes do grupo reuniram-se na Praça Tamandaré, sob a escadaria de um monumento no qual imponentes leões se digladiam, abriram cadeiras de praia, escreveram “Escuta na Rua” no quadro de giz e aguardaram os desdobramentos. Neste dia, cinco pessoas conversaram com os psicoterapeutas e outras pararam por alguns instantes para conhecer a proposta. Na primeira reunião de avaliação, decidiu-se pela mudança do *setting* físico, tendo em vista atingir um maior fluxo de pessoas. O local escolhido foi a Praça Xavier Ferreira, um espaço repleto de monumentos, árvores e pássaros, próximo do Mercado Público e de outros pontos importantes do município, com fluxo intenso de trabalhadores e pessoas em situação de rua. Os encontros passaram a ocorrer semanalmente, das 11:30h às 13:30h, sempre às quartas-feiras.

O quadro informativo além da escrita “Escuta na Rua”, trazia a informação de que o serviço prestado é o de “atendimento psicológico”. Esta mudança de texto, decidida também em reunião de avaliação, refletiu a consideração de que seria necessário comunicar mais claramente à população o tipo de atendimento oferecido, uma vez que apenas a expressão “escuta” talvez não remetesse tão diretamente à possibilidade de realização de psicoterapia (considerando-se a “estranheza” de poder realizá-la fora de um consultório fechado). Assumir a expressão “atendimento psicológico” também possibilitou ao grupo uma reflexão sobre as responsabilidades éticas frente às demandas que poderiam surgir, bem como a importância de construção de uma rede com os demais dispositivos de atenção à saúde, como os CAPS ou até a própria clínica-escola de psicologia da Universidade, para encaminhamentos quando necessário.

Foram prestadas em torno de 50 escutas, sendo algumas em grupo e algumas na modalidade individual. De acordo com os relatos, foi possível concluir que o público atendido representou diferentes grupos em termos de situação econômica e social. As falas-consultas ocorreram com tempos variados, caracterizando-se em algumas situações por sua brevidade e, em outras, por uma longa duração. Apesar das diferenças em relação ao tempo, chamou a atenção do grupo que todas foram bastante pontuais no que se refere à comunicação do sofrimento, como mostram as vinhetas: “Eu preciso falar sobre meu filho adolescente”; “O que quero falar é bem direto: meu familiar faleceu e estou muito triste”; “Desde que sofri um acidente tenho sentido ansiedade, preciso de ajuda”; “O meu problema é a bebida... tá bem difícil”; “Eu preciso falar com uma mulher sobre um problema feminino”, “É tanta dor aqui dentro, tanto silêncio, tanta gente na rua e aqui dentro esse silêncio”, entre outros. Se, de um lado, os relatos foram diretos e pontuais, a busca de ajuda, de outro, não implicou em desejo de parte do psicoterapeuta diretividade e encaminhamentos. Pelo contrário, muitas pessoas que foram ouvidas relataram sentir imenso alívio pelo fato de serem escutadas e, sobretudo, ouvirem a si mesmas em meio à correria dos dias e da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A praça e a cidade parecem ter acolhido a proposta com curiosidade e carinho. O fluxo de olhares curiosos, fotos e elogios em relação à iniciativa foi constante nos encontros realizados, evidenciando que algo novo e estranho à rotina da praça estava acontecendo. O projeto, para surpresa do grupo, foi amplamente divulgado em rede virtual, o que gerou o convite para uma publicação com destaque em jornal e entrevistas a rádios e TV locais. Por outro lado, chamou também a atenção um importante número de pessoas que, ao passarem, disseram coisas, como: “Preciso voltar aqui outro dia. Que dias vocês estão aqui?”; “Ainda não estou pronto para falar, mas um dia virei”. Apesar da ampla divulgação, frases como estas permitiram ao grupo refletir que o estabelecimento desta relação com a cidade trata-se de um processo lento, que requer paciência, humildade e respeito ao desejo e tempo da comunidade.

Em relação a isso, como acadêmicos de Psicologia, a realização da ação possibilitou uma importante reflexão sobre o desejo de estar nas ruas e praticar aquilo que é aprendido ao longo da trajetória acadêmica, enfrentando os medos e receios sobre o que poderia acontecer neste *setting* tão incomum, uma praça, longe do conhecido lugar de atendimento na clínica–escola onde é realizado o estágio de psicologia clínica.

Atenta-se, sobretudo, para a ampliação da compreensão acerca do fenômeno “transferência”, um dos principais fundamentos da psicanálise criada por Freud – e que diz respeito às nuances das relações afetivas entre paciente e psicanalista – considerando que, em ações como esta, a transferência encontra-se implicada em uma profunda relação do coletivo com a cidade e seus diferentes personagens. Estar na rua, este lugar tão imprevisível, dinâmico e poético, foi uma experiência profissional e humana enriquecedora e importante para a futura profissão de psicólogo.

## REFERÊNCIAS

- AB’SÁBER, Tales; ZAIDEN, Aldo. Clínica aberta de psicanálise: política imanente da clínica. In: KATZ, Ilana; BROIDE, Emília Estivalet. (Orgs.). **Psicanálise nos Espaços Públicos**. São Paulo: IP/USP, 2019. p. 108-117.
- BROIDE, Jorge. A psicoterapia psicanalítica na rua realizada através de grupo operativo: a rua enquanto instituição das populações marginalizadas. **Psicologia: ciência e profissão**. v. 12, n. 2, p. 24-33.1992.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do Eu. In: FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 13-113.
- GUIMARÃES, Daniel. **Uma clínica pública de psicanálise**. 2016. Disponível em: <http://vilaitororo.org.br/em-obras/clinica-publica-de-psicanalise/uma-clinica-publica-de-psicanalise/>. Acesso em: 11 de jul. de 2019.
- MARINO, Adriana Simões; COARACY, Augusto Ribeiro; OLIVEIRA, Thiago. Uma experiência de clínica aberta de psicanálise. **Lacuna: uma revista de psicanálise**. n. 5. 2018. p. 4. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2018/06/04/n05-04/>. Acesso em: 11 de jul. de 2019.
- PALOMBINI, Analice de Lima. **Vertigens de uma psicanálise a céu aberto: a cidade**. Contribuições do acompanhamento terapêutico à clínica na reforma psiquiátrica. 2007. 247 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Medicina Social, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- PINTO, Tainá. Os pés descalços: um relato sobre a experiência Psicanálise na Rua. **Teoría y Crítica de la Psicología**. v. 12, p. 368-385, 2019.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira**: quem é e como vive. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

## ARTIGO 5

### EDUCA(AÇÃO) HUMANIZADORA: PROGRAMA CENTRO DE REFERÊNCIA EM APOIO ÀS FAMÍLIAS

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Eliane Lima Piske<sup>\*</sup>; Angela Adriane Schmidt Bersch<sup>\*\*</sup>; Angela Torma Pietro<sup>\*\*\*</sup>;  
Gabriela de Biazzí Avila Vieira<sup>\*\*\*\*</sup>; Maria Angela Mattar Yunes<sup>\*\*\*\*\*</sup>;  
Narjara Mendes Garcia<sup>\*\*\*\*\*</sup>; Simone de Biazzí Ávila Batista da Silveira<sup>\*\*\*\*\*</sup>



---

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal de Rio Grande – PPGEA/FURG, bolsista CAPES.

\*\* Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação IE/PPGEDU/FURG.

\*\*\* Professora do Curso de Direito da Faculdade Anhanguera do Rio Grande.

\*\*\*\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG.

\*\*\*\*\* Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, Niterói/RJ.

\*\*\*\*\* Professora do Instituto de Educação – IE e do Programa de Pós-Graduação em Educação IE/PPGEDU/FURG.

\*\*\*\*\* Professora da Faculdade de Direito – Fadir/FURG. Coordenadora da atividade.

## **EDUCA(AÇÃO) HUMANIZADORA: PROGRAMA CENTRO DE REFERÊNCIA EM APOIO ÀS FAMÍLIAS**

Eliane Lima Piske; Angela Adriane Schmidt Bersch; Angela Torma Pietro;  
Gabriela de Biazzi Avila Vieira; Maria Angela Mattar Yunes; Narjara Mendes Garcia;  
Simone de Biazzi Ávila Batista da Silveira

### **RESUMO**

O Centro de Referência em Apoio as Famílias (CRAF) é um programa que agrega seis projetos integrativos ao educar pela atuação. Para desenhar cada um dos projetos foi realizado um diagnóstico das necessidades com a comunidade. Tivemos como objetivos integrar várias áreas do conhecimento, fortalecer os espaços de convivências e alcançar uma educa (ação) humanizadora, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos grupos. Com a integralidade do ensino, pesquisa e extensão pelo envolvimento e atuação coletiva dos participantes alcançamos os resultados, sendo necessário a alteração dos ambientes, para conseqüente mudança nos comportamentos e atitudes numa trans(formação) permanente dos envolvidos.

**Palavras-chave:** Educação; Programa; Ação extensionista; Comunidade.

### **INTRODUÇÃO**

O artigo apresenta as ações que integram o Programa Centro de Referência em Apoio às Famílias (CRAF), vigente desde 2012 na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). O Programa mobiliza atuações experienciais nas diversas áreas do conhecimento, contemplando a participação das pessoas ao transversalizar o educar pelas ações individuais, em que a reflexão começa no “eu-ambiente” ao reconhecer o *ser* como fundante no âmbito planetário. Quando mencionamos a individualidade não é no sentido de ser individualista, mas ao considerar as especificidades individuais num mundo que é diverso. Entretanto, não pode ser adverso ao bem estar e à qualidade de vida da comunidade, sendo ela que constitui os atores da ação extensionista.

Os projetos mediação de conflitos, direitos humanos e cidadania, educação parental, formação de educadores sociais, psicomotricidade relacional e a conversa(ação) com educadores das infâncias integram o CRAF. A seguir podemos visualizar algumas das integrantes:

**Imagem 1 – Equipe CRAF/FURG**



Fonte: arquivo pessoal das autoras, 2017

O Programa possui uma sistemática multidisciplinar nas/para/com as crianças, os educadores das infâncias e os profissionais da rede intersetorial, agentes que discutem as questões atinentes aos problemas e as possíveis soluções frente às incertezas que assolam as comunidades periféricas do município de Rio Grande/RS. O Programa integra os seis projetos multidisciplinares *com* a tríade ensino, pesquisa e extensão ao mediar possíveis conflitos das relações familiares, interpessoais e ambientais, enobrecendo a valorização dos saberes pela complexidade e não pela adversidade, o que está em consonância com os objetivos que são: integrar várias áreas do conhecimento, fortalecer os espaços de convivências e alcançar uma educação humanizadora, no intuito de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

## **METODOLOGIA**

Para trabalhar em parceria com a comunidade é necessário conhecer os contextos e as peculiaridades dos grupos, proposição alcançada com a utilização da metodologia experiencial. A metodologia experiencial está sendo implementada no Brasil por meio das ações do CRAF em que destacamos: intervenção psicoeducacional (PIETRO; PISKE; YUNES, 2017) e a Formação de Educadores Sociais na promoção da resiliência profissional (BERSCH, *et al.*, 2018), fios propulsores e desafiadores das intervenções que são e estão sendo realizadas pela equipe do CRAF nas comunidades periféricas do município. Seguimos algumas etapas, como: realizar um mapeamento e o diagnóstico da realidade local com as anotações nos diários de campo das observações naturalísticas, posteriormente desenhamos as intervenções vivenciais a partir das necessidades.

É importante mencionar que as formações experienciais mobilizadas pela equipe do CRAF podem vir a se tornar subsídios para promover políticas públicas de atenção às famílias, aos educadores das infâncias, as crianças e aos profissionais da educação, já que busca permanentemente implementar metodologias inovadoras pela (trans)formação educadora. O Programa compõe uma estratégia única de referência em acolhimento cooperativo às demandas socioambientais, psicocorporais e educativas.

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

O educar pela ação nos possibilita apresentar as atuações que são desenvolvidas no Programa: iniciamos com o Projeto Mediação de Conflitos que oferece à comunidade outra forma de resolver seus conflitos sem a necessidade de uma intervenção judicial. A mediação é uma das formas de conduzir os conflitos, podendo estes apresentar as mais diferentes naturezas, como vizinhança, familiar, no grupo escolar, dentre outros. Na mediação, uma terceira pessoa age como facilitador para que ocorra o diálogo entre as partes envolvidas. O atendimento de mediação é feito em três etapas fundamentais: a pré-mediação, a mediação e a elaboração do acordo, devendo ser ressaltado, no entanto, que esta última fase não deve representar o objetivo do atendimento, sendo considerado sucesso a oportunidade do diálogo das partes.

A mediação de conflitos pode ter variados enfoques, no entanto, o projeto a elabora de maneira a “capturar o potencial transformativo dos conflitos, atendendo a perspectiva relacional da sociedade” (SILVEIRA; YUNES, 2016, p.290), o que aponta o método como verdadeira possibilidade de formação, e que visa fortalecer as relações de forma saudável, bem como oportunizar os processos de autonomia das pessoas envolvidas. Os espaços onde se realizam as mediações de conflitos são dotados de pedagogicidade, já que possuem um elemento comunicativo invisível, que trazem as pessoas a ideia de equilíbrio de poder, o que, no pensamento de Bronfenbrenner (1996) é elemento essencial para que os processos proximais se desenvolvam positivamente: os referidos ambientes são elaborados em forma circular, onde todos os envolvidos, inclusive os mediadores, são posicionados de forma a estabelecerem relações de forma horizontal e dialógica.

Além das mediações realizadas cotidianamente junto ao Escritório Modelo de Assessoria Jurídica da Faculdade de Direito da universidade Federal do Rio Grande – EMAJ/FURG, o projeto mediação contempla também uma parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, que é o órgão do Poder Judiciário responsável pela política de mediação, conciliação e justiça restaurativa. Assim, o projeto atua no sentido de elaborar e executar formações com os mediadores judiciais, com vistas a melhorar seu desempenho nas intervenções judiciais. A parceria com o CEJUSC também elabora a ministra cursos sobre a temática da Comunicação não violenta e mediação de conflitos junto à comunidade.

Como resultado das ações que vêm se desenvolvendo desde 2009, o projeto já proporcionou mudanças no currículo do curso de Direito/FURG, tendo sido criada a disciplina obrigatória de Métodos Autocompositivos em Resolução de Conflitos, onde o acadêmico passa a ter contato com as diversas metodologias autocompositivas, que privilegiam o reconhecimento do outro, bem como potencializam as possibilidades de experiências humanizantes, no sentido atribuído por Bronfenbrenner (1996). As metodologias autocompositivas partem, em geral, do reconhecimento de todas as pessoas como parte da comunidade, e representam um movimento que vai na contramão dos métodos tradicionais que implicam em exclusão e adversariedade.

O Projeto Direitos Humanos e Cidadania visa (trans)formar a atuação individual numa rede de atendimento protetiva ao agir efetivamente na capacitação de agentes sociais. São formados grupos de discussões com profissionais da rede de atendimento acerca das mais diversas nuances do complexo do fenômeno das violências. Nos grupos são tratados temas como a violência intrafamiliar, o abuso sexual, dentre outros. Já participaram cerca de 200 profissionais. Além dos grupos formativos, o projeto tem realizado um trabalho junto às escolas do município

com o intuito de levar aos adolescentes conhecimentos e reflexões sobre questões relacionadas à garantia de direitos, cidadania e prevenção a violência. As atividades são sistemáticas e respeitam o calendário escolar do município, já foram beneficiadas cinco escolas. O Projeto Educação Parental realiza grupos de apoio e de educação parental nas comunidades, em parceria com escolas e os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Os grupos de apoio são mobilizados pelos serviços de apoio parental e o atendimento é feito semanalmente e no período de dois a cinco meses para cada grupo de apoio familiar. A metodologia segue o modelo experiencial (GARCIA, 2012) com base em atividades abordadas por meio de histórias fictícias e posteriores questões para o debate, nas quais se oferece a chance de aprofundar e explorar causas e a sua relação com as consequências de diferentes práticas parentais. Após, se estabelecem compromissos a serem assumidos pela família, terminando com uma atividade que permite visualizar e dar relevo aos tópicos principais da sessão.

O programa de educação parental espanhol “Crescer Felizes em Família” (RODRIGO *et al.*, 2008) tem sido utilizado como base para a organização dos encontros com as famílias participantes. Todo o material do Programa foi traduzido e adaptado para a língua portuguesa. Os conteúdos abordados estão centrados nos aspectos educativos, relacionais e experienciais da convivência entre pais e filhos, tendo como finalidade o desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Os módulos temáticos incluem diversas atividades que contribuem para o diálogo de saberes e reflexão sobre as práticas educativas parentais. Estes módulos são divididos em sessões e cada sessão representa um encontro de duas horas de duração. Cada sessão apresenta um tema, objetivos e atividades específicas. Na perspectiva do “modelo evolutivo-educativo e comunitário” presente na proposta teórico-metodológica deste programa, as atividades desenvolvidas na intervenção apresentam como enfoque a discussão das narrativas das situações vivenciadas pelas famílias participantes e as discussões sobre o exercício da parentalidade, tendo como objetivo a construção coletiva de novas narrativas e alternativas para as práticas educativas no ambiente familiar. Sendo assim, estas discussões em grupo demandavam tempo, pois as famílias participantes demonstravam gostar de expor situações concretas e discutir os temas propostos. Ao todo, já foram realizados oito grupos de educação parental pela equipe do CRAF e mobilizados quinze grupos por outros serviços do município com o acompanhamento dessa equipe. Além disso, foram realizados mais de dez atendimentos individuais às famílias encaminhadas pelos serviços para orientação e apoio parental.

O Projeto Formação de Educadores Sociais aposta nas formações relacionadas às práticas profissionais, por meio de grupos de discussões, de vivências e de atividades que utilizam a linguagem corporal. O projeto está inserido e mobiliza com os educadores sociais dos abrigos municipais do Rio Grande. As formações visam qualificar as intervenções propostas pelos educadores sociais para que profissionais sejam promotores de desenvolvimento saudável, resiliência e bem estar na vida de crianças e de adolescentes institucionalizados (BERSCH, *et al.*, 2018).

O Programa de Formação de Educadores Sociais e da equipe técnica que atua em instituição de acolhimento foi organizado pela equipe em 2017 e está disponível na versão impressa (BERSCH *et al.*, 2018) e *e-book* (BERSCH *et al.*, 2019). A proposta visa promover discussões sobre temas relevantes e pertinentes ao cotidiano profissional dos participantes. A Formação tem por objetivo promover a resiliência no contexto profissional, visando a uma melhoria na qualidade de vida



dos profissionais, das crianças e dos adolescentes institucionalizados. Olhar ecologicamente para o Educador Social como promotor de boas práticas e, por meio de um processo de formação, possibilitar a promoção de resiliência em contexto de instituições de acolhimento é o objetivo desta (inter)ação. Para que sejam promotores do desenvolvimento saudável e do bem-estar dos residentes institucionalizados é necessário abordar e discutir sobre a função deste profissional e suas ações, interações e intervenções positivas. Os bons tratos, as relações de apego e a afetividade são elementos cruciais para fortalecer os vínculos e impulsionar a resiliência no contexto profissional, bem como fortalecer a equipe e a (re)construção da identidade do Educador Social, ressignificando as suas atribuições e funções voltadas para o bem-estar das crianças e adolescentes institucionalizados.

Desta forma, é crucial propiciar um espaço de formação para que o Educador Social reflita e (re)pense sobre suas práticas por meio de formações mediadas por uma equipe multidisciplinar (BERSCH, 2018). O Programa de formação ao qual nos referimos visa a promoção da resiliência profissional, aborda e promove o diálogo sobre o impacto das imagens sociais e crenças nas práticas educativas do Educador Social em instituição de acolhimento. Sobretudo, para ressignificar as concepções que estão atreladas a um sistema de crenças destes profissionais e por meio de atividades interativas e dialógicas desmistificar e descristalizar conceitos e percepções.

Destacamos que esta proposta emprega estratégias pedagógicas e tem como tônica a linguagem corporal e as experiências do grupo, com foco nas emoções, sentimentos, carências, deficiências e potencialidades dos envolvidos. As vivências da corporeidade tanto coletivas como individuais indicam a formação como uma possibilidade de mudança e a linguagem corporal um fator potencializador da resiliência profissional em contexto de risco. A resiliência profissional explica Bersch e colaboradoras:

É a expressão da pessoa em enfrentar uma circunstância, um acontecimento, um conflito ou um fato adverso, em que é exposta a uma situação de vulnerabilidade ou de risco no seu ambiente de trabalho ou relacionada a ele e poderá superar de forma a transformar esse episódio em fator de proteção” (BERSCH *et al.*, 2018, p.09).

O Projeto Psicomotricidade Relacional (PR) é uma estratégia pedagógica que tem por base a construção de possibilidades de aprendizagens, por meio de uma sistemática dialógica. A metodologia da PR oportuniza e preconiza uma atitude ativa dos participantes diante de possíveis conflitos internos por meio de atividades lúdicas e de jogos simbólicos, em um ambiente seguro e prazeroso acompanhado por um facilitador (BERSCH; JULIANO, 2015).

A Psicomotricidade Relacional (PR) caracteriza-se por – escutar, considerar e notabilizar o diálogo entre o corpo e os aspectos psíquicos do ser humano, focalizando na compreensão e na atividade dos núcleos psicoafetivos. A PR propicia um espaço de jogo espontâneo, incentivando e facilitando o indivíduo a manifestar e expressar suas dificuldades relacionais, suas necessidades e seus desejos, potencializando a socialização através de uma decodificação simbólica do comportamento natural e descontraído do sujeito. Tais ações ocorrem por meio de uma leitura de seu conteúdo comunicativo-simbólico, a fim de intervir na estruturação e evolução da dimensão afetiva (LAPIERRE, 2010; VIEIRA; BATISTA; LAPIERRE, 2005).

A prática psicomotriz educativa explica Negrine (1995), tem como eixo três alicerces que são: a comunicação, a exploração corporal e vivências simbólicas, caracterizadas com o favorecimento do movimento espontâneo da pessoa

e a estrutura das aulas facilitando a comunicação e a interação dos envolvidos. O grande diferencial da prática psicomotriz pedagógica se situa na interação do adulto como facilitador no desenvolvimento dos participantes envolvidos, sendo organizada a PR com estruturas de rotina ajudando assim o educador na elaboração das atividades e estratégias com o auxílio de diferentes materiais a fim de favorecer a evolução no comportamento dos participantes.

Nas sessões prioriza-se a utilização de materiais que são objetos simples (como por exemplo, bola, corda, arco, jornal, cubos, legos, etc.) e que podem ser explorados pelos envolvidos, oferecendo uma infinidade de possibilidade de jogo sensório motor e simbólico. O brincar livre, no entanto, deve ser acompanhado de um facilitador, que interage quando necessário com os participantes como um parceiro simbólico e se insere no universo da fantasia juntamente com os participantes (JULIANO *et al.*, 2016). O objetivo da PR é dar ênfase àquilo que a pessoa tem de positivo, o que ela sabe fazer, e não se preocupar com o que ela não sabe. Dizem que o melhor método para ajudar uma pessoa a superar suas dificuldades é conseguir que ela esqueça suas inabilidades (NEGRINE, 1995).

Por fim, o *Projeto Conversa(ção) com Educadores das Infâncias* que foi criado no final do ano de 2017, decorrência de uma tese em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental pela Universidade Federal de Rio Grande (PPGEA/FURG). No início do ano de 2018, antes da qualificação do projeto de tese organizamos as oficinas de comunicação e reflexão, posteriormente desenhamos o Curso de Educação Ambiental das Infâncias para a formação de educadores ambientais das infâncias (PISKE; GARCIA; YUNES, no prelo). No Curso tivemos um encontro presencial e contamos com as atividades à distância que foram realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA pela Secretaria de Educação a Distância (SEaD/FURG), desenvolvido na Plataforma *Moodle*, de acesso aberto. As turmas foram bastante heterogêneas com educadores da rede municipal, estadual e particular, além de estudantes de graduação. Neste ano de 2019 depois da qualificação da tese, delineamos o Curso presencial práticas psicocorporais através de ginásticas historiadadas corporal(mente), onde participaram 30 educadores da Educação Infantil da rede pública do município de Rio Grande.

O desafio do CRAF é (sempre será) fortalecer e agregar atuações integradas com a comunidade pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Por isso, os projetos que integram o programa mobilizam ao sensibilizar reflexões a partir de ações que possibilitam novas práticas integrativas, sempre numa permanente educa(ção) humanizadora.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As ações cooperativas dos projetos continuam embora os objetivos tenham sido alcançados pela sensibilização das atuações. Salientamos que é necessário lutar ao engajar a comunidade para ampliar cada vez mais as atuações em contextos. A sociedade precisa ser protagonista ao reconhecer suas potencialidades individuais em âmbito coletivo.

Entendemos que a formação de multiplicadores e a capacitação permanente dos acadêmicos e dos envolvidos nas referidas ações do CRAF contribuem para compartilhar os conhecimentos pela tríade ensino, pesquisa e extensão. A alteração das situações problemas pelas atuações coletivas somente foi possível pelo contato com a comunidade ao contextualizar e valorizar a educa(ção) humanizadora ao ser mais humano.

## AGRADECIMENTOS

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG); a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

## REFERÊNCIAS

BERSCH, Angela Adriane Schmidt; PISKE, Eliane Lima; YUNES, Maria Angela Mattar Yunes; GARCIA, Narjara Mendes; SILVEIRA, Simone Biazzi Batista da; PIETRO, Angela Torma. Programa de Formação de Educadores Sociais na Promoção da Resiliência Profissional. In: Ângela Adriane Schmidt Bersch [et al.]. – **Rio Grande**: Ed. da FURG, 2018. Disponível em: <http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7867/EbookCompleto.pdf?sequence=3>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

BERSCH, Ângela Adriane Schmidt; JULIANO, Andreia. Psicomotricidade relacional e a repercussão na formação acadêmica de alunos de educação física – FURG. **Revista Didática Sistemática**. Edição Especial, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/5906/3649>. Acesso em: 13 de maio de 2019.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

GARCIA, Narjara Mendes. Educação Parental: Estratégias de intervenção protetiva e as interfaces com a educação ambiental. **Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG**, Rio Grande/ RS. Disponível em: <https://educacaoambiental.furg.br/images/stories/teses/2012/tese%20verso%20final%202012.pdf>. Acesso em: 06 de set. 2019.

JULIANO, Andreia da Costa; BERSCH, Angela Adriane Schmidt; PISKE, Eliane Lima; GARCIA, Narjara Mendes; COUSIN, Claudia da Silva. Psicomotricidade relacional na educação infantil: relações de pertencimento e reflexões com a educação ambiental. **Revista Eletrônica Mestrado em Educação Ambiental**. E-ISSN 1517-1256, v. 33, n. 3, p. 198-212, set./dez., 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5832/4166>. Acesso em: 10 de jun. 2019.

LAPIERRE, André AUCOUTURIER, Bernard. **Fantasmas corporais e prática psicomotora**. São Paulo: Manole, 1984.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil – Psicomotricidade: alternativas pedagógicas**. Porto Alegre: Ed. Prodil, 1995.

PIETRO, Ângela Torma; PISKE, Eliane Lima; YUNES, Maria Angela Mattar Yunes. Educador social e ambiental: protagonista na formação de uma rede de proteção para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Ambiente & Educação**. Rio Grande, n. 2, v. 22, p. 154-172, dez., 2017. ISSN 1413-8638, Rio Grande/Brasil. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/7366/5104>. Acesso em: 12 de jul. 2019. Doi: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v22i2.7366>.

RODRIGO, Maria José; MÁIQUEZ, Maria Luiza; BYRNE, Sonia; RODRÍGUEZ, B.; RODRÍGUEZ, Guacimara e Pérez, L. **Crece felices en familia: Um programa de apoio psicoeducativo para promover el desarrollo infantil**. Canarias, Espanha: Dirección General de Acción Social, Consejería de Sanidad y Bienestar Social, Junta de Castilla y León, 2008.

SILVEIRA, Simone de Biazzi Avila Batista; YUNES, Maria Angela Mattar. A mediação e a ecologia das relações familiares sob as perspectivas do desenvolvimento humano e da psicologia positiva. In: **Mediação de Conflitos: paradigmas contemporâneos e fundamentos para a prática**. MARODIN, Marilene; MOLINARI, Fernanda (Org.). – Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016.

VIEIRA, José Leopoldo, BATISTA Maria Isabel Bellaguarda, LAPIERRE, Anne. **Psicomotricidade Relacional: A teoria de uma prática**. Curitiba. Filosofart, 2005.

## ARTIGO 6

### NÚCLEO DE ESTUDOS E AÇÕES INCLUSIVAS – NEAI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, PROMOVENDO UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA

Área temática: Direitos Humanos e Justiça  
Juliana dos Santos Freitas<sup>\*</sup>; Rúbia Cristina da Silva Passos<sup>\*\*</sup>;  
Carla Imaraya Meyer de Felipe<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Discente do curso de Engenharia Civil Costeira e Portuária, Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*</sup> Discente do curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*\*</sup> Docente, coordenadora da atividade, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

## **NÚCLEO DE ESTUDOS E AÇÕES INCLUSIVAS – NEAI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, PROMOVENDO UMA UNIVERSIDADE INCLUSIVA**

Juliana dos Santos Freitas; Rúbia Cristina da Silva Passos;  
Carla Imaraya Meyer de Felipe

### **RESUMO**

O Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI iniciou suas atividades no ano de 2005 na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) com o objetivo de atender a acessibilidade e permanência de estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educativas Específicas – NEE, professores e dos técnicos da Universidade também, bem como a comunidade em geral, incluindo as escolas do Município do Rio Grande e sua rede de apoio. Atualmente, o núcleo promove serviços de capacitação profissional, formação continuada, através de atividades tais como: cursos, eventos, reuniões workshop, além de participação cultural em feiras, mostras científicas e semanas acadêmicas, com oficinas de sensibilização, consultoria pública, informativos sobre os direitos das pessoas com deficiência e/ou NEE e suas possibilidades. A equipe é multidisciplinar envolvendo áreas diversas tais como: psicologia, pedagogia, letras, direito, fisioterapia, engenharia civil, matemática aplicada, etc. Desenvolvendo ações transversais junto ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, ao qual está vinculado, e a todos os institutos da universidade, articuladas com todas as Pró-Reitoria da FURG.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Permanência; Educação Inclusiva.

### **INTRODUÇÃO**

Os avanços por meio das políticas públicas de educação/educação inclusiva exigem a criação e aperfeiçoamento dos programas/projetos das universidades e demais instituições profissionalizantes, assim como maiores investimentos para que a inclusão e a acessibilidade consigam, para além do ingresso, a permanência dos estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educativas Específicas (NEE).

Nesse sentido, foi criado em 2005 o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI por meio do Programa INCLUIR, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Tem como objetivo geral atender as necessidades de acessibilidade e permanência de estudantes com Deficiência e/ou Necessidades Educativas Específicas – NEE, dos professores e dos técnicos da Universidade também, bem como a comunidade em geral. Consolidando suas ações afirmativas em uma política voltada para Educação Inclusiva.

No decorrer dos anos o Núcleo se desenvolveu e criou cinco laboratórios especializados em diferentes áreas (Psicologia, Pedagogia, Assistência Social, Letras/LIBRAS, Direitos Humanos, Matemática, Tecnologia Assistiva, Fisioterapia e Arquitetura/Engenharia). São eles: o Grupo Acessibilidade (GA), o Laboratório de Acessibilidade e Mobilidade Urbana (LAMU), a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), o Grupo de Extensão e Pesquisas Inclusivas (GEPI) e o Laboratório NEAI

(LabNEAI). Laboratórios que contam com bolsistas e técnicos capacitados para executar projetos e atividades necessárias para a disponibilização de orientação e suporte adequado aos estudantes da FURG e à comunidade em geral.

Dessa forma, o presente trabalho objetiva demonstrar as ações desenvolvidas pelo Programa NEAI, no que tange às atividades extensionistas. Todavia, estas só são possíveis, porque são atreladas à pesquisa bem como ao ensino. E, com base na relevância do trabalho que o Núcleo realiza, de modo interdisciplinar e colaborativo, é que se faz necessária a apresentação deste para conhecimento da comunidade acadêmica e em geral.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O paradigma da Educação para Todos, estabelecido pela Constituição Federal (1988) em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” é regido pela experiência acadêmica e prática, tem levado as redes de ensino em todo o Brasil a receber alunos com necessidades educativas específicas.

No município de Rio Grande, no entanto, as ações inclusivas ainda são embrionárias. É, portanto, do interesse acadêmico e da prática educativa o acompanhamento sistemático de crianças com necessidades educativas específicas, que ingressam no ensino fundamental educacional, com pouca experiência de ações inclusivas. Essa oportunidade propicia a observação da ação da escola em relação a esses sujeitos, do seu desenvolvimento global, a implementação de intervenções educativas adequadas a novas estratégias pedagógicas e a qualificação dos profissionais da instituição e do âmbito escolar.

O MEC, em 2009, descentralizou verba para auxiliar estudantes do ensino superior e dentre as ações da Pró-Reitoria de Ações Estudantis – PRAE foi criado Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas – PAENE que disponibiliza bolsas aos acadêmicos da graduação para desenvolverem atividades de permanência em sala de aula e/ou acompanhamento de acadêmicos com deficiência e/ou necessidades educativas específicas no sentido de integrá-lo no ambiente universitário.

Na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (13146/2015), a educação especial na perspectiva da educação inclusiva é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Esta, integrada à proposta pedagógica da escola regular, realiza o atendimento educacional especializado a alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e transtornos funcionais específicos, além de orientar a organização de redes de apoio, a formação continuada, a identificação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas (apoio pedagógico especializado, atendimento pedagógico domiciliar, classe hospitalar e estimulação precoce).

No sistema educacional inclusivo, em todos os níveis e modalidades, desde a educação básica à educação superior, a transversalidade da educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem desses alunos. Estas ações devem envolver o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos

e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvem ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2008, p.16; BRASIL, 2015, p.07).

Sendo assim, e observando o previsto no “Documento orientador Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior – SECADI/SESU– 2013”, compete aos gestores da educação superior:

[...] o planejamento e a implementação das metas de acessibilidade preconizadas pela legislação em vigor, bem como o monitoramento das matrículas dos estudantes com deficiência na instituição, para provimento das condições de pleno acesso e permanência (BRASIL, 2013a, p.12).

No mesmo documento, as orientações aos gestores da educação superior são mais explícitas:

[...] As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (BRASIL, 2013a, p.12, grifamos).

A atualização teórica e a experimentação de possibilidades são vivências na formação continuada que qualificam a escola que recebe anualmente estudantes com suas especificidades. É tarefa primordial capacitar os professores que têm alunos incluídos e todos os demais, pois diariamente vivem esta experiência de inclusão das pessoas com deficiência. Propõe-se difundir uma variedade de possibilidades de tecnologias sociais e desenvolver ações para que sejam multiplicadores deste conhecimento.

## **METODOLOGIA**

O NEAI está localizado no prédio da Psicologia, *Campus Carreiros* – FURG, desenvolvendo ações transversais junto ao Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI, ao qual está vinculado, e a todos os institutos da universidade, articuladas com todas as Pró-Reitoria da FURG. Realizando suas ações por meio de cinco laboratórios, cada um deles possui uma função e direcionamento específico para atingir seus objetivos.

O laboratório intitulado Grupo de Acessibilidade é composto por técnicos especializados em diferentes áreas: psicólogos, psicopedagogos, assistentes sociais, terapeuta educacional e professores do Atendimento Educacional Especializado com formação em Educação Especial envolvidos com ações em prol da Educação Inclusiva dentro da FURG. Esse laboratório é responsável pelo acompanhamento do estudante desde o momento de ingresso até formatura na universidade (FELIPPE *et al.*, 2017).

As atividades realizadas são: escutas e acolhimentos à discentes e bolsistas do Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Específicas – PAENE; buscando uma Inclusão Social; Oportuniza discussão de temáticas pertinentes

à solicitação da demanda, tanto interna como externa, através da realização de capacitações à comunidade envolvida com a inclusão destes sujeitos, orientações aos familiares, aos professores aplicação de avaliações à acadêmicos da FURG, em cumprimento ao descrito pela Lei nº 13.146/15 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), reuniões e assessorias com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE e com os mais variados institutos da Universidade, assim como com o Grupo da Diversidade e Inclusão da Secretaria Municipal de Educação de Rio Grande (SMED).

No ano de 2019, o GA realizou duzentos e setenta ações entre escutas e orientações, assessorias a docentes e aplicações de avaliações. Também, participou do curso de capacitação dos Mediadores do Município de Rio Grande vinculado ao Curso Conexões Juventude, das oficinas oferecidas à comunidade em geral na 11ª edição do Encontro da Diversidade e Inclusão/NEAI, da 18ª Mostra de Produção Universitária e em 2020 da 47ª Feira do Livro.

Atendendo a necessidade de acessibilização espacial, que é mais abrangente, significando não simplesmente entrar em algum lugar, é, também, necessário que a pessoa possa situar-se, orientar-se no espaço e que tenha compreensão do que acontece, a fim de encontrar os diversos lugares e ambientes com suas diferentes atividades, sem precisar fazer perguntas, viabilizando sua permanência.

O LAMU, juntamente com o apoio da Pró-Reitoria de Infraestrutura, desenvolve projetos nas áreas de acessibilidade arquitetônica, mobilidade e planejamento urbano, na busca de desenvolver espaços na possibilidade de Desenho Universal. O laboratório, atualmente, conta com uma equipe de bolsistas qualificados (estudantes de engenharia e de matemática) que realizam o levantamento das mais diversas necessidades dos ambientes e por meio de um diagnóstico, identificam quais as alterações arquitetônicas necessárias para garantir a acessibilidade dos espaços. Além de atender a uma demanda interna da Universidade, o LAMU fornece consultorias para a comunidade externa realizando estudos de acessibilização arquitetônica e mobilidade, projetos em cumprimento com todos os critérios e parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas vigentes. Geralmente assessorando a Secretaria de Mobilidade, Acessibilidade e Segurança do Rio Grande (SMMAS), acessibilizando espaços da Feira do Livro e de eventos externos como: espaços para a execução de seminários, campanhas públicas da Prefeitura e atividades específicas que forem solicitadas.

No que tange à adaptação e acessibilização de materiais, o NEAI conta com a Sala de Recursos Multifuncionais, onde bolsistas da área da Tecnologia da Informação (TI), tem como objetivo principal o Atendimento Educacional Especializado (AEE). É realizada a acessibilização dos materiais recebidos pelos alunos, como artigos e livros, os mesmos são formatados e fornecidos em *HyperText Markup Language – HTML* ou Braille – por meio da impressora *Index*. Assim, os estudantes invisuais conseguem ler/ouvir o material que lhes foi solicitado por meio de softwares ou pelo sistema de escrita Braille. Além disso, é realizada a adaptação de avaliações e a disponibilização de computadores habilitados com esses softwares, no local.

Durante o ano de 2019, o núcleo participou da comissão organizadora do Aplicativo da 47ª Feira do Livro de 2020, que foi planejado para acessibilizar e facilitar o acesso às informações da Feira para o público em geral e pessoas invisuais ou com deficiência visual. Foram elaborados e disponibilizados pelo Aplicativo, quarenta e nove audiodescrições (recurso de acessibilidade que consiste na tradução das imagens em palavras, por meio de uma descrição objetiva, que em conjunto com falas



originais, permite a compreensão integral do conteúdo), auxiliando na locomoção de pessoas invisuais no espaço da Feira. Além disso, foram traçadas as placas com *QR Code (Quick Response Code)* que foram fixadas próximas a cada banca, nelas continham o número da banca e demais informações repassadas pelos livreiros.

O Grupo de Extensão e Pesquisas Inclusivas (GEPI), por sua vez, é o laboratório responsável por realizar pesquisas e desenvolver ações voltadas para a Inclusão Social da comunidade como um todo. Sendo assim, desenvolve suas atividades articuladas com parcerias das secretarias do município do Rio Grande, a saber: a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS), de Educação (SMEd), de Saúde (SMS), de Habitação (SMHARF) e de Mobilidade Urbana (SMMUA). A equipe desse laboratório é composta por bolsistas e técnicos da área da Psicologia, de TI, da Computação.

Ademais, esse laboratório possui o projeto Costura que, em parceria com a Prefeitura Municipal, visa a criação de um sistema de informação virtual e *on-line* que englobe questões sociodemográficas, escolares, socioassistenciais, de saúde, habitação e mobilidade, a fim de prestar atendimentos de qualidade para a população com algum tipo de deficiência e/ou NEE. Outrossim, visa monitorar as crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC) com o intuito de identificar as barreiras que impedem ou dificultam a permanência destes na escola.

Através da criação de um banco de dados virtual e *online* para o município de Rio Grande, busca-se a unificação das informações da população atendida pelas ações das secretarias municipais SMEd, SMCAS, SMS, SMMUA e SMHARF, bem como oferecer aos cidadãos um atendimento integral, garantindo a visibilidade das necessidades destes sujeitos e auxiliando na prestação dos serviços.

Os dados que constituirão o sistema de informação serão retirados do Cadastro Único, envolvendo dados demográficos, relacionados à educação, à saúde, à assistência social, entre outras. A atualização e inclusão de novos usuários pelos funcionários dos serviços dar-se-á em fluxo contínuo. Para tanto, estes profissionais receberão uma capacitação. A metodologia para a construção do banco de dados prevê três etapas, denominadas *Modelagem do banco de dados*, *Programação* e *Criação do layout*. Depois de pronto o banco de dados ficará hospedado no servidor da prefeitura, e será utilizado pelos funcionários da mesma.

As ações que envolvem o Costura têm como lócus o Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas – NEAI na FURG. Essas ações referem-se às reuniões de planejamento e modelagem do banco, bem como reuniões e capacitações com servidores de cada uma das secretarias que fazem parte do projeto. Além disso, estão previstos levantamentos acerca das deficiências que irão compor o banco, incidência, prevalência, a escrita de diagnósticos e artigos sobre a temática (LOPES; VOTTO, 2019, p.6).

Há necessidade de atualizações teórico-metodológicas e teórico-práticos dos conhecimentos que embasam o debate sobre a Educação Inclusiva, partindo do pressuposto que as ações não são suficientes frente a demanda, sendo necessário justificar a necessidade de capacitar a comunidade como um todo.

O LabNEAI concentra as ações de formação através do Projeto Capacitando, sua equipe de efetivos e de colaboradores é composta por psicólogos, pedagogos, psicopedagogos, estudantes de direito, de letras, de pedagogia, de psicologia,

de matemática, de engenharia, professores especialistas em Educação Especial, em Atendimento Educacional Especializado, em deficiência visual, em tradução e interpretação de sinais – LIBRAS, auxiliando na formação dos docentes, discentes, servidores da Universidade, assim como servidores do município e da comunidade interessada sobre acessibilidade e inclusão. Os cursos serão desenvolvidos no formato teórico/prático por meio de eventos, oficinas, palestras e capacitações realizadas na FURG.

Um dos cursos intitulado “Vivenciando a Inclusão” surge com possibilidades de promoção de saúde psíquica no espaço de trabalho. Então, por meio da realização de atividades lúdicas e oficinas psicopedagógicas, visando uma função estruturante e instrumental, utilizando-se de técnicas variadas e múltiplas experimentações, propondo experiências singulares a todos os participantes. Já a oficina “Tecnologia Assistiva – TA” propõe a aproximação do público-alvo à acessibilidade virtual e aos mecanismos utilizados, de forma a sensibilizá-los as dificuldades enfrentadas pelos estudantes com deficiência e ou NEE.

Neste laboratório do LabNEAI também é oferecido auxílio jurídico administrativo, uma atuação com a finalidade de compatibilizar as previsões legais com as atuações do Núcleo. Aqui, é importante frisar que previsto no Regimento Geral como dever da Universidade “pleitear programas institucionais de auxílio, e deles participar, de acordo com os critérios estabelecidos, visando a sua permanência e formação plena”.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (PDI:2019-2022), ressalta a implementação de uma Política Institucional de Acessibilidade que cumpra os requisitos legais de acessibilidade, devendo ser um compromisso da Universidade com a justiça social, os valores democráticos e o desenvolvimento sustentável que oportunize aos estudantes com deficiência e ou NEE para além de ingressar, permanecer dignamente com suas necessidades supridas.

A acessibilidade é entendida na Universidade como um valor institucional que corrobora para uma universidade plural que respeita a diversidade humana, mas na prática existe muita resistência em aderência a uma metodologia que só objetiva consolidar os direitos do público em discussão.

Outro serviço disponibilizado é o Projeto de Atividades Laborais, que consiste em atividades para os acadêmicos com deficiência física e/ou mobilidade reduzida. Inicialmente, houve a identificação do público-alvo: onde foram entrevistados os alunos que foram selecionados de acordo com seu ingresso na FURG ou identificados através das ações dos outros laboratórios. Houve, também, seleção de estudantes das escolas no entorno de três km de raio do NEAI, convidados para participar do projeto e posteriormente, houve a realização das atividades, que foram executadas de forma ativa e passiva, com uso de materiais específicos, usando a criatividade de desenvolver gestos por meio da música.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

O NEAI tendo essa abrangência e diversidade, possui variados resultados na avaliação de suas ações ao longo de sua trajetória. Todos os laboratórios trabalham de forma integrada, o que gera sintonia, ações completas e mais eficazes. A SRM realizou a acessibilização da “Carta de Serviços aos Usuários do SUS” e do livro intitulado: “O Boi da Cara Preta”. Esses materiais foram convertidos e impressos em braille para a Prefeitura Municipal.

É importante mencionar a participação do NEAI (todos os laboratórios) desde 2017 com oficinas (Sobre Rodas, Use vendas e Tecnologia Assistiva) e a implantação de piso tátil no espaço da Feira do Livro da FURG que ocorre todos os anos. O GEPI está finalizando a modelagem e estruturação do banco de dados do projeto Costura que prevê a migração das informações que já existem no Cadastro Único da Prefeitura para o integrado (Costura) em desenvolvimento, que também irá armazenar novas informações para o melhor atendimento e suporte dos indivíduos que possuem algum tipo de deficiência.

O LabNeai também concluiu o curso Noções de Libras e a Capacitação dos Servidores Municipais, atingindo um número estimado de 70 pessoas capacitadas. Além de diversas palestras e oficinas nas quais todos os laboratórios estavam envolvidos. O NEAI realizou o XI Encontro da Diversidade, que ocorre todos os anos na FURG, onde houve exposições das Escolas Especiais do Rio Grande, com a exposição de materiais e trabalhos desenvolvidos nas Salas de Recursos Multifuncionais das escolas do Estado e do Município do Rio Grande. Na ocasião, foram oportunizadas oficinas de sensibilização e conscientização sobre variadas perdas de percepção sensorial e motora, evento esse, que recebe também a comunidade externa e alunos das escolas municipais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG tem estabelecido metas com vistas a direcionar seus esforços para o desenvolvimento de atividades que estimulem a construção de uma universidade com excelência acadêmica associada ao compromisso social, por meio de projetos e programas que visem apoiar demandas e iniciativas de ações sociais.

No Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2022 da FURG, em seu objetivo 8 (Aprimorar as práticas de gestão voltadas ao desenvolvimento institucional) refere-se a Institucionalizar o NEAI – Núcleo de Estudos e Ações Inclusivas. Assim, avançamos com relação à defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência e/ou NEE.

Ao analisar as atividades desenvolvidas, vê-se que o NEAI cumpre com o objetivo proposto de promover práticas inclusivas mediante o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar e multiprofissional visando melhorar o acesso e permanência das pessoas com deficiência e ou NEE na FURG e na comunidade em geral, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social de estudantes em todas as instâncias de ensino.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CARVALHO, F. C. A.; IVANOFF, G. B. **Tecnologias que Educam**: ensinar a aprender com as tecnologias da informação e comunicação. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010. SANTAROSA, Lucila Maria Costi. Organizadora. **Tecnologias Digitais**.

FELIPPE, C.I.M. *et al.* Políticas Públicas Inclusivas no Ensino Superior. In: **Congresso Nacional de Inclusão na Educação Superior e Educação Profissional Tecnológica**, 2017. Disponível em: <http://2cnienssup.ufrn.br/>. Acesso em: 27 de jun. 2019.

LOPES, J. F.; VOTTO, T. R. **COSTURA ENTRE SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE E FURG**: estruturação de um sistema de informação virtual da população com deficiência. NEAI/FURG, 2019.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: jul. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 20 de maio de 2020.

Universidade Federal do Rio Grande (FURG). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019-2020**. Rio Grande, 2019.

## ARTIGO 7

### DIALOGANDO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Paula Hermann\*; Fernanda Fontes\*; Ana Carolina Fonseca\*; Simone Paludo\*\*



---

\* Graduada de Psicologia. ICHI. Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

\*\* Docente. Coordenadora da ação de extensão. ICHI. Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

## **DIALOGANDO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Paulla Hermann; Fernanda Fontes; Ana Carolina Fonseca; Simone Paludo

### **RESUMO**

A violência é um fenômeno complexo que atinge todas as classes sociais e está ligada às relações desiguais. A violência sexual contra crianças e adolescentes caracteriza-se por atos com finalidade sexual que são lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado, baseia-se em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder e desrespeitam os direitos e as garantias individuais da vítima. Os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes estão cercados de preconceitos, tabus e silêncio. Dada a complexidade do fenômeno, é de suma importância a instrumentalização da comunidade a fim de criar um ambiente de acolhimento e a formação de uma rede de apoio que conheça os aspectos do fenômeno. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo apresentar a intervenção intitulada “Como proteger e como agir diante de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?” realizada pelos integrantes do Centro de Estudos Psicológicos (CEP-Rua) durante o “Mês da Proteção”. A atividade foi dividida em três etapas: (1) questionário a respeito das percepções sobre abuso e exploração sexual, (2) jogo “Mito ou Verdade” e (3) exposição do conteúdo. Os encontros promoveram um espaço para o esclarecimento de alguns conceitos, discussões, desmistificação de pensamentos e percepções acerca da temática e capacitação dos palestrantes baseada no dever ético, legal e moral de todo o psicólogo que deve saber da importância da intervenção, prevenção ou interrupção do abuso sexual. O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes necessita de engajamento da sociedade, de instituições, famílias e do governo na prevenção dos crimes sexuais, no fortalecimento das denúncias e no comprometimento das instituições para que juntas possam, por meio de ações acolhedoras e eficazes, garantir a proteção integral de crianças e adolescentes.

**Palavras-chave:** Violência sexual; Criança; Adolescente; Direitos humanos; Enfrentamento.

### **INTRODUÇÃO**

A violência é um fenômeno complexo que envolve causas sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas, aliado a pouca visibilidade, à ilegalidade e à impunidade. Atinge todas as classes sociais e está ligado às relações desiguais entre homens e mulheres, adultos e crianças, brancos e negros, ricos e pobres (BRASÍLIA, 2018).

A violência sexual contra crianças e adolescentes caracteriza-se pelo envolvimento de uma criança ou adolescente em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir ou que viole as leis ou tabus da sociedade. Estes atos com finalidade sexual são lesivos ao corpo e a mente do sujeito violado e baseiam-se em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (WHO, 1999, p.7). Tais infrações, desrespeitam os direitos e as garantias individuais que consistem na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais, previstos na Lei

nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990, Artigos 7º, 15, 16, 17 e 19).

Destaca-se que a violência sexual pode ser compreendida a partir de duas especificidades: (1) exploração sexual: caracteriza-se pela relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo e das relações sexuais, por meios coercitivos ou não e (2) abuso sexual: caracteriza-se por qualquer ação de interesse sexual de um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, podendo ocorrer tanto no âmbito intrafamiliar – relação entre pessoas que tenham laços afetivos, quanto no âmbito extrafamiliar – relação entre pessoas que não possuem parentesco (FLORENTINO, 2015).

De acordo com os dados do Disque Direitos Humanos ou Disque 100, no período de janeiro a abril do ano de 2019 foram registradas 5.302 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes. Dos casos de violência sexual, 89,08% referem-se a casos de abuso sexual e 16,93% a exploração sexual. A faixa etária das vítimas engloba principalmente crianças de 8 a 11 anos (19,20%) e adolescentes de 12 a 14 anos (29,08%) (BRASIL, 2019). Um fator agravante é que, de modo geral, os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes estão cercados de preconceitos, tabus e silêncio. Isso dificulta a denúncia, contribui para o subdimensionamento do problema e o alto índice de impunidade dos agressores (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

As crianças ou adolescentes vítimas também encontram dificuldades para relatar a violência, seja pelo medo ou pela responsabilidade de manter o equilíbrio e a integridade da família. Ao mesmo tempo, podem sentir culpa devido ao pensamento de que o abusador e a vítima estão igualmente envolvidos no abuso em termos interacionais. Destaca-se, no entanto, que é sempre do adulto que se espera o cuidado em relação ao desenvolvimento da criança e/ou adolescente e, também, a garantia do direito que estes têm de construir sua sexualidade de forma protegida. Assim, a responsabilidade não pode e nem deve ser compartilhada com a vítima. Não se deve, portanto, procurar na conduta da criança ou do adolescente algo que teria dado origem ao fato, numa tentativa de “divisão de responsabilidades” (ARPINI; SIQUEIRA; SAVEGNAGO, 2012).

Entretanto, não é possível generalizar os efeitos deste tipo de agressão, já que a gravidade e a extensão das consequências dependem de particularidades da experiência de cada vítima (FLORENTINO, 2015). Dada a complexidade do fenômeno, é de suma importância a instrumentalização da comunidade a fim de criar um ambiente de acolhimento que propicie a escuta de crianças e adolescentes vítimas. A formação de uma rede de apoio que conheça os aspectos do fenômeno e saiba como agir pode funcionar como um fator de proteção no enfrentamento da violência sexual (SANTOS; IPPOLITO, 2011).

O presente artigo tem como objetivo apresentar a intervenção intitulada “Como proteger e como agir diante de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes?” realizada pelos integrantes do Centro de Estudos Psicológicos (CEP-Rua) durante o mês de maio do ano de 2019. Este mês é conhecido nacionalmente como o “Mês da Proteção” e conta com diferentes ações referentes ao enfrentamento e ao combate da violência sexual contra crianças e adolescentes. Torna-se relevante a realização desta atividade, pois ao instrumentalizar a comunidade cria-se a possibilidade de levar o autor do abuso a ser responsabilizado por sua ação e, ao mesmo tempo, receber ajuda educacional e psicossocial para não reincidir no ato e evitar que a mesma ou outras crianças e adolescentes sejam vítimas de violência sexual.

A atividade de extensão vincula-se ao ensino por meio da aprendizagem das competências técnicas da atuação profissional pelos organizadores, as quais estão atreladas ao conhecimento da realidade do território. Esta realidade é conhecida por meio da pesquisa que foi realizada através da aplicação de questionários com os participantes da intervenção.

## **METODOLOGIA**

As intervenções foram ofertadas no mês de maio e executadas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), bem como nos Programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz da cidade de Rio Grande/RS. Foram realizados dois encontros na universidade e um encontro destinado às equipes dos Programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz. A atividade junto aos profissionais dos programas mencionados ocorreu a convite da comissão organizadora do Mês da Proteção da cidade de Rio Grande/RS. O Primeira Infância Melhor consiste em uma ação estadual transversal criada com o propósito de promover o desenvolvimento integral na primeira infância através de visitas domiciliares semanais a famílias em situações de vulnerabilidade. Já o Programa Criança Feliz busca promover o desenvolvimento humano através do acompanhamento de famílias com crianças de zero a seis anos de idade (BRASIL, 2020; LEI 12.544/2006).

O conteúdo exposto em todos os encontros foi elaborado e apresentado em slides, no formato de roda de conversa conduzida pelos integrantes do CEP-Rua/FURG. Buscou-se apresentar os conceitos de maneira interativa, permitindo que os participantes esclarecessem suas dúvidas durante a apresentação. A equipe foi formada por psicólogas e por estudantes do curso de Psicologia da universidade. Foi realizada a divulgação da atividade através das redes sociais e de outras mídias digitais. A atividade contou com a participação de acadêmicos, visitantes dos programas e profissionais.

A atividade foi dividida em três etapas. Na primeira parte foi distribuído um questionário com 19 perguntas aos participantes com o objetivo de levantar informações a respeito de suas percepções acerca do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Além da coleta de dados sociodemográficos, algumas questões buscaram descobrir se o participante já havia conhecido alguma criança ou adolescente que sofreu algum tipo de violência sexual, quais eram os motivos que poderiam ter levado ao ocorrido, quais suas opiniões sobre os agressores e quais medidas eles tomaram e/ou tomariam caso se deparasse com uma situação de violência sexual contra uma criança ou adolescente.

A segunda etapa contou com o jogo “Mito ou Verdade” no qual os participantes deveriam utilizar placas de “verdadeiro” ou “falso” disponibilizadas para responder às afirmações sobre a temática. Foram utilizadas frases de mitos e verdades, como: (1) Mito: “se não houver marcas físicas, não houve abuso” e verdade: “a maioria dos abusos são disfarçados em um discurso de carinho e amor”; (2) Mito: “o abusador é sempre um estranho” e verdade: “na maior parte dos casos, o abusador é membro da família”; e (3) Mito: “a criança ou o adolescente cooperou com o agressor” e verdade: “o abusador envolve as vítimas, havendo no abuso uma relação desigual, na qual o poder ou a autoridade do abusador causa obediência e sujeição”.

A última etapa envolveu a exposição do conteúdo, momento em que foram apresentados e discutidos na roda de conversa: (1) o conceito, tipos e contextos da violência sexual; (2) a dinâmica da situação abusiva que pode envolver sedução, rituais, segredo, síndrome do silêncio, implicações da revelação e retratação; (3) as possíveis consequências como transtornos psicológicos, alterações



comportamentais, cognitivas e emocionais. Tais efeitos podem variar, incluindo dificuldades de manter relações afetivas, sexuais e amorosas saudáveis, envolvimento em prostituição, uso de álcool ou drogas, dificuldade de inserção na vida social, sentimento de inferioridade e culpa; (4) as orientações e caminhos percorridos pela rede de apoio e pelo judiciário após a notificação através de fluxogramas, informações e contatos das instituições responsáveis por cada etapa da notificação.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

As atividades foram realizadas em turnos diferentes para que a comunidade pudesse optar pelo horário mais conveniente. Houve a participação de 12 pessoas no turno da manhã e de 54 no turno da noite durante as atividades realizadas na universidade. O público constituiu-se de Psicólogas (6,06%), Pedagogas (1,52%) e acadêmicos dos cursos superiores de Psicologia (72,73%), Direito (7,58%), Pedagogia (4,55%), Letras (3,03%), Gestão Ambiental (3,03%) e Educação Física (1,52%). Já o encontro realizado juntos aos Programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, contou com a participação de 32 profissionais, incluindo visitantes e estagiários, que atuavam nas equipes. Os encontros promoveram um local para o esclarecimento de alguns conceitos como a pedofilia e as diferenças entre abuso e exploração sexual, além disso, houve a discussão e desmistificação de pensamentos e percepções acerca da temática.

A comunidade ocupou papel fundamental na atividade de extensão, pois apesar de já haver um roteiro estruturado, o encontro foi conduzido conforme os relatos e dúvidas dos participantes. No encontro com as equipes dos programas, os visitantes utilizaram o espaço para esclarecer dúvidas conceituais sobre o tema, para compartilhar experiências profissionais e para solicitar orientações quanto aos encaminhamentos necessários nos casos de violência sexual. Ao se fazer um paralelo entre a intervenção realizada na universidade e a efetuada nos programas Primeira Infância Melhor e Criança Feliz, observa-se que nesta o público interagiu com maior frequência e trouxe relatos de casos relacionados ao assunto. Isso pode ser explicado devido ao fato da violência sexual contra crianças e adolescentes ser uma problemática com a qual deparam-se recorrentemente no exercício do seu ofício.

Durante as intervenções com os profissionais constatou-se como o trabalho em rede pode permitir a construção e a implementação de ações intersetoriais que busquem compreender os diferentes aspectos dos problemas que permeiam a realidade social das famílias e dos indivíduos. Dessa forma, percebe-se a importância em promover espaços de discussão e trocas de experiências entre os diferentes setores, a fim de permitir a construção e implementação de ações comuns e de criar espaços de diálogo plural e diverso no âmbito da produção de conhecimentos e da incidência política.

Durante a intervenção na universidade percebeu-se que o pacto de silêncio que se estabelece nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes é um entrave para que esta seja impedida e os agressores punidos. Dentre os participantes da atividade, a maioria relatou temer as consequências da denúncia para si e para a vítima por não saber como proceder corretamente diante destas situações. Assim, a etapa sobre orientações e caminhos percorridos pela rede de apoio e pelo judiciário após a notificação foi fundamental para desenvolver a conscientização e a capacitação dos participantes.

Durante o estudo para a elaboração do material, os integrantes do CEP-Rua/FURG puderam aprofundar-se na temática e adquirir uma compreensão

minuciosa da saúde física e emocional da criança e/ou adolescente vítimas de abuso sexual. Essa importância deve-se ao dever ético, legal e moral de todo o psicólogo de dispor de conhecimentos sobre a importância da intervenção, prevenção ou interrupção do abuso sexual. Assim, por meio de uma perspectiva especializada, ao receber uma vítima com alguns dos sinais apresentados ou ao levantar a suspeita do abuso, os futuros profissionais da área poderão manejar a situação da maneira mais adequada possível.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate e a instrumentalização acerca da violência sexual de crianças e adolescentes foi fundamental para que a comunidade tivesse a oportunidade de conhecer aspectos desse fenômeno e desmistificar conceitos equivocados. Nessas situações, torna-se importante considerar, em uma visão sistêmica, fatores que integrem o contexto social de inserção das famílias, suas relações com a comunidade, as características das pessoas envolvidas e suas vivências anteriores, entre outras. Assim, a capacitação da comunidade poderá funcionar como um fator de proteção no enfrentamento da violência sexual.

Ao disponibilizar informações sobre o funcionamento da rede de proteção e orientações para realizar a notificação, o CEP Rua pode contribuir para a promoção da saúde e o enfrentamento dessa violência. O combate à violência sexual contra crianças e adolescentes necessita do engajamento da sociedade, das famílias e dos governos em todas as esferas federativas para a prevenção dos crimes sexuais, o fortalecimento das denúncias e o comprometimento conjunto das instituições, por meio de ações acolhedoras e eficazes, em garantir a proteção integral de crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

ARPINI, Dorian Mônica; SIQUEIRA, Aline Cardoso; SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Trauma psíquico e abuso sexual: o olhar de meninas em situação de vulnerabilidade. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 88-101, ago. 2012. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872012000200008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872012000200008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 12 de out. 2019.

BRASIL. **Ministério da Cidadania. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social** – Criança Feliz. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. **Ministério Da Mulher, Da Família E Dos Direitos Humanos** – Disque 100. Balanço Geral 2011 a 1º quadrimestre de 2019 – Violência sexual contra Crianças e Adolescentes. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 28 de jun. 2019.

BRASÍLIA. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas / elaboração de Marcia Teresinha Moreschi** – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei 12.544** de 03 de julho de 2006. Institui o Programa Primeira Infância Melhor e dá outras providências. Porto Alegre, 2006. Disponível em: [http://www.pim.saude.rs.gov.br/pim\\_a/legislacao/LeiDoPIM-12544Pagina1.pdf](http://www.pim.saude.rs.gov.br/pim_a/legislacao/LeiDoPIM-12544Pagina1.pdf). Acesso em: 28 de jun. 2019.

FLORENTINO, Bruno. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio-ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/fractal/v27n2/1984-0292-fractal-27-2-0139.pdf>. Acesso em: 28 de jun. de 2019.

SANTOS, Benedito; IPPOLITO, Rita. Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Seropédica**, RJ: EDUR, 2011.

WHO, World Health Organization. **WHO Consultation on Child Abuse Prevention**. Geneva: WHO, 1999.

## ARTIGO 8

### MULHERES, AGROECOLOGIA E SABERES POPULARES NA UNIVERSIDADE

Área temática: Educação

Graziela Rinaldi da Rosa\*; Aline Cristina Mello Tii\*\*



---

\* Educadora popular e professora adjunta do Instituto de Educação/FURG. Coordenadora do projeto de extensão *Educação do Campo em Movimento*. Atua na formação de professores/as, no Curso de Licenciatura em Educação do Campo – FURG; Professora de Educação Popular e Filosofia do Instituto de Educação/FURG. Responsável pelas disciplinas de Práticas Educativas Escolares e Comunitárias. Desenvolve projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados/as para a Educação Popular e com mulheres de comunidades de povos Tradicionais. É integrante do Núcleo de Pesquisa Sexualidade e Escola (FURG) e do Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero/UFPEL. É responsável pela pesquisa “Mulheres Quilombolas: identidades, vivências e memórias” (2017-2019), com apoio da FAPERGS e do CNPq.

\*\* Graduada em Bacharelado em Agroecologia e bolsista no projeto de extensão *Educação do Campo em Movimento*.

## MULHERES, AGROECOLOGIA E SABERES POPULARES NA UNIVERSIDADE

Graziela Rinaldi da Rosa; Aline Cristina Mello Til

### RESUMO

O 4º Seminário das Mulheres do Campo, das Águas e das Cidades, foi realizado e organizado por mulheres de diferentes instituições, comunidades, grupos, sindicatos e movimentos sociais. Coordenado por uma docente (Educadora Popular), professora da Universidade Federal do Rio Grande/FURG, em parceria com o Coletivo Feminista Dandaras/FURG, e com a comunidade lourenciana, contou com a participação das mulheres de diversas comunidades tradicionais de São Lourenço do Sul e região, como as pomeranas, quilombolas, indígenas, mulheres da cadeia produtiva da pesca, benzedoiras, agricultoras familiares, ribeirinhas. Também teve a atuação e o protagonismo das mulheres representantes das Marchas, como Marcha das Margaridas, Marcha Mundial das Mulheres, Marcha das Mulheres Indígenas, Marcha das Mulheres Negras, MST e Via Campesina. Trata-se de um evento construído com os povos tradicionais e com os movimentos sociais, que oportuniza espaços de discussões sobre a situação das mulheres na sociedade atual, bem como a criação de formas de melhorar a qualidade de vida das mulheres. A ação de extensão aqui apresentada, presa pela *indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão*, que fica evidente a partir do fato de ser construída com apoio de diferentes comunidades, e lideranças comunitárias, e pelo forte impacto social. É realizada mesmo sem recursos de agências de fomento, com as alianças entre as comunidades de povos tradicionais, especialmente com as mulheres agricultoras, pomeranas, indígenas e quilombolas, e com o envolvimento significativo de estudantes dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, e do Curso de Agroecologia, o que possibilitou uma rica troca de saberes com relação ao cuidado com a terra, valorização dos povos do campo, seus saberes e fazeres.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; Feminismos; Agroecologia; Mulheres de povos tradicionais.

### INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa socializar algumas atividades que estamos desenvolvendo na Universidade Federal de Rio Grande/FURG, campus São Lourenço do Sul/RS. Iremos apresentar experiências vividas no *IV Seminário das Mulheres do Campo, das águas, florestas e cidades*, que ocorreu em junho de 2019, e que contou com a presença significativa de mulheres agricultoras familiares, mulheres de movimentos sociais, mulheres da cadeia produtiva da pesca, indígenas, pecuaristas, pomeranas, ribeirinhas, artesãs e outras, que juntas tornam a Universidade mais diversa e significativa, pois elas estão nos bancos dessa Universidade Pública, gratuita, democrática, plural, laica, que é voltada para a emancipação e formação humanitária.

Reunir essa diversidade de mulheres tem sido um tanto desafiante, pois realizar encontros onde as mulheres de povos tradicionais possam juntas pensar e (re)construir espaços de diálogos, de socialização de seus saberes e fazeres, implica reaprender metodologias que nos aproximem dessas mulheres. Nesse sentido, temos realizado desde 2015 diversas atividades, como rodas de diálogos, que são inspiradas

nos círculos de cultura de Paulo Freire, e nas metodologias participativas da Educação Popular. Nessa perspectiva, temos nos inspirado em Denise Nadeau (1996), Luz Maceira Ochoa (2008) e Cláudia Korol (2007 e 2008) para pensarmos outras metodologias para dialogar com as mulheres das comunidades de povos tradicionais em nossas ações de extensão.

Tais ações visam alcançar alguns objetivos, como o de **lutar pela emancipação das mulheres, e construir junto com a comunidade, um conhecimento plural, que é base para o conhecimento agroecológico**, além de **contribuir para a auto-organização das mulheres em suas comunidades**, também para o **fortalecimento de suas identidades como mulheres de povos tradicionais**, e com a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e extensão, realizada no campus da FURG, de São Lourenço do Sul/RS.

Valorizar os conhecimentos tradicionais, é fomentar, principalmente, os saberes das mulheres sobre biodiversidade, soberania alimentar, e produção sustentável, já que na maioria das vezes as mulheres são responsáveis pela alimentação da família, sendo assim as maiores representantes de uma alimentação diversa e saudável (SILIPRANDI, 2015).

São nesses encontros que as mulheres de povos tradicionais nos apresentam suas demandas, e as demandas de suas comunidades, por exemplo. E, a partir de então conseguimos pensar conjuntamente novas pesquisas e práticas de ensino. Nesse sentido, elas apresentam as questões que enfrentam em suas comunidades, o que sonham e gostariam que a Universidade ajudasse para ser construído na mesma. Elas apresentam suas situações problema, o que gostariam de aprender e fazer para a melhoria de sua qualidade de vida, e para o bem comum das comunidades.

## **SOBRE A IMPORTÂNCIA/RELEVÂNCIA DO TRABALHO**

No município de São Lourenço do Sul, temos cinco comunidades quilombolas, já reconhecidas, e outros povos tradicionais. Em nosso Seminário das Mulheres, conseguimos envolver mulheres dos Quilombos: (1) Coxilha Negra; (2) Rincão das Almas; (3) Torrão; (4). Monjolo; (5) Picada, do Quilombo das Nascentes que está em fase de reconstrução, além de Quilombos de outras localidades da Região.

Em uma região predominantemente rural e entre diversas comunidades tradicionais, há a necessidade de fortalecer e valorizar os saberes tradicionais na construção do conhecimento científico, alinhado ao novo paradigma de ciência, e em consonância com o desenvolvimento sustentável, estando assim alinhado com o propósito do campus São Lourenço do Sul.

Para reunir essa diversidade de mulheres do campo, das águas, florestas e cidades, é necessário recorrer ao ambiente urbano, pois encontramos muitas dificuldades em viabilizar o transporte dessas mulheres, de seus lares até o local do evento, mesmo sem recursos financeiros. Por viverem no campo, muitas mulheres têm pouco acesso à linha de ônibus, onde muitas vezes a residência fica a quilômetros de um ponto de embarque mais próximo, dificultando assim que mulheres de baixa renda, idosas e mães de crianças de colo cheguem até o evento.

Por São Lourenço do Sul ter uma ampla região rural, e a cidade ser mais próxima da BR-116, o meio urbano é o mais acessível para conectar essas mulheres, que vêm tanto da região rural da cidade, quanto de cidades maiores como Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre. Para possibilitar esse transporte, trabalhamos em parceria especialmente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS), que organizou a logística do transporte.

Além de articular o transporte para o evento, é necessário também, promover refeições, já que muitas mulheres trazem suas famílias, e o fato de se alimentarem fora de casa se torna um fator limitante para a participação dessas mulheres, assim como, não ter quem cuidar dos filhos, para que elas possam se concentrar no evento.

Pensando nessas questões, procuramos integrar as/os estudantes da FURG Campus SLS, para que esses auxiliem nas tarefas de preparar alimentos, e criar um espaço recreacional para crianças. Essa integração ocorre de forma voluntária com as/os estudantes que têm interesse em participar dessas atividades, atuando de forma que possam praticar os conhecimentos aprendidos na universidade, como alimentação saudável, soberania e segurança alimentar, no Grupo de Trabalho de Alimentação e, também, nas práticas pedagógicas que envolve o espaço de recreação.

Nessa construção as/os estudantes da FURG, que também fazem parte das comunidades tradicionais, principalmente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, estão no desenvolvimento do conhecimento científico, integrando o campo e a universidade, e encontram no Seminário das Mulheres do campo, das águas, florestas e cidades um espaço para divulgar seus trabalhos, aprender, e dialogar com outras pesquisadoras, aliando assim, **ensino, pesquisa e extensão**.

Desta maneira, cabe perguntar o papel da Universidade frente a essa realidade social. E ainda, refletir como a Universidade pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das mulheres do campo, das águas, florestas e cidades, além de contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades.

Nossos trabalhos estão sendo desenvolvidos a partir da relação do ensino, da pesquisa e da extensão. Somos mulheres feministas inseridas na Universidade, e com uma vasta experiência no campo do Movimento Feminista e dos Direitos Humanos, e políticas públicas para mulheres. Isso contribui para que possamos fortalecer os estudos de gênero, e os estudos feministas, bem como de história das mulheres.

Ao realizar nossos seminários com e sobre as mulheres, estamos contribuindo para que estas ocupem espaços de poder em suas comunidades, e, também, que protagonizam na Universidade, fazendo parte da construção de um novo paradigma de ciência, que respeita e valoriza os conhecimentos tradicionais.

Nesse sentido, queremos com esse texto, problematizar a relevância de trabalhar na Universidade e nas comunidades, com mulheres de diferentes povos, numa perspectiva feminista, agroecológica e popular.

## **METODOLOGIA**

O Seminário aconteceu no salão da Igreja Matriz São Lourenço do Sul/RS, localizada no centro da cidade. O público-alvo do seminário são mulheres do campo, das comunidades tradicionais, e das cidades, junto a instituições públicas, e a toda a comunidade, pois a construção de uma sociedade mais justa precisa da conscientização e atuação de homens e mulheres. O local escolhido se deu devido a maior facilidade de concentrar as diversas mulheres participantes, oriundas de diferentes localidades da região Sul do Rio Grande do Sul.

As rodas de diálogos tem sido uma importante metodologia para garantir a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Elas são territórios férteis para estabelecermos os diálogos, especialmente para construirmos redes entre Universidade-Comunidades.

Algumas rodas de diálogos tem ocorrido juntamente com oficinas, como por exemplo, de stencil<sup>1</sup> para valorizar a cultura de rua, especialmente a cultura Hip-Hop; Oficinas de bonecas negras, realizadas pelas mãos de uma mulher negra do Quilombo da Coxilha Negra, e que se graduou em Educação do Campo pela FURG; Oficina de Turbantes realizadas por estudantes negras e/ou do Movimento de Consciência Negra local; Oficinas de reciclagem de garrafas, realizadas por estudante que conseguiu obter uma renda com seu trabalho artesanal; Oficinas de Plantação em vidros, realizadas por uma estudante de povo tradicional pomerano, agricultora familiar, e moradora do Município de Cristal, que também se graduou em Licenciatura em Educação do Campo, pela FURG. Ainda, temos nos dedicado a construir alguns encontros significativos em forma de painéis, mesas redondas, apresentações culturais e cafés culturais; Mostras artísticas; Intervenções culturais, entre outras.

Como podemos perceber, a participação da comunidade em todas as etapas da atividade de extensão, no planejamento e execução é significativa, e isso gera um impacto significativo, sendo o primeiro deles o de estabelecer parcerias com a Universidade e começar a desenvolver novos projetos de pesquisa, ensino e extensão, como foi o caso do projeto das mulheres dos Quilombos, cujo documentário foi lançado pelas próprias quilombolas durante o evento.

As mulheres indígenas, não apenas estão presentes nas feiras artesanais que organizamos, mas também nas mesas, compondo painéis. Nas reuniões de organização do evento, e em outros momentos de organização estavam presentes membros de instituições parceiras da cidade e do estado, principalmente pessoas vinculadas a instituições, sindicatos e movimentos sociais, que atuam na promoção de políticas públicas, como por exemplo, a EMATER-RS, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (FETRAF-RS), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), Via Campesina, e Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), parcerias essas que também buscam por uma produção e desenvolvimento rural sustentável.

O Coletivo Feminista Dandaras organizou o seminário em conjunto com a comunidade acadêmica, e lourenciana, através de reuniões abertas e horizontais, onde são definidas as atividades da programação do seminário. Esse seminário tem por objetivo lutar pela emancipação das mulheres, através da valorização dos conhecimentos tradicionais, da busca pela autonomia, da fomentação da economia solidária, e da formação de novas habilidades de gerar renda.

A programação do seminário foi completamente protagonizada por mulheres, onde mostraram sua luta cotidiana e sua organização enquanto lideranças. O painel *Comunidades Quilombolas, Territorialidades e Autonomia das Mulheres*, contou com a fala de cinco mulheres que são lideranças nas comunidades quilombolas da cidade de São Lourenço, e a exibição do documentário *Mulheres Quilombolas – Identidades, Vivências e Memórias*, mostrou o cotidiano e a trajetória dessas mulheres das comunidades quilombolas. Esses dois espaços possibilitaram o fortalecimento da identidade e da atuação política das mulheres de comunidades tradicionais.

Muitas dessas mulheres vindas das comunidades tradicionais, também participaram da feira de economia solidária, que promoveu um espaço de fortalecimento e de geração de renda, assim como as oficinas que capacitaram as mulheres a produzirem novos artesanatos e alimentos para a venda.

---

<sup>1</sup> Stencil: Técnica usada para aplicar formas, palavras ou símbolos através da pintura. Essa técnica se popularizou na cultura Hip-Hop e na arte urbana através do grafite.



Os simpósios temáticos viabilizaram um espaço de ensino e, também, de divulgação de pesquisas científicas produzidas pelas e para as mulheres. Assim, como as mesas e rodas de conversa que fomentaram espaços de interação entre pesquisa e ensino entre a comunidade e as estudantes.

Ao tratar de temas como a agroecologia, educação popular, auto organização das mulheres, e soberania alimentar, é necessário ter uma alimentação compatível com esses valores e, também, acessível a mulheres de baixa renda, que são as mais vulneráveis, e que muitas vezes não têm acesso aos eventos pela dificuldade financeira. Para isso pedimos doação de alimentos para o comércio, o poder legislativo, sindicatos e movimentos sociais, e recebemos o suficiente para prover segurança alimentar para todo o público, por meio de almoços e cafés culturais organizados pelo Grupo de Trabalho de Alimentação. Para elaborar os almoços e cafés contamos com o trabalho voluntário de estudantes da FURG, sendo esse mais um espaço para o ensino sobre alimentação saudável e organização social.

Nesse sentido, cabe destacar que:

La esperanza de las educadoras populares feministas es que toda la educación popular sea feminista y antirracista, incorporando un análisis de género, usando una metodología integrada y enfocándose en la persona entera. Esta es una metodología que puede usarse con mujeres y hombres en todo tipo de lucha y que representa un paso más en la transformación en marcha de la educación popular (NADEAU, 1996, p.35).

Os cafés culturais além de alimentar o público, também serviram para divulgação sobre novas formas de utilizar os alimentos convencionais, como o abacate, que foi servido como pasta salgada, com alho, cebola e tomate, conhecido como guacamole, e que até então era desconhecido pelas mulheres do campo. E, também, divulgar e valorizar o uso das Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC (KINUPP; LORENZI, 2014), por meio de pastas servidas junto com a informação das respectivas receitas, e sobre suas propriedades medicinais.

Streck e Adams (2014), no livro *Pesquisa Participativa, Emancipação e (Des)Colonialidade* afirmam que existem sinais de emancipação em lugares que possibilite a busca de qualidade de vida, como por exemplo, a alimentação saudável, através de atitudes anticonsumistas (STRECK; ADAMS, 2014, p.66). Sendo assim, as/os estudantes participam de forma ativa fomentando a emancipação das mulheres através também da alimentação.

Para as/os estudantes de Agroecologia, Educação do Campo, Gestão ambiental e Gestão de Cooperativas, em um campus com a proposta de mudança do paradigma vigente de desenvolvimento, que buscam consolidar o paradigma da sustentabilidade, é fundamental conscientizar sobre a importância da luta pela emancipação das mulheres, onde estas sejam respeitadas e tenham seus direitos assegurados.

## **EDUCAÇÃO POPULAR, AGROECOLOGIA E MULHERES EM MOVIMENTO!**

A Educação Popular que nos inspiramos é uma educação de cunho feminista, emancipatória e que pensa e se propõe a romper com as amarras das mulheres, contribuindo para que elas saiam de seus “cativeiros”. Marcela Lagarde y de los Rios (2015), tem nos ensinado a partir de sua denúncia de “Los cautiverios de las mujeres”. Lagarde é antropóloga feminista, etnóloga, mestra e doutora em antropologia, e atua com estudos feministas na Universidade Autônoma do México.

Uma das principais situações problemas que apareceram em nossos encontros corresponde às violências que as mulheres sofrem. Também a falta de visibilidade das comunidades rurais, dos povos do campo (especialmente das mulheres), a falta de políticas públicas, saneamento básico, e ainda escolas no campo, próximas as suas casas. As mulheres também denunciam a falta de empregos e de transporte para estudarem.

A Lei Maria da Penha, sem dúvidas é uma lei muito importante, e tem contribuído para que nós mulheres nos encorajamos para denunciar as violências domésticas e intrafamiliar que sofremos. No entanto, quando se trata de mulheres do campo, essas denúncias acabam não acontecendo, e as violências são mais difíceis de serem desveladas. Há uma cultura do silenciamento. Uma cultura da submissão.

El sentido común ha conformado una gran intolerancia a la expresión y a la satisfacción de necesidades y aspiraciones de las mujeres. Mayores son la intolerancia y la hostilidad cuando las mujeres resistimos, desobedecemos, nos rebelamos o no nos comportamos como *los otros* demandan. La exigencia privada o pública de derechos y justicia es interpretada como la expresión de una descompostura, disfunción o anomalía de las mujeres, como un problema personal, y conduce a la pérdida de la paciencia, a la irrupción de emociones violentas y al enojo. La vida cotidiana de las mujeres está tapizada de desencuentros y de los llamados pleitos, sobre todo en espacios privados, y marcada por el autoritarismo y la exigencia de aceptación y sometimiento en los espacios públicos. Así, en la vida social íntima y pública se va instalando un clima violento cada vez mayor ante la palabra y las acciones afirmadas de las mujeres (LAGARDE, 2015, p.28).

Temos tido alguns avanços no que diz respeito aos direitos das mulheres, especialmente por inserção de políticas públicas, reivindicação das próprias mulheres e participação em espaços que antes não atuavam, por serem proibidas de frequentar e ocupar. A inserção das mulheres na política e nos movimentos feministas, também tem fortalecido significativamente algumas alterações na realidade de vida das mulheres.

O aumento da escolaridade contribui significativamente para que as mulheres possam romper com violências que sofrem, com o machismo, e para que aprendam a denunciar o patriarcado, e o que as oprimem. Por outro lado, as violências contra as mulheres seguem, e os índices ainda nos surpreendem. O feminicídio é um dos maiores exemplos de que temos muito o que trabalhar e fazer para mudar essa realidade. Não há classe social, cor, cultura, etnia, faixa etária que esteja fora desses itens. Nós mulheres, gays, lésbicas, trans, somos quem endossam os índices de violência contra as mulheres. O fato é, que nós mulheres não estamos seguras em nenhuma parte. No mundo inteiro somos a parcela da população que mais sofre com o capitalismo e o patriarcado.

Nesse sentido, nos encontros que realizamos, as mulheres têm relatado casos de violências, como a doméstica, em que ocorrem violências psicológicas, físicas, patrimoniais, e ainda diferentes demandas no âmbito dos Direitos Humanos. E a Universidade Pública pode contribuir para que estas busquem por políticas públicas e seus direitos. O fato delas falarem das violências que sofrem, e ainda, passarem a denunciar e reivindicar uma melhor qualidade de vida, é sem dúvida a grande contribuição de nossos trabalhos.

E nesse enfrentamento às violências as/os estudantes de Agroecologia defendem o lema amplamente difundido no movimento: “Sem feminismo

não há agroecologia”, pois o modo de produção sustentável a qual a agroecologia se baseia não é apenas a produção orgânica de alimentos, enquanto houver violência em um sistema produtivo esse não poderá ser agroecológico.

Nesse sentido as feministas estão alertando desde 2002 nos Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) a violência que as mulheres do campo sofrem, assim como, o silenciamento e a falta de representatividade dessas mulheres como agricultoras nos diversos espaços de tomadas de decisão (SILIPRANDI, 2015).

Dessa forma o seminário se transforma em um grande laboratório para as/os estudantes entenderem essas violências e essa exclusão que as mulheres estão sofrendo nesse sistema patriarcal, e também, entender como diminuir essas injustiças e promover espaços onde as mulheres possam protagonizar e apresentar as suas lutas e suas demandas.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como já mencionamos, as principais situações problemas que foram evidenciadas em nossos encontros foram relacionadas às violências que as mulheres sofrem. Passamos a estabelecer parcerias com o cartório das mulheres, visto que no município de São Lourenço do Sul, não há uma delegacia especializada. A partir daí, buscamos não apenas orientar as mulheres e acompanhar alguns casos, como também realizar palestras, rodas de diálogos, e intervenções de sensibilização em praça pública sobre os índices de violências e do feminicídio, bem como realizar um curso para as estudantes atuantes na organização do Seminário (ano 2017), e distribuir informativos e cartilhas da Lei Maria da Penha.

A falta de visibilidade das comunidades rurais, dos povos do campo (especialmente das mulheres), foram amenizadas com a realização anual do Seminário, e com o lançamento de um documentário sobre as Mulheres dos Quilombos de São Lourenço do Sul, e especialmente com a própria atuação e envolvimento das mulheres em diferentes movimentos.

Com relação a falta de políticas públicas, saneamento básico e, ainda, a falta de escolas no campo, próximas as suas casas, a falta de empregos e de transporte, muitos desses temas foram sendo desenvolvidos, em trabalhos de conclusão no Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Os objetivos do seminário foram alcançados ao promover e integrar diferentes mulheres e suas pautas, por meio dos simpósios que interligou diferentes pesquisadores nos seus eixos temáticos. Dos painéis e palestras que possibilitaram debates sobre a autonomia, auto organização, re-existência das mulheres em suas comunidades, coletivos e associações. Das oficinas e das feiras de artesanatos que circulou e articulou a economia solidária entre as participantes. E dos cafés culturais que promoveram a soberania alimentar, com um novo olhar sobre os alimentos convencionais e não convencionais.

Para as/os estudantes envolvidos também houve um grande aprendizado para suas caminhadas acadêmicas, por estarem atuando junto as comunidades tradicionais aprenderam sobre a diversidade dessas mulheres, como elas se auto organizam, e quais as dificuldades que essas apresentam, dessa maneira, vislumbram formas de atuar nessas comunidades durante e após suas formações. Também há muitos estudantes que pertencem a comunidades quilombolas, indígenas e da pesca, onde, por meio da organização, atuaram para dar visibilidade a esses povos e protagonizando esses espaços.

Dessa maneira, o seminário consolida a luta pela emancipação das mulheres na comunidade lourenciana, fortalece as identidades das mulheres do campo, das águas, florestas e cidades, e articula as/os estudantes a atuarem em coletivos, a pesquisarem e contribuírem com seus conhecimentos para a ciência.

## REFERÊNCIAS

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANC) no Brasil:** guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. Nova Odessa: Ed. Plantarum, 2014. 768p.

KOROL, Claudia. (Coord.). **Hacia una pedagogia feminista:** Géneros y educación popular. Colección cuadernos de Educación Popular. Buenos Aires: Editorial El Colectivo/América Libre, 2007.

MAGDA, Rosa Maria Rodríguez. **Mujeres en la historia del pensamiento.** Barcelona: Editorial Anthropos, 1997.

OCHOA, Luz. Maceira. **El sueño y la práctica de sí.** Pedagogía Feminista: una propuesta. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

NADEAU, Denise. **Educación Popular Feminista:** Creando una nueva teoría y práctica. Palabra de mujer: Aquelarre. Summer/Fall, 1996. p.33-35.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

STRECK, Danilo R.; ADAMS, Telmo. **Pesquisa Participativa, Emancipação e (Des)colonialidade.** 1º Edição. Curitiba: CRV, 2014.

## ARTIGO 9

### CIRANDAR FURG: SETE ANOS DE HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE

Área temática: Educação

Rafaela Engers Günzel<sup>\*</sup>; Anahy Arrieche Fazio<sup>\*</sup>;  
Aline Machado Dorneles<sup>\*\*</sup>; Maria do Carmo Galiazzi<sup>\*\*\*</sup>;



---

<sup>\*</sup>Aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Ceamecim, (FURG).

<sup>\*\*</sup>Professora adjunta da Escola de Química de Alimentos (EQA) e Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências. Coordenadora da atividade de extensão, FURG.

<sup>\*\*\*</sup>Professora titular aposentada e colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências, Ceamecim, FURG.

## **CIRANDAR FURG: SETE ANOS DE HISTÓRIAS DE FORMAÇÃO DOCENTE**

Rafaela Engers Günzel; Anahy Arrieche Fazio;  
Aline Machado Dorneles; Maria do Carmo Galiazzi;

### **RESUMO**

Apresentamos o projeto Cirandar: Rodas de Investigação desde a Escola, realizado na Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Trata-se de um projeto de extensão desenvolvido anualmente, sendo sua primeira edição no ano de 2012, com a participação de professores da rede de educação básica, professores da universidade e acadêmicos dos cursos de Licenciatura. O projeto Cirandar aposta em experiências docentes partilhada nas Rodas de Formação em Rede, fomentado pela escrita de relatos de experiência docente, na leitura entre pares e na reescrita a partir das contribuições do leitor parceiro. Busca-se traçar um esboço sobre o trabalho realizado no projeto em seus sete anos de história sobre as experiências docentes vividas no Cirandar. O Cirandar tem como argumento fundamental que a formação deve ser desenvolvida com diálogo intenso sobre questões de interesse para os participantes. Nesse sentido, relatamos as etapas do processo formativo realizado pelo Cirandar, bem como, a descrição e discussão acerca da produção de relatos e caracterização do público participante no decorrer das 7 edições. Assim o processo de formação no Cirandar oportuniza a interação entre Universidade e Escola, entre diferentes áreas do conhecimento e possibilita por meio de atividades a distância que cada participante documente suas experiências, compreendendo sua sala de aula como artefato da formação e foco de investigação.

**Palavras-chave:** Rodas de investigação; Sala de aula; Formação de professores.

### **INTRODUÇÃO**

O Cirandar refere-se a um projeto de formação institucionalizado junto a FURG, que acontece anualmente desde o ano de 2012. O projeto intenciona a investigação desde a escola, e surgiu inspirado no processo de formação da Rede de Investigação na Escola (RIE) e seus Encontros de Investigação desde a Escola (EIE), que acontece desde os anos 2000, além de outro processo de formação apreendido pelo grupo: a Rede de Ações de Melhoria do Ensino de Ciências e Matemática (Rede Acomecim), desde 1982, trabalho conjunto entre Unijuí<sup>1</sup>, FURG e PUCRS<sup>2</sup>.

Em que o Cirandar aposta? No registro escrito, na leitura crítica e na pesquisa da sala de aula do professor participante, fundamentando com Wells (1999) uma formação desenvolvida com base no diálogo intenso sobre questões de interesse dos participantes. O projeto conta com certificação, é divulgado nas redes e o processo de formação é de livre participação. Está centrado no contar das experiências docentes, sejam estas na sala de aula, na gestão, nas pesquisas acadêmicas... as inquietudes e a escrita da experiência de cada participante é o artefato da formação e foco de investigação (GALIAZZI, 2003).

<sup>1</sup> Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O Cirandar tem o objetivo de construir e aperfeiçoar conhecimentos. O projeto não envolve custo de inscrição, e nos últimos sete anos de desenvolvimento conta com a participação de docentes que atuam na rede básica de ensino, e/ou docentes atuantes nas licenciaturas no Ensino Superior, e/ou ainda, discentes/licenciandos, estagiários, pibidianos<sup>3</sup> e, também, alunos dos programas de pós-graduação. Todos esses sujeitos, que procuram o Cirandar para compreender e fundamentar teoricamente a organização do trabalho pedagógico, as metodologias de ensino e suas técnicas considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes, das diferentes modalidades e níveis de ensino, são bem vindos as rodas de formação.

## **METODOLOGIA**

Grande parte das atividades é à distância, mediadas por Cartas aos participantes, via e-mail e pelo site<sup>4</sup> do projeto. Então, o Cirandar em sua organização funciona assim: O primeiro encontro é presencial, onde os cirandeiros<sup>5</sup> recebem cartas com as orientações iniciais de pensar uma temática em que apostará seu estudo, bem como escolher carinhosamente um caderno pequeno para que seja seu diário. O primeiro encontro é organizado em várias rodas de conversa, em que cada participante partilha experiências iniciais que o levaram a escolha da sua temática de investigação. Cada roda de conversa conta com um ou mais mediadores responsáveis por registrar as temáticas que os cirandeiros pretendem estudar, as quais vão se mostrando durante a roda de conversa.

No decorrer de todo o processo, os cirandeiros vão estudando sua temática e registrando acontecimentos e pensamentos em seus diários, recebendo orientações por intermédio de cartas da coordenação do projeto. Essas cartas servem para guiar e lembrar os cirandeiros sobre os prazos e tarefas a serem cumpridas ao longo do ano. A sistematização que o participante faz dos seus estudos e escritas realizadas no diário acontecem no momento de envio do relato de experiência sobre seu tema em investigação. Esses relatos são organizados de forma que sejam lidos entre pares. Cada par é posto em contato pela coordenação para que possam fazer trocas por meio de cartas. Nessas cartas há possibilidade de diálogo entre os cirandeiros, com sugestões e comentários sobre o relato de seu par. Assim, o processo possibilita o desenvolvimento da escrita, reescrita e compartilhamento de histórias.

O encerramento da edição acontece com o encontro presencial, organizado em rodas de conversa para socialização dos relatos de experiência de cada professor, nesse momento o participante entrega o seu diário, que documenta a carga horária de 90 horas distribuída com as atividades *online* e os dois encontros presenciais. Neste último encontro presencial que acontece, os cirandeiros leem todos os relatos de sua sala. Em síntese o processo de formação continuada exige as seguintes atividades e etapas:

---

<sup>3</sup> Chamamos assim os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)

<sup>4</sup> Site do Cirandar: <https://investigacaonaescola.furg.br/index.php/component/content/article?id=64>

<sup>5</sup> Chamamos todos os participantes da nossa roda de formação de cirandeiros.

**Quadro 1 – Etapas do projeto e atividades**

Etapas	Descrição da atividade
1 – Inscrição no SINSC	Com a divulgação feita, os participantes fazem sua inscrição no sistema da FURG para participar do projeto
2 – Intenção de estudo no Diário	Os Cirandeiros escolhem uma temática de investigação e registram no seu diário
3 – Encontro presencial 01	Encontro presencial com rodas de conversa para compartilhar os temas de investigação
4 – Pré-escrita do relato	Sistematização dos registros no diário com a composição do um relato
5 – Submissão do relato no SINSC	Envio do relato via sistema para troca entre pares
6 – Leitura entre pares	Leitura do relato do seu par e troca de cartas entre pares com contribuições
7 – Submissão final do relato	Envio final do relato após as contribuições do par
8 – Leitura dos relatos da sala	Socialização de todos os relatos de cada sala com os participantes
9 – Encontro presencial final	Encerramento com a roda de conversa para partilhar as experiências descritas nos relatos

Fonte: As autoras

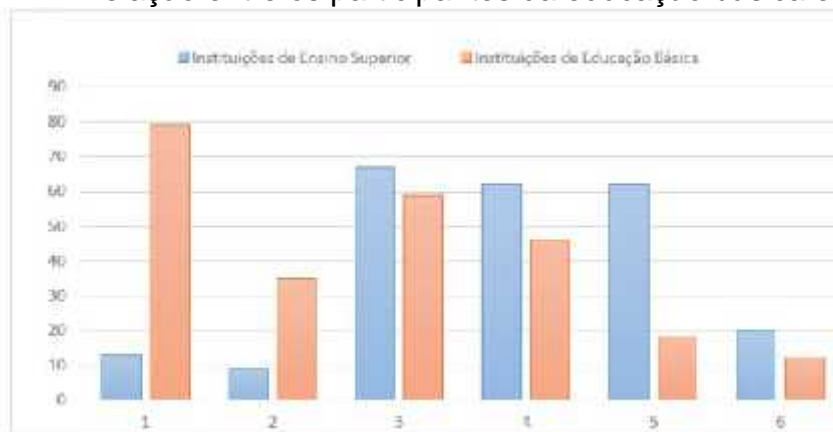
Os relatos finais dos cirandeiros passam por um processo de seleção, e posterior publicação em livro. Já são quatro livros publicados e um quinto em processo de finalização. O conjunto de relatos produzidos pelos cirandeiros em todas as edições encontra-se disponíveis para consulta no site do Cirandar.

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

O projeto Cirandar no seu início foi pensado para promover a partilha de experiências dos professores atuantes na disciplina de Seminário Integrado, proposta de reestruturação curricular do ensino médio realizado no ano 2012 pelo governo do estado do Rio Grande do Sul.

A partir de 2013 até o presente ano, o Cirandar conta com a participação de professores da educação básica, professores da universidade, licenciandos e pós-graduandos do ensino superior. Realizamos um mapeamento das edições de 2012 a 2017 do Cirandar e construímos um gráfico (Imagem 1), onde é possível observar a predominância dos professores da educação básica nas edições 1 e 2, em decorrência da vigência da proposta do Seminário Integrado, e na época com a articulação com 18<sup>o</sup> Coordenadoria de Educação do Município do Rio Grande.

**Imagem 1 – Relação entre os participantes da educação básica e superior**



Fonte: As autoras



Nas edições 3, 4 e 5 percebemos um crescente aumento de cirandeiros provenientes do ensino superior, pois os bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tinham como uma das suas ações participar do Cirandar. Cabe destacar que nos anos 2014 e 2015 tivemos um considerável aumento das bolsas do PIBID, o que favorecia também a participação de professores da educação básica envolvidos no PIBID e no Cirandar. No ano 2017, o PIBID vivenciou corte de bolsas, com a ameaça constante do governo de acabar com o projeto.

Na edição recente de 2018 contamos com 23 professores da educação básica e 30 participantes do ensino superior que concluíram todas as etapas, desde o primeiro encontro presencial, até o último. No quadro 2, apresentamos o quantitativo de cirandeiros que concluíram todas as etapas do processo formativo, desde participar dos encontros presenciais, escrita do relato e do diário, entrega do diário e socialização do relato.

**Quadro 2 – Participantes que concluíram todas as etapas do projeto**

Edição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Participantes	41	29	86	88	51	26	53	374

Fonte: As autoras

Atentamos para o número reduzido de participantes, em 2013 e 2017, que concluíram todas as etapas do Cirandar. O número reduzido de participantes no ano de 2013 foi decorrente de uma greve dos professores do estado do Rio Grande do Sul, e em 2017, agravado pela crise financeira do estado, em que os professores se encontram desvalorizados e com seus salários parcelados.

Destacamos que o projeto no ano de 2018 ampliou sua rede com a participação de professores da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campi de Bagé, Uruguaiana, Caçapava do Sul e São Gabriel. Assim, nos últimos dois anos (2017 e 2018), o Cirandar conta com número menor de participantes, porém se fortalece nas ações de valorização da docência, pois o professor encontra nas Rodas do Cirandar lugar de acolhimento e de reconhecimento do seu trabalho em sala de aula.

O projeto Cirandar, no ano 2018, também foi premiado e reconhecido como experiência inovadora na formação de professores pelo Programa Regional para o Desenvolvimento da Profissão Docente na América Latina e no Caribe. O evento aconteceu nos dias 25 e 26 de outubro de 2018 na cidade de Bogotá<sup>6</sup>. Com a potencialidade do Cirandar reconhecida, apresentamos no quadro 3, quantitativos referentes ao número de inscritos e de relatos produzidos durante o processo formativo do Cirandar para discutir sobre a evasão durante o processo. Destacamos que a inscrição e a participação não envolvem custos, por isso temos grandes números de inscritos.

**Quadro 3 – Quantitativo de inscritos e relação de relatos produzidos por edição**

Edição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Inscritos	114	52	164	300	317	116	237
Nº de relatos	91	44	125	111	80	32	65

Fonte: As autoras

<sup>6</sup> Compartilhamos o site com o detalhamento do Cirandar selecionada como experiência inovadora: <https://desarrollodocente.org/es/experiences/12?public=true&fbclid=IwAR17LpO3JhE77Zx7EiSsWdQ2JnLIZ6leUxBWSK3V0qLBriktAwB4rzUYRSk>

A evasão do processo formativo acontece principalmente na etapa de escrita do relato. Compreendemos a dificuldade que os participantes encontram para escrever, junto da correria do dia, do trabalho. Ressaltamos, também, que o número de relatos é maior se compararmos com o número de participantes do quadro 2. Isso deve porque no quadro 2 consideramos os participantes que concluíram todas as etapas, e o que acontece, muitas vezes, é que o participante entrega o relato, que é uma das etapas *online*, e por algum motivo não participa do segundo encontro presencial para compartilhar sua escrita e entregar seu diário.

Abrimos espaço para destacar a importância do registro e arquivamento desse material produzido durante o Cirandar (diários, relatos e cartas). Dissertações e Teses têm sido produzidas no âmbito educacional a partir desse material, por cirandeiros que ingressam na Pós-Graduação e decidem, a partir de sua história com o Cirandar, investigá-lo em sua pesquisa. Podemos citar as Teses de Marcia Firme (2017) relacionado ao seminário integrado; Charles Guidotti (2019) sobre a investigação da sala de aula no Cirandar; e Alexandre Cougo (2019) referente a educação ambiental e a formação de professores. Temos ainda, a dissertação da Hellen Araújo (2015) sobre a interdisciplinaridade, e duas dissertações em andamento, que investigam o letramento ambiental e a (re)significação da docência.

Além das Teses e Dissertações, temos um trabalho inicial de pesquisa (GÜNZEL; DORNELES; GALIAZZI, 2019) da própria comissão organizadora do Cirandar sobre o material e os dados produzidos, com o intuito de compreender aspectos que potencializam o Cirandar como processo de formação de professores e identificar aspectos teóricos e metodológicos a serem aperfeiçoados. Nesses sete anos, muitos aspectos do processo formativo foram sendo melhorados, e outros estão em andamento. O Cirandar está sempre aberto para sugestões e partilhas em suas rodas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto oportuniza a integração entre a Escola e a Universidade, tendo por foco a compreensão do participante de seu papel político enquanto docente que assume a autoria de sua prática em sala de aula, em diferentes níveis e modalidades de ensino, por meio do diálogo, da escrita e da leitura desenvolvida nas diferentes etapas de realização do Cirandar. A articulação com o ensino e a pesquisa ocorre pelo desenvolvimento de teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre o Cirandar: rodas de investigação desde a escola.

A participação de diversas áreas do conhecimento no processo de formação favorece a integração de diferentes níveis e modalidades de ensino, potencializadas na leitura de relatos de experiências de diferentes disciplinas, contemplando aspectos da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade. Cada participante produz um relato que é disponibilizado no site institucional do projeto na página da FURG, os quais passam por um processo de seleção da comissão organizadora para produção de livros com a reescrita dos relatos selecionados.

A estratégia de várias etapas de formação acontecer à distância gera economia e expansão do alcance do projeto, promovendo via certificação eletrônica a progressão na carreira docente. A formação dos participantes é o resultado social que certamente trará modo de fazer a sala de aula mais complexa.

## AGRADECIMENTOS

Registramos nosso agradecimento a todos, que como nós, envolvem-se com o ser e fazer docente. Àqueles que compartilham suas experiências, movimentados pelas rodas de formação, investigação e partilha. Sem as inquietudes destes, nossas Cirandas não se fariam e nem se manteriam. Agradecemos à FURG e, também, as outras instituições citadas no texto, por abrir suas portas e disponibilizar seus espaços e sua estrutura, para que nossas rodas de formação aconteçam.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. G. Compreensões de Interdisciplinaridade, pesquisa e trabalho: a sala de aula nos relatos do Cirandar. **Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências)** – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2015.

COUGO, A. C. **Experiências de Formação no Marco do Projeto Cirandar: Miradas e Escutas desde a Educação Ambiental.** Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

FIRME, M. V. F. **Seminário Integrado: As Faces do Reconhecimento do Outro para Professores de Ciências Participantes do Cirandar.** Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017.

GALIAZZI, M. C. **Educar pela pesquisa: ambiente de formação de professores de Ciências.** Ijuí: Unijuí, 2003.

GUIDOTTI, C. S. **A Investigação desde a Sala de Aula no Cirandar: Aperfeiçoamento Teórico-Prático com Professores de Ciências.** Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019.

GÜNZEL, R. E.; DORNELES, A. M.; GALIAZZI, M. C. Cirandar: As Experiências Relatadas nos Diários de Campo de Formação Docente. **RELACult**, Jaguarão, v. 5, n. esp., p. 1-9, 2019.

WELLS, G. **Indagación Dialógica: hacia una teoría y una práctica socioculturales de la educación.** Barcelona: Paidós, 2001.

## ARTIGO 10

### QUANDO A PÓS-GRADUAÇÃO FAZ EXTENSÃO: EXPERIÊNCIA DO CURSO POPULAR DE ESTUDOS DOS PROCESSOS SELETIVOS PARA O ENSINO SUPERIOR

Área temática: Educação

Everton Fêrrêr de Oliveira<sup>\*</sup>; William Leonardo Gomez Lotero<sup>\*\*</sup>;  
Bernard Constantino Ribeiro<sup>\*</sup>; Tiago Lincka de Sousa<sup>\*</sup>; Roberta Soares da Rosa<sup>\*</sup>;  
Roberta Ávila Pereira<sup>\*\*</sup>; Camilla Helena Guimarães da Silva<sup>\*\*</sup>; Bilina Amaral Peres<sup>\*\*</sup>;  
Élida Rodrigues Nobre<sup>\*\*\*</sup>; Fernanda Caseira das Neves<sup>\*\*\*\*</sup>; Vilmar Alves Pereira<sup>\*\*\*\*\*</sup>



---

\* Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

\*\* Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

\*\*\* Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da PUCRS.

\*\*\*\* Discente do Curso de Letras e Bolsista do Programa de Apoio ao Ingresso Ensino Tecnológico e Superior – PAIETS/FURG.

\*\*\*\*\* Coordenador do Curso de Extensão. Doutor e Mestre em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG.

## **QUANDO A PÓS-GRADUAÇÃO FAZ EXTENSÃO: EXPERIÊNCIA DO CURSO POPULAR DE ESTUDOS DOS PROCESSOS SELETIVOS PARA O ENSINO SUPERIOR**

Everton Fêrrêr de Oliveira; William Leonardo Gomez Lotero;  
Bernard Constantino Ribeiro; Tiago Lincka de Sousa; Roberta Soares da Rosa;  
Roberta Ávila Pereira; Camilla Helena Guimarães da Silva; Bilina Amaral Peres;  
Élida Rodrigues Nobre; Fernanda Caseira das Neves; Vilmar Alves Pereira

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo problematizar as questões da classe trabalhadora no acesso ao ensino superior de pós-graduação. Assim, se apresenta a metodologia de um curso de Educação Popular Universitário, sendo os educadores mestrandos e doutorandos do PPGA. A experiência permitiu, além de oferecer as orientações em matéria de formulação de projetos, estratégias tecnológicas, acesso e permanência e fortalecimento do currículo lattes, compreender as dificuldades e a acentuação das desigualdades no acesso à pós-graduação.

**Palavras-chave:** Educação Popular; Educação Freireana; Extensão; Extensão Universitária; Ensino Superior.

### **INTRODUÇÃO**

Os Grupos de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental Popular (GEFEAP), o Nós do Sul (Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre identidades, currículos e culturas do Instituto de Educação da FURG) e o Programa de Auxílio aos Ingressos Ao Ensino Técnico e Superior (PAIETS) da Pró-Reitoria de Extensão desenvolveram no ano de 2018 um curso preparatório, com o objetivo de apresentar para os interessados as dimensões, estrutura e a preparação dos requisitos exigidos num processo seletivo de Ensino Superior. No ano de 2019 reelaborou-se a proposta com a ampliação para pós-graduandos de outros grupos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental e uma formadora convidada do Programa de Pós-graduação em Educação da PUCRS e se fez o Curso Popular de Estudos dos processos seletivos para a Pós-graduação, afim de aprimorar e orientar por meio de rodas de conversa, aspectos dos diferentes cursos de mestrado e/ou doutorado em instituições de educação superior. O objetivo é de compreender as relações dos meios de produção, os desgovernos e a necessidade de contextos formativos que façam resistência na atual conjuntura política.

### **METODOLOGIA**

A base metodológica desta proposta está amparada pelas concepções educacionais freireana (FREIRE, 1987), popular (BRANDÃO, 1988) e socioeducacional crítica (CARR; KEMMIS, 1988). Estas concepções dialogam em seus princípios, especialmente por caracterizarem-se em seu aspecto metodológico como concepções ativas no campo da pesquisa e, portanto, mantém estreita relação

com práticas extensionistas. Para sistematização dos encontros nos pautamos na abordagem pós-colonial da produção do conhecimento em sala de aula e na adoção metodológica das rodas de conversa, justificando que

Conversar não é um processo tranquilo, tampouco igualitário de compartilhar diferentes pontos de vista sobre temas e assuntos socialmente relevantes para nossas formações. Aliás, a depender das posições que assumirmos no interior de uma roda de conversa as diferenças que produzimos na proximidade com os outros podem se tornar muito maiores do que aparentam ser quando estamos à distância uns dos outros (PIMENTEL, 2014, p.68).

O Curso teve como público concluintes ou graduados interessados em conhecer e discutir os processos seletivos para ingresso em Curso de Pós-graduação. Contou com a seguinte organização de atividades: 1) identidade Popular e o acesso à pós-graduação: pertencimento e reconhecimento; 2) o papel da pós-graduação e as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora no acesso à pós-graduação; 3) documento de identidade na pós-graduação: o Currículo Lattes; 4) a vida na pós-graduação: desafios permanentes de uma ontologia popular; 5) como eu cruzo minha vida com a pesquisa acadêmica?; 6) fluência tecnológica; 7) exercício de elaboração de proposta de pesquisa; e 8) exercício de elaboração de um tema de pesquisa.

Em todas as atividades fizemos o uso do projetor multimídia para ilustração e problematização, no primeiro momento: apresentação da temática; no segundo momento: diálogo sobre os entendimentos e o lugar de onde falamos os presentes. A partir da sexta atividade inserimos o terceiro momento: explorando recursos debatidos e a superação da expressão “não sei fazer”.

Em síntese, abordamos a necessidade de pertencimento, produções e atividades a serem inseridas no Currículo Lattes, identidade do pesquisador e sua trajetória, as trajetórias de mulheres negras, o percurso e vivências para cumprir as demandas acadêmicas, assim como compreender a pesquisa e suas estratégias, bem como as normas e seu funcionamento nos trabalhos acadêmicos. Além disso, as dificuldades com tecnologias no uso de trabalhos acadêmicos, as ferramentas e a necessidade da fluência tecnológica a serviço da pesquisa e, finalmente, compreender a pesquisa, as fases da elaboração de um projeto e elaboração da proposta de pesquisa.

Foram realizadas vinte inscrições e concluíram uma pedagoga, uma enfermeira e uma bacharela em direito. Todas atuando em suas áreas, mas distantes da academia. Foram realizados oito encontros nas segundas e terças-feiras entre junho e julho, totalizando vinte horas.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

No contexto do curso avaliamos que a participação dos cursistas trabalhadores é um obstáculo a ser superado e a ideia é de ampliar a proposta 2019/II com o uso de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (AVEA) em seu desenvolvimento.

Outro aspecto foi o grande número de discentes concluintes inscritos e, ao contatá-los, suas desistências foram atribuídas ao período de realização do curso, pois iniciou no mês final do semestre vigente. Todavia, as integrantes que concluíram, estimularam à equipe formadora a promover uma reedição do curso afim de auxiliar na visibilidade e promoção da divulgação do curso vivido.

Vivemos um período em que o acesso à universidade está ameaçado pela política de cortes e bloqueio de recursos na área da educação. Isto pode ser visto

como um retrocesso ou manutenção das desigualdades hegemônicas, já que desde o Brasil colônia, o acesso ao ensino superior só era possível para uma elite conservadora, que manteve este *status* até a era Vargas (GISI; PEGORINI, 2016).

A ampliação do acesso ao ensino superior inicia na década de 1990 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 (LDB) (BRASIL, 1996), a partir daí houve, ainda que lento, um crescimento do número de matrículas na pós-graduação. Entre uma das dificuldades para o aumento de pós-graduados no país estava a permanência e evasão por motivos variados como descreve Gisi e Pegorini (2016)

A evasão apresenta diferentes causas, tanto de ordem econômica, como aquelas decorrentes da própria instituição. No que se refere às condições econômicas, para muitos, há necessidade de conciliar o curso com o trabalho, o que compromete o tempo de estudo e leva a reprovações. Existe também dificuldade para o pagamento de mensalidades, alimentação, transporte e material didático necessário e, ainda, quando a trajetória escolar não favorece a aprendizagem, levando a reprovações. Por último e não menos importante, existem as expectativas não atendidas dos estudantes com o curso e com a instituição, o modo como se realiza a sua integração no mundo acadêmico e as condições que são oferecidas para a permanência (GISI; PEGORINI, 2016 p.23).

Conforme as autoras relatam, as motivações para a evasão expressam a tentativa de acesso de uma classe social a qual a universidade não estava habituada a atender, já que sempre esteve destinada à elite, como citado anteriormente.

Buscando a democratização do acesso e permanência nas universidades, nos anos 2000, algumas políticas foram implementadas, como a política de cotas raciais, Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e REUNI, que teve como objetivo a ampliação do acesso à educação superior por meio da ampliação do número de vagas, através da abertura de cursos noturnos, diminuição do custo/aluno, flexibilidade dos currículos e ações de combate à evasão (BRASIL, 2007). Outra iniciativa, foi a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB, com o objetivo de implantar um sistema nacional de educação superior à distância.

Enfim, a classe trabalhadora começa a acessar e permanecer nos cursos de graduação. Mas o acesso a pós-graduação ainda é um desafio, já que se trata de um lugar ainda elitizado com concepções pragmáticas de pesquisa. Desta forma, o objetivo da nossa atividade foi partilhar histórias de duas mulheres negras, vindas da classe trabalhadora, que concluíram a graduação e acessaram a pós-graduação.

Para iniciar a roda de conversa usamos como disparador o curta metragem “Vida Maria”, lançado em 2006. Maria José, personagem do filme, é uma menina de cinco anos de idade que está em fase de alfabetização, encantada, aprendendo a escrever o nome, mas sua mãe a obriga a abandonar os estudos e começar a cuidar dos afazeres domésticos e trabalhar na roça. Enquanto trabalha, ela cresce, casa e tem filhos e depois envelhece e o ciclo continua a se reproduzir, Maria José também não permite que as Marias seguintes estudem, colocando-as cedo na lida doméstica e na roça.

O filme provocou muitos sentimentos, tanto de identificação com a história, no sentido de que sempre tem alguém dizendo que estudar é difícil ou que não é importante, quanto no sentido de valorizar as pessoas que sempre nos incentivaram e acreditavam que era possível, sim, ingressar e concluir a graduação, assim como ingressar na pós-graduação.

Como disse Paulo Freire (2005): “Quando a educação não é transformadora, o sonho do oprimido é ser opressor”; e esta ideia também reverberou durante nossa roda de conversa, pois Maria José foi oprimida por uma mãe que, provavelmente, também passou pela mesma situação, sendo privada do direito de estudar e sair do ciclo de privação do acesso à educação e a possibilidade de romper o ciclo no qual a mulher serve para procriar e cuidar da casa.

Nós, mulheres, trabalhadoras e muitas já mães, consideramos importante essa troca de experiências, para mostrar que é possível também acessar a pós-graduação e que o objetivo do curso de extensão foi justamente ser a voz que diz ser possível traçar caminhos diferentes de nossas mães e pais e ocupar o espaço da pós-graduação com o nosso saber e jeito de fazer pesquisa.

Desta forma, por meio de rodas dialógicas sobre temáticas que pautam o universo da pós-graduação, são desenvolvidas práticas educativas pautadas pelo horizonte da Educação Popular. Dentre estas temáticas, destacamos a oficina de currículo Lattes, intitulada de “Documento de identidade na pós-graduação: o currículo Lattes”.

Nesta temática, abordamos a Plataforma Lattes (sistema mais amplo) que incorpora outras ações institucionais do CNPq e o Currículo Lattes, como um documento que tem uma importante relevância para o ingresso e a permanência do estudante no ambiente da pós-graduação. Neste sentido, compreendemos o currículo como uma importante ferramenta de publicitação e compartilhamento de produções acadêmicas e da trajetória formativa do estudante-pesquisador.

Desta forma, não se trata sobre incentivar um “produtivismo acadêmico” desmedido (ZUIN; BIANCHETTI, 2015), mas, sobretudo, de compreender o Currículo Lattes enquanto um registro do percurso formativo de cada um. Entendemos este espaço de formação, nesta oficina, para além da instrumentalização e “domínio” de ferramentas ou conhecimentos técnicos sobre a plataforma, mas na viabilidade de registro e socialização de pesquisas e ações que registram diferentes possibilidades de pesquisas e ações acadêmicas.

Mostramos o currículo como um documento de identidade do sujeito pesquisador, que dá visibilidade ao percurso formativo ou “andarilhagens” acadêmicas e aos diferentes modos e temáticas de produzir conhecimentos científicos. Deste modo, busca-se um espaço de partilha sobre as trajetórias e as formas de registro delas no currículo, de modo que cada sujeito se compreenda pesquisador.

No mundo atual, especializar-se é cada vez mais necessário, tanto para quem quer ingressar no mercado de trabalho, como para os que já estão inseridos. Mas, diante disto, a grande questão que se coloca é como se preparar de maneira adequada se a maioria das pessoas que trabalham não tem tempo suficiente para se preparar, assim como não tem mais o ritmo de estudos como em outrora, pois é sabido que o mercado suga cada vez mais nossa força de trabalho. Com essa perspectiva, o curso que ministramos objetivou, por meio de rodas de conversas, apresentar para os integrantes um pouco sobre a pós-graduação, bem como os requisitos e etapas exigidas num processo seletivo de mestrado ou doutorado.

Como parte deste curso, coube apresentar a temática da Elaboração de Projeto de Pesquisa, desde a escolha do tema de pesquisa, até a etapa de normalização conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Ao iniciar a conversa sobre as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa, percebemos a necessidade de conversarmos, primeiramente sobre a autoestima e a capacidade de cada uma ali presente naquele encontro. Neste ponto percebemos como o mercado de trabalho nos coloca diante de uma posição de inércia frente



à nossa capacidade intelectual de aprendizagem. Este mercado, impulsionado pelo capitalismo e seu eterno desejo desenfreado pelo lucro, nos leva a termos uma vida cotidiana mecânica, não nos permitindo uma simples e essencial ação, que é o pensar.

Ao nos colocarmos nessa condição de máquinas, nossa capacidade passa a ser colocada à margem, conforme as participantes diziam que não sabiam mais pensar sobre a pesquisa em si. Assim, nós, seres humanos, a cada dia estamos nos tornando máquinas, usurpados pelo capitalismo, e o quanto isso nos afeta em nossa essência, pois não temos mais “tempo” de comer direito, como relata Duarte Júnior (2010, p.28):

Nos dias que correm, o comer deixou de ser uma atividade sensível que congrega amigos e parentes em torno de uma mesa para a troca de sentidos e paladares, assemelhando-se mais à parada num posto para o reabastecimento de combustível dos veículos (DUARTE JÚNIOR, 2010, p.28).

Temos ainda a temática sobre a usurpação do capital sobre as pessoas que o constituem, outra análise de Duarte Júnior (2010) ao dizer que devemos:

[...] pensar no quanto o trabalho, ao longo do desenvolvimento do mundo moderno, foi se tornando o mero desempenho de uma função [...], perdendo seu caráter criativo e pessoal. Linhas de montagem, com movimentos mecânicos de braços e pernas desconectados de um cérebro e de um coração (DUARTE JÚNIOR, 2010, p.28).

Ou seja, poucos são os que ainda tem o privilégio de ganhar a vida exercendo um trabalho como uma atividade na qual tem condições do envolvimento sensível; em outras palavras, um trabalho que de fato proporcione satisfação por desempenhar determinado papel e que tenha tempo suficiente para sua vida pessoal (DUARTE JÚNIOR, 2010).

Sendo assim, o primeiro momento serviu muito de reflexão, evidenciado a necessidade de pararmos mais para pensar sobre as coisas. E o quanto essa problematização foi importante em sala de aula com as alunas.

Partindo desde cenário, continuamos nosso momento com uma conversa sobre as situações cotidianas das alunas, com vistas a mostrar as potencialidades de escolha de um tema de pesquisa a partir de suas experiências pessoais e profissionais. A partir desse ponto, começamos a ensinar um pouco do que sabemos sobre as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa, requisito indispensável para ingresso num curso de pós-graduação. Os pontos abordados com as alunas foram o conhecimento científico, métodos de pesquisa, a pesquisa e suas classificações, e por último as etapas de elaboração de um projeto de pesquisa.

Os conteúdos foram estruturados da seguinte forma: identificar o conhecimento científico, compreender a pesquisa, seus métodos e técnicas, identificar as etapas para a elaboração de uma pesquisa científica e suas principais características, aprender a estruturar o projeto de pesquisa. Ao passo que nosso objetivo consistia em prepará-las para a compreensão acerca do que seria o conhecimento científico e a metodologia da pesquisa. Com vistas a fomentar nas alunas o incentivo pela pesquisa, e encorajá-las a se tornarem pesquisadoras, mostrando que são, sim, capazes de elaborar um projeto e participarem de processos seletivos de pós-graduação nas universidades públicas.

Em outra aula, problematizamos as questões tecnológicas com as alunas. Entendendo a Tecnologia como o conjunto de conhecimentos, técnicas e métodos

aplicados na resolução de conflitos, interessa neste trabalho a compreensão dos processos de transformação social de base econômica e educativa mediada pelas tecnologias da informação e comunicação.

A aplicação destas tecnologias requer uma análise social, ética e política em função dos benefícios que têm se considerado divergentes ou polêmicos porque seus resultados podem representar os ideais dos grupos, que querendo ou não, visam aos interesses do mercado e do poder.

Pelo anterior, faz-se necessário uma compreensão em duas vias. A primeira delas a educativa, na qual se pretende investigar os preceitos de acesso à conectividade e à comunicação da sociedade nestes ambientes virtuais de aprendizagem. E a segunda, desde a econômica, a partir da análise de equidade, distribuição, emprego, renda, entre outros, que vem se dando nas interações digitais do mercado.

A nossa oficina integrou um projeto maior, que tem por objetivo formar trabalhadores que pretendem ingressar em programas de pós-graduação nas universidades públicas e privadas no Brasil.

Através da nossa experiência acadêmica e contato com a temática da escrita científica, nos organizamos para apresentar um panorama geral, acessível e focado em nosso público, as três trabalhadoras graduadas.

A partir de uma abordagem direta, com uso de linguagem acessível e que fomentava o diálogo entre aprendiz e professor, para trazer a realidade de cada uma para o processo de aprendizagem, oferecemos uma oficina que aproximava a trabalhadora dos seus conhecimentos prévios sobre escrita acadêmica, desmistificando a afirmação de “que não sei fazer”, “não consigo”, “é difícil”. O nosso foco foi canalizar o conhecimento das participantes da oficina à uma compreensão de suas potencialidades, sem, contudo, negar qualquer saber, reflexão sobre determinado tema.

O debruçar sobre determinado tema, a partir da visão das integrantes do projeto, repleto de vivências, amorosidades, desejos, frustrações e vontade de aprender, permeou todos os encontros, revelando assim um comprometimento com os ministrantes e com o sucesso do projeto.

Nos últimos encontros trabalhamos e contextualizamos os aspectos formais da elaboração e proposição de uma pesquisa, sendo que no primeiro se dialogou a respeito da: a) construção do conceito de pesquisa; b) como se faz a pesquisa; c) o que é um projeto; e d) como elaborar um projeto e, por conseguinte, como elaborar um projeto de pesquisa, com elementos importantes, como introdução, hipótese, objetivo, justificativa, metodologia, referencial teórico, referências; apresentando no final dois modelos de projeto de pesquisa de antes e após a qualificação de mestrado e de projeto de tese.

No segundo dia foi feita uma oficina de elaboração de trabalho, que possibilitou a construção do esboço do resumo, aperfeiçoado e finalizado para apresentação, que ocorreu no Encontro de Extensão Universitária da FURG, realizado no dia 27 de agosto de 2019 no CIDEF-FURG. Reitera-se que foram construídos dois trabalhos, um organizado pelos ministrantes das oficinas, e outro pelas formadas no projeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossos objetivos foram alcançados, momentaneamente, especialmente porque da ação com os participantes deliberamos realizar uma nova edição na qual as atuais cursistas atuarão como formadoras, isto demonstra a possibilidade de superação da situação problema inicial.

Com isso queremos anunciar pedagogias possíveis de relacionarem-se com a intersectorialidade e os espaços que o povo carrega consigo nas relações interinstitucionais na busca de desvelar, por exemplo, o papel de epistemologias populares carregadas de denúncias e anúncios. São nos espaços destas confluências que podemos criar e garantir que diferentes sujeitos, distantes do mundo acadêmico possam adentrar e permanecer insistentemente até que a universidade consiga transformar e unir o conhecimento acadêmico e conhecimento popular.

Participar deste curso nos fez refletir mais sobre nossa necessidade de pós-graduandos, principalmente num curso que versa sobre educação, nos preocupamos mais com os que estão fora dos muros das universidades, sendo engolidos pela lógica do mercado de trabalho. Não podemos estar alheios ao que se passa na vida extra academia. E, com isso, capacitarmos cada vez mais pessoas a estarem aptas a entrar na pós-graduação e, acima de tudo, acreditarem nelas mesmas.

## REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã**. São Paulo: Vozes, 2002.
- BRASIL. **Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 de jul. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm). Acesso em: 12 de jul. 2019.
- CARR, Wilfred; KEMMIS, Sthefen. **Teoría crítica de la enseñanza: la investigación-acción en la formación del profesorado**. Barcelona: Ediciones Martínez Roca S.A., 1988.
- DUARTE JÚNIOR, João-Francisco. **A montanha e o videogame: escritos sobre a educação**. Campinas: Papirus, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 20, p. 21-37, 2016.
- PIMENTEL, Álamo. A atitude etnográfica na sala de aula. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e PosColoniais**, Recife, v. 4, n. 2, p. 49-72, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8819/8794>. Acesso em: 12 de jul. 2019.
- ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158. 2015.

## ARTIGO 11

### A UNIVERSIDADE AO ALCANCE DE TODOS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CLASSE TRABALHADORA

Área temática: Educação

Gicelda Mara Ferreira da Silva<sup>\*</sup>; Daiane Cristina Cruz Goulart<sup>\*\*</sup>;  
Sheila Mara Benites Rola<sup>\*\*\*</sup>; William Leonardo Gomez Lotero<sup>\*\*\*\*</sup>;  
Camilla Helena Guimarães da Silva<sup>\*\*\*\*</sup>; Everton Fêrrer de Oliveira<sup>\*\*\*\*\*</sup>;  
Bernard Constantino Ribeiro<sup>\*\*\*\*\*</sup>; Vilmar Alves Pereira<sup>\*\*\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Pedagoga (FURG). Assistente Administrativa no Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.– HU-FURG/EBSERH.

<sup>\*\*</sup> Bacharel em Direito (Ananguera), Técnica de Segurança do Trabalho no Supermercados Guanabara.

<sup>\*\*\*</sup> Bacharel em Enfermagem (Ananguera), Auxiliar de Enfermagem no Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.– HU-FURG.

<sup>\*\*\*\*</sup> Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Discente do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Coordenador do Curso de Extensão. Doutor e Mestre em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, FURG.

## **A UNIVERSIDADE AO ALCANCE DE TODOS: A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A CLASSE TRABALHADORA**

Gicelda Mara Ferreira da Silva; Daiane Cristina Cruz Goulart;  
Sheila Mara Benites Rola; William Leonardo Gomez Lotero;  
Camilla Helena Guimarães da Silva; Everton Fêrrêr de Oliveira;  
Bernard Constantino Ribeiro; Vilmar Alves Pereira

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é mostrar o empenho para que sujeitos da classe trabalhadora tenham oportunidade de realizar seus sonhos acadêmicos, caminhando rumo às pós-graduações universitárias, adquirindo conhecimento e evoluindo nas ações e compreensões – até as esperadas produções científicas (como por exemplo, o presente artigo). Embora, a classe popular tenha acessado vagas e permanências nos cursos de graduação, chegar às pós-graduações ainda representa grande desafio, já que se trata de um lugar elitizado, cujas concepções pragmáticas precisam ser refletidas. Desta forma, a pretensão de nossa atividade foi partilhar histórias de trabalhadores, de mulheres, de negros e, por fim, dessas pessoas testemunhando mudanças de vida ao concluírem graduação e pós-graduação, via concursos, ascenderem a melhores cargos, antes do implemento de políticas públicas que favoreceram bolsas de estudos, programas, projetos, assistência estudantil. Vivenciamos dias em que o acesso à universidade está ameaçado por contingenciamentos, cortes de verbas, bloqueando recursos em várias áreas e igualmente, na educação. Registra-se isso como retrocesso e perda de conquistas, bem como, ato danoso ao sistema democrático, capaz de fortalecer a exclusão em contrapartida à expansão de vagas, de prédios e cursos, em governos recentes.

**Palavras-chave:** Pós-Graduação; Educação; Extensão Universitária; Classe trabalhadora.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, as universidades públicas têm aberto as portas por meio da ampliação de vagas, das cotas e da busca de garantias de permanência de estudantes em seus cursos. Isso, devido a políticas públicas advindas do esforço de movimentos sociais, de intelectuais e governo, acima de tudo, na tentativa de ampliação de direitos e valorização da educação, destacando-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI) (BRASIL, 2005).

Entretanto, muitas realidades e barreiras ainda fazem parte deste contexto, seja a necessidade de nivelamento do conhecimento, dadas a algumas precariedades das condições escolares anteriores, seja a importância da assistência estudantil. Inclusive, quanto à adaptação dos sujeitos ao nível superior em busca de cada projeto de vida, como verdadeiro “inérito viável” (FREIRE, 1997).

Para isso, a relação de pertencimento é fundamental, bem como, a compreensão da amplitude do processo institucional de modo a facilitar a mobilidade dos estudantes dentre as oportunidades que o tempo e espaço acadêmico podem oferecer, a exemplo dos muitos eventos que complementam os conteúdos programáticos das diversas áreas: seminários, palestras, apresentações de trabalho, organização de eventos,

oficinas, monitorias, etc.. Avançar etapas só acontece quando os estudantes persistem no objetivo, sabem da existência das pós-graduações e passam a se encararem dignos de pleitear as vagas ofertadas, tendo competências para as seleções, atentos a prazos e documentos exigidos.

Neste sentido, a partir de uma disciplina como alunos especiais do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG (PPGEA), seminário que aconteceu no segundo semestre de 2017, foi apontada a demanda de uma formação que oportunizasse a graduandos regulares (padrão) e egressos da comunidade, recolocarem-se no ambiente acadêmico. Discentes e docentes refletiam teorias, práticas e efetivas transformações para a sociedade, sendo a educação prioridade.

Dessa forma, surgiu o Curso Popular de Estudo do Processo Seletivo para Pós-Graduação, acolhido na universidade dentro do Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior (PAIETS). Houve parceria com o Instituto de Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação Pós-Graduação em Educação Ambiental – Linha de Pesquisa em Fundamento e Metodologias em Educação Ambiental e Popular; Grupo de Estudos sobre Fundamentos da Educação Ambiental e Popular (GEFEAP) e Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidade, Currículos e Culturas: Nós do Sul.

Sem adentrar na história pessoal de cada participante, mas percebendo-se que há pontos em comum na vida das mulheres discentes – gênero predominante nesta ação, importa dizer que parte delas tornou-se mãe bem cedo. Dedicaram-se à família, casa e muitas vezes foram trabalhar fora para assumir despesas ou complementar a renda familiar. O elo com a escola foi cortado, parcial ou integralmente, por certo período de tempo. E de quem mais idade tinha no grupo, se ouvia sobre o grande funil, simbolizando a imensa massa que não transpunha do grande gargalo ao estreito canal de passagem seleta, reservada a poucos estudantes, desde o vestibular eliminatório, em décadas passadas.

**Figura 1** – Registro fotográfico de uma noite de estudos após o trabalho



Fonte: Acervo pessoal das/os autoras/es

Por isso, ao longo dos anos alguns sonhos deste grupo foram adiados, quando não abandonados, certamente sendo prejudicados, salvo esforços, paradas e retomadas, até à inclusão na academia. Em geral, o ingresso nos estudos ocorreu pelo sistema privado, que negocia vagas por meio de financiamentos e subsídios do governo, baseando-se também nas notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Aliás, desde o Brasil colônia, o acesso ao ensino superior só era possível para a elite conservadora, mantendo este status até a era Vargas (GISI; PEGORINI, 2016).

O problema é: sem conhecimento das condições pormenorizadas para avançar, atingida a graduação, como se preparar para estar à altura dos demais candidatos e candidatas, concorrendo à pós-graduação, quando há falta de equidade e distância da linha de largada nesta corrida para tantos estudantes? Como se preparar quando tantas horas de nossa atenção são cooptadas para o trabalho por preocupação com o necessário sustento? Como sentir-se confiante e forte sem estar de posse das informações certas, do incentivo que falta vir das gerações anteriores aos mais pobres, aos quais também foram negados os direitos, sem protegê-los da expropriação de si pelo sistema perverso que só visa mão de obra barata, lucro e poder?

Em meio a esse contexto tornou-se realidade o edital para o referido curso de extensão da FURG, fomentando o estudo dos processos seletivos de pós-graduação. Em tempos tão turbulentos e incertos para a educação, mais do que nunca as pessoas devem tomar seus espaços de direito, estudando, entendendo, se aprimorando e contribuindo para formar e transformar a sociedade com relações mais justas, mais igualitárias, mais distributivas, e mais humanas para se viver.

Como aduz César Ferreira Silva e Carlos Rodrigues Brandão sobre as considerações de Paulo Freire e Maturana na educação, para tornar menos desigual nossa sociedade brasileira, as pessoas devem buscar o poder como seres humanos a olhar o próximo “como agente propagador de amor e desta forma através de muito trabalho e confiança no ser humano, poder construir uma sociedade regida pela dignidade e pela esperança” (SILVA; BRANDÃO, 2019, p.24).

Constituiu-se deste modo, a força motriz para empoderar estudantes, com a chamada pública, visando consolidar os princípios de ensino, pesquisa e extensão ao discutir com os cursistas acerca da importância deste tripé, acolhendo demandas de desenvolvimento pessoal e social.

## **METODOLOGIA**

Foi aberto o edital para chamada de interessados no curso com oferta de 30 vagas, devidamente divulgado na página da universidade desde 13-05-2019. A inscrição deveria ser feita no formato de carta de intenção, enviada por e-mail. Catorze nomes foram homologados, porém, alguns fatores fizeram com que a turma ficasse muito reduzida. Isso, não determinou o seu cancelamento e, sim, continuidade da proposta, validado o aspecto qualitativo mais do que o quantitativo.

Destinou-se o edital a graduandos do penúltimo ou último semestre em Instituições de Ensino Superior ou que já tivessem concluído, interessados em ingressar na pós-graduação (*stricto sensu*). Ele priorizou os candidatos: autodeclarados pretos, pardos ou indígenas; indígena residente em território nacional; quilombola; mulheres chefes de família; concluintes do ensino superior e egressos do PAIETS; membros de fóruns, de coletivos e movimentos sociais populares de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex, feministas, negritude, movimento por moradia, movimento de pessoas com deficiência; movimento por emprego, moradores em situação de rua e outros movimentos

populares; pessoas de camadas populares com ensino superior ou concluintes oriundos de instituições de ensino privadas/vinculados ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e membros de Conselhos Municipais.

A metodologia empregada foi a roda de conversa defendida por Pimentel (2014) e sempre enaltecida nas práticas e obras de Freire, como espaços de compartilhamento de saberes, de diálogo e humanização. Através delas, ocorreram apresentações de artigos e resumos, explanação acerca dos seus tópicos, instruções para preenchimento de currículo e informações acerca de processos seletivos; identificação de temáticas para projetos e de sites de buscas, etc.. Para tanto, foram ocupados uma sala aula e um laboratório de informática (LinJur), nas segundas e terças-feiras à noite, entre os dias 17 de junho e 9 de julho. Foram convidados mestrandos e doutorandos para partilharem suas experiências pessoais e conhecimentos afins dos níveis de ensino-aprendizagem almejados. Todos se colocaram disponíveis às discussões e revisões que culminassem ali e futuramente, com participações em eventos e publicações. Um segundo grupo no *WhatsApp* foi criado de imediato, no intuito de manter conexão entre formadores e alunos. Outro, grupo, anterior, já mantinha a conexão dos primeiros participantes da disciplina do PPGA, geradora da ação, desde o ano de 2017, convidando a eventos, esclarecendo dúvidas, mantendo o vínculo.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

Considerando o perfil do público visado, importa reconhecer a intenção empática inicial dos sujeitos do Seminário de Pesquisa “Mobilizações e Movimentos Sociais, Educação Popular e Utopias” (2017), de onde emergiu a discussão: professores da educação básica e do ensino superior, na qualidade de discentes e docentes da FURG, simpatizantes e adeptos da Educação Popular e dos movimentos sociais, idealizaram a abertura desta oportunidade, especialmente para a classe trabalhadora.

Adiante, alguns daqueles, bem como integrantes da nova formação – o Curso Popular de Estudo do Processo Seletivo para Pós-Graduação (2019), embora situados em outro patamar atualmente, já na condição de mestrandos, doutorandos ou professores universitários relatavam vivências na construção de suas histórias, com semelhantes dificuldades, perpassadas por questões de exclusão e preconceitos ou por intolerâncias obstaculizando, inclusive, o direito de serem empossados. Não obstante, também relataram sucessos resultantes pelo investimento na educação, progressão pessoal e profissional, aprovação em concursos públicos.

O compartilhar de conhecimentos e a motivação gerada pelas declarações de superação foi o combustível que moveu o grupo a acreditar no seu potencial e no fato de existirem caminhos possíveis a serem trilhados, num futuro promissor. Neste sentido, a ação se baseou em diálogos e sugerindo a continuidade de luta permanente contra retrocessos, assegurando ampliação da acessibilidade a todos e todas. A experiência ainda pode refletir nas diferentes áreas de atuação profissional dos participantes e na vida de outras pessoas, se nos tornarmos multiplicadores defendendo a educação e o pleno exercício de cidadania.



**Figura 2** – Registro fotográfico de um dos encontros do curso



Fonte: Acervo pessoal das/os autoras/es

Com relação ao número de alunos desta atividade de extensão, foi avaliado que o curso se deu em período de exames e de férias de julho, contribuindo para a menor adesão. Aconteceu de as pessoas desistirem da vaga priorizando outra atividade. Talvez, falhas no acompanhamento de notícias posteriores ao período de inscrições, de comunicação, possam ter ocorrido em relação ao evento. Também houve frio intenso nas noites das aulas, como não se via há anos na região sul do Brasil.

Importou, em meio a tanta competitividade dos nossos cotidianos, a nível pessoal, profissional ou acadêmico, encontrarmos entre nós, gente disposta a, solidariamente, auxiliar um(a) ao(à) outro(a). A tarefa não é tão simples, considerando nossas outras ocupações, causas de afastamento da formação no tempo regular, e que persistem, como seguir cuidando da família, da casa, do trabalho e renda, etc., neste sistema capitalista que consome nosso tempo e nossa juventude, com esta troca injusta de valores e com a extinção de direitos. Sequer se pretenderá entrar em detalhes inerentes às reformas pretendidas no campo da educação, saúde ou trabalhista. Em síntese, compreende-se que aquilo que se faz “bonito no papel”, em termos de conquistas para a classe popular e com caráter magno de Constituição Federal, na prática leva muito tempo para ser implementado efetivamente, por descaso político, desinformação da população e fragilidade do controle social e celeridade da justiça, pelo jogo de interesses com vantagens de decisões e prioridades em prol da classe dominante.

Isso abarca a escolha das profissões a capacitar. As vagas e explorações definem e restringem os currículos, segmentam os saberes, negam a apropriação de conteúdos científicos, salvo convenha à indústria, ao mercado quanto ao ciclo, ao produto da vez. As escolhas pessoais, aptidões, são prejudicadas, nos parecendo estimularem evasões no ensino. Com isso, os sonhos, os projetos de vida também são abalados. A trajetória bem-sucedida dos estudantes tem a ver com a contextualização, com o sentido, o significado da aprendizagem, com o “para que serve?”, “o que traz para mim?”. As discussões da Educação de Jovens e Adultos não são tão estranhas a essas, de outro nível de escolaridade, do nível superior. Procura-se progredir

no trabalho. Procura-se a profissão, o diploma. Procura-se o envolvimento, a amizade, a associação com pares, a convergência de ideais que vai se descobrindo e que, tanto mais apaixonam quando o conhecimento alarga os horizontes.

A vontade de evoluir inicialmente foi individual, mas conforme as relações interpessoais foram se sincronizando, este desejo tomou forma coletiva, solidária, compreendendo-se como demanda de público específico, da classe popular, da classe trabalhadora. Vimo-nos, e aos coordenadores todos, como pessoas adultas reunidas em prol da educação, compartilhando conhecimentos em benefício de todos os envolvidos.

Estudantes formandos e formados têm contribuições significativas a dar aos demais, pois trazem em sua experiência de vida, lições e lutas importantes, bagagem profissional e maturidade, de modo a somar. Segundo César Ferreira Silva e Carlos Rodrigues Brandão,

A educação não gera habilidades, ela cria criativas conectividades, é uma forma de oferecer aos cidadãos o direito de alcançarem a inteireza e a plenitude de seu ser e de sua vocação de criar-se a si mesmas e partilharem com outros a construção livre e responsável de seu próprio mundo social de vida cotidiana (SILVA; BRANDÃO, 2019, p.28).

Sendo assim, os autores colocam que a aprendizagem na educação é eterna, que cria e renova, é única e plural entre as pessoas. Quem aprende está ensinando e quem está ensinando também está em processo de constante aprendizagem.

A partir deste movimento o grupo inscreveu trabalho na Mostra de Produção Acadêmica – 2019, particularmente no Encontro de Extensão, passando da apresentação oral do resumo à escrita deste artigo. Enquanto isso, prepara novas agendas de eventos para participação e confere a existência de alguns editais da Pós-graduação, Também a sequência deste curso deve seguir com troca de papeis, ou seja, estudantes serão os ministradores de aulas aos novos ingressantes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluimos que o curso atendeu as expectativas uma vez que trouxe conteúdos importantes, lembrados e novos, propiciou interação entre pares transformando a situação-problema em provocação para encaminhamentos mais assertivos e firmou-se como arrancada de novos procedimentos.

Os esforços visam favorecer a nós e a todos aqueles que não carregam em sua história de vida a convicção de que podem e devem continuar seus estudos. Isso, porque ao longo de muitos anos só vinham, raras as exceções, reproduzindo condições idênticas a de seus familiares, seus descendentes, em última instância, da classe trabalhadora, popular.

Para além desta etapa de formação, objetivando alavancar projetos, está o engajamento com outro compromisso onde os estudantes de hoje passarão a ser multiplicadores das habilidades adquiridas, sob a inscrição de novo projeto onde sejam multiplicadores das informações apreendidas. Seguem, portanto, a lógica de “aprender, transformar e ensinar” – lema dos 50 anos da universidade. E, deste modo, consolida-se e defende-se esta universidade como lugar de ensino público, gratuito e de qualidade, bem como, “A produção de conhecimentos a partir da prática extensionista”.

No período do curso de extensão, foram levados para a sala de aula, não somente os conteúdos específicos para conhecimento de projeto e vida acadêmica,

mas também aulas e relatos de mulheres fortes e guerreiras que passaram por processo semelhante de enfrentamento das dificuldades para ter carreira acadêmica, histórias de superação e sucesso que motivaram a todos, pois houve uma relação de empatia, esperança e pertencimento. Para Moacir Gadotti (2009, p.12) a aprendizagem tem ainda mais importância no Brasil, que historicamente tem pouca preocupação com o direito, inalienável, do aluno aprender na escola.

A educação, independentemente da idade, é um direito social e humano. Muitos jovens e adultos de hoje viram esse direito negado na chamada “idade própria” e negar uma nova oportunidade a eles é negar-lhes, pela segunda vez, o direito à educação (GADOTTI, 2009, p.14).

Dito isso, entende-se que a educação como um todo é caminho universal para evolução positiva da sociedade. Neste sentido a experiência e diálogo sobre os processos e regionalidades fortalece a aposta em transformar o pensar e o agir de maneira a viabilizar o aparecimento de um novo contexto na educação universitária, capaz de potencializar a emancipação dos homens. Pois de uma ou outra forma “Um comportamento ou uma obra só se tornam expressão da consciência coletiva, à medida que a estrutura que exprimem não seja particular ao seu autor, mas, sim, comum aos diferentes membros constituintes do grupo social” (FREIRE, 2005, p.53).

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº. 11.096, de 13 de janeiro de 2005.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm). Acesso em: 12 de jul. 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 42. ed. 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Educação de adultos como direito humano.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: [http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2813/1/FPF\\_PTPF\\_12\\_049.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/2813/1/FPF_PTPF_12_049.pdf). Acesso em: 29 de set. 2019.
- GISI, Maria Lourdes; PEGORINI, Diana Gurgel. As políticas de acesso e permanência na educação superior: a busca da igualdade de resultados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 20, p. 21-37, 2016.
- PIMENTEL, Álamo. A atitude etnográfica na sala de aula. **Revista de Estudos Antiutilitaristas e PosColoniais**, Recife, v. 4, n. 2, p. 49-72, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8819/8794>. Acesso em: 12 de jul. 2019.
- SILVA, F. C.; BRANDÃO, C. R. Alguns imaginários para pensar a educação em tempos de crise e em termos de esperança. **Revista Pedagógica, Chapecó**, v. 21, p. 20-42, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8819/8794>. Acesso em: 29 de set. 2019.

## ARTIGO 12

### LEVANDO A PALEONTOLOGIA PARA AS ESCOLAS DE RIO GRANDE, RS

Área temática: Educação

Isadora Vasques Luz<sup>\*</sup>; Débora Diniz<sup>\*\*</sup>; Paula Dentzien-Dias<sup>\*\*\*</sup>



---

\* Laboratório de Geologia e Paleontologia (LGP), Instituto de Oceanografia, Ciências Biológicas Licenciatura, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

\*\* Laboratório de Geologia e Paleontologia (LGP), Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

\*\*\* Laboratório de Geologia e Paleontologia (LGP), Instituto de Oceanografia, Docente. Coordenadora da ação de extensão, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

## LEVANDO A PALEONTOLOGIA PARA AS ESCOLAS DE RIO GRANDE, RS

Isadora Vasques Luz; Débora Diniz; Paula Dentzien-Dias

### RESUMO

A Paleontologia é uma ciência que fascina a todos, mas pouco trabalhada nas escolas e pouco divulgada pelos centros acadêmicos brasileiros responsáveis pelas pesquisas nesse campo. A região costeira do Rio Grande do Sul possui um patrimônio paleontológico riquíssimo, porém grande parte da população desconhece o assunto e sua importância. O Projeto Exposição Itinerante de Paleontologia do Laboratório de Geologia e Paleontologia (LGP) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) *campus* Carreiros tem o intuito de preencher essas lacunas entre descobertas e divulgações, levando fósseis e réplicas para as escolas públicas do ensino fundamental e maternal de Rio Grande, RS. A exposição ocorre por cerca de quarenta e cinco minutos e nela são mostrados principalmente fósseis de mamíferos do Quaternário, na qual vemos o tigre-dente-de-sabre, preguiça gigante, tatus gigantes e mastodontes, animais facilmente associados aos existentes atualmente e que viveram na nossa região, para que a aprendizagem dos educandos seja mais significativa. Após a palestra e exposição, é doado para as escolas um kit com réplicas de fósseis e folhetos explicativos para que os professores tenham um material científico para continuarem abordando a Paleontologia na escola. Dessa forma, a interação da universidade com as escolas e a aplicação de métodos didáticos diferentes possibilita que os alunos continuem a pensar, discutir e compreender o que são os fósseis, mesmo após a visita da exposição, melhorando o processo de ensino e aprendizagem.

**Palavras-chave:** Fósseis; Educação; Rio Grande do Sul; Planície Costeira.

### INTRODUÇÃO

As práticas pedagógicas e as abordagens sobre temas relacionados à Paleontologia nas escolas públicas, municipais e estaduais, geralmente, se apresentam de forma superficial, sem proximidade com as novas descobertas regionais, ou não são abordadas. Sendo assim, devido à deficiência no ensino de Paleontologia da educação básica, torna-se necessária novas práticas pedagógicas nas escolas. Estas práticas buscam um novo método de ensino-aprendizagem, tendo em vista que a Paleontologia possui um papel crucial na Educação Básica, garantindo o entendimento do tempo geológico e promovendo sustentação teórica sobre origem e evolução do planeta e dos seres vivos (SOBRAL *et al.*, 2010). Esse déficit vem desde os livros didáticos da rede básica até as aplicações em sala de aula, pois as escolas buscam somente preparar os educandos para vestibulares e exames nacionais.

A educação, tanto no ensino fundamental quanto no médio, é apoiada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que possuem o objetivo de orientar os professores com novas técnicas e conhecimentos a serem trabalhados. Porém, é visível que tal prática se apresenta ainda de forma extremamente sutil ou inexistente em diversas escolas. Ao falar de ensino, é de conhecimento geral a necessidade imediata de mudanças na metodologia que tem sido empregada em diversas ciências (NEVES *et al.*, 2008). Atualmente, várias disciplinas são abordadas de forma

descontextualizada e desinteressante. Assuntos complexos não são abordados, e quando o fazem, é de uma forma genérica (PACHECO; OLIVEIRA, 1997). A pesquisa paleontológica, de forma geral, não tem merecido a mesma atenção do que outros assuntos de ciências no ambiente escolar, como ecologia, genética, zoologia, biologia celular e fisiologia. Entretanto, a paleontologia está intrinsicamente ligada ao entendimento da evolução dos seres vivos, que até hoje encontra muita resistência na sociedade devido à falta de entendimento da ciência como um todo (PEGORARO *et al*, 2016).

O início do processo de investigação e disseminação do conhecimento paleontológico acontece nas universidades e instituições de pesquisa. Nestas instituições, de maneira generalizada, a pesquisa de paleontologia é realizada com aplicações de metodologias, procedimentos e tecnologias disponíveis, o que resulta na criação de conhecimentos por parte dos especialistas, divulgados por meio de artigos científicos e apresentações em eventos (SCHWANKE; SILVA, 2010). Tendo em vista que muitos desses pesquisadores são professores, pós-graduandos e graduandos, demarca-se que o processo de troca de conhecimentos fica limitado à academia.

Segundo Schwanke e Silva (2010), pensando não somente em formação profissional, mas em disseminação do conhecimento paleontológico produzido no meio acadêmico e na implementação de propostas didáticas desenvolvidas na universidade, a extensão universitária se coloca como um setor de grande relevância. A extensão universitária ocorre com a priorização de práticas voltadas ao atendimento das necessidades sociais emergentes relacionadas à educação, enfatizadas pelo Plano de Extensão Universitária. Nesse sentido, a extensão não ocorre de via única, na qual o conhecimento é apenas transmitido, mas sim compartilhado, em uma via dupla, podendo contribuir por meio de programas educativos de naturezas distintas (cursos, exposições, prestação de serviços, organização de eventos, projetos específicos), envolvendo a educação básica; a educação à distância; a capacitação, qualificação e formação continuada de profissionais de educação e a cooperação interinstitucional, entre outros.

O projeto Exposição Itinerante de Paleontologia, do Laboratório de Geologia e Paleontologia da Universidade Federal do Rio Grande (LGP-FURG), tem como objetivo suprir essas necessidades no ensino de ciências, das redes Estaduais e Municipais de Rio Grande – RS, abordando o assunto das geociências de uma maneira menos exaustiva e monótona. O foco das exposições e palestras está nos fósseis de animais que habitavam nossa região costeira (Figura 1), para que esse novo corpo de informações se conecte aos conhecimentos prévios dos alunos. Esta associação a temas correlatos e que são parte do dia a dia dos alunos estimula a construção de significados pessoais para as informações, proporcionando aprendizagens significativas (TAVARES, 2004; IZAGUIRRY *et al*, 2016).

**Figura 1** – Fósseis e réplicas apresentados aos alunos durante uma palestra realizada em Escola Estadual de Ensino Médio Silva Gama, 2019



Fonte: Acervo pessoal das autoras

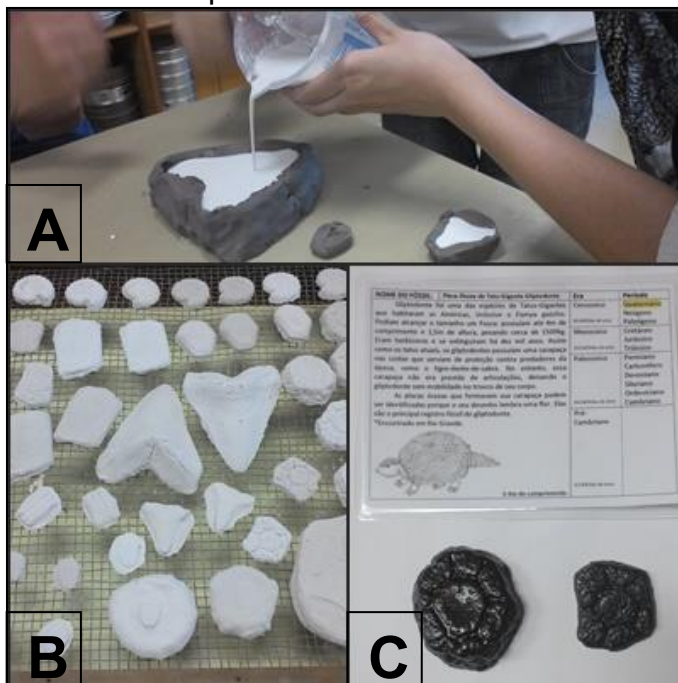
## **METODOLOGIA**

As exposições foram desenvolvidas em algumas escolas estaduais e municipais de Rio Grande – RS (Tabela 1), e duravam cerca de quarenta e cinco minutos (um período). O foco foram os animais que viveram na região costeira do Rio Grande do Sul, mais especificamente no Balneário Cassino, tanto no continente quanto no mar. A exposição era composta pelos fósseis e réplicas do LGP-FURG, além de mapas e folhetos informativos sobre esses (tamanho, período e região em que viveu, breves descrições sobre o material). A exposição ficava disponível por um ou dois turnos para os alunos, e a palestra abrangia temas como alimentação, reprodução, morfologia, evolução, tamanho e taxonomia dos organismos fósseis, além das relações ecológicas entre eles.

Ao final da atividade, cada escola recebeu a doação de um kit de paleontologia contendo réplicas de gesso pintadas e envernizadas, feitas por meio de um molde dos fósseis com plastilina à base de cera (Figura 2). Além das réplicas, cartões informativos fazem parte do kit, onde consta o período geológico que o animal viveu, tamanho, modo de vida e curiosidades. O kit proporciona, para escola e professores, que o ensino de Paleontologia continue através de aulas práticas e teóricas.



**Figura 2** – Etapas da confecção dos kits didáticos de Paleontologia. A – Confecção das réplicas em gesso, feitas a partir dos moldes em plastilina à base de cera; B – Réplicas em gesso secando antes de receberem acabamento final; C – Réplicas prontas para fazerem parte do kit a ser doado para a escola, juntamente com seu cartão explicativo.



Fonte: Acervo pessoal das autoras

**Tabela 1** – Escolas e séries que receberam a visita da exposição itinerante de paleontologia

Escolas	Nº de turmas	Séries	Alunos atingidos
E.M.E.I. Oscar Morais	2	Maternal II	15
E.E.E.M. Silva Gama	2	6º e 7º	50
E.M.E.F Mate Amargo	4	1º ao 4º	80

Fonte: Elaborada pelas autoras

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

Para o desenvolvimento do projeto, foi estabelecido contato com as escolas por meio de panfletos, contato telefônico e visitas (Figura 3). A partir do contato, foi definido um cronograma que contemplasse demandas dos educadores, educandos e equipe da FURG. Os fósseis, mapa didático da América do Sul com ilustrações dos animais nas regiões onde habitavam, ilustrações científicas dos fósseis, cartões informativos e réplicas (no caso de material muito frágil), foram expostos em uma sala disponibilizada pela escola.



**Figura 3** – Material confeccionado para o contato com as escolas e divulgação deste projeto. Em A, panfleto distribuído (frente e verso) a educadores da rede pública de ensino. Em B, páginas introdutórias do website (<https://exposicaopaleo.wixsite.com/website>) desenvolvido pelos executores do projeto para divulgar cronograma de atividades, informações complementares e fotos das ações desenvolvidas.



Fonte: Acervo pessoal das autoras

Inicialmente, foi perguntado aos alunos se conheciam o que seria Paleontologia e o que seriam os fósseis. Posteriormente se perguntou quais fósseis eles conhecem e se teriam conhecimento sobre os fósseis encontrados em Rio Grande. Ao final destas perguntas se iniciou a introdução à Paleontologia, que ocorreu de forma lúdica, com questões sobre a animação infantil 'A Era do Gelo', a qual transcorre no final do Pleistoceno, época do período Quaternário, que contém vários animais semelhantes aos que habitaram a região sul do Rio Grande do Sul, como o Diego, que representa um tigre-dente-de-sabre, e o Sid, uma preguiça gigante. Por ser um artefato cultural, o filme pode ser usado com propósitos educativos, possui elementos educativos lúdicos, construindo conhecimentos, valores e habilidades. Feilitzen e Bucht (2002) destacam que as crianças acham os filmes divertidos e excitantes, existindo experiências de aprendizagem significativas.

Após as questões sobre o filme, os educandos já demonstravam mais interesse sobre o assunto (Figura 4), facilitando a abordagem mais específica dos fósseis gaúchos, entre eles o tigre-dente-de-sabre, a preguiça gigante, tatus gigantes, mastodontes, golfinhos e tubarões.

**Figura 4** – Educandos assistindo a apresentação da exposição itinerante na Escola Estadual de Ensino Médio Silva Gama, 2019



Fonte: Acervo pessoal das autoras

A partir dos hábitos, comportamentos e *habitat* destes animais, foram estabelecidos paralelos com o ensino dos ‘Seres Vivos’, explicando características de animais mamíferos, terrestres, aquáticos, invertebrados, seu modo de vida, relações evolutivas, descendentes vivos e importância ecológica. Assim, aprendendo ciências de uma maneira não-convencional e divertida.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante dos resultados obtidos após a exposição e a palestra, fica evidente a necessidade de trabalhar a temática em sala de aula e nos diversos espaços educativos. O baixo nível de conhecimento da comunidade sobre os fósseis brasileiros fica evidenciado quando perguntado aos alunos. Quando avançamos para o conhecimento sobre os fósseis da região de Rio Grande, este desconhecimento é ainda maior. Muitos alunos demonstraram surpresa ao perceberem que animais já extintos habitaram a mesma região que eles habitam nos dias atuais. Sendo assim, ficou claro que, nos temas relacionados à paleontologia, a comunidade escolar não possuía ainda uma relação forte com a universidade, tendo pouco conhecimento sobre as pesquisas desenvolvidas dentro do ambiente universitário e como elas podem ser aplicadas ao ensino básico. Tal intercâmbio é uma possibilidade de contribuir para o entendimento dos processos naturais do planeta ao longo do tempo, desmistificando alguns conceitos amplamente difundidos e nem sempre bem compreendidos pela sociedade.

Apesar dos avanços alcançados, com as atividades desenvolvidas até o presente momento, sentimos a necessidade de trabalhar essa ciência com as escolas de forma continuada e ampliar a ação do projeto para novas escolas, pois a paleontologia não é uma ciência exata, ela está sempre mudando, com novas descobertas a serem tratadas. Essas novidades poderiam chegar até a sociedade através deste projeto de exposição e intercâmbio com as escolas. Sendo assim,

esta iniciativa que une uma palestra, uma exposição e doação de um kit com réplicas de fósseis para as escolas aprofunda relações da comunidade com a universidade, além de permitir que os alunos possuam um maior contato com a história da vida do planeta e possam agir como multiplicadores e conscientizadores da importância da paleontologia para a comunidade. Então, por meio do uso do kit de réplicas, os professores possuirão um novo recurso pedagógico, assim possibilitando que novos alunos tenham acesso ao conhecimento paleontológico.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos professores e coordenadores das escolas envolvidas neste projeto, aos alunos que estagiaram no LGP, Camilo Monzon, Camilla Benites, Emanuelle Machado, Keila Marini, Giovana Freitas, Mariana Sigolo e Sheron Medeiros. Ao Dr. Heitor Francischini (UFRGS), pelo auxílio na confecção de réplicas e organização da exposição. À FURG, pela bolsa EPEC. Ao Dr. Agustín Martinelli, que cedeu as imagens de seu livro **Bestiario Fósil: Mamíferos Del Pleistoceno de la Argentina** e réplicas de fósseis para serem usadas na exposição. À Ingrid Pereira e Ernesto Dutra, por auxiliarem nas palestras, ao Jeidson Lamborghini, pelo registro fotográfico e a Agda Balduino, pela confecção do logotipo do projeto.

## REFERÊNCIAS

- BORBA, Bruna Dias; MARTINS, Rodrigo Milek. **Métodos Didáticos no Ensino da Paleontologia na Educação Básica do Brasil**, 2018. Disponível em: [http://www.anuario.igeo.ufrj.br/2018\\_2/2018\\_2\\_22\\_30.pdf](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/2018_2/2018_2_22_30.pdf). Acesso em: 10 de set. 2019.
- CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Cinema, História e Educação. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 3, n° 5, p. 121-131, 1998.
- SCHWANKE, Cibele; SILVA, Miriam do Amaral Jonis. Educação e Paleontologia. In: CARVALHO, Ismar de Souza. **Paleontologia**. Rio de Janeiro: Interciência, p. 681-688, 2010
- CARVALHO, Ismar de Souza et al. **Paleontologia: cenários de Vida**. 4. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011.
- FEILITZEN, Cecília Von; BUCHT, Catharina. **Perspectivas sobre a criança e a mídia**. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho. Brasília: UNESCO, SEDH / Ministério da Justiça, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127137porb.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2019.
- IZAGUIRRY, Bruna Bianca Dornelles; ZIEMANN, Djulia Regina; MULLER, Rodrigo Temp; DOCKHORN, Juliana; PIVOTTO, Otavio Lavarda; COSTA, Fabiane Martins; ALVES, Bianka Silva; ILHA, Ana Luiza Ramos; STEFENON, Valdir Marcos; DIAS-DA-SILVA, Sérgio. A paleontologia na escola: uma proposta lúdica e pedagógica em escolas do município de São Gabriel, RS. **Cadernos da Pedagogia** v. 7, n. 13 (7): 2-16, 2013.
- NEVES, Jacqueline Peixoto; CAMPOS, Luciana Maria Lunardi; SIMÕES, Marcello Guimarães. Jogos como recurso didático para o ensino de conceitos paleontológicos básicos aos estudantes do ensino fundamental. **Terra Plural**, n. 2, p. 103-114, 2008.
- PACHECO, Reinaldo; OLIVEIRA, Diogo. O homem evoluiu do macaco? Equívocos e distorções nos livros didáticos de Biologia. In: **VI ENCONTRO DE PERSPECTIVAS DO ENSINO DE BIOLOGIA. Anais**. São Paulo: FEUSP, 1997.
- PEGORARO, Ariane; SOARES, Luana Gonçalves; RIZZON, Mariluza Zucco; DAL MOLIN, Eliete; FERNANDES, Fabiana Martins; LOVATO, Luciana Bonato; da CUNHA, Gladis Franck. A importância do ensino de evolução para o pensamento crítico e científico. **Revista Interdisciplinar de Ciências Aplicada**, v. 1, n. 2, p. 10-15, 2016.

SOBRAL, Anderson; SÁ, Darlei; ZUCON, Maria Helena. Multimídia: conteúdos de Paleontologia na forma de CD-ROM para a Educação Básica. **Scientia Plena**, v. 6, n. 6, p. 1-10, 2010.

TAVARES, Romero. Aprendizagem significativa. **Revista Conceitos** n. 55, 10, 2004.

## ARTIGO 13

### VIDEOCURSO EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: ESPAÇOS POSSÍVEIS PARA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Área temática: Educação

Joanalira Corpes Magalhães<sup>\*</sup>; Paula Regina Costa Ribeiro<sup>\*\*</sup>;  
Juliana Lapa Rizza<sup>\*\*</sup>; Cristina Monteggia Varela<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Servidora docente. Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Coordenadora da ação de extensão.

<sup>\*\*</sup> Servidora docente. Instituto de Educação. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>\*\*\*</sup> Doutora em Educação em Ciências. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

## **VIDEOCURSO EDUCAÇÃO PARA A SEXUALIDADE: ESPAÇOS POSSÍVEIS PARA FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Joanalira Corpes Magalhães; Paula Regina Costa Ribeiro; Juliana Lapa Rizza;  
Cristina Monteggia Varela

### **RESUMO**

Nos últimos anos, o debate sobre a Educação para a Sexualidade nas escolas e em outros espaços educativos tem se acentuado, o que tem possibilitado que essa discussão possa ser entendida como parte do currículo escolar, atuando na constituição dos sujeitos e de seus corpos, ensinando modos de ser e estar na sociedade. O texto tem como objetivo apresentar o Videocurso Educação para Sexualidade, ação de extensão promovida pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), como produtor de espaços possíveis para formação inicial e continuada de profissionais da educação. O videocurso busca viabilizar o compartilhamento de alguns conhecimentos, experiências e saberes na direção de se pensar os corpos, os gêneros e as sexualidades como construções discursivamente produzidas nas culturas. O videocurso é online e ocorre via Plataforma Moodle da FURG. As discussões promovidas buscam contribuir para a formação de profissionais da educação, por meio de videoaulas que tratam das temáticas de corpos, gêneros e sexualidades nas escolas e nos diversos espaços educativos. As reflexões proporcionadas pelo projeto objetivam possibilitar o (re)pensar das atividades educativas e a promoção de ações de extensão que visem à socialização do conhecimento construído no âmbito da pesquisa e do ensino. Os dados obtidos durante a realização do curso nos dão subsídios importantes para a elaboração de novas pesquisas como também tem permitido formular possibilidades para auxiliar na definição de outras ações nas escolas e na comunidade pelos/as profissionais da educação, como também de propostas que auxiliem a minimização da violência sexista e homofobia. Acreditamos que a formação inicial e continuada por meio de cursos que o GESE tem oferecido, tem funcionado como potentes espaços para discutirmos as questões relacionadas aos corpos, aos gêneros e as sexualidades no espaço escolar, mais especificamente a importância da educação para a sexualidade nas instituições escolares.

**Palavras-chave:** Educação para a Sexualidade; Extensão; Formação inicial e continuada.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos anos, o debate sobre a Educação para a Sexualidade nas escolas e em outros espaços educativos tem se acentuado, o que tem possibilitado que essa discussão possa ser entendida como parte do currículo escolar, atuando na constituição dos sujeitos e de seus corpos, ensinando modos de ser e estar na sociedade. O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – Gese, tem buscado algumas estratégias para promoção desse debate como, por exemplo, cursos de extensão presenciais, semipresenciais e a distância; produção de materiais didáticos (livros e DVD); inserção das temáticas de corpos, gêneros e sexualidades na universidade, desenvolvida por meio da disciplina Gêneros e Sexualidades nos Espaços Educativos e da Revista Diversidade e Educação.



Atualmente, o GESE, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância (SEaD), desenvolve duas estratégias voltadas para formação inicial e continuada: Videocurso I – Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos; e Videocurso II – Educação para a Sexualidade: debates contemporâneos em discussão.

O videocurso tem como propósito viabilizar o compartilhamento de alguns conhecimentos, experiências e saberes na direção de se pensar os corpos, os gêneros e as sexualidades como construções discursivamente produzidas nas culturas. Desde o início de seu desenvolvimento, em 2015, foram realizadas sete ofertas, sendo cinco do Videocurso 1 e duas do Videocurso 2, iniciado a partir do segundo semestre de 2017.

O texto tem como proposta apresentar o Videocurso Educação para Sexualidade como produtor de espaços possíveis para formação inicial e continuada de profissionais da educação.

## METODOLOGIA

Os videocursos são online e ocorrem via Plataforma Moodle da FURG (Figura 1). As discussões promovidas buscam contribuir para a formação de profissionais da educação, por meio de videoaulas que tratam das temáticas de corpos, gêneros e sexualidades nas escolas e nos diversos espaços educativos.

**Figura 1** – Interface do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Videocurso Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos

Página inicial > Meus cursos > Extensão > Videocurso Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos > Versão 2019 > Videocurso Educação para a Sexualidade: dos curríc...

Ativar edição

**Educação para a Sexualidade**  
**DOS CURRÍCULOS ESCOLARES AOS ESPAÇOS EDUCATIVOS**

Olá, querido/a cursista

Seja bem-vindo/a ao Ambiente Virtual do Videocurso Educação para a Sexualidade.

É importante que você visite esse ambiente com frequência, interagindo nos fóruns e participando das discussões.

Atividade recente

PESQUISAR NOS FÓRUMS

Vai

Pesquisa Avançada

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Acrescentar um novo tópico...

(Nenhuma notícia publicada)

PRÓXIMOS EVENTOS

Não há nenhum evento próximo

Calendário...

Novo evento...

ATIVIDADE RECENTE

Atividade desde quarta, 16 outubro 2019, 14:43

Relatório completo da atividade recente

Nenhuma novidade desde o seu último acesso

NAVEGAÇÃO

Página inicial

- Minha página inicial
- Páginas do site
- Meu perfil
- Curso atual
  - Videocurso Educação para a Sexualidade: dos curríc...

Fonte: autoria própria, 2019

A partir de uma breve busca pela plataforma *Google*, podemos encontrar diferentes materiais compreendidos como videoaulas. Dentre alguns modelos, existem os que são uma filmagem do/a professor/a ou apresentador/a explanando sobre um determinado assunto. Temos videoaulas que alternam a aparição do/a professor/a ou apresentador/a com momentos de narração e transmissão de imagens ou vídeos com informações. E existem videoaulas que são compostas apenas por narração acompanhada de ilustrações com imagens, desenhos e esquemas visuais. As videoaulas disponibilizadas no Videocurso Educação para a Sexualidade estão pautadas no terceiro exemplo indicado.

Para cada uma das videoaulas foi elaborado um roteiro, na forma de uma história contada, em que a narradora apresenta as discussões sobre o tema

em questão. Acompanhado da narrativa o vídeo é ilustrado com imagens, desenhos e diferentes esquemas visuais e organogramas de modo a garantir que o/a cursista consiga compreender as ideias trabalhadas no vídeo. Estes vídeos têm em média 10 minutos e, a partir de cada um dos temas, propõe-se apresentar de forma objetiva e clara os principais elementos teóricos do assunto abordado. É sempre indicado ao/a cursista, após assistir à videoaula, aprofundar os temas discutidos a cada módulo com leituras complementares e participação nos fóruns de discussão.

Ainda, pensando nos múltiplos sujeitos que possam vir a ter acesso ao material e ao curso, todas as videoaulas apresentam legenda e tradução em libras, de modo que sujeitos surdos/as também podem acessar o material, conforme a figura 2.

**Figura 2 – Videoaulas**



Fonte: autoria própria, 2019

O Videocurso 1 – Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos” aborda nas videoaulas temas como: educação para a sexualidade, diversidade, diferença e identidade, identidades sexuais e de gênero, violência de gênero, corpos, *sexting* e AIDS, bem como artefatos culturais, PPP e currículo. O “Videocurso 2 – Educação para a Sexualidade: temas contemporâneos em discussão”, apresenta videoaulas com os seguintes temas: abuso sexual, religião e sexualidade, infâncias e juventudes, feminismos, masculinidades, gênero e ciência, saúde, práticas corporais, famílias.

As temáticas das videoaulas, surgem das experiências vivenciadas pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, a partir de sua compreensão da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Cada uma das temáticas das videoaulas emerge das pesquisas realizadas pelos/as integrantes do GESE, bem como em articulação às suas experiências profissionais. Compartilham dessa caminhada de produção do videocurso, todos/as os/as integrantes do grupo, e dentre elas as pesquisas de Rizza (2015), Longaray (2014), Magalhães (2012), Barros (2014) e Ribeiro (2002).

Para organizar as discussões, o videocurso é dividido em módulos, sendo que cada módulo apresenta materiais de leitura complementar e um fórum de discussão



a fim de promover a interação e debate entre os/as cursistas e a equipe de professores/as-tutores/as (Figura 3).

**Figura 3 – Interface de um módulo do videocurso no AVA**

Módulo 1

Módulo 1 – 13 de maio a 26 de maio

**1. Assista as videoaulas:**

- Educação para a sexualidade: apontamentos teóricos e conceituais
- Educação para a sexualidade: contexto histórico
- Identidade e diferença: potencialidades para o debate da diversidade

**2. Leia o material indicado como apoio teórico.**

**3. Participe do Fórum 1.**

- Videoaula 1 – Educação para a Sexualidade: apontamentos teóricos e conceituais
- Videoaula 2 – Educação para a Sexualidade: contexto histórico
- Videoaula 3 – Identidade e diferença: potencialidades para o debate da diversidade
- Fórum 1
- Material de apoio – Educação para a Sexualidade
- Material de apoio – Identidade e diferença

Luiz Paulo da Silva Soares 2  
 Suporte Moodle 2  
 Luciane Avila 1  
 Cristina Varela 53  
 Ana Laura Medeiros 1  
 Matheus Silva 1  
 Marcos Antonio Franco Petraglia Filho 1  
 LOUISE PIRES SOUZA 1  
 Tamara Rossweller Marques Cardoso 1  
 Jamile Silveira 3  
 Rosana Oroski 1  
 Pâmela Altamor 3  
 Jessica Nunes dos Santos 1  
 Sérgio Ronaldo Pinho Júnior 1  
 Andressa Vargas 1  
 Gabriela Biazzi 1  
 Nilceia Silveira Amorim 1  
 Paula Regina Costa Ribeiro 9  
 Cristian Bianchi Lissi 2  
 Veridiana Caseira 1  
 Priscilla Guimarães 1  
 Paula Maria Zanotelli 1  
 Magda Vigi Willrich 1  
 ANDERSON SOUZA 1  
 Iula Roberta Avila 1  
 Bruna Abreu 1  
 Priscila Chagas 1  
 Matheus Braga das Neves 2  
 Evelini Becker 1

Mensagens

Fonte: autoria própria, 2019

Pensando em formas de potencializar as discussões apresentadas nas videoaulas e ainda permitindo que os/as cursistas pudessem tirar dúvidas, trazer contribuições e travar diálogos com seus/suas pares, bem como com a equipe docente do curso, optou-se pela utilização da ferramenta fórum, disponível nos ambientes virtuais de aprendizagem como possibilidade para a interação em momentos assíncronos entre cursistas e professores/as. De acordo com Ribeiro (2012, p.36),

Em um curso oferecido através de um ambiente virtual de aprendizagem colaborativo, o fórum pode ser definido como um espaço de discussões em torno dos temas tratados, potencializando o processo de aprendizagem entre todos/as os/as participantes, como também a problematização de pontos de vista entre sujeitos que possuem os mesmos objetivos (RIBEIRO, 2012, p.36).

Assim, ao longo de cada um dos módulos os/as cursistas são convidados/as a participarem de um fórum de discussões. Cada fórum articula as problematizações das videoaulas do módulo em questão e seus desdobramentos nas vivências diárias dos/as cursistas em seus espaços de atuação. Nesse momento todos/as somos convidados/as ao diálogo, troca de experiências e aprendizados, além de suprir dúvidas (Figura 4).

**Figura 4 – Interface do enunciado do Fórum de discussão**

The image shows a screenshot of a forum interface. On the left, there is a post titled 'Fórum 1' by 'por\_loanalira Corpes Magalhães' dated 'segunda, 13 maio 2019, 10:33'. The post content discusses themes like education for sexuality, diversity, and identity, and asks for participants' input on specific questions. Below the post is a reply titled 'Re: Fórum 1' dated 'terça, 14 maio 2019, 13:55', which discusses the use of concepts in video lessons and the importance of diversity. On the right side, there is a sidebar menu with various navigation options like 'Participantes', 'Badges', 'Geral', 'Conferência de Abertura', 'Módulo 1', 'Videaula 1 - Educação para a Sexualidade: apontamentos teóricos e conceituais', 'Videaula 2 - Educação para a Sexualidade: contexto histórico', 'Videaula 3 - Identidade e diferença: potencialidades para o debate da diversidade', 'Fórum 1', 'Material de apoio - Educação para a Sexualidade', 'Material de apoio - Identidade e diferença', 'Módulo 2', 'Módulo 3', 'Módulo 4', 'RED', 'Midiateca', 'Conferência de Encerramento', and 'Tópico 9'.

Fonte: autoria própria, 2019

Assim, a vivência do videocurso, mesmo que realizada totalmente na modalidade online, têm no espaço dos fóruns ambientes diferenciados, convidativos para o debate, ampliando o contato entre cursistas e equipe docente de modo a oportunizar espaços de múltiplas conexões, de aprendizagem colaborativa e de compartilhamento de saberes (RIBEIRO, 2012).

Outra característica da proposta e do espaço do videocurso é a realização de duas webconferências: uma na abertura das atividades do curso e outra em seu encerramento. As webconferências são realizadas via *GOOGLE Hangout* e transmitidas em tempo real para os/as cursistas via *YouTube*. Estes momentos do videocurso consistem em encontros síncronos entre a equipe docente, um/a palestrante convidado/a que proferirá sua fala e os/as cursistas. A participação se dá em tempo real via chat pela plataforma do *YouTube*, onde os/as cursistas têm a possibilidade de dialogar e de realizar perguntas e interagir com a equipe e o/a palestrante.

Para a conclusão dos videocursos, os/as cursistas são convidados/as a realizarem um trabalho final, a construção de um Recurso Educativo Digital – RED (Videocurso 1) e de um artefato cultural (Videocurso 2). Essa proposta pauta-se na possibilidade de estimular os/as cursistas a desenvolverem atividades e/ou projetos de educação para a sexualidade em seus espaços de atuação, utilizando-se como fundamentação teórica dos aprendizados construídos a partir das videoaulas, dos fóruns, das webconferências e dos materiais de apoio disponibilizados. Além de se viabilizar a construção de materiais didático-pedagógicos como mediadores dessas práticas é uma forma de multiplicar propostas educativas como a própria vivência do Videocurso.

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

As tecnologias digitais nos conectam, interligam as informações e os espaços. A vida se justapõe, estamos em muitos lugares ao mesmo tempo, temos acesso a tudo a partir de um clic no smartphone. E nesse mundo hiperconectado a educação se faz renovar, se ressignifica e transforma. Podemos tomar essa como uma das primeiras premissas que motivaram a elaboração de um curso de formação de profissionais da educação totalmente ofertado na modalidade online.

Existem, porém, outros elementos que se entrelaçam a essa necessidade de se repensar os tempos e espaços da formação inicial e continuada no âmbito da educação. A redução do tempo disponível para formações é um dos fatores que tem dificultado a participação de professores/as, gestores/as, graduandos/as em cursos de formação, bem como, os retrocessos sofridos no campo da educação para a sexualidade junto a documentos legais que respaldam a educação no Brasil que têm colocado em segundo plano de discussão as questões relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades. Em contrapartida o crescente índice de violência contra crianças, adolescentes e mulheres, além do aumento nos índices da homo, da lesbo, da transfobia, bem como, do sexismo e da misoginia tem mobilizado profissionais da educação a buscarem aprofundamento teórico e subsídios para o enfrentamento de tais questões no espaço da escola.

É nesse contexto que a produção do “Videocurso 1 – Educação para a Sexualidade: dos currículos escolares aos espaços educativos” e do “Videocurso 2 – Educação para a Sexualidade: temas contemporâneos em discussão”, se inicia. O Gese percebendo os movimentos que vinham ocorrendo continuamente no espaço da escola e no meio acadêmico, sentiu a necessidade de buscar novas possibilidades de ofertar seus cursos. A intenção inicial que mobilizou os esforços de elaboração desse projeto, bem como de sua produção foi a de propor um curso que apresentasse materiais acessíveis e esclarecedores para que, houvesse facilidade na compreensão das discussões propostas e o desenvolvimento de formas de diálogo, que mesmo estando cursistas e professores/as à distância, permitisse a troca e aprendizagem colaborativa.

Assim, entendendo o espaço virtual como um ambiente que permite a vivência de aprendizagens outras mais flexíveis e acessíveis a todos/as, tornou-se instigante pensar como articular saberes, conhecimentos e aprendizagens sobre as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, utilizando-se da internet como espaço de aprendizagem.

Considerando as características dos ambientes virtuais de aprendizagem (interação computador-aluno/a, relação individualizada e coletiva professor/a – aluno/a, autonomia do/a aluno/a quanto ao ritmo de aprendizagem e tempo, materiais que se utilizam de múltiplas linguagens como imagem, som, texto, hipermídia), surgiu a necessidade de se apresentar materiais que fossem, não apenas preocupados com a abordagem de conteúdos de forma clara e objetiva, mas também atraentes a quem os acessasse, e por esses motivos optamos pela construção de videoaulas. Esse tipo de recurso permite utilizar diferentes linguagens em sua produção, fugindo da apresentação formal de textos, com a introdução de imagens, desenhos, organogramas, músicas e narrativas, dando mais dinamismo ao produto final.

Os videocursos buscam a integração entre a Universidade Federal do Rio Grande – FURG e os demais sistemas de ensino de outros municípios. As atividades desenvolvidas visam potencializar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, uma vez que buscam compartilhar, construir e produzir conhecimentos acerca das identidades de gênero e sexuais, sexismo e homofobia no espaço escolar e na Universidade, debater ações que abarcam a prática pedagógica dos/as participantes, o que é fomentado com o maior contato entre todos/as participantes do projeto através da modalidade a distância e uso da Plataforma Moodle.

As ações desenvolvidas durante os videocursos, possibilitam a integração entre formação inicial e continuada, a produção de pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre os temas discutidos no programa, bem como tornam potente a formação dos/as graduandos/as através de sua participação como bolsistas extensionistas.

Os recursos educativos digitais (RED) e artefatos culturais (AC) constituíram-se como pontos de resistências dentro dos currículos das escolas, ao se proporem nesses materiais movimentos de diálogo, discussão e problematização das questões relacionadas a educação para a sexualidade. Nos trabalhos, destacam-se principalmente temas como as questões de gênero, violência de gênero, entrelaçamento entre as questões de gênero e sexualidade permearem o âmbito educacional, junto a crianças, adolescentes, homens e mulheres.

As temáticas e propostas dos trabalhos, puderam demonstrar o valor coletivo que perpassa suas discussões, ao acionarem em suas práticas muitos sujeitos, para além dos/as cursistas, permeando atividades de turmas de estudantes, equipes de professores/as, ou a comunidade escolar de forma mais ampla. Ainda pode-se observar o papel desterritorializador dos RED e dos AC junto ao currículo da escola, possibilitando a constituição de práticas de educação diferenciadas daquelas que perpassam o currículo instituído e dessa forma reafirmando o caráter político da educação menor (GALLO, 2013a).

Assumir, como tema de discussão, as questões de gênero e seus múltiplos atravessamentos, conforme vemos permear as temáticas presentes nos RED e AC, é desnaturalizar o caráter assumido sobre o ser homem e o ser mulher, entendendo como historicamente, tal determinação tem produzido as relações entre ambos de forma subalternizada. Para Meyer (2013, p.10), o “gênero continua sendo uma ferramenta conceitual, política e pedagógica central quando se pretende elaborar e implementar projetos que coloquem em xeque tanto algumas das formas de organização social vigentes quanto as hierarquias e desigualdades delas decorrentes”.

Nesse viés, compreendemos que tratar dos temas da educação para a sexualidade, no espaço da escola, fazer com que eles se multipliquem, nos currículos, é resistir aos avanços de uma frente conservadora que tenta destituí-los de seu papel científico. Nos RED e nos AC produzidos pelos/as cursistas, é notável a ramificação política que permeia as práticas de educação menor. Assim,

Se toda educação é um ato político, no caso de uma educação menor isso é ainda mais evidente, por tratar-se de um empreendimento de revolta e de resistência. Uma educação menor evidencia a dupla face do agenciamento: agenciamento maquínico de desejo do educador militante e agenciamento coletivo de enunciação, na relação com os estudantes e com o contexto social. Esse duplo agenciamento produz possibilidades, potencializa os efeitos da militância (GALLO, 2013b, p.67).

Encontramos, nos RED e AC, esse agenciamento maquínico que produz o desejo e dá força para a continuidade das discussões da educação para a sexualidade seguirem permeando o espaço dos currículos escolares. São essas propostas que permeiam os trabalhos de força e de resistência, permitindo, a partir dos movimentos realizados no âmbito micropolítico, a desterritorialização dos currículos engessados, das normas e das leis da educação maior.

Ao possibilitar que as questões de gênero e de sexualidades permeiem os espaços do currículo escolar, a partir dos RED e AC, pode-se produzir “uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão.” (FOUCAULT, 1997, p.91). Dessa maneira, foram criados espaços de discussão para temas tão relevantes como a questão da luta do movimento feminista, da constituição dos gêneros a partir da lógica binária e normatizadora, da violência de gênero,

dos múltiplos preconceitos que permeiam nossa sociedade, entre tantos outros temas, como os que perpassam os RED e AC. Isso permitiu a proliferação de focos de resistência, junto a crianças, adolescentes, homens e mulheres, os quais passaram a problematizar a constituição da sociedade sob o viés da heteronormatividade.

Os/as cursistas ao produzirem seus trabalhos finais, na forma de RED e de AC, acabam, muitas vezes, por adotar uma postura de criação menor, como diria Silvio Gallo (2002), arriscando-se por outros caminhos, diferentes daqueles apresentados nas grades curriculares de suas escolas. Percebemos, nas temáticas que permeiam as propostas nos trabalhos dos/as cursistas, o quanto a educação menor cria espaços e possibilidades nas brechas do currículo instituído em sala de aula, fazendo emergirem práticas e ações que escapam. E é justamente dessas aberturas, criadas a partir desses outros espaços criados nos RED e AC, que localizamos lugares criados dentro dos espaços dos currículos da educação maior, os quais possibilitam práticas de educação menor.

Encontrar, assim, na multiplicidade de trabalhos, propostas de professores/as das diferentes áreas de ensino, distintas das que normalmente são imbuídas de tratar da educação para a sexualidade como as disciplinas de ciências e biologia, demonstram a escolha desse caminho de criação da educação menor, que se abre para as possibilidades, sabendo de seu ponto de partida, mas não estabelecendo um ponto de chegada. Não se propõe a partir da educação menor a aprendizagem do que é o conceito de gênero ou sexualidade, mas se abre o campo de discussão para a problematização e desconstrução do que se pensou até então, proliferando as possibilidades de aprendizagem e vivência dos gêneros e sexualidades.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões proporcionadas pelo projeto objetivam possibilitar o (re)pensar das atividades educativas e a promoção de ações de extensão que visem à socialização do conhecimento construído no âmbito da pesquisa e do ensino. Os dados obtidos durante a realização do curso nos dão subsídios importantes para a elaboração de novas pesquisas como também tem permitido formular propostas que possam auxiliar na definição de outras ações nas escolas e na comunidade pelos/as profissionais da educação, como também de propostas que auxiliem a minimização da violência sexista e homofóbica.

Nesse sentido, a partir da experiência vivenciada no videocurso, os/as cursistas possibilitaram a entrada das discussões dos temas da educação para a sexualidade no currículo da escola, permitindo, a partir dos RED e dos AC, a vivência de práticas de educação menor que desterritorializam as normas de gênero e de sexualidade “gerando possibilidades de aprendizado insuspeitadas naquele contexto.” (GALLO, 2002, p.175).

Pensar em espaços de formação, para profissionais da educação, junto às temáticas da educação para a sexualidade, não são garantia para o desenvolvimento de tais discussões dentro do espaço do currículo escolar. Porém, a partir dos movimentos realizados pelos/as cursistas, na construção e no desenvolvimento de materiais e práticas pedagógicas, como encontrado nos artefatos e nos recursos educativos digitais aqui (re)conhecidos, foi possível perceber o caráter social, cultural e político, criando possíveis, multiplicando o contraespaço do videocurso no espaço da escola. Assumiu-se, dessa forma, a ramificação política que permeia toda prática de educação menor e desterritorializa o currículo da educação maior, reconhecendo o valor coletivo que perpassam esses trabalhos ao acionarem muitos sujeitos.

Acreditamos que a formação inicial e continuada por meio de cursos que o GESE tem oferecido, tem funcionado como potentes espaços para discutirmos as questões relacionadas aos corpos, aos gêneros e as sexualidades no espaço escolar, mais especificamente a importância da educação para a sexualidade nas instituições escolares.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Suzana Conceição de. **Sexting na adolescência**: análise da rede de enunciações produzida pela mídia. Rio Grande, 2014. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. 12. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

GALLO, Sílvio. **Deleuze & Educação**. 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013a.

GALLO, Sílvio. **Em torno de uma educação menor**: variáveis e variações. 36a Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013b, Goiânia – GO. p. 1-12. Disponível em: [http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_encomendados/gt13\\_trab\\_encomendado\\_silviogallo.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt13_trab_encomendado_silviogallo.pdf). Acesso em: 15 de abr. 2017.

LONGARAY, Deise Azevedo. **A (re)Invenção de si**: investigando a constituição de sujeitos gays, travestis e transexuais. Rio Grande, 2014. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2014.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Corpos transparentes, exames e outras tecnologias médicas**: a produção de saberes sobre sujeitos homossexuais. Rio Grande, 2012. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2012.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. p.11 -29.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Inscrevendo a sexualidade**: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas: Bioquímica) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. Fórum de discussões: espaço para cooperação, interações, debates e aprendizagens. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; COSTA, Ana Luiza Chaffe; BARROS, Suzana da Conceição. (orgs.) **Gênero e Diversidade na escola**: saberes em diálogo na educação a distância. Rio Grande, RS: FURG, 2012. p. 35-44.

RIZZA, Juliana Lapa. **A sexualidade no cenário do ensino superior**: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras. Rio Grande, 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Rio Grande, 2015.

## ARTIGO 14

### PROJETO ESCOLA PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO: EM FOCO AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS

Área temática: Educação

Juliana Lapa Rizza<sup>\*</sup>; Paula Regina Costa Ribeiro<sup>\*\*</sup>; Joanalira Corpes Magalhães<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Professora adjunta, pesquisadora do GESE, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>\*\*</sup> Professora titular, líder do GESE/FURG.

<sup>\*\*\*</sup> Professora associada, vice-líder do GESE/FURG.

## **PROJETO ESCOLA PROMOTORA DA IGUALDADE DE GÊNERO: EM FOCO AS DISCUSSÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES/AS**

Juliana Lapa Rizza; Paula Regina Costa Ribeiro; Joanalira Corpes Magalhães

### **RESUMO**

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, ao longo de sua atuação busca desenvolver ações no âmbito da formação inicial e continuada de professores/as a fim de contribuir para a minimização dos binarismos (homem/mulher, rico/pobre, saudável/doente, negro/branco, certo/errado, normal/anormal, heterossexual/homossexual, entre outras), dos estigmas, representações e preconceitos atribuídos aos sujeitos. Com ações que visam a promoção de uma educação para a sexualidade, combatendo ao sexismo, racismo, misoginia, homo, trans e lesbofobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação, o GESE lançou o Projeto “Escola Promotora da Igualdade de Gênero”. Esse projeto é destinado à formação continuada de professores/as da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio e tem como objetivo apoiar as escolas das redes estadual e municipal da Educação Básica do Rio Grande/RS que tenham interesse em desenvolver ações para a promoção e a reflexão acerca da igualdade e equidade dos gêneros com vistas à construção de estratégias que resultem na redução dos indicadores de desigualdades, ao mesmo tempo, em que busquem dar visibilidade ao tema. Para tanto, são realizados encontros com as escolas que integram o projeto, sendo que alguns deles acontecem na universidade, com todo o grupo de professores/as e outros encontros acontecem também nas escolas participantes para orientação dos projetos/ações que serão desenvolvidas, palestra com equipe diretiva, corpo docente, pais e/ou responsáveis pelos/as alunos/as, entre outras demandas que cada instituição apresenta. Desde a sua criação e implementação o projeto já está, em 2019, na sua terceira edição, sendo que em 2017 contou com a participação de 21 instituições, com 34 professoras/es; em 2018 totalizaram 22 instituições e 31 professoras/es e por fim, em 2019 tivemos a participação de 25 escolas e 39 professores/as. Sendo assim, esse trabalho tem como propósito apresentar e discutir alguns movimentos empreendidos pelos professores e pelas professoras que participaram/participam do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero e que vem possibilitando que eles/as repensem as pedagogias do gênero e da sexualidade que vêm sendo produzidas nas escolas, bem como promovam uma educação para a sexualidade, instituindo outros modos de ser e estar na sociedade.

**Palavras-chave:** Gênero; Igualdade de gênero; Escola; Professor/a; Formação continuada.

### **INTRODUÇÃO**

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, ao longo de sua atuação tem buscado promover, no âmbito da formação inicial e continuada de professores/as, uma educação para a sexualidade, visando o combate ao sexismo, racismo, misoginia, homo, trans e lesbofobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação, através de discussões desenvolvidas a partir do curso de extensão intitulado Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero.



Esse projeto é destinado à formação continuada de professores/as da Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Educação de Jovens e Adultos e Ensino Médio e tem como objetivo apoiar as escolas das redes estadual e municipal da Educação Básica do Rio Grande/RS que tenham interesse em desenvolver ações para a promoção e a reflexão acerca da igualdade e equidade dos gêneros com vistas à construção de estratégias que resultem na redução dos indicadores de desigualdades, ao mesmo tempo, em que busquem dar visibilidade ao tema.

Ao longo das edições do projeto – 2017; 2018 e 2019 – participaram professores/as de diferentes modalidades de ensino – Educação Infantil, Anos Iniciais, Anos Finais, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos – e, também, atuantes em distintos campos de conhecimento, são eles: Língua Portuguesa, História, Geografia, Artes, Língua Espanhola, Ciências, Educação Física, Ensino Religioso e Relações Humanas.

No ano de 2017<sup>1</sup> o projeto contou com a participação de 21 instituições, sendo 34 professoras/es. Já no ano de 2018, algumas/alguns professoras/es que já faziam parte do projeto permaneceram e mais professores/as passaram a integrar o grupo, totalizando então 22 instituições e 31 professoras/es. A terceira edição, referente ao ano de 2019, algumas/alguns professores/as ainda permanecem, sendo assim, hoje são 25 escolas e 39 professores/as.

É importante destacar que ao participarem do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero, a escola e o/a professor/a deverão promover ações/atividades em sua sala de aula ou na escola acerca da igualdade e a equidade de gêneros, possibilitando uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não homofóbica, não transfóbica e não lesbofóbica, combatendo assim o sexismo, a misoginia e o machismo. Essas ações/atividades são pensadas e planejadas conjuntamente com a equipe do GESE ao longo do período letivo, estabelecendo-se, dessa forma, um trabalho de parceria.

Esse trabalho, então, tem como propósito apresentar e discutir alguns movimentos empreendidos pelos professores e pelas professoras que participaram/participam do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero e que vem possibilitando que eles/as repensem as pedagogias do gênero e da sexualidade que vem sendo produzida nas escolas, bem como promovam uma educação para a sexualidade, instituindo outros modos de ser e estar na sociedade.

## **METODOLOGIA**

As escolas e os/as professores/as que integraram/integram o Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero reuniram-se/reúnem-se com o GESE a fim de que tivessem/tenham subsídios acerca das questões de gênero para a promoção de um debate nas instituições em que atuam. Esses encontros foram/são realizados na FURG, de forma mensal, tinham/tem como objetivo o debate das questões de gênero e sexualidade sobre diferentes aspectos e em alguns desses encontros contamos com a presença de palestrantes.

Além desses encontros que aconteciam/acontecem na universidade os/as professores/as que integraram/integram o projeto tinham/têm contato por meio de grupos, com a equipe do GESE, através de aplicativos de conversa para dispositivos móveis, para planejar as atividades e propostas que foram/são desenvolvidas

---

<sup>1</sup> É importante destacar que essa edição do projeto resultou em uma pesquisa de mestrado intitulada: “Escolas Promotoras da Igualdade de Gênero: tessituras de um projeto-experiência”, produzida pela pesquisadora Lara Torrada Pereira no PPG Educação em Ciências da FURG.

ao longo do período letivo. Assim, a partir desses encontros as escolas desenvolveram/desenvolvem algumas ações as quais possibilitaram a problematização de questões acerca da promoção da igualdade e equidade de gêneros, juntamente com a equipe do GESE.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

A partir das discussões teóricas promovidas nos encontros, das trocas de experiências e das orientações realizadas em cada escola, foi possível perceber os movimentos de cada professor/a para a produção do seu projeto levando em conta as vivências, anseios e desejos dos/as alunos/as, construindo assim uma experiência pedagógica de forma a possibilitar que assuntos que estão na ordem do discurso – diferentes configurações familiares, amor, transexualidade, entre outros temas – emergissem nas atividades de cada projeto.

Assim, a partir da problematização das questões de gênero com diferentes focos, os/as professores/as organizaram suas ações nos diferentes níveis de ensino, as quais apresentamos abaixo:

### **EDUCAÇÃO INFANTIL**

#### **Projeto Ronaldo o Rosa e o Azul**

O projeto tinha como objetivos discutir as questões de corpo, gênero e sexualidade a partir das profissões, cores, vestimentas, entre outros aspectos que vamos produzindo como sendo para homens e mulheres, meninos e meninas. Nesse projeto foi utilizado um boneco, nomeado pela turma como Ronaldo, que chegou até a turma trazido por uma fada, como um presente. As crianças escolheram o gênero e o nome do boneco, através de uma eleição. O Ronaldo diariamente visitava a casa das crianças e levava consigo um diário, onde os familiares registram seus momentos. Por meio de músicas, histórias, vídeos, visita ao corpo de bombeiros para conhecer uma mulher que exerce essa função e andando de transporte público em um ônibus conduzido também por uma mulher, as crianças puderam desmistificar alguns preconceitos que estão naturalizados em nossa sociedade, possibilitando assim que percebessem que existem múltiplas formas dos sujeitos viverem e produzirem a sua masculinidade e feminilidade.

#### **Pensando Gênero na Infância**

As discussões de gênero nessa escola iniciaram a partir da retomada de um projeto institucional, denominado Liga da Coruja. A liga é formada por super heróis e heroínas, que tem o desafio de disseminar na escola boas ações, para que assim as crianças possam cuidar desse espaço, bem como do ambiente em que vivem, pensando de forma mais ampliada. Para tanto, cada criança escolhe seu superpoder. Dentre as problemáticas percebidas pelas crianças, a questão do banheiro emergiu enquanto um tema que precisava de atenção por parte dos heróis e das heroínas, já que as turmas não estavam utilizando esse espaço de forma adequada, fazendo xixi fora do vaso, não lavando as mãos e espiando o colega que estava usando o banheiro. A partir dessas discussões, a Liga da Coruja, conversou e se questionou por que ainda os banheiros são separados para meninos e meninas, assim, surgiu uma missão: banheiro por turma e não mais dividido por gênero. A Liga passou nas salas de aula

com um cartaz dizendo o que podia ser realizado no banheiro e contaram a história de “Pipo e Fifi”, de Caroline Arcari (2014), sobre cuidados com o corpo e alerta sobre quem pode e quem não pode tocar nas partes íntimas.

## **ESCOLAS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

### **Discutindo gênero/respeito: educar crianças para a diferença é ensinar sobre compreensão e respeito**

As discussões promovidas no âmbito desse projeto acerca das diferenças foram permeadas pela literatura infantil, dentre os livros utilizados pela turma estão: “O grande e maravilhoso livro das famílias”, de Ros Asquith e Mary Hoffman (2011); “Nilo – menino não chora”, de Sônia Rosa (2010); “O livro da família”, de Todd Parr (2003). A partir das histórias a professora possibilitou que as crianças compreendessem as diferenças que existem entre elas e que é importante respeitar as escolhas de cada um/uma, buscando assim promover a igualdade e a equidade de gênero. Além disso, com a produção de cartazes sobre as diferentes configurações familiares com o tema família e suas diferentes composições e a confecção de um boneco em que as crianças escolheram as características, desde o gênero, cor de cabelo, olhos, cor da pele, nome, idade, roupas, brinquedos entre outros temas que surgiram, foi possível discutir a importância do nome como identidade do sujeito, diversidade racial, roupas para meninos/meninas, brincadeiras para meninos/meninas, diferentes famílias, entre outros temas que forem emergindo.

### **Desconstruindo os clássicos**

A partir de histórias como: História Cinderela, de Charles Perrault (2013); Príncipe Ciderelo, de Babet Cole (2006); Chapeuzinho Vermelho, de Yoyo Books (20016); Chapeuzinho Vermelho de Raiva, de Mario Prata (1970); Rapunzel, de Irmãos Grimm (1812) e do clip da Mc Soffia – “Minha Rapunzel tem dread” (2016), os/as alunos/as debateram sobre “papéis” de homens e mulheres nas histórias infantis; questionaram “papéis” sociais exercidos hoje; problematizaram as diversas identidades de gênero; reescreveram contos de fadas; produziram um livro com as novas versões das histórias; problematizaram junto aos/às professores/as situações cotidianas da rotina escolar em que ocorre discriminação de gênero (filas, separação de grupos...).

## **ESCOLAS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

### **O corpo e suas diferenças**

Através do livro “Histórias de Maria: escola” (RIBEIRO; MAGALHÃES; RIZZA, 2016), produzido pelo GESE os/as alunos/as iniciaram o projeto discutindo que brincadeiras, jogos e profissões poderiam ser realizados pelos diferentes gêneros, para tanto, a turma assistiu vídeos e ouviu músicas que mostravam essa diversidade, ou seja, homens e mulheres realizando diferentes atividades. Como fechamento dessa discussão os/as alunos/as produziram textos sobre suas impressões. Em seguida, trabalharam com a “História do Chico”, da jornalista Carol Patrocínio, seguido do livro “TEEncontrei: onde a gurizada se encontra” (QUADRADO; MAGALHÃES, 2013), também do GESE. Essas atividades e discussões promovidas

durante o projeto possibilitaram que os/as alunos/as minimizassem suas ações preconceituosas presentes no cotidiano da escola, percebendo assim a importância de respeitarmos as diferenças, proporcionando o respeito pelos direitos humanos, as questões étnico-raciais e a valorização da diversidade de gênero.

### **Amor e diferenças**

A partir de algumas atividades, tais como: Para você o que é o amor nos dias de hoje?; Chá com as famílias – conversa sobre amor e diferenças; realização de escritas sobre as atividades realizadas ao longo do ano, a professora teve como objetivo discutir acerca do amor e suas diferentes possibilidades, seja na família, entre amigos ou em qualquer relação, ressaltando o respeito às diferentes formas de amar tais como as famílias monoparentais, relações homoafetivas, amizades entre diferentes gêneros, entre outros.

### **Problematizando as feminilidades e as masculinidades presentes em nosso cotidiano e seus emaranhados com o ambiente escolar**

Esse projeto foi desenvolvido pela professora de Educação Física, sendo assim, as discussões iniciaram pela questão da prática do esporte. A partir do livro “Histórias de Maria: escola” (RIBEIRO; MAGALHÃES; RIZZA, 2016), tendo como foco o capítulo “Maria e o jogo de futebol”, a professora buscou questionar: Meninas podem jogar futebol? Há esportes exclusivos para homens e mulheres? Para essa discussão os/as alunos realizaram entrevistas com figuras femininas a fim de pensar sobre as mudanças que foram acontecendo no esporte ao longo dos anos. Além disso, a turma analisou alguns vídeos, músicas e propagandas, como, por exemplo, o vídeo “Atleta invisível: o poder da mulher no esporte” (2016); clipes das músicas “Despacito” (Fonsi, 2017), “Vidinha de Balada” (Henrique & Juliano, 2017), “Vai Embrasando” (MC Zaac, 2017) entre outros; análise e comparação de propagandas antigas que abordam a figura feminina como submissa e objetificada. Essas problematizações possibilitaram que a turma pudesse perceber que o feminino e o masculino não fazem referência somente ao conceito de homens e mulheres, inclui também atitudes, formas de pensar e agir, de fazer e de relacionar-se com o mundo.

### **Conversando sobre diversidade sexual e de gênero**

O projeto teve como objetivos discutir sobre as questões de gêneros, como, por exemplo, os preconceitos, as desigualdades e as violências e ainda debater sobre os diversos preconceitos, sejam eles de gênero, sexual, racial, entre outros. Dentre as ações promovidas, os/as alunos/as assistiram aos filmes “As Sufragistas” (2015), em que discutiram, a partir da produção de uma pesquisa, a diferença salarial entre os gêneros, estupro/abuso sexual, violência contra a mulher e carga-horária de trabalho; e “Milk – A voz da igualdade” (2009), que possibilitou a produção do “Armário da diversidade”, no qual os/as alunos/as produziram materiais em que mostravam como vamos constituindo nossos gêneros e nossas sexualidades nos diversos espaços que circulamos. Outros debates promovidos nessa escola foram sobre a diferença entre Machismo e Feminismo e as mulheres na Ciência.

## **Sonhos & medos – O que guardo na bolsa amarela?**

A partir de alguns livros, tais como, “Malala, a menina que queria ir para a escola”, de Adriana Carranca (2015); “Malala, uma menina muito corajosa”, de Jeanette Winter (2015); “Iqbal, um menino muito corajoso”, de Jeanette Winter (2015) e “Bolsa amarela”, de Lygia Bojunga (2003), o projeto possibilitou que a turma discutisse sobre o respeito e a igualdade de gêneros na escola, a partir da relação entre os problemas apontados nas obras literárias (tais como as diferenças como meninos e meninas são tratadas, os estereótipos em torno da dicotomia masculina e feminina, os direitos e os deveres interpretados de forma diferente, quando relacionados ao gênero) e à realidade da escola e do bairro. Além disso, discutiram discutir sobre o respeito e a igualdade; produziram textos, em que os/as alunos/as se colocassem na posição de reivindicar e apontar soluções; registraram em um diário os sonhos e medos que cada um/a possui, a fim de conhecer-se melhor e valorizar-se; produziram vídeos, documentários sobre a escola e o bairro, a fim de apontar os problemas e as soluções; realizaram entrevistas; produziram panfletos e materiais de divulgação da igualdade de gêneros.

## **Oficina de Diversidade**

Nesse projeto, o elemento desencadeador das discussões foi também, como em outras escolas, a literatura. Por meio da contação das seguintes histórias: “O menino que ganhou uma boneca”, de Majô Baptistoni (2002), “A princesa e o sapo”, de Rosana Rios (2016), “Príncipe Cinderelo”, de Babet Cole (2006), a turma pode trabalhar as questões relacionadas ao respeito às diferenças tentando desconstruir preconceitos. Também foram discutidas as questões étnico-raciais a fim de problematizar aspectos relacionados à “cor de pele”, bem como dos binarismos, da separação dos brinquedos e do empoderamento das meninas.

## **Produção de artefatos culturais a partir da narrativa de adolescentes**

O projeto teve como objetivo discutir com os/as adolescentes sobre sexualidade e igualdade de gêneros a partir da visualização de filmes e vídeos sobre as temáticas escolhidas por eles/as. A turma assistiu então algumas propagandas como da cerveja Heineken, sabão Ariel e Meu corpo minhas regras, buscando debater as representações de corpo, gênero e sexualidade presente nesses artefatos. Além disso, foi proposto pela turma um debate sobre a transexualidade a partir de uma novela que estava sendo exibida na televisão brasileira. A partir dessas discussões os/as alunos/as produziram alguns artefatos culturais visando a desconstrução de estereótipos produzidos socialmente.

## **ESCOLAS ENSINO MÉDIO**

### **Gênero. Sexualidade. Discurso**

Esse projeto foi desenvolvido nas disciplinas de Língua Espanhola e Língua Portuguesa com o objetivo de discutir as questões de gêneros e sexualidades com turmas do terceiro ano do Ensino Médio, buscando problematizar com os/as alunos/as sobre a construção de posições definidas como padrões historicamente ditos “normais”, que, em um processo de hierarquização e de normatização, atribuem valores desiguais ao “diferente”. Na disciplina de Língua Espanhola foram lidas

algumas tirinhas das personagens Mafalda e Maitena, ambas argentinas, assim como outros textos que mostravam o comportamento social e as desigualdades e preconceitos construídos ao longo da história. Já na disciplina de Língua Portuguesa foram realizadas atividades com textos, vídeos e propagandas que circulam na mídia e redes sociais, como, por exemplo, “#VaiTerGêneroNaEscola”; “A teoria das caixinhas: o que é gênero?”; “Quem é essa pessoa?”; um conjunto de propagandas de cerveja, propaganda do chocolate Snickers; “Por que ‘assumir’ que é gay é errado? Como fechamento do projeto, foi proposto a produção de ilustrações, em português ou em espanhol, que enfocassem os temas abordados tendo como inspiração os trabalhos da ilustradora mineira Carol Rossetti.

## **Cine Debate**

Esse projeto, intitulado Cine Debate, foi organizado a partir de algumas temáticas como: “Violência no Namoro”, para isso foi assistido os vídeos “Não tira o batom vermelho” – JoutJout (2015) e “Sheila” (Porta dos Fundos, 2013). Na temática “Sexting” foram assistidos os vídeos: “Sexting na escola” (2015), o clipe da música “Vou jogar na internet” (Max & Mariano, 2015) e a propaganda dos absorventes Always (Always Brasil, 2015). A proposta então era discutir com integrantes da comunidade da escola a temática gênero e seus entrelaçamentos. Para tanto, o filme/vídeo/clippe era exibido e em seguida abria-se para um debate e troca de saberes com os/as participantes. A partir dessa atividade foi possível perceber um olhar problematizador para os artefatos culturais; a dificuldade para perceber-se nas situações apresentadas; as diferenças de opiniões baseadas em conceitos religiosos em relação à arte e liberdade de expressão; a não percepção do conceito do ser “vítima do *sexting*” e sim de “alguém que provocou a exposição”.

Os projetos desenvolvidos pelos/as professores/as possibilitaram pensarmos a educação, como um espaço que problematiza as desigualdades de gênero e sexuais, estimula a criticidade, a curiosidade, a criatividade, valorizando o convívio social e o pluralismo contribuindo assim para a inserção e participação igualitária em direitos e deveres de mulheres e homens na sociedade.

Foi possível perceber que as discussões teóricas realizadas nos encontros, tanto na FURG, quanto nas escolas, deram sustentação aos projetos, pois os/as professores/as problematizaram o conceito e o binarismo de gênero abrindo possibilidades para os/as alunos/as entenderem as novas subjetividades, sexualidades e configurações familiares; outros possibilitaram a discussão de temas como *sexting*, abuso e violência sexual, homofobia, heteronormatividade, os discursos da normalização do corpo e da sexualidade, entre outros.

É importante destacar que os projetos desenvolvidos não podem ser entendidos como um modelo, mas como uma invenção constante de possibilidades que se multiplicam, que podem propiciar conhecimentos necessários à transformação social e a formação de sujeitos em um determinado tempo e contexto. Promover uma educação alicerçada sobre esse viés possibilita a construção de uma escola democrática, inclusiva e pautada na cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É importante destacar que essa ação de extensão trouxe inúmeras contribuições no âmbito da formação continuada de professores/as, público-alvo do Projeto Escola Promotora da Igualdade de Gênero. Acreditamos então, que o projeto possibilitou

alguns movimentos significativos, desestabilizando algumas “verdades” construídas sobre os gêneros e as sexualidades, problematizando que existem múltiplas formas de ser e estar no mundo; incentivou práticas pedagógicas que visavam ressaltar a diversidade sexual e de gênero; e apontou que as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades deveriam integrar o Projeto Político Pedagógico das escolas, pois a inserção destas nesse documento possibilita que sejam discutidas de forma permanente e sistemática, sendo uma preocupação de toda a comunidade escolar.

Entendemos que desconstruir algumas metanarrativas presentes na escola nos possibilite construir uma agenda que busque discutir nesse espaço as temáticas de diversidade sexual, gênero, sexismo, homofobia entre tantas outras que não são entendidas como fazendo parte do currículo escolar. Por fim, acreditamos que um trabalho contínuo e político pode ser condição de possibilidade que permita que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de gênero e sexualidade.

#### **BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA**

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; SEFFNER, Fernando; VILACA, T. **Corpo, gênero e sexualidade: resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Editora da Furg, 2018. 215 p.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. **Interloquções sobre gêneros e sexualidades na educação**. Rio Grande: Editora da FURG, 2018. 192 p. v. 1.

VILACA, T.; ROSSI, C.; RIBEIRO, C.; RIBEIRO, P. R. C. **Investigação na Formação e Práticas Docentes na Educação em Sexualidade: Contributos para a Igualdade de Gênero, Saúde e Sustentabilidade**. Braga: Universidade do Minho, 2017. 393 p.

RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, E. P. Q.; TEIXEIRA, F. **Atravessamentos de gênero, corpos e sexualidades: linguagens, apelos, desejos, possibilidades e desafios...** Rio Grande: Ed. da FURG, 2016. 248 p.

#### **MATERIAIS UTILIZADOS NOS PROJETOS CITADOS**

ALWAYS BRASIL. **#JuntasContraVazamentos** – A sua Autoestima Abalada. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pkW3M3dmGvY>. Acesso em: 11 nov. 2017.

ARCARI, C. **Pipo e Fifi: prevenção da Violência Sexual na Infância**. São Paulo: All Print Editora, 2014.

ASQUITH, R.; HOFFMAN, M. **O grande e maravilhoso livro das famílias**. São Paulo: Edições SM, 2011.

AS SUFRAGISTAS. Filme. Realização: Sarah Gavron. Produção: Alison Owen. Aye Ward. Elenco: Carey Mulligan. Helena Bonham Cartes. Brendan Gleeson. Anne-Marie Duff. Ben Whishaw. Meryl Streep. Gênero: Drama. Música: Alexandre Desplat. Reino Unido: Pathé Film 4, 2015.

BAPTISTON, M. **O menino que ganhou uma boneca**. Maringá: Editora Massoni, 2002.

BOJUNGA, L. **Bolsa Amarela**. Rio de Janeiro: Casa Lygia Bojunga, 2003.

BOOKS, Y. **Chapeuzinho Vermelho**. São Paulo: Nobel, 2016.

COLE, B. **Príncipe Cinderelo**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CORRÊA, A. C. **Malala: a menina que queria ir para a escola**. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2015.

ESPNW Brasil. **Invisible Players**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XoZrZ7qPqio>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FONSI, L. **Despacito ft. Daddy Yankee**. Music vídeo by Luis Fonsi performing Despacito. Categoria: Música. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJQP7kiw5Fk>. Acesso em: 07 jun. 2017.

GRIMM, Irmãos. **Rapunzel**. Um conto de fadas dos irmãos Grimm. 1812. Disponível em: [https://grimmstories.com/pt/grimm\\_contos/rapunzel](https://grimmstories.com/pt/grimm_contos/rapunzel). Acesso em: 14 jun. 2017.

HENRIQUE & JULIANO. **Vidinha de balada** – DVD O Céu Explica Tudo. Direção: Fernando Trevisan Catatau. Compositores: Nicolas Damasceno, Diego Silveira, Rafael Borges, Lari Ferreira. Categoria: Música. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PnAMEe0GGG8>. Acesso em: 07 jun. 2017.

HIPERCONNECTADOS. **Sexting na escola**. Categoria: Ciência e tecnologia. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uVBT1fQq2yY>. Acesso em: 17 nov. 2017.

MAX & MARIANO. **Vou jogar na internet**. Categoria: Pessoas e blogs. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=siN3lw9\\_i1o](https://www.youtube.com/watch?v=siN3lw9_i1o). Acesso em: 15 nov. 2017.

MC SOFFIA. **Minha Rapunzel tem dread**. Participação de Gram e Pedro Angeli. Produção: Kamilah Pimentel e Felipe Schimidt. Categoria: Música. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=b1Uf6\\_SV5\\_8](https://www.youtube.com/watch?v=b1Uf6_SV5_8). Acesso em: 23 set. 2017.

MC ZAAC PART. MC VIGARY. **Vai Embrazando (KondZilla)**. Produção musical: Dj Yuri Martins. Categoria: Música. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Nk7S7D0CQOY>. Acesso em: 07 jun. 2017.

MILK – A voz da igualdade. Filme. Direção: Gus Van Sant. Produção: Dan Jinks/Bruce Cohen. Roteiro: Dustin Lance Black. Elenco: Sean Penn/Emile Hirsch/Josh Brolin/Diego Luna/Alison Pill/Victor Garber/James Franco. Gênero: Drama. USA: Universal Pictures, 2009.

PARR, T. **O livro da Família**. São Paulo: Editora Panda, 2003.

PERRAULT, C. **Cinderela**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2013.

PORTA DOS FUNDOS. **Sheila**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6wTOgg5KnfE>. Acesso em: 7 nov. 2017.

PRATA, M. **Chapeuzinho Vermelho de Raiva**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970. Disponível em: <https://marioprata.net/literatura-2/literatura-infantil/chapeuzinho-vermelho-de-raiva/>. Acesso em: 05 jun. 2017.

PRAZER JOUTJOUT. **Não tira o batom vermelho**. Autores de legendas (português Brasil): Laís Borsari/Sávio Soares. Autores de legendas (inglês): Lucas M., Polissindeto, Sávio Soares. Categoria: Pessoas e blogs. Licença: Licença padrão do YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l-3ocjJTPHg>. Acesso em: 14 set. 2017.

QUADRADO, R. P.; MAGALHÃES, J. C. **TEEncontrei: onde a gurizada se encontra**. 2. ed. rev. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. 86 p.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; RIZZA, J. L. **Histórias de Maria: escola**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016. 44 p.

RIOS, R. **A princesa e o sapo**. Porto Alegre: EDELBRA, 2016.

ROSA, S. N. **Então, homem chora ou não**. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2010.

WINTER, J. **Malala, uma menina muito corajosa**. Campinas: Versus Editora, 2015.

WINTER, J. **Iqbal, um menino muito corajoso**. Campinas: Versus Editora, 2015.



## ARTIGO 15

### MOSTRA CULTURAL SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

Área temática: Educação

Ana Luiza Chaffe Costa<sup>\*</sup>; Paula Regina Costa Ribeiro<sup>\*\*</sup>;  
Joanalira Corpes Magalhães<sup>\*\*\*</sup>; Juliana Lapa Rizza<sup>\*\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Coordenadora do projeto e integrante do GESE, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*</sup> Professora titular, líder do GESE, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*\*</sup> Professora associada, vice-líder do GESE, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*\*\*</sup> Professora, pesquisadora do GESE, Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

## **MOSTRA CULTURAL SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO**

Ana Luiza Chaffe Costa; Paula Regina Costa Ribeiro;  
Joanalira Corpes Magalhães; Juliana Lapa Rizza

### **RESUMO**

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – Gese, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/Brasil, através dos projetos de ensino, pesquisa e extensão, busca investigar e questionar as assimetrias sociais em decorrência das configurações assumidas pelos gêneros, pelas classes, pelas raças/etnias e pelas sexualidades. Também busca promover ações que visam combater o sexismo, o racismo, a misoginia, a homo, trans e lesbofobia, entre outras manifestações de preconceito e discriminação em diferentes espaços sociais, como a escola e a universidade. A partir dessa atuação, uma das ações do Gese é a Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero que tem como proposta contribuir para a promoção da equidade de gênero e a cidadania da população LGBTI+, através da produção e difusão de informações à comunidade sobre as questões relativas aos gêneros e às sexualidades, promovendo discussões acerca dessas questões para a minimização das representações e preconceitos atribuídos às mulheres e aos sujeitos LGBTI+. A Mostra é direcionada aos estudantes da Educação Básica das escolas públicas do município do Rio Grande/Rio Grande do Sul/Brasil, que enviam trabalhos nas categorias de desenhos, poesias e vídeos. Para a produção desses trabalhos os/as estudantes devem articular suas produções às seguintes temáticas: combate à violência contra mulheres e homens; enfrentamento à homofobia; promoção da equidade de gênero; promoção da cidadania LGBTI+; igualdade de direitos entre homens e mulheres; discriminação e prevenção ao HIV/Aids e drogas. Temos como objetivo neste trabalho apresentar um breve relato acerca de como a Mostra Cultural vem ocorrendo ao longo das suas edições, bem como, realizar uma análise dos trabalhos recebidos nos últimos sete anos.

**Palavras-chave:** Diversidade; Gênero; Sexualidade; Educação Básica.

### **INTRODUÇÃO**

Desde o ano de 2013, o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (GESE), da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, vem realizando a Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero, estando em 2019 na sua sétima edição. A Mostra Cultural tem como objetivo contribuir com a promoção da equidade de gênero e a cidadania da população LGBTI+ através da produção e difusão de informações importantes à comunidade sobre as questões relativas aos gêneros e às sexualidades e promover discussões acerca dessas questões para a minimização das representações e preconceitos atribuídos às mulheres e aos sujeitos LGBTI+.

A Mostra é um Projeto de Extensão do Gese e tem por referencial teórico os Estudos Culturais nas suas vertentes pós-estruturalistas, como também o campo dos Estudos de Gênero e algumas contribuições do filósofo Michel Foucault. Assim, os estudos do Grupo estão fundamentados em posicionamentos que entendem as sexualidades e os gêneros como construções históricas, sociais e culturais, que se constituem na correlação de elementos sociais presentes na família, na medicina,

na educação, na religião, entre outros, através de estratégias de poder/saber (RIBEIRO, 2002).

A Mostra é direcionada aos estudantes da educação básica das escolas públicas do município do Rio Grande/RS. Os trabalhos enviados nas categorias desenhos, poesias, *jingles*, *slogan* e vídeos são sobre as temáticas: combate à violência contra mulheres e homens; enfrentamento à homofobia; promoção da equidade de gênero; promoção da cidadania LGBTI+; igualdade de direitos entre homens e mulheres; discriminação e prevenção ao HIV/Aids e drogas.

Sendo assim, é possível perceber que os trabalhos dos/as alunos/as submetidos, bem como o trabalho que o Gese vem desenvolvendo ao longo da sua atuação, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, tem como foco a importância de se trabalhar a diversidade em sala de aula, seja ela diversidade sexual ou de gênero (VILAÇA *et al.*, 2017; RIBEIRO *et al.*, 2018, RIBEIRO; MAGALHÃES, 2018). Por esse viés, consideramos importante ressaltar que entendemos diversidade de gênero como as diversas posições de sujeito que compõem as masculinidades e as feminilidades, já a diversidade sexual, por sua vez, entendemos como as diversas formas de vivências, afetos, prazeres e desejos que são nomeadas como homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade, pansexualidade e assexualidade.

Assim, consideramos importante trabalhar a diversidade em sala de aula, para que possamos problematizar estereótipos e preconceitos, a partir desse olhar que possibilita a emergência das diferenças, sejam elas de gênero e sexualidade, foco desse texto, bem como as demais diferenças, de raça/etnia, geração, nacionalidade, crenças religiosas, entre outras. A instituição escolar então se torna um espaço potente para o compartilhar de saberes, possibilitando dessa forma que as questões da diversidade façam parte desse debate, com o intuito de promover a igualdade e o respeito, permitindo a convivência social cidadã e democrática (JUNQUEIRA, 2013).

Nesse sentido, no cenário da educação básica, a educação para a diversidade vai desenvolver um papel importante para o enfrentamento ao sexismo e à homofobia. Ao incluir as questões das diversidades – sejam estas de gênero, sexuais, de raça, classe, etnia, credo, geração, entre outras –; estarão sendo problematizadas e desestabilizadas concepções curriculares hegemônicas que produzem e reproduzem desigualdades e hierarquias entre os grupos sociais.

Pensar uma educação para a diversidade possibilita que se constituam propostas pedagógicas que reconheçam e legitimem a diferença. Sendo assim, esse trabalho tem como objetivo apresentar um breve relato acerca de como a Mostra Cultural vem ocorrendo ao longo das suas seis edições<sup>1</sup>, bem como, realizar uma análise dos trabalhos recebidos nos últimos sete anos, sendo que o foco dos trabalhos produzidos pelos/as alunos/as tem como foco a diversidade sexual e de gênero.

## **METODOLOGIA**

Para a realização da Mostra Cultural, primeiramente, foi preciso organizar a divulgação da mesma, com as devidas categorias para a premiação, de forma que tanto os/as professores/as quanto os/as alunos/as conhecessem o propósito da Mostra, que é promoção de discussões acerca da diversidade sexual e de gênero, visando à minimização do preconceito e da discriminação que as pessoas que não se enquadraram nos padrões de feminilidade, masculinidades e identidade sexual, socialmente produzidos, vivenciam na escola.

---

<sup>1</sup> Nesse trabalho, não constam os dados da Mostra que se realizou no ano de 2019.

Para tanto, organizamos as instituições públicas de ensino por áreas/bairros e, também, produzimos os materiais que regulamentam a Mostra: como as diretrizes com as normas para submissão dos trabalhos em cada categoria; a ficha de inscrição do/a aluno/a com autorização para uso da obra, assinado pelas famílias e também pela escola e as fichas para inscrição dos trabalhos. Além disso, produzimos *folders*, adesivos, marcadores de páginas e cartazes, os quais nos auxiliavam na divulgação das temáticas que são pauta de debate na Mostra (Figura 1).

**Figura 1** – Cartaz da Mostra do ano de 2013, primeira edição



Fonte: Autoria Gese, 2013

Em um segundo momento, era preciso promover a divulgação da Mostra, no entanto, entendemos que era preciso mais do que o envio de *e-mail* e/ou correspondência às escolas via mantenedoras de educação – Secretaria de Município da Educação (SMEd) e 18ª Coordenadora Regional de Educação (CREA) –, já que não era um concurso de poesias, desenhos e vídeos com o assunto que o/a estudante desejasse, havia um propósito, como já mencionado, que era a discussão das questões referentes às diversidade sexuais e de gênero. Sendo assim, organizamos uma equipe de estudantes/bolsistas do GESE para visitas às escolas, municipais e estaduais, do Rio Grande – do 4º ano do Ensino Fundamental até o 3ª ano do Ensino Médio – para conversas com os/as alunos/as e professores/as em suas salas de aula a fim de apresentar e explicar como funciona a proposta e como é possível para se inscrever/participar da Mostra. Cada aluno/a recebe então um *folder* explicativo, com detalhes sobre a Mostra além de um adesivo ou marcador de livro, feito com os trabalhos enviados para a edição anterior. Esse momento é significativo, pois reencontramos alunos/as e professores/as premiados/as em anos anteriores, bem como, através desse diálogo, é possível já iniciar uma discussão sobre alguns preconceitos que produzimos e, também, reproduzimos, além da importância de promover a equidade de gênero e a cidadania da população LGBTI+.

Além disso, a escola recebe a ficha de inscrição e o regulamento da Mostra Cultural, em que está explicitado, detalhadamente, o que é a Mostra, seu objetivo, as temáticas, modalidades, atribuições da escola, do/a aluno/a participante e, também,

do Grupo de Pesquisa, as normas gerais para a entrega de trabalhos e, além disso, um livro que apresenta um compilado com os trabalhos publicados no ano anterior.

Consideramos esse movimento de ir até a escola para conversar com as turmas e, também, como os/as professores/as uma estratégia potente e, também, muito importante, não somente para a Mostra, mas para o trabalho que o GESE desenvolve junto às escolas. A Mostra é uma das atividades que o grupo promove a fim de desconstruir alguns preconceitos que já estão naturalizados em nossas práticas docentes e na sociedade, de forma geral, mas é preciso que esse trabalho se estenda, ou seja, que as discussões de gênero e sexualidade sejam contínuas e não isoladas. Para tanto, essa visita à escola estreita e fortalece nossos laços com os/as professores/as que são nossos/as parceiros/as na promoção dessas discussões na escola junto aos/às alunos/as, pois eles/as buscam trabalhar com as temáticas da diversidade sexual e de gênero de forma articulada conteúdo/disciplina.

Após essa divulgação, inicia-se o momento das inscrições, em que cada escola encaminha seus trabalhos, que passam por uma comissão de avaliação, para que então possam ser anunciados/as os/as vencedores/as da Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero.

A cada edição da Mostra, o/a aluno/a menor de 18 anos, o/a professor/a e a direção da escola, junto com a ficha de inscrição, assinam um termo de autorização para utilização das obras, cedendo o direito de publicação de suas produções ao Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola e autorizando o uso gratuito e livre, de seu nome, sua imagem junto às produções enviadas para Mostra Cultural, em quaisquer materiais de divulgação que se fizerem necessários, adesivos, cartazes, marcadores de livros, dentre outros. Através dessa autorização para o uso das obras, mediante indicação do/a autor/a da mesma, o GESE consegue multiplicar o acesso da população as produções dos/as alunos/as e, além disso, possibilita que as discussões de gênero e sexualidade, foco das produções submetidas para a Mostra, ressoem de forma a minimizar preconceitos e discriminações sofridos por mulheres e sujeitos LGBTI+.

É importante destacar que a cada edição há uma premiação para os/as alunos/as e, também, para a escola do/a aluno/a vencedor/a, já que a Mostra se caracteriza enquanto um concurso. O primeiro lugar de cada categoria ganha um *tablet* e troféu, o segundo lugar um *pen drive* e medalha e a escola ganha um conjunto de livros.

Todos os trabalhos dos/as alunos/as, inscritos nas diferentes categorias da Mostra, são reunidos em livros (Figura 2), conforme já mencionado em outro momento desse texto, a fim de divulgar essas produções e, ainda, possibilitar que por meio da circulação desse material, possamos repensar acerca das temáticas que a Mostra se propõe a problematizar. Os livros são distribuídos para as escolas a fim de incitar os/as professores/as a trabalharem os assuntos sugeridos como temática para a realização dos trabalhos, além de incentivar a participação dos/as alunos/as nas próximas edições da Mostra Cultural e dar visibilidade as produções já realizadas.

**Figura 2 – Livros da Mostra Cultural**

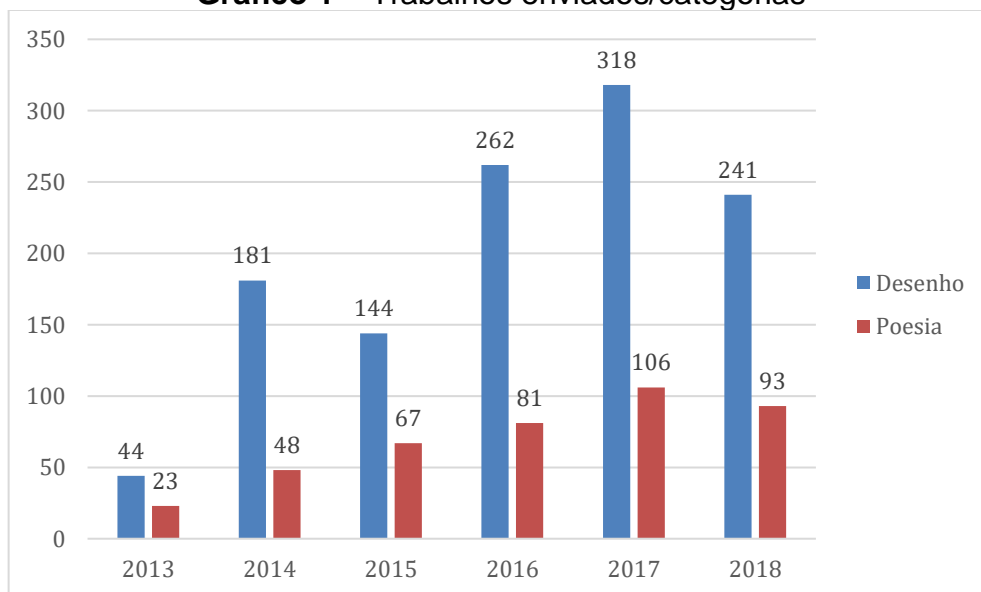


Fonte: Aatoria Gese, 2019

**DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

Nas seis edições da Mostra Cultural, de 2013 a 2018, foram enviados 1780 trabalhos, que estão distribuídos nas seguintes categorias (gráfico 1): 1190 desenhos, 418 poesias (figura 3), 6 *jingle* (I Mostra), 34 vídeos (VI, V e VI Mostras) e 132 *slogans* (importante destacar que só tivemos essa categoria na I, II e III Mostras).



**Gráfico 1 – Trabalhos enviados/categorias**



Fonte: Aatoria Gese, 2019



**Figura 3** – Poesia e desenho apresentados na II Mostra, 2014.

<p><b>Não se mete a colher</b> Enquanto agrado, sou boa moça No desagrado, me obrigas ao que quer Entre paredes, sou teu amor Entre amigos, uma qualquer Enquanto falas, apenas escuto Quando me escutas, não queres entender Se não te escuto, perdes a paciência Se não me calo, perco a consciência Hoje, sou minha e de mais ninguém Sou bem de mim e não de alguém Após o grito, posso escolher Em mulher não se mete a mão, A cadeira, os pratos e nem a colher. Nayara Nalier Nunes</p>	
	
4º ao 5º ano do Ens. Fundamental	Ensino Médio

Fonte: Autoria Gese, 2018

A partir dessas produções e da análise dos seis livros da Mostra já produzidos, é possível perceber que a temática mais recorrente nos trabalhos enviados pelos/as alunos/as é o enfrentamento da homofobia, em segundo lugar, está o combate à violência contra as mulheres e, em terceiro, a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Considerando as temáticas escolhidas pelos/as estudantes para as suas produções – poesias, desenhos e vídeos, considerando que nas primeiras edições da Mostra tivemos outras categorias –, pressupõe-se que a escolha da temática “enfrentamento da homofobia” tenha relação com o crescente número de casos de violência homofóbica assim como a grande divulgação desses fatos na mídia. Em relação à temática “combate à violência contra homens e mulheres”, podemos compreender dois aspectos: primeiro, por ser um tema presente no dia a dia dos sujeitos, seja em seu contexto familiar e/ou através da mídia; segundo, por ser um assunto discutido em alguns eventos realizados no município, como, por exemplo, o Março Lilás, que tem como temática questões de gênero e a conscientização dos direitos da mulher, ou ainda a divulgação intensa da Lei Maria da Penha, promovida pelo poder público, enquanto uma política pública que envolve todas as instâncias da sociedade.

A análise dos trabalhos enviados para a Mostra Cultural nos possibilitou observar que a mesma contribui para a promoção da equidade de gênero e para a cidadania da população LGBTI+, além de promover discussões acerca dessas questões na luta pela minimização das representações e preconceitos relativos a mulheres e sujeitos LGBTI+ na atualidade. Percebemos que ano após ano, a Mostra vem passando por mudanças significativas que acreditamos ser para a sua melhoria

e, também, maior abrangência do assunto. Além disso, os/as professores/a se mostram mais interessados/as em buscar informações sobre os temas, procurando cursos e materiais oferecidos pelo Grupo de Pesquisa.

Nesse sentido, a Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero possibilita a desconstrução dos modelos hegemônicos e naturalizados de se compreender e viver o gênero e a sexualidade, entendendo que os discursos que falam sobre essas questões são construções sociais, históricas e culturais e que essa teia discursiva produz os sujeitos. Então, a Mostra questiona e dúvida das certezas, dos discursos considerados “verdadeiros”, únicos e legítimos, entendendo que, assim, há uma multiplicidade de formas de se trabalhar com o gênero e a sexualidade na escola.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao entendermos a escola como possuidora de um papel social e como uma das instituições responsável por promover uma cultura de respeito a todos os sujeitos que nela convivem, acreditamos na sala de aula como um espaço para discussões e reflexões dos temas que antes eram ignorados e hoje estão presentes na vida familiar e em diversos artefatos culturais, como, por exemplo, na televisão, no jornal etc., e que vem adquirindo na contemporaneidade um lugar de destaque.

A Mostra Cultural, ao buscar a expressão dos/as alunos/as, por meio da arte, cria um espaço de reflexão para professores/as. Desta forma, por meio das produções dos/as alunos/as, nas salas de aula, torna-se visível o que esses sujeitos sentem, pensam, quais suas passageiras certezas, o que é novo, o que permanece velho e como o conhecimento e a produção artística operam sobre cada um/a, e que no final do processo, a cada edição, instiga-se o reinício da Mostra Cultural para o próximo ano. Nesse sentido, elas/es (re)pensaram sobre o gênero e a sexualidade e, também, sobre as discussões dessas temáticas na escola, desestabilizando alguns saberes que se encontram naturalizados na nossa sociedade.

A partir da análise realizada acerca dos trabalhos enviados para a Mostra Cultural sobre Diversidade Sexual e de Gênero é possível perceber que ao longo das suas sete edições os trabalhos apresentados retratam de forma mais intensa a violência física contra as mulheres, apesar de a temática envolver a violência contra os homens também, bem como, as questões sobre os sujeitos LGBTI+, relacionamentos, homofobia, casamento, entre outros. As demais temáticas presentes têm relação, por exemplo, com a desigualdade entre homens e mulheres, violência obstétrica, *bulling*, racismo, aborto, gênero e ciência.

Percebendo a escola então como local onde as culturas se entrecruzam, deve-se assumir a função de garantir que a educação para a sexualidade tenha seu espaço, visando problematizar os discursos naturalizados no âmbito da cultura, questionando as certezas, permitindo, assim, outras possibilidades de pensar o gênero e a sexualidade, e de compreender como nos constituímos por meio de relações de saber e poder.

A Mostra é uma das possibilidades da escola em abordar essas questões, pois permite que os/as sujeitos se apropriem das diferenças e estabeleçam novas relações, percebendo o rompimento necessário com as construções dominantes, expressando resistência, por meio da experiência da arte e da convivência respeitosa.

## REFERÊNCIAS

JUNQUEIRA, R. D. Escola e enfrentamento à homofobia: pelo reconhecimento da diversidade sexual como fator de melhoria da educação de tod@s. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; QUADRADO, Raquel Pereira (org.). **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. 3 ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 49-60.



RIBEIRO, P. R. C. **Inscrevendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental**. 2002. 113 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas: Bioquímica) – Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. **Interloquções sobre gêneros e sexualidades na educação**. Rio Grande: Editora da Furg, 2018. v. 1.

RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C.; SEFFNER, Fernando; VILACA, T. **Corpo, gênero e sexualidade: resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação**. Rio Grande: Editora da Furg, 2018.

VILAÇA, T.; ROSSI, C.; RIBEIRO, C.; RIBEIRO, P. R. C. **Investigação na Formação e Práticas Docentes na Educação em Sexualidade: Contributos para a Igualdade de Género, Saúde e Sustentabilidade**. Braga: Universidade do Minho, 2017.

## ARTIGO 16

# FEIRA DE CIÊNCIAS: INTEGRANDO SABERES NO CORDÃO LITORÂNEO – CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Área temática: Educação

Priscila Coelho Gauterio<sup>\*</sup>; Rafaela Rodrigues de Araujo<sup>\*\*</sup>



---

\* Licencianda do curso de Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Bolsista EPEC do Projeto de Extensão “Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo”.

\*\* Professora Adjunta do Instituto de Matemática, Estatística e Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Coordenadora do Projeto de Extensão “Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo”.

## FEIRA DE CIÊNCIAS: INTEGRANDO SABERES NO CORDÃO LITORÂNEO – CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Priscila Coelho Gauterio; Rafaelle Rodrigues de Araujo

### RESUMO

A Feira de Ciências é um espaço não-formal de ensino e aprendizagem que possibilita vários momentos em que o estudante busca resolver problemas por meio de uma investigação científica, podendo propiciar um conjunto de experiências interdisciplinares, além de envolver o corpo docente em atividades diferenciadas e integradas. Dessa forma, nesse trabalho problematizamos sobre a importância do projeto de extensão “Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo” para a formação inicial e continuada de professores, assim como estudantes da graduação e da Educação Básica envolvidos no projeto. Esse é desenvolvido desde 2015 por docentes do Instituto de Matemática, Estatística e Física – IMEF, grupo de pesquisa Comunidade de Indagação em Ensino de Física Interdisciplinar (CIEFI), mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências – PPGEC, professores colaboradores da rede de ensino e acadêmicos do curso de licenciatura em Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Com a análise realizada desse período de atividades executadas, ressaltamos que o espaço da Feira de Ciências possibilita as experiências tanto dos sujeitos das escolas da Educação Básica, quanto dos envolvidos na execução e organização dentro do ambiente acadêmico e escolar. Além disso, os espaços não-formais, como às Feiras de Ciências, promovem uma valorização do conhecimento prévio dos estudantes, assim como impulsiona a busca por saberes através das atividades propostas.

**Palavras-chave:** Feira de Ciências; Formação de professores; Espaço não-formal; Projeto de extensão.

### INTRODUÇÃO

As Feiras de Ciências em geral configuram-se como espaços não-formais de ensino e aprendizagem, ou seja, transpõem os limites da sala de aula no intuito de ampliar as relações entre professores, alunos e comunidade, possibilitando novas redes de interação e socialização da produção científica. Os espaços não-formais, como a realização de Feiras de Ciências nas escolas, se constituem como uma forma de organização diferenciada dentro das disciplinas, pois possibilita que as mesmas trabalhem os conteúdos de forma integrada e coletiva. O processo de reorganização nas disciplinas é decorrente da dinâmica que esses espaços solicitam, desde às concepções de professores e estudantes. O ensino de Ciências não pode se deter somente ao âmbito da sala de aula, pois os espaços não-formais estão cada vez mais contribuindo e potencializando a alfabetização científica dos alunos no que se diz respeito às Ciências (CAZELLI *et al.*, 1999).

Mancuso e Filho (2006) expõem que as Feiras de Ciências se constituem por um espaço que possibilita a discussão sobre os saberes, metodologias de pesquisa e criatividade dos estudantes em todos os aspectos referentes à exibição dos trabalhos. Esses espaços não-formais possuem como um de seus pilares o incentivo

à alfabetização científica possibilitando que os estudantes possam interpretar e compreender os acontecimentos e situações que perpassam o seu cotidiano. Nessa perspectiva, a realização de projetos de extensão que busquem incentivar a promoção das Feiras de Ciências nas escolas se torna essencial para o envolvimento e a articulação entre as escolas de Educação Básica e Universidade.

Os projetos de extensão apresentam como finalidade agregar um conjunto de ações metodológicas, culturais e científicas entre a universidade e outros meios sociais. Esses projetos podem ter um cunho social, quando apresentam soluções para a inclusão social, desenvolvendo melhorias nas condições de vida e cultura, artística e esportiva, [...] (HARTMANN; ZIMMERMANN, 2009). Nessa perspectiva, os projetos de extensão possibilitam uma problematização desde a formação inicial a continuada.

Dessa forma, esse projeto de extensão tem como objetivos oportunizar aos estudantes do Ensino Fundamental e Médio, e aos professores da rede de ensino a construção coletiva de conhecimentos através de projetos investigativos e de experimentação; incentivar as Feiras de Ciências nas escolas e no município de Rio Grande/RS desenvolvendo na comunidade o espírito crítico e a criatividade; promover a formação continuada de professores da Educação Básica para que a pesquisa contribua de forma significativa com o avanço do ensino; envolver acadêmicos dos cursos de Licenciatura, a fim de propiciar uma formação inicial voltada à utilização de outras metodologias dentro de sala de aula; e envolver a universidade, as escolas e a comunidade, de forma que estas estejam agregadas e entendam a importância da parceria para execução das atividades científicas.

Com isso, no presente trabalho relatamos as três edições realizadas e problematizamos sobre a importância do projeto de extensão “Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo” para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, assim como estudantes da graduação e da Educação Básica envolvidos no projeto.

## **METODOLOGIA**

O projeto de extensão encontra-se atualmente na sua 3ª edição, sendo que iniciou com a 1ª edição no ano de 2015, através da aprovação da Chamada MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPEs nº 44/2014. A 2ª edição ocorreu no ano de 2018, tendo por objetivo dar continuidade as ações realizadas na 1ª edição e foi aprovada na Chamada nº 25/2017. No ano de 2019, iniciamos a 3ª edição, aprovada na Chamada nº 27/2018, seguindo a ideia principal de realizar uma Feira de Ciências Municipal e instigar os estudantes por meio de um espírito científico e investigativo.

O referido projeto emerge da necessidade de docentes do grupo de pesquisa Comunidade de Indagação em Ensino de Física Interdisciplinar – CIEFI em resgatar as Feiras de Ciências nas escolas. Além disso, o referido grupo percebia que em algumas escolas da Educação Básica, as Feiras de Ciências já eram emergentes, de modo a oportunizar um envolvimento e divulgação dos trabalhos na Feira Municipal e oferecer bolsas de Iniciação Científica Júnior aos alunos interessados em participar das etapas do projeto.

Para organizar a dinâmica da Feira de Ciências Municipal, realizamos o projeto em três etapas: 1) Curso de formação de professores para a Feira de Ciências; 2) Feiras de Ciências nas escolas; e 3) Feira de Ciências Municipal. A primeira etapa constitui-se por um curso de extensão ofertado para os professores da Educação Básica do município de Rio Grande/RS interessados em participar da Feira de Ciências. A ideia principal desse curso é fazer com que os professores entendam

o processo de organização e realização de uma Feira de Ciências como um projeto investigativo, o qual é trabalhado com o estudante ao longo de um certo tempo, não como algo pronto e acabado, mas enquanto espaço que possibilita e promova a construção do conhecimento científico pela pesquisa.

Nessa perspectiva, no curso são problematizados alguns tópicos que contribuem para o entendimento de Feira de Ciências e o processo de desenvolvimento das mesmas nas escolas. O primeiro tópico abordado no curso é sobre a “Estrutura da Feira de Ciências” que tem por finalidade contextualizar as etapas do projeto para os participantes, assim como suscitar reflexões sobre a realização de Feiras/Mostras de Ciências no contexto escolar. A temática posterior “Projetos Investigativos e Experimentação” teve o intuito de desafiar o participante a teorizar e indagar temas relacionados ao desenvolvimento de projetos de investigação no contexto da escola. O terceiro tópico “Tecnologias e Cultura Digital” problematizou como as tecnologias e cultura digital surgem em um curso para a Feira de Ciências no sentido de entendermos que o processo de ensinar e de aprender pode ser realizado por meio da cultura dos estudantes e de seu contexto. Na temática “Mulheres na Ciência” a discussão foi voltada para a inserção das mulheres na Ciência, especificamente, da inserção de meninas nas Feiras de Ciências nas escolas. E, por fim, na temática “Discussão das temáticas emergentes” foi aberto um espaço para os professores participantes exporem suas dúvidas, angústias, necessidades e até mesmo sugerirem outras temáticas a serem abordadas.

O curso de formação da Feira de Ciências da 1ª edição envolveu professores atuantes em escolas municipais e estaduais da cidade de Rio Grande e de Santa Vitória do Palmar, o qual para o último município citado ocorreu através da parceria com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Ciências EaD da FURG, que mostraram interesse na oferta e participação no mesmo. Com isso, tivemos a participação de 40 professores, sendo que o curso nesse ano de 2015 ocorreu de modo presencial. Na 2ª edição do curso tivemos a participação de 35 professores, sendo a modalidade de oferta semipresencial, com a utilização do AVA *Moodle*. E nessa 3ª edição, na modalidade a distância, contamos com o apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEaD) da FURG para o desenvolvimento de materiais e da execução do curso, ocorrendo no AVA *Moodle*, de forma assíncrona e semanalmente, durante um mês. Nessa modalidade de oferta possibilitou a participação de pessoas geograficamente distantes, com a participação de 40 professores e licenciandos de vários municípios do Rio Grande do Sul.

A segunda etapa do projeto se caracteriza por um momento de retorno às ações nas escolas, ou seja, período de colocar em prática a teoria discutida no curso de formação. Dessa forma, os professores que participaram do curso de formação realizam, durante um período, minifeiras de Ciências em suas escolas e ao final do período da segunda etapa selecionam grupos de alunos que participam, posteriormente, da Feira de Ciências Municipal.

Na terceira etapa, temos a realização da Feira de Ciências Municipal com todos os trabalhos selecionados na segunda etapa pelas escolas participantes. Os alunos que são premiados nessa última etapa recebem Bolsas de Iniciação Científica Júnior (ICJ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Pesquisa (CNPQ), durante 12 meses. Entendemos essa etapa final, como um momento de compartilhamento de saberes, tanto dos estudantes ao exporem seus trabalhos, assim como dos professores envolvidos na organização de todo o processo da Feira de Ciências.

A primeira Feira de Ciências Municipal ocorreu no dia 20 de outubro de 2015 no IFRS – Campus Rio Grande, como umas das atividades da Semana Municipal de Ciência e Tecnologia, sendo que fizeram parte 15 trabalhos entre Ensino Fundamental e Médio. Além das escolas participantes da cidade do Rio Grande/RS, participaram também escolas de Santa Vitória do Palmar/RS. A segunda Feira de Ciências Municipal ocorreu no dia 19 de outubro de 2018 no prédio do CEAMECIM e selecionou 5 alunos para receber as bolsas ICJ, dos 16 trabalhos que foram expostos. Nesse ano de 2019 a terceira Feira de Ciências Municipal irá ocorrer no dia 22 de outubro no salão do CTG Farroupilha do Campus Carreiros da FURG, selecionará 4 estudantes para receber bolsas ICJ e tem expectativas de receber mais trabalhos que os anos anteriores, devido à participação de vários professores de escolas diferentes no curso de formação de professores.

Esperamos que no próximo ano possamos dar seguimento a 4ª edição do projeto, de modo a cada ano realizar uma autoavaliação do desenvolvimento e das atividades ocorridas no mesmo. Sendo assim, visamos aprimorar as ações que serão realizadas e rever necessidades que foram emergentes nas edições anteriores.

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

A partir das edições das Feiras de Ciências foram publicados livros, impressos e digitais, com relatos de experiências dos professores, estudantes e organizadores do evento, e que tem por finalidade ser um artefato com fins educacionais, oportunizando reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão, não sendo autorizado sua comercialização. Compreendemos que a publicação desses materiais possibilita o reconhecimento posterior do trabalho desenvolvido por estudantes, professores e pelas escolas participantes, assim como o registro do trabalho realizado por todos os autores do processo da Feira de Ciências. Na Figura 1 expomos as capas do livro “Registros e Relatos 2015 – Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo” e do Ebook “Registros e Relatos 2018 – II Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo”.

**Figura 1** – Livro e Ebook publicados sobre a 1ª e 2ª edição do projeto da Feira de Ciências: Integrando Sabres no Cordão Litorâneo



Fonte: Acervo pessoal das autoras

Destacamos algumas falas de professores da Universidade e da Educação Básica que participaram do projeto que mostram a experiência vivida nas edições já realizadas. A partir da participação dos professores no projeto percebemos nas suas falas a satisfação de vivenciarem a Feira de Ciências, pois é evidente as mudanças que ocorreram no empenho dos estudantes, estimulando o interesse pela Ciência.

Para esses estudantes de educação básica de SVP, o fato de vir para Rio Grande já era um grande motivo e participar da Feira, um estímulo científico. Os licenciandos junto com as professoras supervisoras aprenderam a organizar os estudantes para a alfabetização científica. Um movimento coletivo que ficará marcado em suas vidas (MEDEIROS; SILVA, 2016, p.86).

[...] Quanto a nós professores foi muito satisfatório, pois mesmo sendo disciplinas consideradas difíceis os alunos apresentaram um total empenho na pesquisa, na criatividade em busca de materiais alternativos, valorizando a educação ambiental e, também, apresentaram desenvoltura na apresentação desses trabalhos (SILVEIRA; RUBIRA, 2019, p.109).

Além dos professores reconhecerem o espaço não-formal da Feira de Ciências como um espaço de construção tanto dos estudantes quanto do corpo docente envolvido, os alunos que participaram também relatam a importância dessa vivência. Na carta escrita por uma turma de estudantes do Ensino Fundamental que participou da 1ª edição do projeto, percebemos na escrita a alegria que os mesmos expõem de fazer parte desse movimento. Além disso, ressaltamos a importância de projetos de extensão, em que os estudantes conheçam as dependências da Universidade e que percebam que podem fazer parte da mesma, visto que com o relato compreendemos que, muitas vezes, existe esse distanciamento.

Todos nós adoramos a feira, jogamos, brincamos e também apresentamos nossas experiências. Ficamos nervosos quando chegaram os avaliadores e mais nervosos ainda quando soubemos que tinham mais avaliadores, mas acho que nos saímos bem, eles nos elogiaram e disseram para seguirmos com o projeto. [...] Ganhamos muita sabedoria ao visitar a feira e conhecer as ideias de outras pessoas. Foi muito bom conhecer a FURG e ver como é enorme e bonita, nenhum de nós conhecíamos (CARTA ESCRITA POR ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, 2016, p.120).

Nesse outro relato, de uma estudante do Ensino Médio que foi premiada com a bolsa ICJ, evidenciamos a percepção da mesma sobre a importância da participação do projeto para a sua formação.

Assim como minha colega, também admito: não esperava que este ano acontecessem tantas surpresas em minha vida como aconteceram e uma delas aconteceu após o projeto Feira de Ciências na minha escola “espaço do terror”, o qual servirá como base na educação que acredito, desenvolvendo um conhecimento com mais significados (SOUZA, 2016, p.104).

E esses significados vão além da Educação Básica, mas envolvendo todos da equipe que fazem parte do projeto. Ressaltamos esse ponto no relato da bolsista EPEC

do projeto, a qual explicita a contribuição para a formação acadêmica dos estudantes de licenciatura envolvidos em projetos de extensão, a aproximação com a comunidade e escola, oportunizando experiências e enriquecendo para sua futura docência.

Como bolsista de extensão (EPEC 2015 e 2019) desse projeto, ressalto que percebi alguns resultados na minha formação como graduanda do curso de Licenciatura em Física. O trabalho com professores e alunos da Educação Básica propiciam-me um contato com a docência no âmbito da escola. Além disso, percebi que uma Feira de Ciências com a proposta investigativa e interdisciplinar, não se caracteriza somente como uma metodologia de ensino para alunos, mas para quem está envolvido na sua construção, pois o trabalho ocorre junto com outras pessoas, compartilhando saberes e conhecimentos. Meu envolvimento, possibilita além dessas diversas experiências, a participação em eventos acadêmicos, ou seja, o diálogo com pessoas de outras universidades (BOLSISTA EPEC, 2019).

E para finalizar, ressaltamos o relato de uma integrante da Comissão Avaliadora dos trabalhos da Feira de Ciências Municipal da 2ª edição, a qual reforça a importância de considerar na avaliação do trabalho, todo o desenvolvimento anterior do mesmo até o momento da apresentação.

“Por que esse experimento é importante?”, essa é uma das perguntas que norteiam o trabalho de qualquer avaliador/professor e motiva meu relato de experiência. Em outras oportunidades a participação nesse projeto havia sido restrita a coautora e colaborada do projeto executado na escola, função muito diferente desta de avaliar uma atividade prática, ciente de todo o desenvolvimento que culminou naquele momento (FAZIO, 2019, p.104).

Dessa forma, nosso desejo com esse trabalho é evidenciar com esses relatos a importância desse projeto de extensão e das experiências vivenciadas pelos diferentes sujeitos nos seus diversos contextos. Assim como, reafirmar nossos princípios e práticas realizadas, com intuito de instigar carreiras científicas na Educação Básica e promover a formação inicial e continuada de professores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As Feiras de Ciências se caracterizam como espaços que possibilitam a posição mais ativa e participativa dos estudantes, propiciam a pesquisa e investigação e oportunizam busca por parcerias na prática interdisciplinar de professores como mediadores do processo de ensino. Os espaços não-formais, como as Feiras de Ciências, na fala dos professores, promovem uma valorização do conhecimento prévio dos estudantes, assim como impulsiona a busca por saberes através das atividades propostas. Nesse viés, alunos se sentem também responsáveis pelo processo de organização, definição das atividades e execução das Feiras de Ciências nas escolas.

Percebemos que o incentivo à realização de Feiras de Ciências nas escolas, estimulado por esse projeto, se tornou essencial para o processo de repensar as experiências tanto dos sujeitos das escolas da Educação Básica, quanto dos envolvidos na execução e organização dentro do ambiente acadêmico. Além disso, a cada edição do projeto ressignificamos nossas ações, por meio de avaliações e da escuta daqueles que participam ativamente do processo de formação.



## AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela aprovação no edital MCTI/CNPq/SECIS/MEC/SEB/CAPES Nº 44/2014 para execução do projeto de extensão Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo na Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

## REFERÊNCIAS

CAZELLI, S.; QUEIROZ, G.; ALVES, F.; FLACÃO, D.; VALENTE, M.E.; GOUVÊA, G.; COLINVAUX, D. Tendências pedagógicas das exposições de um Museu de Ciências. II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. **Atas II ENPEC**. Porto Alegre, 1999.

FAZIO, A. A. Projetos investigativos na escola: por que fazê-los? In: RUAS, F. P.; ARAUJO. R. R. de. **Registros e relatos 2018** – II Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo. Porto Alegre: Casalettras, 2019.

HARTMANN, A.M.; ZIMMERMANN, E. Feira de Ciências: a interdisciplinaridade e a contextualização em produções de estudantes de ensino médio. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciência**. Florianópolis, Atas do ENPEC, 2009.

MANCUSO, R.; FILHO, I. L. Feira de Ciências no Brasil: uma trajetória de quatro décadas. In: **Programa Nacional de Apoio às Feiras de Ciências da Educação Básica** – Fenaceb. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. p. 84, 2006.

MEDEIROS, A. L. S. de; SILVA, J. S. da. Feira de Ciências PIBID na EaD: Aprendizagens construídas no coletivo. In: ARAUJO. R. R. de; GUIDOTTI, L. dos S.; HECKLER, V. **Registros e relatos 2015** – Feira de Ciências: Integrando saberes no Cordão Litorâneo. Rio Grande: Pluscom Editora, 2016.

SILVEIRA, I. M. da; RUBIRA, V. M. M. Feira de Ciências na Escola Técnica Estadual Getúlio Vargas. In: RUAS, F. P.; ARAUJO. R. R. de. **Registros e relatos 2018** – II Feira de Ciências: Integrando Saberes no Cordão Litorâneo. Porto Alegre: Casalettras, 2019.

SOUZA, S. da R. Conhecimentos com significados a partir da Feira de Ciências. In: ARAUJO. R. R. de; GUIDOTTI, L. dos S.; HECKLER, V. **Registros e relatos 2015** – Feira de Ciências: Integrando saberes no Cordão Litorâneo. Rio Grande: Pluscom Editora, 2016.

**ARTIGO 17**

**EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO:  
ENTRE LUTAS E (RE)EXISTÊNCIAS NO CONTEXTO DO PAIETS**

**Área temática: Educação**  
**Roberta Avila Pereira<sup>\*</sup>; Fernanda Caseira das Neves<sup>\*\*</sup>**



---

<sup>\*</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental – PPGEA/FURG; Bolsista CAPES, Instituto de Educação – IE; Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>\*\*</sup> Discente do curso de Letras Português/Espanhol; Instituto de Letras e Artes – ILA; Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

## **EDUCAÇÃO POPULAR E EXTENSÃO: ENTRE LUTAS E (RE)EXITÊNCIAS NO CONTEXTO DO PAIETS**

Roberta Avila Pereira; Fernanda Caseira das Neves

### **RESUMO**

O Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior (PAIETS), vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), é um Programa extensionista de inclusão social que atualmente atua em três instâncias: 1. Auxílio ao ingresso no ensino superior e técnico; 2. Permanência das camadas populares e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) na Universidade; 3. No acesso à pós-graduação, através do projeto denominado PAIETS Pós-graduação. O PAIETS vem sendo desenvolvido desde 2007, como programa de extensão. Além disso, é um Programa que envolve vários setores da sociedade civil, como movimentos sociais, organizações e coletivos populares. Da mesma forma, o PAIETS representa um movimento que articula parcerias em instâncias institucionais por meio das escolas da rede pública das regiões que constituem os espaços de atuação do Programa. Nesse sentido, insere-se no esforço nacional de enfrentamento à exclusão das classes populares ao ensino superior e técnico, potencializando seu ingresso nestas instituições. Assim, nas instâncias evidenciadas, almeja-se a democratização dos espaços formativos institucionalizados por meio de uma postura crítica e emancipadora. Por meio da Educação Popular, o PAIETS auxilia na responsabilidade social assumida com a comunidade.

**Palavras-chave:** Acesso; Permanência; Educação Popular.

### **PRIMEIRAS PALAVRAS**

O PAIETS é um Programa de inclusão social, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que tem três frentes de atuação: 1) No acesso ao ensino superior junto aos Pré-Universitários Populares. 2) Na permanência de sujeitos oriundos de comunidades quilombolas e indígenas no espaço acadêmico. 3) No acesso à Pós-Graduação. Desse modo, na primeira frente o Programa agrupa Cursos Pré-universitários Populares voltados ao ingresso nos ensinos superior e técnico, configurando-se como um movimento articulador entre as comunidades urbanas periféricas, por meio da busca ao direito do ingresso das camadas populares nos espaços educativos historicamente destinados às camadas mais abastadas. Nesse processo de luta pelo acesso à universidade, acadêmicos de graduação, pós-graduação, além de docentes e colaboradores graduados, desenvolvem práticas educativas de diferentes áreas do conhecimento que auxiliam no preparo ao ENEM.

Encontram-se vinculados ao Programa sete cursos Pré-Universitários Populares no município do Rio Grande/RS, que estão em desenvolvimento nas vilas e bairros populares da cidade. São eles: Paideia; Maxximus; Fênix; Acreditar; Quinta Superação; Esperança e Povo Novo. Além disto, um curso Pré-Universitário Popular em São José do Norte/RS, Ousadia Popular; um curso Pré-Universitário Popular em Capão do Leão/RS, Curso Up e um curso Pré-Universitário Popular em Santo Antônio da Patrulha/RS, Super Ação Comunitária (Saci).

Com relação à reivindicação pela permanência dos sujeitos oriundos das comunidades tradicionais indígenas e quilombolas no espaço acadêmico, desde 2012, em coerência com a Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que trata da Política de Cotas, o PAIETS Indígena e Quilombola surge como demanda voltada ao acolhimento e à permanência de estudantes indígenas e quilombolas. Nesse sentido, as práticas do Programa visam realizar um acompanhamento desses estudantes por meio de oficinas. Esses encontros emergem a partir da demanda em relação aos desafios enfrentados pelos educandos ao adentrar a Universidade, trabalhando a partir das suas necessidades, para uma melhoria no seu desempenho como graduandos.

A respeito do acesso à Pós-Graduação, o PAIETS também promove, a partir da parceria com o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas: Nós do Sul, um curso de preparação que visa auxiliar as camadas populares para as etapas do processo seletivo de mestrado e doutorado na área de ciências humanas.

Nesse rumo, as ações do PAIETS, no que concernem aos pressupostos epistemológicos, apostam na democratização do ingresso e permanência à universidade como direito, entendendo que através da inserção participativa e crítica de sujeitos, que historicamente estão à margem da sociedade, é que alcançaremos a transformação social que almejamos. Além disso, é um Programa que envolve vários setores da sociedade civil como movimentos sociais, organizações e coletivos populares. Da mesma forma, o PAIETS representa um movimento que articula parcerias em instâncias institucionais por meio das escolas da rede pública das regiões que constituem os espaços de atuação do Programa.

Assim, nas três instâncias evidenciadas, almeja-se a democratização dos espaços formativos institucionalizados, por meio de uma postura crítica e emancipadora. Pela Educação Popular, o PAIETS auxilia na responsabilidade social assumida pela FURG com a comunidade.

## **METODOLOGIA**

Na atual estrutura de nossa sociedade, são notórias as contradições da lógica capitalista existentes no processo educativo, principalmente no que concerne à luta cotidiana da camada popular para ter acesso, permanecer na universidade e concluir seus estudos. A lógica do capital promove a necessidade de os sujeitos ingressarem cedo no mercado de trabalho e, desse modo, é impossibilitada a continuidade de escolarização de muitos, acarretando a dificuldade de que, ao vivenciarem as demandas do trabalho, deixam para trás o sonho de continuar seus estudos.

Nesse contexto de desigualdade social que permeia a educação, é possível entender que a classe opressora foi quem induziu muitos dos sujeitos das classes populares a permanecerem fora dos processos educativos formais, e, com isso, não terem a oportunidade de acesso e permanência nas instituições de ensino. Por conta das dificuldades de adequação ao sistema educativo capitalista, jovens e adultos têm seus direitos negligenciados e são marginalizados, servindo ao sistema como mão-de-obra de forma alienada.

Assim, a educação hoje é utilizada na formação de jovens para o mercado de trabalho, ou seja, o ensino visa uma instrução que atenda às demandas mercadológicas. Isso nos leva a refletir também a respeito do quão alta é a assimetria entre o capital e o trabalho, pois temos desemprego por falta de mão de obra de um lado e no outro temos oferta de empregos com salários baixíssimos e predominantemente árduo.

Tal situação ocasiona, nas escolas públicas de ensino médio e fundamental, a desesperança dos professores com possibilidades de alteração deste quadro, e conseqüentemente, possibilidades de acesso de seus educandos ao ensino superior. Em decorrência desses fatores, é que o PAIETS se apresenta como proposta de Educação Popular emancipadora de sujeitos que vivem em condições menos favorecidas.

Brandão (2006, p.89) compreende e sugere que “a Educação Popular não é uma atividade pedagógica para, mas um trabalho coletivo em si mesmo”. E, nesse sentido, está intrínseca a aposta nos sujeitos protagonistas de suas histórias, que buscam em suas lutas cotidianas superar a lógica de um sistema que não acredita nas condições de emancipação do sujeito. E uma dessas lutas é a concretização da esperança de ingressar no ensino superior, entendendo-o como um dos espaços de direito, possível de ser trilhado.

Dessa forma, as ações desenvolvidas pelo PAIETS acontecem a partir de uma vertente integradora, que articula diversas instâncias da sociedade civil (como coletivos, organizações comunitárias e movimento sociais), bem como esferas institucionais do Estado (escolas da rede pública). As atividades – ações de extensão interdisciplinar – articulam apoio pedagógico e formação dos educadores sob a perspectiva da cidadania, da educação ambiental e dos direitos humanos.

Com efeito, o Programa realiza espaços dialógicos que buscam problematizar o âmbito do mundo do trabalho, reconhecendo as áreas de conhecimento e apresentando tais possibilidades aos sujeitos que buscam ingressar no ensino superior. Desse modo, são desenvolvidas ações individuais em cada um dos cursos e atividades gerais com o envolvimento de todos/todas. Trabalhamos na construção e disponibilização de materiais que enfoquem o conjunto geral dos conteúdos desenvolvidos ao longo dos cursos. Desenvolvemos nossas práticas educativas no PAIETS focadas no ENEM, a partir dos campos ou áreas do saber.

Tendo em vista que temos como horizonte ontológico a indissociabilidade entre as ações de pesquisa, ensino e extensão, as práticas desenvolvidas pelo programa, nos contextos populares, têm o compromisso de assegurar as características extensionistas. Logo, tanto as atividades de ensino como pesquisa partem da extensão, compreendendo que o processo de ensino e pesquisa na interface com a realidade vivenciada é qualitativamente mais rico e com potencialidades formativas mais relevantes pedagogicamente.

Ao realizar a pesquisa a partir das ações extensionistas, é possível o surgimento de novas práticas de ensino (num contexto de Educação Popular). Dessa forma, o PAIETS e a Universidade promovem a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. A educação cumpre sua função de ultrapassar o campo institucional ao evidenciar, como cenário de pesquisa, espaços de sujeitos oprimidos historicamente, abrindo uma nova perspectiva de se fazer ciência: uma ciência que não tolhe as possibilidades de homens e mulheres, mas que encontra viabilidade de inovação nas esferas materiais e culturais.

Até o momento, as práticas construídas no Programa resultaram em seis livros publicados, os quais divulgam as pesquisas realizadas nos contextos empíricos que constituem o PAIETS, bem como os estudos no âmbito da Educação Popular.

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

A experiência germinal de cursos pré-universitários populares na cidade do Rio Grande/RS data no ano de 2000 com a organização do curso Utopia (que deu origem ao atual Paideia), o qual fora engendrado por estudantes do curso de História da Universidade Federal de Rio Grande, entre outros, que vinculados à comunidade, articularam-se formando um curso de preparação para o ingresso dos estudantes oriundos das camadas populares no ensino superior.

Além dessa organização, mais tarde surgem outros espaços com este mesmo propósito, como o Pré-Universitário Popular Acreditar (o sol nasce para todos). Cumpre registrar que foi um processo que teve como incentivo a experiência que ocorria na cidade vizinha de Rio Grande: o curso pré-vestibular Desafio, o qual era organizado por estudantes da Universidade Federal de Pelotas desde os anos 90.

Com o passar dos anos, novas experiências foram sendo criadas em diferentes comunidades periféricas da cidade. Por meio destes primeiros contextos de Educação Popular, em diversos bairros do município de Rio Grande, o PAIETS surgiu como uma proposta inicialmente em forma de projeto, passando a condição de Programa de Extensão contemplado no Edital 06/2007 do Programa de Extensão Universitária (PROEXT/MEC), com a finalidade de articular estes pré-universitários populares que emergiam na segunda metade dos anos 2000. A partir do ano de 2007, é aprovado o Programa de Auxílio ao Ingresso nos Ensinos Técnico e Superior na FURG, visando contribuir na criação e manutenção de diversos cursos voltados à luta de ingresso da comunidade popular ao ensino técnico e superior públicos.

O PAIETS buscava congregiar tais experiências no horizonte da Educação Popular, objetivando a partilha dos êxitos e dos desafios presentes nos distintos contextos. Sobretudo, a proposta tinha como intuito fortalecer as experiências na luta pelo acesso à universidade, mantendo e respeitando a autonomia de cada um dos cursos, os quais funcionavam em parceria com a comunidade geral.

Cabe destacar que a perspectiva de Educação Popular parte da construção junto às camadas populares, a partir de seus contextos, com o propósito de transformação política e social, tendo como foco a disputa pelo exercício à cidadania. Nesse sentido, “a educação Popular, postula, então, o esforço de mobilizar e organizar as classes populares com o objetivo de conceber um poder popular” (FREIRE, 1996, p.51). Assim, a Educação Popular pressupõe intencionalidade emancipatória. Essa emancipação ocorre por meio do diálogo que conduz os sujeitos à visão crítica acerca das relações sociais de produção que perpetuam discursos e práticas, as quais tendem a homogeneizar os educandos.

Nesse sentido, ao longo do ano, são organizados encontros formativos, como aula inaugural do PAIETS, encontro de formação de educadores, feira das profissões, aulão de dicas para o ENEM, além da formação in loco nos contextos, por meio da atuação de um bolsista. Essas atividades emergem a partir da necessidade da formação permanente e qualificada nos contextos educativos, de modo que o PAIETS tem uma proposta político-pedagógica bem definida. As ações se fortalecem na medida em que são promovidos encontros de formação coletiva, unificando educadores e garantindo a unidade do horizonte epistemológico, na diversidade de ações e contextos.

As vivências que emergem neste percurso do Programa são indispensáveis para a compreensão do alcance do trabalho coletivo junto à comunidade, evidenciada pelo reconhecimento que recebeu ao conquistar o primeiro lugar, em âmbito nacional, como referência extensionista de relevância, juntamente a outros dois projetos,

Mas para além dessa premiação, o PAIETS identifica sua consolidação e pertinência na luta por uma universidade mais justa e democrática, bem como na construção de uma sociedade mais humana e igualitária, ao reconhecer as histórias de vida dos sujeitos que contribuem para sua (re)existência.

As contribuições para universidade e sociedade estão embasadas na possibilidade de formação crítica dos sujeitos das camadas populares que estudam nos contextos de atuação do PAIETS, bem como demonstram a aproximação do espaço acadêmico a essa população que ainda não ingressou no ensino superior. Assim, as contribuições emergem ao salientarmos a pertinência de uma prática ética e responsável nas comunidades populares nas quais o Programa está inserido. A postura comprometida nessas ações traduz a responsabilidade social da universidade.

Compreendemos, portanto, que o ingresso e a permanência desses sujeitos, na Universidade, representa a ampliação da luta pela justiça social. Os cursos trabalham em favor da luta dos oprimidos, sendo a formação humana, presente em cada contexto, o diferencial que nutre as expectativas de um projeto de sociedade menos desigual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se ressaltar, na perspectiva do que foi dito, a importância do PAIETS para uma sociedade mais justa, a qual reconheça as diferenças no horizonte dialógico, crítico e esperançoso. Durante todos estes anos de atuação, passaram pelos contextos do Programa diversos educandos encharcados de sonhos, o que torna possível afirmar a relevância social que exerce na nossa sociedade.

O PAIETS tem na extensão universitária a possibilidade de reivindicar não só uma academia mais democrática e popular, como um mundo mais igualitário. Contudo, a caminhada só é possível junto aos sujeitos que atuam no horizonte da superação dos limites impostos frente ao modelo hegemônico. Estes protagonistas partem da comunidade geral que acolhe os contextos de atuação do Programa, as escolas públicas que sediam os cursos, os educandos que acreditam no trabalho realizado e que participam da construção destes espaços, os educadores populares, que não carregam um frágil sentido de voluntarismo<sup>1</sup>, mas compreendem-se como sujeitos dispostos a aprender com o outro na luta pela defesa à educação de todas as pessoas.

É possível afirmar que a maioria dos egressos do Programa são indivíduos conscientes de sua responsabilidade social no contraponto à lógica opressora. Lideranças, representantes de movimentos sociais estudantis e demais movimentos populares, profissionais comprometidos com os aspectos da comunidade, são sujeitos que se formam nos contextos do PAIETS.

Assim, é preciso destacar que o Programa é nutrido pelos sonhos dos inconformados com as desigualdades e com as opressões, que, ao buscarem uma sociedade mais justa por meio da garantia dos direitos conquistados pelo povo, acreditam e trabalham em favor da humanização e transformação social.

## **REFERÊNCIAS**

BRANDÃO, Carlos R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Coleção 318, Primeiros Passos, Brasiliense. 2006.

---

<sup>1</sup> Vinculado a ideia de caridade ou a *falsa generosidade*, termo cunhado por Freire (1987).

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 21 de mai. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra. 1996.



## ARTIGO 18

### AÇÕES DE EXTENSÃO DO LAPIL – LABORATÓRIO DE ALFABETIZAÇÃO E PRÁTICAS DE INCENTIVO À LEITURA

Área temática: Educação

Silvana Maria Bellé Zasso<sup>\*</sup>; Gabriela Medeiros Nogueira<sup>\*\*</sup>;  
Carmen Regina Gonçalves Ferreira<sup>\*\*\*</sup>; Paula Pires da Silva<sup>\*\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Professora Dra. da Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Educação, Coordenadora do LAPIL e das atividades de extensão.

<sup>\*\*</sup> Professora Dra. da Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Educação (Vice coordenadora do LAPIL).

<sup>\*\*\*</sup> Professora Pós-doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação – PPGedu/IE da Universidade Federal do Rio Grande.

<sup>\*\*\*\*</sup> Professora Me. Alfabetizadora da Rede Municipal de Ensino de Rio Grande e colaboradora do LAPIL, cedida pela SMEd – Secretaria de Município da Educação.

## **AÇÕES DE EXTENSÃO DO LAPIL – LABORATÓRIO DE ALFABETIZAÇÃO E PRÁTICAS DE INCENTIVO À LEITURA**

Silvana Maria Bellé Zasso; Gabriela Medeiros Nogueira;  
Carmen Regina Gonçalves Ferreira; Paula Pires da Silva

### **RESUMO**

Este artigo apresenta as ações de extensão desenvolvidas no Laboratório de Alfabetização e Práticas de Incentivo à Leitura – LAPIL. É um projeto de extensão, vinculado ao Instituto de Educação – IE e tem por objetivo atuar em prol da consolidação do campo da alfabetização na FURG, no que se refere à produção de jogos, materiais didáticos e metodologias inovadoras para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Também, tem por propósito constituir-se num espaço acadêmico com propostas significativas para a formação continuada aos professores alfabetizadores do município e da região. Além disso, realiza-se periodicamente contação de histórias em espaços escolares e não escolares como estratégia de incentivo à leitura. No ensino, atua por meio de grupo de estudo de temáticas referentes à alfabetização e na elaboração de recursos didáticos e metodologias; na pesquisa, investigam-se temáticas como planejamento; práticas de leitura e o exercício da profissão docente de alfabetizadores em início da carreira.

**Palavras-chave:** Laboratório; Alfabetização; Ações de Extensão.

### **INTRODUÇÃO**

O Laboratório de Alfabetização e Práticas de Incentivo à Leitura – LAPIL, criado em 2017, é um projeto de extensão, vinculado ao Instituto de Educação e tem por objetivo atuar em prol do fortalecimento do campo da alfabetização na FURG, no que se refere à produção de jogos, materiais didáticos e metodologias inovadoras para a alfabetização de crianças, jovens e adultos. Também, tem por propósito constituir-se em um espaço acadêmico com propostas significativas para a formação inicial e continuada dos professores alfabetizadores do município, da região e para os acadêmicos dos cursos de Licenciatura, em especial, do curso de Pedagogia da FURG. Além disso, tem a contação de histórias como uma estratégia de incentivo à leitura voltada para crianças, por meio de diferentes ações tanto em escolas, como em outros espaços educativos.

Configura-se em um espaço acadêmico, bem como, em um lugar de vivências pedagógicas para professores da rede pública e pesquisadores, estudantes da graduação e da pós-graduação e, também, em um ambiente de reflexões sobre práticas de incentivo à leitura, especialmente a leitura literária. As ações realizadas no LAPIL são articuladas com o Núcleo de Estudos em Educação de Jovens e Adultos e Alfabetização – NEEJAA e o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE, bem como, com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização e Letramento – GEALI. Neste momento, o laboratório conta com uma equipe constituída pela coordenação, uma professora da rede municipal cedida 20hs, uma bolsista de extensão e uma professora pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação – PPGedu/IE da FURG.

O LAPIL, além das ações de extensão, congrega ações de ensino e de pesquisa, as quais estão articuladas em seus objetivos e propósitos, já que as ações de extensão geram elementos e dados para as pesquisas em andamento, bem como os momentos proporcionados pelas atividades extensionistas geram conhecimentos e se tornam um grande laboratório de ensino e aprendizagem para os acadêmicos envolvidos.

Atualmente é desenvolvido pela equipe do LAPIL duas grandes ações de extensão: a formação continuada de alfabetizadoras, que estão sendo desenvolvidas em dois municípios gaúchos, organizadas em três ações pontuais na modalidade semipresencial e as atividades de incentivo à leitura e contação de histórias em espaços educativos formais e não formais (2017).

Nas ações de ensino e pesquisa, articuladas à extensão, destacamos, no Ensino: i) a constituição de um grupo de estudo sobre conhecimentos que envolvem a prática alfabetizadora, junto às acadêmicas do curso de Pedagogia; As temáticas estudadas derivam dos interesses provenientes do grupo, bem como das necessidades emergentes a serem trabalhadas nos grupos de formação com as alfabetizadoras e ii) a produção de jogos e recursos didáticos produzidos e analisados, seus fundamentos e objetivos para a ação alfabetizadora. Estes recursos são utilizados e produzidos para serem objetos de estudo e utilizados como referência nas ações de extensão realizadas pela equipe formativa do LAPIL. Já nas ações de Pesquisa citamos: i) professores Iniciantes na Carreira do Magistério: desafios e perspectivas (2016), a qual tem como sujeitos de pesquisa um grupo de professoras novas na carreira que participam do processo de formação continuada oportunizado pelo laboratório; ii) ações de incentivo à leitura na infância em espaços não escolares: uma investigação sobre práticas desenvolvidas no Brasil, no Uruguai, nos Estados Unidos e na Nova Zelândia (2017); e iii) o Planejamento na Alfabetização: implicações na prática pedagógica dos professores (2018).

Estas ações têm permitido a estruturação deste laboratório como uma estratégia para fortalecer e consolidar, cada vez mais, o campo da alfabetização na FURG buscando uma articulação, ainda mais próxima, com a rede de ensino pública e contribuindo na formação dos acadêmicos tanto em nível de graduação como pós-graduação.

## **METODOLOGIA**

O LAPIL, com foco na extensão, vem trabalhando para dar suporte didático pedagógico para o desenvolvimento de ações de formação continuada aos professores da Educação Básica e realizando experiências de contação de histórias para crianças em espaços educativos formais ou não formais.

A Formação Continuada de Alfabetizadoras é desenvolvida em dois municípios gaúchos, organizadas em três ações na modalidade semipresencial:

**A ação 1 – Escolas piloto** – tem por propósito realizar formação continuada de alfabetizadores no contexto de duas escolas públicas municipais em Rio Grande/RS, como uma experiência piloto. Os encontros são realizados na segunda terça-feira de cada mês, um turno em cada escola. A cada encontro estudamos uma temática, aprofundamos teoricamente o tema de forma dinâmica e dialógica no grupo, articulado à prática vivida pelas professoras. Os relatos das experiências enfocam as atividades propostas e a utilização de recursos didáticos e jogos, analisando outras possibilidades como, por exemplo, a leitura deleite como estratégia na formação de leitores e gosto pela leitura.

**As ações Nº 02 e 03 – Grupo de alfabetizadoras** – o grupo realiza encontros bimestrais nas regiões da cidade definidas pelas Secretarias de Educação dos Municípios de Rio Grande e um grupo em Herval, como estratégia de formação continuada para todas as alfabetizadoras. Estas ações estão sendo desenvolvidas desde abril e vão até novembro de 2019 em parceria com as Secretarias Municipais de Educação.

**As ações de práticas de incentivo à leitura** são propostas em diferentes espaços comunitários e envolvem em especial as comunidades advindas de setores desfavorecidos economicamente. Tem acontecido, desde 2017, quando criamos o grupo de contação de histórias: Histórias que Navegam. Dentre as ações desenvolvidas por esse grupo, vinculado ao LAPIL e ao GEALI, citamos os momentos de contação de histórias no Posto Municipal de Saúde do Bolaxa, que ocorre na última quinta-feira de cada mês. Outra ação do grupo neste eixo é o *podcast* do Histórias que Navegam. Trata-se de um banco de dados composto pela leitura de livros de histórias infantis, o qual pode ser acessado em qualquer lugar desde que se tenha *internet*. Estas histórias, em sua grande maioria, são lidas por alunos do Curso de Pedagogia da FURG.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

As ações de formação continuada junto aos professores alfabetizadores da rede pública do município de Rio Grande/RS e Herval/RS, contemplam em torno de 200 alfabetizadores que atuam no ciclo da alfabetização e são realizadas no contexto da escola pública. Buscamos a cada encontro, compreender a dinâmica profissional da sala de aula em sua complexidade numa relação dialógica com as profissionais. Temos como perspectiva fortalecer os saberes da docência, problematizar seus dilemas e dúvidas, bem como potencializar seus acertos, propiciando um movimento de aprendizagem entre os docentes da educação básica e os professores da universidade. Estas ações são desenvolvidas de forma interdisciplinar na medida em que trabalhamos com uma prática de planejamento numa perspectiva de integração curricular, em que diferentes campos de conhecimentos são abordados nos planejamentos da sala de aula. Neste sentido, estas ações impactam, no processo de aprendizagem, em torno de 3000 crianças que estão nas salas de aula dos 1º aos 3º anos do Ensino Fundamental.

Ao discutirmos sobre formação continuada de alfabetizadores nos remetemos a formação inicial desses profissionais. Nas últimas décadas tem-se um movimento de discussão curricular dos cursos de Pedagogia por meio da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação) que insiste na articulação da teoria e prática desde o início do curso, como estratégia para qualificar a formação inicial dos pedagogos. Também, as novas Diretrizes Curriculares para a Formação do Professores da Educação Básica (Res. MEC 02/2015), traz em seus princípios a defesa de uma formação que contemple:

Sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais; **inserção dos estudantes de licenciatura nas instituições de educação básica da rede pública de ensino**; contexto regional; atividades de socialização e a avaliação de seus impactos; Língua Portuguesa e Língua Brasileira de Sinais; questões socioambientais, éticas, estéticas e relativas à diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e sociocultural como princípios de equidade (MEC, 2015, p.5) (grifo nosso).

Nesta direção apontada, o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG tem realizado ao longo dos anos discussões e revisões do percurso formativo destes profissionais. Em 2017, houve uma alteração curricular que mudou o percurso formativo dos pedagogos, colocando a inserção no campo profissional, desde o primeiro semestre, que tem sido considerada fundamental para a construção de uma sólida formação. Neste sentido, entendemos que, além da formação inicial, a continuidade da formação profissional, durante o exercício da docência, se constitui também em um compromisso da Universidade e ter projetos com o objetivo de atender aos alfabetizadores que estão nas escolas da rede pública se faz um importante investimento a ser realizado. Temos por pressuposto que fazer formação continuada de professores no espaço de atuação profissional possibilita reflexões singulares sobre seus dilemas, questionamentos e dúvidas em relação a prática alfabetizadora. Assim, tomamos como metodologia de trabalho a dialogicidade como estratégia de formação e produção de conhecimentos. Os estudos são propostos, tomando as concepções e o relato das práticas por foco de reflexão no grupo, a qual vem contribuindo em direção a uma prática alfabetizadora que garanta a ludicidade da infância, constituindo assim, uma possibilidade de “escuta do outro” profissional, com a intenção de perceber o que aprendemos e o que temos ainda a aprender (IMBERNÓN, 2009).

A articulação que estamos realizando com as Secretarias de Educação dos referidos municípios visa um fortalecimento, cada vez maior, das parcerias estabelecidas já há muitos anos pelo NEEJAA e pelo NEPE com estas instituições. Nos últimos anos, com o Programa de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, do governo federal, esta aproximação ficou ainda maior, quando a FURG assumiu a coordenação de uma região do Estado. No entanto, hoje este programa foi extinto, mas a convicção da importância da formação continuada permanece, pois, estas ações possibilitam, concretamente, interagir com a comunidade, neste caso, com as professoras envolvidas com a assessoria dos anos iniciais das Secretarias Municipais de Educação e as alfabetizadoras em exercício. Esta atividade possibilita, também, compartilhar saberes e promove alianças importantes em prol da qualificação da prática alfabetizadora do município e região.

As ações de práticas de incentivo à leitura implementadas em diferentes espaços comunitários envolvem em especial as comunidades advindas de setores desfavorecidos economicamente e tem acontecido desde 2017. Neste ano, criamos o grupo de contação de histórias: Histórias que Navegam. Dentre as ações desenvolvidas por esse grupo, que está vinculado ao LAPIL e ao GEALI, citamos os momentos de contação de histórias no Posto Municipal de Saúde do Bolaxa, que ocorre na última quinta-feira de cada mês. Enquanto as mães realizam uma atividade de orientação com a enfermeira chefe do posto, as crianças ficam envolvidas na leitura de história. Nesses momentos, buscamos criar um ambiente propício e acolhedor, com tatame, almofadas e alguns adereços. Levamos uma mala cheia de livros para que, além de ouvirem as histórias lidas, as crianças possam ter acesso a diferentes livros de histórias.

Outra atividade que o grupo vem realizando é o *podcast* do Histórias que Navegam. Trata-se de um banco de dados composto pela leitura de livros de histórias infantis, o qual pode ser acessado em qualquer lugar desde que se tenha *internet*, sendo que, também está disponível para *download*. A grande maioria das histórias é lida por alunos do Curso de Pedagogia da FURG, os quais se envolvem no *podcast*, como uma atividade proposta pela disciplina “Metodologia da Alfabetização

para crianças, jovens e adultos”. Com essa ação, estamos conseguindo ampliar o repertório de histórias a serem conhecidas pelos estudantes, professores e pelas crianças de forma considerável.

O LAPIL enquanto um laboratório que tem as ações de formação continuada, como sendo um dos seus principais propósitos, acredita que estas atividades de natureza acadêmica, viabilizam a integração com os demais setores da sociedade, especialmente com a Educação Básica, uma vez que visa promover a formação cidadã, no sentido da formação continuada de docentes mais qualificados, os quais possam propiciar aprendizagens a um maior número de crianças e jovens e adultos em processo de alfabetização, contribuindo na diminuição dos índices de analfabetismos da região.

Nesta direção, as ações de extensão que temos desenvolvido têm permitido transformar a realidade de muitos alunos e professores alfabetizadores, na medida em que estabelecemos uma relação compartilhada de saberes. Na nossa compreensão, o domínio de conhecimentos, como o da leitura e da escrita se constitui numa “ferramenta” importante aos sujeitos envolvidos neste processo, pois o ensinar e o aprender se estendem para todas as dimensões do humano, ao longo da vida.

Ao longo destes últimos três anos, temos investido nas ações de práticas de incentivo à leitura propostas em diferentes espaços comunitários e na ferramenta virtual de contação de histórias que é o *podcast* do Histórias que Navegam, pois acreditamos que o processo de alfabetização precisa articular-se à formação de leitores; temos investido em práticas de incentivo à leitura para crianças em espaços escolares e não-escolares, o que tem trazido retornos interessantes na medida em que estas ações propiciam uma ampliação da visão da leitura, qual seja, não restrita a dimensão pedagógica, mas insistindo na dimensão do prazer como fundamental para formar leitores.

Tendo em vista o papel da universidade em subsidiar e instrumentalizar os acadêmicos e professores da educação básica, bem como construir conhecimento e contribuir com o avanço no campo da alfabetização é que propomos a criação do Laboratório de Alfabetização. Um espaço onde, principalmente, os acadêmicos aprofundem seus conhecimentos e se apropriem das questões tanto teóricas quanto práticas do fazer pedagógico. Esperamos que ao produzir os materiais didático pedagógicos, os estudantes do curso de Pedagogia e outras licenciaturas envolvidas possam analisar os materiais, a função e o papel de cada um quando trabalhado em sala de aula, explicitando os fundamentos que respaldam estes materiais didáticos pedagógicos confeccionados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O LAPIL, se constitui em um espaço de fomento de investigações, as quais aprofundam as discussões e contribuem na produção de conhecimentos no campo da alfabetização. Assim, acontece o movimento dialético da produção do conhecimento no ensino, na pesquisa suscitado pelas ações de extensão impactando na formação do acadêmico e na melhoria e das práticas alfabetizadoras da região de atuação da Universidade.

Temos analisado, junto as Secretarias de Educação e equipe de formação, que as ações que vem se desenvolvendo desde o início deste ano, tem propiciado um movimento em relação às práticas de sala de aula, pois um grupo significativo de professoras alfabetizadoras já tem demonstrado, por meio de depoimentos e fotografias, a inclusão e revisão de atividades, as quais vêm alterando a dinâmica

pedagógica. Podemos destacar aqui, a inclusão da atividade de leitura deleite; a revisão das sequências didáticas propostas e o trabalho diário de desenvolvimento da consciência fonológica. Além disso, as professoras explicitam a necessidade de continuarem revendo as práticas que realizam num movimento de aprendizagem sobre a docência alfabetizadora, pois a participação neste projeto extensionista lhes dá maior segurança e tranquilidade para as atividades propostas em sala de aula porque têm espaço para socializar e aprender junto com o grupo de colegas e professoras da universidade.

Nesta direção, as ações de extensão que temos desenvolvido têm permitido transformar a realidade de muitos alunos e professores alfabetizadores, na medida em que estabelecemos uma relação compartilhada de saberes. Também, elas têm possibilitado concretizar a dinâmica da produção de conhecimento entre extensão, ensino e pesquisa uma vez que as reflexões realizadas suscitam o aprofundamento teórico e metodológico nas três atividades fins da Universidade de forma articulada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 11.274/2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Orientador Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)**, 2017. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/documento-orientador-2017>. Acesso em: nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Formação do professor alfabetizador. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Res. CNE/CP 02/2015. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior e para a Formação Continuada**.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado**: novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

## ARTIGO 19

### EMPREGO DAS TECNOLOGIAS DE PROTOTIPAGEM NO DESENVOLVIMENTO DE EXPERIMENTOS DE FÍSICA E ASTRONOMIA

Área temática: Educação

Suzielli Martins Mendonça<sup>+</sup>; Caroline Vanessa Bauman Berti<sup>+</sup>;  
Bruno Peruchena Brechane<sup>+</sup>; Gutemberg Conrado<sup>+</sup>; Aline Guerra Dytz<sup>+</sup>;  
Matheus Jatkoske Lazo<sup>\*\*</sup>; João Francisco Prolo Filho<sup>\*\*</sup>; Everaldo Arashiro<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>+</sup> Discente do curso de Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>\*\*</sup> Docente do Instituto de Matemática, Estatística e Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

<sup>\*\*\*</sup> Coordenador, docente do Instituto de Matemática, Estatística e Física da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.



## **EMPREGO DAS TECNOLOGIAS DE PROTOTIPAGEM NO DESENVOLVIMENTO DE EXPERIMENTOS DE FÍSICA E ASTRONOMIA**

Suzielli Martins Mendonça; Caroline Vanessa Bauman Bertti;  
Bruno Peruchena Brechane; Gutemberg Conrado; Aline Guerra Dytz;  
Matheus Jatkoske Lazo; João Francisco Prolo Filho; Everaldo Arashiro

### **RESUMO**

A Física é habitualmente vista como uma das disciplinas mais difíceis e onde os alunos encontram as maiores dificuldades no seu aprendizado. Parte desse problema é porque a Física embora tenha um caráter experimental, tem a grande maioria de suas aulas ministradas de maneira apenas teórica, dando ênfase a conceitos e leis. Já a Astronomia, embora desperte a fascinação de quase todo estudante, não tem suas observações práticas muito exploradas, deixando o seu ensino restrito, na maioria das vezes, à ambientes acadêmicos. Tais fatores acabam por desmotivar e afastar as pessoas do conhecimento científico. Esse projeto de extensão tenta reverter a situação instigando professores e alunos da educação básica, bem como a comunidade em geral, através de oficinas e exposições, a verem a Física e a Astronomia como algo mais próximo do seu cotidiano, de uma forma mais prática e atraente, utilizando tecnologias como a da prototipagem rápida (impressoras 3D) e a prototipagem eletrônica (arduino) para criar experimentos em um processo contínuo de transformação de conhecimento teórico em experimentos lúdicos.

**Palavras-chave:** Tecnologias de prototipagem; Física; Escola; Oficina; Ciência Extensionista.

### **INTRODUÇÃO**

As práticas de ensino e aprendizagem vivenciadas tanto em ambientes formais de ensino, como escolas, ou informais, estão entre as atividades mais antigas do mundo. Segundo Blikstein (2013), um professor do século XVI facilmente se adaptaria às práticas de ensino atuais, embora tivesse que fazer um grande esforço para compreender nossos avanços no conhecimento. É fácil entender essa afirmação se levarmos em consideração que a forma de educar e ensinar nas escolas pouco mudou.

Blikstein (2013) ainda cita que os métodos de ensino há séculos eram baseados em memorização e em procedimentos teóricos, fatores que ainda atualmente são vistos e muito presentes principalmente nos métodos de aprendizagem. O ensino de ciências como é ministrado em muitas escolas de ensino médio constitui-se, na visão da maioria dos alunos, em um conjunto de fórmulas a serem decoradas para resolver problemas, sem que os fenômenos científicos sejam evidenciados, analisados e compreendidos.

Dentre os inúmeros fatores que têm causado essa deficiência na relação ensino aprendizagem (alguns fora do âmbito da educação em si, como justiça social, distribuição de renda, etc.), destaca-se a dificuldade atual em se trabalhar o ensino das Ciências de forma a proporcionar ao aluno a vivência do método

científico (DELIZOICOV; ANGOTTI, 1994): a observação, a indução e a experimentação. Dentre esses elementos, um deles está em pior situação com relação aos demais: a experimentação. Um argumento para a não existência de aulas práticas nos colégios estaria no fato de que essas atividades demandam recursos de que as escolas não dispõem para a aquisição e a instalação de equipamentos de laboratório.

Contudo, algumas iniciativas tomadas pelo próprio grupo Ciência Impressa 3D (CIÊNCIA IMPRESSA 3D, 2019) do Instituto de Matemática, Estatística e Física (IMEF), têm demonstrado que com o auxílio das tecnologias de prototipagem rápida (impressão 3D) e de prototipagem eletrônica (arduinos) é possível produzir experimentos didáticos customizados de baixo custo (MENDONÇA, 2019).

Este projeto de extensão conta com o envolvimento de alunos da universidade e com professores e alunos da rede pública de ensino, tendo como objetivo desenvolver ações de incentivo ao ensino, à pesquisa e à extensão, integrando as áreas da Física e da Astronomia. Deste modo, contribui para o processo de qualificação do profissional da educação, para o estreitamento das relações entre a Universidade e as escolas, assim como para a produção científica no campo da Física. Assim sendo, esta atividade extensionista possibilita a produção de materiais didáticos voltados para a área da Física e Astronomia, com o auxílio da prototipagem rápida e eletrônica. Além disso, permite o empréstimo destes recursos didáticos aos professores da Educação Básica da cidade de Rio Grande, minimizando a falta de recursos nas disciplinas de Física e proporcionando o uso de tais materiais em eventos locais, podendo assim promover a alfabetização científica da comunidade.

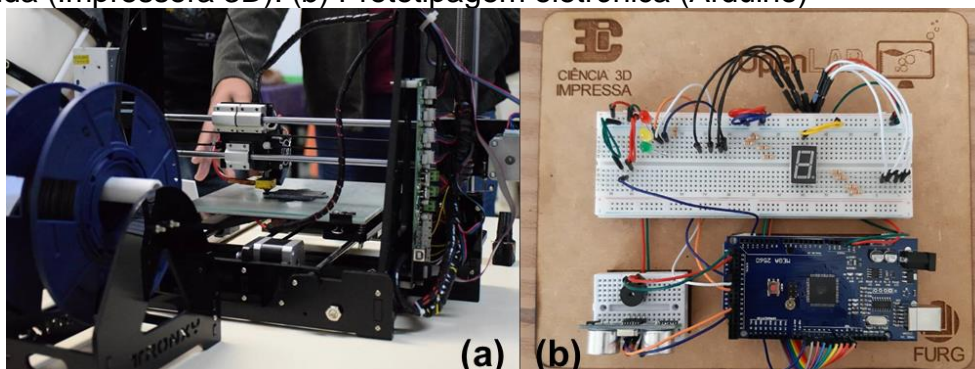
## **METODOLOGIA**

Os professores da rede pública de Ensino Básico foram convidados para participar de oficinas com os alunos extensionistas. Com uma abordagem de trabalho coletivo e de maneira prática, desde a escolha do problema a ser analisado – dentro Física/Astronomia – que gostariam de abordar nas escolas, passaram pelo planejamento do experimento até a sua construção. Foram empregadas duas recentes tecnologias para a construção dos experimentos didáticos: a prototipagem rápida e a prototipagem eletrônica.

A tecnologia das impressoras 3D, também denominadas por máquinas de Prototipagem Rápida, vem se desenvolvendo ao longo do tempo e mudando o modo de fabricação de objetos. O nosso laboratório, Ciência 3D Impressa, faz uso da tecnologia de deposição de polímero fundido (Figura 1a), também conhecida por FDM (*Fused Deposition Modeling*) ou FFF (*Fused Filament Fabrication*), na qual um filamento termoplástico é forçado ao longo de um bico de extrusão aquecido (RAULINO, 2011).

Já o arduino (Figura 1b) é um conjunto de ferramentas de prototipagem eletrônica *open source* que visa tornar mais fácil a implementação eletrônica em equipamentos. A placa básica do Arduino possui uma série de sensores, o que permite a integração com outros dispositivos e a interação com outros aparelhos.

**Figura 1** – Alguns dos equipamentos de prototipagem utilizados para a produção dos produtos para o ensino de Física e Astronomia. (a) Prototipagem rápida (Impressora 3D). (b) Prototipagem eletrônica (Arduino)



Fonte: Os autores

Assim, temos o uso das tecnologias de prototipagem rápida e eletrônica como grande facilitador para a confecção de produtos customizados, principalmente pelo seu custo mais baixo e pela grande capacidade que se tem de personalização com estes recursos. Se torna ainda uma oportunidade de aprendizado, sendo uma utilização prática do método de teste de hipóteses de modo a exercitar habilidades e conhecimentos. Permite também que professores e alunos possam colocar suas ideias em prática, protagonizando sua jornada de aprendizado através de expressões experimentais.

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

Em associação com professores de Física de algumas escolas do ensino básico da cidade de Rio Grande e região, foi feito um levantamento geral dos tópicos que seriam interessantes para serem trabalhados através de experimentos em suas aulas. Estes mesmos professores foram convidados para participarem do desenvolvimento de alguns dos experimentos selecionados e/ou sua aplicação nas suas turmas, em conjunto com os alunos da graduação em Física participantes do projeto.

As oficinas foram desenvolvidas contemplando a utilização de recursos digitais (softwares e aplicativos de celular), tecnológicos (prototipagem rápida e prototipagem eletrônica) e de atividades experimentais, buscando tornar a oficina atrativa, dinâmica e interessante.

Os encontros para o desenvolvimento e criação dos experimentos foram no Laboratório Ciência Impressa 3D (Ci3D) do Instituto de Matemática, Estatística e Física (IMEF) da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Laboratório este que tem como uma de suas atividades contribuir na criação e desenvolvimento de forma mais personalizada, rápida e com menor custo de peças e produtos personalizados de materiais didáticos para o ensino de Física e Astronomia.

A partir desses encontros foram desenvolvidos alguns experimentos aplicados à Física e à Astronomia, com o intuito de ensinar de forma mais dinâmica alguns conteúdos científicos. Tomando o cuidado de analisar as necessidades específicas de cada área da Física, bem como nas suas aplicações, como na Astronomia.

Para o estudo de cinemática e a composição de movimento foi construído um canhão de Gauss (figura 2a) que, com o auxílio de um sensor de detecção

de som implementado com o arduino ou com um *smartphone* e, também, em conjunto com o aplicativo *Phyphox*, torna possível a determinação da aceleração da gravidade (AVELANEDA, 2018).

Foi desenvolvido um kit de estudo de ondas mecânicas constituído de autofalante, amplificador montado a partir de sucata eletrônica, tubo de PVC e placas planas. Um celular pode ser usado como frequencímetro (SILVEIRA, 2019) e assim determinar as frequências de ressonância de ondas estacionárias sonoras (Figura 2b), de ondas estacionárias em cordas, além de ressonâncias em placas planas (BERTONCELLI, 2018).

Para o estudo do eletromagnetismo foi construído uma bobina de tesla (figura 2c), que é um projeto de fácil execução, se seguidas as orientações de construção adequadamente (BAUMAN BERTTI, 2018). E com ele pode-se abordar a indução eletromagnética, corrente contínua/alternada, capacitância, rigidez dielétrica do ar, campo eletromagnético, a relação de altas tensões com as altas frequências, emissão de ondas de rádio, circuitos ressonantes, ionizações de gases, dentre outros, ou seja, foi possível então abranger o conteúdo de eletromagnetismo quase em sua totalidade com alguns experimentos.

**Figura 2** – Alguns dos produtos feitos pelo laboratório Ciência 3D Impressa para o ensino de Física. (a) Canhão de Gauss para a determinação da aceleração da gravidade. (b) Tubo de ondas sonoras. (c) Bobina de Tesla



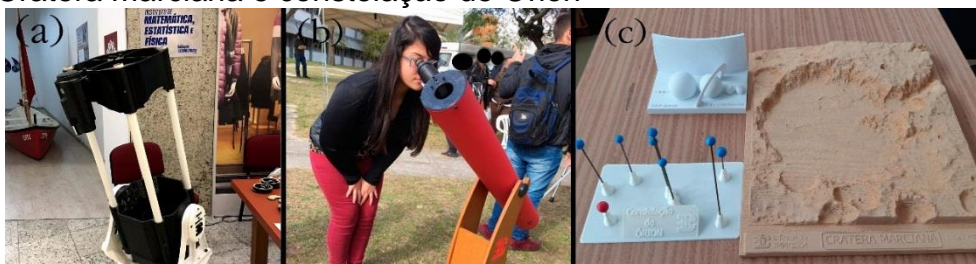
Fonte: Os autores

Sabendo que a Astronomia é pouco explorada no ensino básico, tendo como um dos motivos a dificuldade de aquisição de telescópios de boa qualidade e de custo acessível, foi decidida pela construção de dois telescópios, um para observação noturna (Figura 3a) e outro para observação diurna (Figura 3b). Entre as várias montagens de telescópios foi decidida pela construção do telescópio refletor newtoniano, que é de simples montagem além de proporcionar boas imagens. O telescópio newtoniano possui como lente objetiva (aparato que capta a luz dos objetos para formar a imagem no foco) um espelho de superfície côncava e esse espelho é chamado de espelho primário ou espelho principal que recebe a luz do exterior, estando esse espelho no fundo de um tubo (TEXEREAU, 1984). A luz é refletida para um pequeno espelho de superfície plana, chamado de espelho secundário, que está na diagonal, que por sua vez reflete a luz para a ocular, permitindo a observação na direção perpendicular ao eixo do tubo. A construção dos telescópios possibilitou o estudo tanto de ótica (através da reflexão da luz em suas lentes) quanto da própria Astronomia.

Ainda no ensino de Astronomia foi desenvolvido uma representação do Sistema Solar, e da constelação de Orion em alto relevo (Figura 3c). Com eles também é possível o estudo de proporções, no Sistema Solar com a comparação

de tamanho entre os planetas que o compõem, já na constelação a separação em anos luzes entre as estrelas. Estes dois produtos juntamente com a representação topográfica de uma cratera marciana (Figura 3c) podem ser úteis no ensino de pessoas com deficiência visual (ARASHIRO, 2018), por permitirem a discriminação de detalhes através do toque.

**Figura 3** – Alguns dos produtos feitos pelo laboratório Ciência 3D Impressa para o ensino de Astronomia. (a) Telescópio newtoniano (b) Telescópio solar (c) Cratera marciana e constelação de Órion



Fonte: Os autores

O presente projeto tem possibilitado a construção coletiva de conhecimento através de iniciativas investigativas e da experimentação desses e de outros produtos educacionais, assim como a sua implementação no contexto escolar. Sua aplicação nas escolas pode proporcionar, segundo relatos dos próprios professores participantes, uma maior interação entre eles e seus alunos por meio da experimentação. Foi também uma maneira mais lúdica de ensinar conteúdos aos alunos, funcionando como uma lente para que estes consigam enxergar na prática a teoria ensinada pelos livros didáticos e apostilas de Física e de Astronomia.

Houve também um retorno por parte dos professores acerca do exercício do pensamento crítico dos alunos, por serem atividades desenvolvidas em grupo, onde se fez necessária a colaboração dos alunos para a solução do problema proposto. Desta forma, as atividades não se restringiram à construção de conhecimento em Física, mas se estenderam ao alicerce da criação da troca de conhecimento entre alunos, com as suas mais variadas preferências e atividades contribuindo para a proposta e sua conclusão. Desta forma, todos os integrantes do grupo puderam participar da atividade e se sentir incluídos no processo.

**Figura 4** – Algumas das atividades desempenhadas pelo Ciência 3D Impressa. (a) Oficina com alunos do ensino básico. (b) Oficina com professores do ensino básico. (c) Exposição do laboratório durante a Trilha Multicultural da FURG



Fonte: Os autores

Por parte dos alunos extensionistas, houve menções de que o contato com os professores e alunos do Ensino Básico durante as oficinas – sendo este um público distinto daquele que estavam habituados a lidar dentro da Universidade –



aumentou a compreensão de como se dá o processo de ensino e aprendizagem, além de como as atividades práticas (em conjunto com as ferramentas de prototipagem rápida e eletrônica) podem potencializar a compreensão dos fenômenos da física.

A experiência extensionista dentro do Laboratório Ci3D da FURG resultou em uma reaproximação dos docentes da rede básica de ensino com a Universidade, possibilitando uma troca de conhecimento através da experimentação e inovação dentro e fora do ambiente de aplicação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este é um trabalho em constante atualização, com um crescente acervo de experimentos de Física e Astronomia através da colaboração de professores e alunos da universidade e de escolas de Ensino Básico. Tais experimentos vêm sendo empregados em algumas escolas da região de Rio Grande – RS. O projeto também tem contribuído para o desenvolvimento de dissertações do Mestrado Profissional em Ensino de Física, que tem como foco o desenvolvimento de produtos educacionais, a implementação desses produtos em sala de aula, práticas docentes e extensionista para a implementação de novas metodologias a serem utilizadas pela comunidade docente da região, e o relato de experiência dessa implementação.

Dentre a vasta gama de aplicações nas quais o projeto vem sendo aplicado, este tem conseguido criar condições para que os professores de Ensino Básico da região de Rio Grande possam modificar sua postura em relação ao ensino de Física e Astronomia, passando de meros repassadores de fórmulas ou conceitos, para agentes ativos do conhecimento científico.

Além de oficinas de construção de experimentos com alunos (figura 4a) e professores de Física e Ciências da rede pública de ensino (figura 4b), muitos dos produtos foram levados à diversos eventos, promovendo de forma atraente a alfabetização científica da comunidade. Eventos como a trilha Multicultura (figura 4c) e Caravanexc ambas organizadas pela PROEXC – FURG; a Feira de Inovação Tecnológica ocorrida nas dependências do Partage Shopping e a Feira do Livro da FURG na tenda da Noite das Ciências, sempre com expressiva participação da comunidade riograndina.

Vale mencionar que os acadêmicos extensionistas participantes do projeto também foram beneficiados com a convivência com a realidade social e prática profissional. Tiveram de repensar a Física para torná-la mais atraente, precisando para isso aprofundar o seu conhecimento na disciplina e nos interesses e dificuldades dos alunos da rede pública de Ensino Básico.

A partir dos fatores apresentados, são mostrados alguns dos principais motivos que fazem com que esse projeto de extensão, que emprega a tecnologia de prototipagem para o desenvolvimento de experimentos de física e astronomia, seja relevante. Iniciando pela formação dos alunos graduandos do projeto, estendendo-se aos professores da Educação Básica (que tiveram o contato com a Universidade por meio das oficinas), aos estudantes da Educação Básica que vivenciaram de forma lúdica alguns conceitos de Física e Astronomia, bem como a população em geral através da alfabetização científica por meio de eventos e feiras de exposição. Além do fato de que a própria Universidade ampliou suas pesquisas nessa área, auxiliados pelos materiais didáticos disponíveis e pelo conhecimento sobre a inserção da Física e Astronomia no Ensino Básico.

## AGRADECIMENTOS

O projeto conta com o apoio: PDE/FURG 2018, PDE/FURG2019.

## REFERÊNCIAS

ARASHIRO, E.; CONRADO, G.; Conrado; BERTONCELLI, L.; MENDONÇA, S. M.; BAUMAN BERTTI, C. V. Acessibilidade com prototipagem rápida para deficientes visuais. In: Salão de Indissociabilidade da FURG, 2018, Rio Grande. **Anais do Salão de Indissociabilidade**, 2018.

AVELANEDA, V. N.; SILVA, E. F. C.; CONRADO, G.; ARASHIRO, E. Experimento de Queda Livre Utilizando o Canhão de Gauss. In: IV Congresso de Ensino de Graduação, da 4ª Semana Integrada de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão (SIIPE), 2018, Pelotas, RS. **Anais 2018**. Pelotas, RS: Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), 2018.

BAUMAN BERTTI, C. V.; BERTONCELLI, L.; CONRADO, G.; ARASHIRO, E. Construção de uma Bobina de Tesla para Ensino de Eletromagnetismo. In: 17ª Mostra da Produção Universitária (MPU), 2018, Rio Grande, RS. **Anais 2018**. Rio Grande, RS: Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2018.

BERTONCELLI, L.; BISPO, R. L. P.; BAUMAN BERTTI, C. V.; ARASHIRO, E. Oficina de Física Experimental: Construção de uma placa de Chladni. In: 17ª Mostra da Produção Universitária (MPU), 2018, Rio Grande, RS. **Anais 2018**. Rio Grande, RS: Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2018.

BLIKSTEIN, P. **Digital fabrication and 'making' in education: the democratization of invention**. Stanford: Stanford University, 2013.

**CIÊNCIA IMPRESSA 3D** (2019). Disponível em: <https://ciencia3dimpressa.wixsite.com/home>. Acesso em: 02 out. 2019.

CONRADO, G.; MENDONÇA, S. M.; LAZO, M. J.; SALES, D. A.; ARASHIRO, E. Ciência 3D Impressa: Telescópio newtoniano. In: 16ª Mostra da Produção Universitária (MPU), 2017, Rio Grande, RS. **Anais 2017**. Rio Grande, RS: Universidade Federal do Rio Grande, FURG, 2017.

DELIZOICOV, D.; ANGOTTI J. A. **Metodologia do Ensino de Ciências**, São Paulo, Cortez Editora, 1994.

MENDONÇA, S. M.; CONRADO, G.; SILVA, E. F. C.; BERTONCELLI, L.; BAUMAN BERTTI, C. V.; AVELANEDA, V. N.; ARASHIRO, E. Desenvolvimento de experimentos didáticos utilizando a tecnologia de impressão 3D. In: Salão de Indissociabilidade da FURG, 2018, Rio Grande. **Anais do Salão de Indissociabilidade**, 2018.

RWTH Aachen University. (2019). **Phyphox** [Aplicativo de celular]. Disponível em: [https://play.google.com/store/apps/details?id=de.rwth\\_aachen.phyphox](https://play.google.com/store/apps/details?id=de.rwth_aachen.phyphox). Acesso em: 03 de out. 2019.

RICARDO, E. C.; Freire, J. C. A. A concepção dos alunos sobre a Física do ensino médio: um estudo exploratório. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 29, p. 251-266, 2007.

RAULINO, B. R. **Manufatura Aditiva: Desenvolvimento de uma máquina de prototipagem rápida baseada na tecnologia FDM (Modelagem por fusão e deposição)**, 2011, 142 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Controle e Automação) – Universidade de Brasília, Brasília.

SILVEIRA, A.; ARASHIRO, E. Sensoriamento de Experimentos de Física. In: Encontro Regional Sul Do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física – MNPEF. Rio Grande, RS. **Caderno de Resumos do ERSMNPEF 2019**, Rio Grande, RS, 2019.

TEXEREAU, J. **How to Make a Telescope**, 2nd ed., Willmann-Bell, 1984.

## ARTIGO 20

### O ENSINO DO CORPO INTEGRADO: UM OLHAR SOBRE A EXPOSIÇÃO “UMA AVENTURA PELO CORPO HUMANO”

Área temática: Educação

Tainá dos Reis Garcia<sup>\*</sup>; Fabiana Loréa Paganini Stein<sup>\*\*</sup>; Fabiane Dionello Branco<sup>\*\*\*</sup>;  
Joanalira Corpes Magalhães<sup>\*\*\*\*</sup>; Paula Regina Costa Ribeiro<sup>\*\*\*\*</sup>



---

\* Aluna de mestrado do Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências, Universidade Federal do Rio Grande – FURG

\*\* Servidora Técnica, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Instituto de Educação

\*\*\* Coordenadora da ação de extensão, Servidora docente da Prefeitura Municipal do Rio Grande

\*\*\*\* Servidora docente do Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande – FURG



## **O ENSINO DO CORPO INTEGRADO: UM OLHAR SOBRE A EXPOSIÇÃO “UMA AVENTURA PELO CORPO HUMANO”**

Tainá dos Reis Garcia; Fabiana Loréa Paganini Stein; Fabiane Dionello Branco;  
Joanalira Corpes Magalhães; Paula Regina Costa Ribeiro

### **RESUMO**

Abordam-se aqui aspectos teóricos e práticos que envolvem a exposição “Uma aventura pelo Corpo Humano”, projeto de extensão do Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática (CEAMECIM) em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande. A exposição foi planejada para promover uma aprendizagem significativa acerca dos corpos, tendo como objetivo discutir o ensino do corpo integrado, mostrando as interações entre os órgãos, corpo e ambiente de um modo diferente daquele comumente ensinado no espaço da escola. O projeto de extensão foi constituído a partir da premissa de que todos os espaços sociais são, potencialmente, campos de relações pedagógicas e educacionais e desde sua inauguração em 2015 já foi prestigiada por aproximadamente 9.304 pessoas, desde alunos dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior bem como a comunidade em geral.

**Palavras-chave:** Espaços não formais de educação; Ensino de corpos; Corpo Integrado; Extensão.

### **INTRODUÇÃO**

De um modo geral, o ensino do corpo na sala de aula acaba por privilegiar apenas o estudo de seus aspectos biológicos, desconsiderando aspectos mentais, socioculturais e afetivos.

Este tipo de abordagem, reducionista e fragmentada, que não vincula corpo, sociedade, ambiente e cultura, causa nos estudantes uma desarticulação de ideias por focar apenas na anatomia e fisiologia do mesmo, reduzindo assim, esse corpo complexo e cheio de interações a uma divisão simplista em órgãos e/ou sistemas ou como Santos (2002, p.102) já definia “um corpo fatiado com as vísceras à mostra; incompleto (mutilado); sem rosto; sem mãos e pés. Enfim, um corpo que não é igual ao de ninguém”.

Para problematizar esse modelo de ensino e pensamento que predomina no ensino de ciências e biologia, se faz necessário compreender os corpos como mais do que materialidades biológicas reduzidas a máxima divisão possível, constituídas em sistemas com: órgãos, tecidos, células, organelas, cromossomos, genes, onde apenas suas características anatômicas/fisiológicas são privilegiadas nos conteúdos escolares. É preciso compreender que os corpos são, também, produções socioculturais – produzidos na interação entre o biológico e o cultural – interpelados por vivências, experiências e processos constitutivos de identidades, e portanto, ainda que algumas vezes nesse texto o termo corpo apareça no singular, estamos falando de corpos que são atravessados pela cultura, ciência, mídia, singularidades, ou seja estamos falando de: corpos infantis, jovens, adultos, envelhecidos, brancos, negros,

pardos, femininos, masculinos, obesos, anoréxicos, saudáveis, doentes, católicos, muçulmanos, homossexuais, heterossexuais, assexuais, portadores de necessidades especiais, atléticos ... enfim, corpos múltiplos, ambíguos, inconstantes e diferentes.

Portanto, tais reflexões a respeito dos corpos implicam em “perceber sua(s) provisoriedade(s) e as infinitas possibilidades de modificá-lo(s), aperfeiçoá-lo(s), significá-lo(s) e ressignificá-lo(s)” (FIGUEIRA, 2003, p.126). Implica, também, no reconhecimento de que diferentes marcadores sociais atuam na produção desses corpos, posicionando-os nos diversos contextos sociais.

Desta perspectiva, cabe reforçar o quanto é relevante que diferentes representações culturais dos corpos sejam incorporadas aos conteúdos didáticos e ao cotidiano das práticas escolares.

Para isso, na lógica da busca por diferentes estratégias de ensino a respeito dos corpos, se fazem necessários projetos de extensão, tais como a exposição “Uma Aventura pelo Corpo Humano” que se mostram essenciais na construção de um novo modelo ensino. Nesta perspectiva, entendemos que o conhecimento se constrói para além do espaço da escola, sendo construído também em outros espaços educativos.

Compreendemos como espaços educativos todos aqueles locais que ensinam, que possuem uma pedagogia, ou seja, espaços sociais implicados na produção e no intercâmbio de significados, tais como: universidade, escola, mídias, museus, exposições, entre outras. Esses espaços que nos educam, possibilitando-nos problematizar o quanto torna-se relevante percebermos a potencialidade da difusão de ideias, significados, conhecimentos, valores e representações, no sentido de discuti-las nos tempos e espaços escolares e não escolares (MELO; TOSTA, 2008).

Percebendo que outros espaços nos educam e são produtores de conhecimentos e saberes, foi montada a exposição “Uma aventura pelo Corpo Humano”, que consiste em um projeto de extensão do Centro de Educação Ambiental, Ciências e Matemática (CEAMECIM), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande – FURG. A atividade foi planejada para promover uma aprendizagem significativa acerca dos corpos, tendo como objetivo discutir o ensino do corpo integrado, mostrando as interações entre os órgãos, corpo e ambiente de um modo diferente daquele comumente ensinado no espaço da escola.

O projeto de extensão foi constituído a partir da premissa de que todos os espaços sociais são, potencialmente, campos de relações pedagógicas e educacionais. Ao entendermos que escolas e laboratórios não são o único espaço de ensino, a exposição interativa “Uma aventura pelo corpo humano”, busca através da extensão, aproximar a comunidade escolar e proporcionar aos estudantes uma reflexão sobre o corpo humano em sua totalidade, desfazendo a visão de um corpo fragmentado, “dividido em caixinhas” como comumente é retratado nos livros didáticos e no espaço da escola, já que para Foucault (2002, p.27) é um erro pensar que o corpo escapa da história, tendo apenas as leis de sua fisiologia, já que o mesmo é construído socialmente e criador de resistências.

## **METODOLOGIA**

A atividade se (re)constrói a partir da necessidade de quem visita. São recebidos estudantes desde a educação infantil até a pós-graduação, mudando a maneira como são abordados os assuntos, mas sempre buscando apresentar o corpo não como apenas um organismo biológico sem contexto, sempre o inserindo em um meio social.

O espaço dessa exposição consiste em um labirinto que representa o corpo humano com modelos de órgãos, adereços e cartazes com explicações sobre o funcionamento desses.

Para esta atividade, os/as estudantes são convidados/as a imaginarem que são um alimento que ao ser engolido, percorrerá o tubo digestório, interagindo com os órgãos dos demais sistemas do corpo humano. Esse percurso é guiado pelos/as monitores/as, que são estudantes de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Rio Grande.

A entrada de todos/as é pela boca, não apenas engolindo e digerindo, mas saboreando, com escolhas, desejos e preferências. Como a estrutura da exposição está dividida em um labirinto, é facilitado o entendimento dos/as estudantes a respeito das relações existentes neste corpo, como por exemplo, a saliva que surge em nossa boca quando visualizamos um alimento ou sentimos o cheiro do mesmo, o funcionamento do nosso cérebro e das glândulas salivares, assim como a relação existente entre a vontade de urinar, a necessidade de eliminar toxinas através da urina e o nosso cérebro, a relação entre os nossos pulmões e o cigarro, nossa alimentação e o milho nas nossas fezes, os genitais femininos e masculinos e os métodos contraceptivos. O coração fica batendo durante todo o trajeto, e há sempre um cuidado por parte dos/das monitores/as, para que cada novo conceito se conecte aos anteriores, fazendo com que tudo sempre esteja interligado e faça sentido em um contexto biossocial.

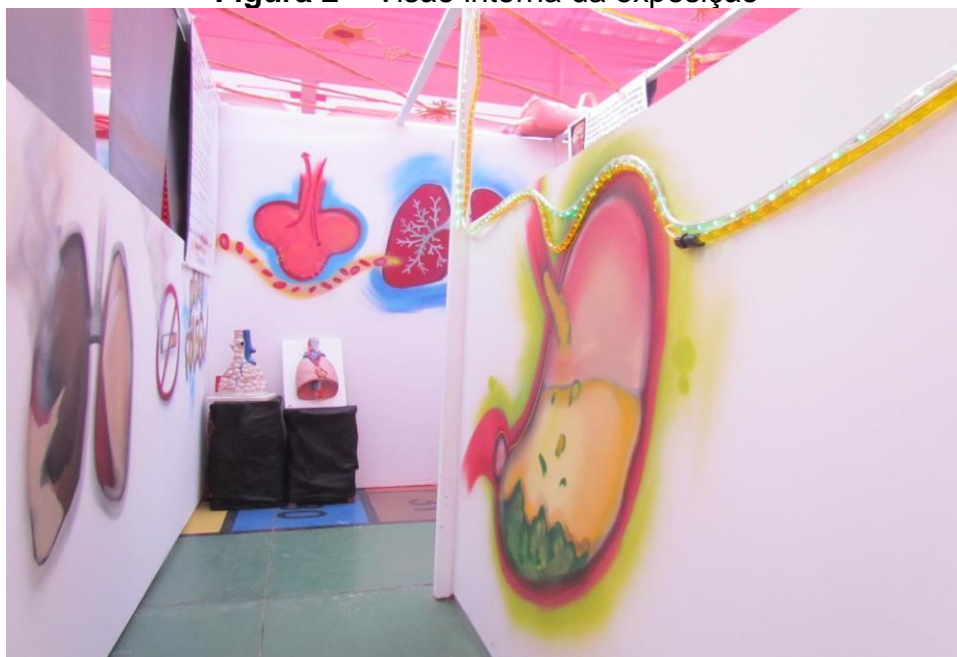
A saída pode ser pelo ânus, ou pelo canal vaginal, onde os/as estudantes são convidados a nascer novamente e/ou virarem fezes.

**Figura 1 – Visão externa da exposição**



Fonte: Arquivos CEAMECIM

**Figura 2 – Visão interna da exposição**



Fonte: Arquivos CEAMECIM

**Figura 3 – Estudantes visitando a exposição**



Fonte: Arquivos CEAMECIM

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

A exposição “Uma aventura pelo corpo humano”, recebe estudantes dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior bem como a comunidade em geral. Várias escolas tanto do município do Rio Grande quanto de outros municípios do estado, sejam tanto da área rural quanto urbana, puderam prestigiar a exposição. Foram atendidos visitantes vindos até o CEAMECIM desde áreas periféricas da cidade, quantos de bairros centrais, assim como a comunidade em geral, durante as Feiras do Livro da FURG, onde a exposição é remontada na praia do Cassino.

Desde sua inauguração em 2015, atendeu 34 escolas e cerca de 2.463 estudantes, no ano de 2016, 27 escolas e cerca de 1700 estudantes, em 2017, 19 escolas e cerca de 2.365 estudantes, em 2018, 24 escolas e cerca de 1.376 estudantes. No ano de 2019 até o mês de junho, participaram da exposição cerca de 1.400 pessoas.

Com a realização dessa exposição interativa, percebemos a importância da aproximação das atividades de extensão com a comunidade e entendemos como uma atividade interativa é capaz de promover informação, conscientização, diversão e ao mesmo tempo despertar o interesse pela ciência. Além disso, através de algumas explicações é possível observar que hábitos saudáveis são essenciais para o bom funcionamento desse corpo integrado, além da alimentação que é extremamente importante, o bem estar físico, psíquico e o bom relacionamento com o próximo proporciona uma qualidade de vida indescritível, atitudes que são promovidas pela exposição.

Ao visitar o espaço da exposição “Uma Aventura pelo Corpo Humano”, é possível entrar em contato com um corpo que articula seus saberes biológicos com os aspectos mentais, socioculturais e afetivos, possibilitando assim, despertar a curiosidade e o fascínio pela ciência e pela aprendizagem sobre seus próprios corpos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consideramos que a exposição traz elementos fundamentais para a compreensão do funcionamento do corpo, uma vez que a abordagem do conteúdo aparece permeada por uma linguagem acessível e com relações de vivências comuns aos sujeitos que visitam a mesma.

Verificamos que a atividade atinge o propósito de potencializar o ensino do corpo humano de forma integrada e acreditamos que exemplos como este podem ser pensados no espaço da sala de aula e/ou da escola, a fim de proporcionar um novo encantamento com o Ensino de Ciências, em especial, o ensino do corpo.

Além disso, a contribuição dessa experiência de projeto de extensão para o desenvolvimento acadêmico dos/as monitores/as, é de extrema importância quando se pensa no desenvolvimento, ampliação e atualização de assuntos relacionados ao ensino dos corpos e interações de ensino-aprendizagem como a comunidade visitante.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com o apoio interno da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), com Bolsas do Programa Institucional de Desenvolvimento do Estudante – PDE para os/as monitores/as e recurso financeiro da Rede Novos Talentos.

## **REFERÊNCIAS**

SANTOS, L.H.S. Incorporando outras representações culturais de corpo na sala de aula. In: OLIVEIRA, Daisy Lara de. (Org.). **Ciências na sala de aula**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MELO, José Marques de; TOSTA, Sandra Pereira. **Mídia & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FIGUEIRA, Márcia Luiza. A revista Capricho e a produção de corpos adolescentes femininos. In: LOURO, Guacira, NECKEL, Jane e GOELLNER, Silvana (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

## ARTIGO 21

### AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ESCOLAS: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE OFICINAS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL – RS

Área temática: Educação

Thiago Rodrigues de Freitas\*; Natacha Pedroso Alves\*; Amanda Refosco Porto\*;  
Marcelito Cavalheiro\*; Chaiane Leal Agne\*\*



---

\* Acadêmico(a) do Curso de Agronomia. Cachoeira do Sul. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.

\*\* Professora orientadora. Cachoeira do Sul. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS.



## **AGRICULTURA FAMILIAR E SEGURANÇA ALIMENTAR NAS ESCOLAS: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE OFICINAS NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DO SUL – RS**

Thiago Rodrigues de Freitas; Natacha Pedroso Alves; Amanda Refosco Porto;  
Marcelito Cavalheiro; Chaiane Leal Agne

### **RESUMO**

A agricultura familiar desempenha um papel importante para o Desenvolvimento Rural no Brasil, sendo responsável pela geração de emprego, trabalho e renda para o meio rural, além de contribuir com 70% na produção de alimentos. O município de Cachoeira do Sul, localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, apresenta economia voltada às atividades agropecuárias, com destaque para o cultivo de grãos, hortaliças, fruticultura e criação pecuária de corte e leite. Nesse contexto, foi desenvolvido um projeto de extensão que teve como objetivo oferecer oficinas sobre agricultura familiar e segurança alimentar nas escolas públicas (rurais e urbanas) de ensino fundamental do município de Cachoeira do Sul – RS. A metodologia, foram utilizadas técnicas de aprendizagem coletiva, que estimulam à participação e o envolvimento dos alunos, com base nos pressupostos pedagógicos de Paulo Freire (2003). Além das apresentações realizadas em círculos, os estudantes receberam uma cartilha com o conteúdo didático e exercícios, além de formulários de avaliação. Foram desenvolvidos conhecimentos em torno da agricultura familiar e segurança alimentar e nutricional, além da divulgação da Universidade. A ação permitiu, ainda, a geração de saberes em torno da valorização dos agricultores familiares e a relação com a produção de alimentos locais. As oficinas atenderam 753 estudantes, sendo destes 497 das escolas rurais, e 256 das escolas urbanas. Nesse sentido, destaca-se a importância do papel da Universidade no que diz respeito à inserção social e desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Oficinas; Escolas; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar e Nutricional.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo descreve a experiência da realização do projeto intitulado: “Agricultura familiar e segurança alimentar nas escolas: oficinas no município de Cachoeira do Sul – RS”, o qual abordou a temática da valorização do agricultor familiar, tendo em vista a sua relevância na produção de alimentos e para a segurança alimentar. Como objetivo, o projeto buscou trazer a temática de valorização do espaço rural e cultural e um olhar mais humanista por meio de atividades e dinâmicas com estudantes de escolas rurais e urbanas.

A realização do projeto articulou o ensino, pesquisa e extensão, na medida em que conecta componentes curriculares e atividades dos cursos de Administração e Agronomia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Além da contribuição de valorização do espaço rural a partir de seus atores, destacando o papel das escolas rurais na colaboração com a perspectiva dos estudantes frente ao seu próprio meio, sobre a produção e consumo de alimentos locais, além de destacar o papel da Universidade como promotora do Desenvolvimento Regional.

A partir da interação com os estudantes do meio rural e urbano, este projeto trouxe como proposta de valorização de homens e mulheres do espaço rural, sendo que este meio representa grande importância econômica para o município de Cachoeira do Sul. Dentro dessa abordagem, a escola tem um papel chave, pois ela é a ligação entre a universidade e a comunidade, sendo promotora de um diálogo ressaltando a realidade e destacando os seus atores locais como figuras essenciais para a construção social e econômica. Segundo informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Produto Interno Bruto (PIB) do município é destaque com o maior Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária no Rio Grande do Sul, representando cerca de 1% do VAB da agropecuária do Estado (FEE, 2016).

O município de Cachoeira do Sul está localizado na região central do Estado do Rio Grande do Sul, com 83.827 habitantes, sendo que 15% destes residem na área rural (IBGE, 2010). No que diz respeito às atividades agropecuárias, o município se destaca no desenvolvimento de grãos, hortaliças, pecuária de corte e de leite e também a fruticultura. A agricultura familiar é um segmento produtivo pertinente ao meio rural, sendo que 77% dos estabelecimentos rurais são ocupados por esta categoria social (IBGE, Censo Agropecuário 2017).

De acordo com o mesmo Censo Agropecuário (2017), agricultura familiar representa 23% do valor da produção, ocupando área de 23% dos estabelecimentos agropecuários, tendo em vista que é responsável por 67% da mão de obra no meio rural, ou seja, mais de 10,1 milhões de pessoas.

A agricultura familiar exerce um importante papel, tendo em vista a sua importância para a segurança alimentar, justificada pela sua participação na maioria dos alimentos consumidos no país: 87% da produção total de mandioca; 70% da produção de feijão; 46% da produção de milho; 34% da produção de arroz; 38% da produção de café; e 58% da produção de leite. Além disso, os dados revelam que 59% do plantel de suínos; 50% do plantel de aves; e 30% do plantel de bovinos são de responsabilidade da agricultura familiar (MATTEI, 2014).

Embora tal participação seja importante, a visibilidade e a valorização do papel do agricultor e da agricultura familiar como produtora de alimentos ainda são desafios, bem como, a imagem do agricultor. Um dos pontos importantes do projeto era levar aos estudantes essas valorizações, mostrar pontos positivos de se viver no meio rural e de poder trabalhar, tendo também a missão de referenciar a imagem do agricultor a pessoas com conhecimento e valorização. A construção de projetos que buscam criar interfaces entre os públicos-alvo e o poder público constitui, ainda um dos principais pilares para o sucesso das estratégias de Desenvolvimento Rural.

O Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019) destaca a relevância de projetos nesse âmbito, uma vez que o país, além de ser autossuficiente na produção de alimentos (com exceção do trigo), é também caracterizado pela participação da agricultura familiar em 70% do mercado interno, especificamente no que diz respeito à alimentação brasileira.

Em fevereiro de 2017 foi lançado o II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019, que é constituído por ações do governo federal que buscam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o direito humano à alimentação adequada à população brasileira (DHAA). Dentre as principais prioridades, a conferência destacou a importância de criar ou ampliar ambientes favoráveis à alimentação saudável: escolas, locais de trabalho, locais de lazer; incentivando que estes e outros espaços possibilitem o acesso a alimentos de qualidade. Enfim, fortalecer a SAN significa construir ações que vão desde a produção até o consumo de alimentos.



Nesse sentido, a temática que associa a agricultura familiar e a SAN destaca-se como atual e relevante, cumprindo o papel de compartilhar e construir conhecimentos e contribuir para a mudança de cultura dos hábitos alimentares e da valorização dessa forma de agricultura.

## **METODOLOGIA**

Para este estudo foram realizadas oficinas nas escolas municipais do meio urbano e rural do município de Cachoeira do Sul / RS, contemplando alunos do ensino fundamental. Primeiramente, a equipe do projeto entrou em contato com a 24ª Coordenadoria Regional de Educação para realizar a divulgação do projeto e realizar os contatos com os diretores das escolas que seriam atendidas com as oficinas. Foi sugerido o foco no público referente aos alunos do 4º ao 9º ano, por tratar-se da faixa etária denominada “multiplicadora”, que é representada pela capacidade das crianças em reproduzir os conhecimentos adquiridos para os seus familiares e pessoas dos seus círculos de convivência.

Dentre os conteúdos abordados, destacam-se questões como: a definição de agricultura familiar, a valorização do meio rural, a valorização do jovem no meio rural, o papel do agricultor familiar enquanto produtor de alimentos e, por fim, os desafios que norteiam a produção e o consumo de alimentos na atualidade.

O desenvolvimento da metodologia de aplicação do projeto partiu do entendimento, “o que deve ser instaurado é a pedagogia que começa pelo diálogo, pela comunicação, por uma relação humana que possibilite ao próprio povo a elaboração de uma consciência crítica do mundo que vive” (FREIRE, 1967). Dessa forma, a construção das ferramentas de interação das oficinas, teve em sua base a pedagogia progressista libertadora, cujo principal expoente é Paulo Freire. Segundo Paulo Freire “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 2003, p.47).

Essa abordagem da educação prioriza a construção do conhecimento e não a sua difusão. Assim, o foco foi à formação crítica das realidades sociais, com a valorização da experiência vivida como base na ação educativa, autogestão pedagógica e aprendizagem coletiva. De forma sintética, foram utilizadas modalidades não formais da educação, onde se percebeu o estímulo ao saber crítico e a busca de novos conhecimentos por parte dos alunos e dos professores participantes.

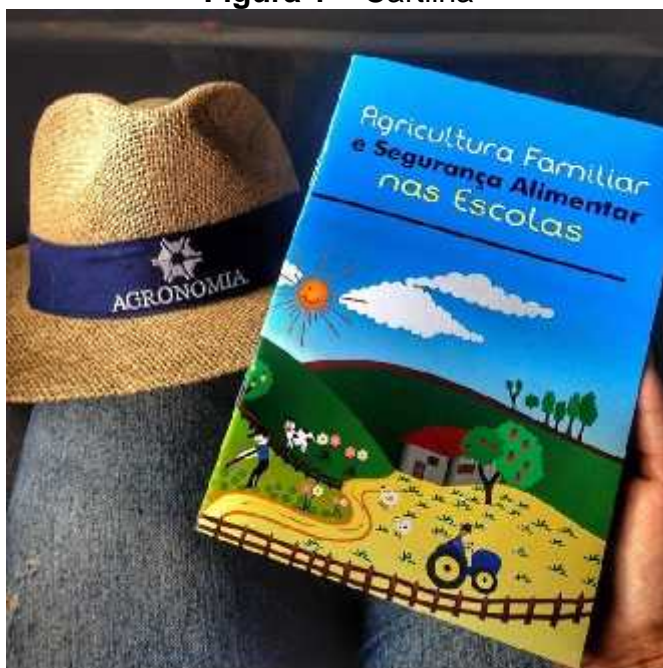
Com o suporte dessa metodologia de ensino, foram utilizados diferentes recursos de aprendizagem, tais como apresentação em slides com fotos, vídeos, músicas, jogos e mesa redonda. O foco foi construir uma proximidade entre os estudantes, os ministrantes das oficinas e os professores como forma que os aprendizes pudessem interpelar e esclarecessem as suas dúvidas.

A condução das oficinas contou com um instrumento de avaliação para estudantes e educadores. O formulário de avaliação disponibilizado aos alunos contou com questões de escala *likert* e, também, um espaço onde os mesmos puderam utilizar para fazer um desenho como forma de representação do conteúdo aprendido na oficina.

No que diz respeito ao instrumento de avaliação disponibilizado aos professores, este contou com questões que abordaram os métodos de ensino das oficinas, linguagem utilizada, além de conhecer se as escolas já tinham desenvolvido projetos, ações ou conteúdos com o foco nesta temática. As sugestões dos professores quanto à melhoria da metodologia foram consideradas como mecanismos de aprimoramento das oficinas. Sobre isso, é importante destacar

que foram desenvolvidas em torno de quatro tipos diferentes de apresentações, que abordaram conteúdos de forma diferenciada, de acordo com a faixa etária da turma que receberia a oficina. As oficinas contaram com um material de contribuição e agregação para ministrar as atividades: uma cartilha que também foi inserida dentro da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs “Maratona de Desenvolvimento de Soluções para redução de Desigualdades” que teve como apoio CNPq e Ministério da ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC (Figura 1).

**Figura 1 – Cartilha**



Fonte: Autores (2018)

Dentre os conteúdos abordados na cartilha, destacam-se: Agricultura familiar; Por que a Agricultura Familiar é importante? A valorização do meio rural pelos jovens; A imagem do agricultor (a); Segurança Alimentar e Nutricional. Além de jogos e atividades, como palavras cruzadas e caça palavras.

Além das cartilhas, todos os estudantes e professores participantes ganharam um certificado, como forma de valorização da participação dos mesmos nas oficinas. Estes materiais foram importantes para divulgar o projeto, além de dar visibilidade para a Instituição.

A abordagem do conteúdo seguiu uma organização com os principais tópicos que foram descritos ao realizar as oficinas, conforme Quadro 1. Cada oficina ocupou um turno (manhã ou tarde). Primeiramente, foi relatada de uma forma breve e simplificada uma contextualização da história da agricultura e formação de Cachoeira do Sul. Num segundo momento as principais produções (vegetais e animais) cultivadas e criadas no município.

O terceiro e o quarto momento correspondeu à explanação sobre a noção de agricultura familiar e a relação com a segurança alimentar. Também, foram demonstrados os projetos que estão sendo desenvolvidos na UERGS em Cachoeira do Sul em relação à agricultura familiar, e por último, como finalização da oficina, foi destacada a importância do meio rural e da contribuição dos jovens em relação a este espaço.

**Quadro 1** – Descrição do plano pedagógico (principais tópicos) das oficinas “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar nas Escolas” no município de Cachoeira do Sul (Projeto de Extensão)

<b>ESTRUTURAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DAS OFICINAS</b>	
<b>Tópicos</b>	
1	A história da agricultura e um abordagem da formação do município de Cachoeira do Sul.
2	Principais atividades agrícolas e pecuárias de Cachoeira do Sul.
3	Agricultura familiar: noções.
4	Agricultura familiar e sua importância para segurança alimentar e nutricional
5	Apresentação da Uergs e da unidade em Cachoeira do Sul: síntese dos projetos e resultados na área da agricultura familiar e do desenvolvimento
6	A importância da valorização do meio rural.
7	A perspectiva e contribuição dos jovens com o meio rural.

Fonte: dos autores (2018)

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

O projeto utilizou meios de comunicações locais para divulgar as ações do projeto, tendo em vista ampliar as possibilidades de realização das oficinas. Entre os meios que realizaram reportagens sobre o projeto está o “Jornal do Povo”, Jornal “O correio”, e o site da Rádio Fandango. O projeto também contou com a divulgação por meio de páginas no *Facebook* da UERGS de Cachoeira do Sul e dos Centros Acadêmicos da Agronomia e Administração.

Também, o projeto contou com uma logomarca própria, que representa a importância da agricultura familiar na produção de alimentos para o município e região. A logomarca foi desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Administração e Desenvolvimento Rural (GEADER) da Unidade Cachoeira do Sul e teve como objetivo reforçar as ações do projeto, consolidando o foco da proposta.

Dentre os resultados das oficinas, destaca-se a abertura do diálogo entre estudantes, professores e Universidade, especialmente no que diz respeito à discussão sobre a imagem negativa que se tem sobre os atores desse espaço rural. Sendo assim, contribuiu com uma série de questionamentos sobre a realidade e a percepção de quanto o meio rural impacta em nossas vidas. Por meio do projeto, também, se ressaltou a importância do trabalho nas escolas do meio rural de Cachoeira do Sul, trazendo esta abordagem sobre as vivências e as problemáticas, principalmente as questões relacionadas ao êxodo rural.

Em um segundo momento, as oficinas passaram pela avaliação dos estudantes e professores, que auferiram notas para as atividades desenvolvidas. O intuito da avaliação consistiu na possibilidade de realizar adequações quanto à forma de abordagem do conteúdo e didática de ensino. Nesse sentido, esse ponto possibilitou a inserção dos alunos e professores como participantes na tomada de decisão no andamento do projeto, que contribuiu para o reajuste na metodologia de aplicação das oficinas. Em um espectro avaliativo com variação de escala entre zero (0) e dez (10) acerca da abordagem utilizada pelos ministrantes, na qual as notas foram atribuídas por escala crescente em relação à satisfação das atividades de acordo

com a perspectiva dos estudantes, obteve-se um resultado de 97,6% como índice de avaliação. Lembrando que esta etapa foi realizada a partir de formulários aplicados ao final de cada oficina que compõe as atividades deste trabalho. Enquanto isso, a avaliação dos professores sobre a metodologia de aplicação das oficinas, foi descrita em 96,8% como ótima. As sugestões por parte dos professores para a melhoria das oficinas, traz questões relacionadas para inserção de um maior número de dinâmicas que incentive uma participação maior nas atividades, estimulando em questionamentos e formação dos estudantes.

Dessa forma, essa contribuição de inserção de participação da comunidade escolar foi fundamental para o prosseguimento e a realização das 16 oficinas no município de Cachoeira do Sul, sendo que o relato das atividades realizadas foi do mês de março de 2018 até o mês de dezembro de 2019.

Quanto às atividades desenvolvidas nas escolas do meio urbano, uma das principais dificuldades por parte dos professores correspondeu à manutenção do interesse dos alunos no conteúdo abordado em sala de aula. Quanto às escolas do meio rural, a questão pertinente diz respeito à valorização dos seus membros familiares, de forma que possa contribuir para a autoestima dos alunos. Nesse sentido, um dos principais problemas correspondeu à desmotivação com o meio rural e a agricultura, que podem ser visualizados nas questões que envolvem a conjuntura do sistema de cultivo da agricultura, no que diz respeito ao endividamento das famílias, e a incerteza dos trabalhadores do meio rural.

O número total de estudantes atendido pelo projeto foi de 753 (497 estudantes das escolas do meio rural, e 256 das escolas do meio urbano). As apresentações das oficinas produziram diversas inquietações entre estudantes, professores e ministrantes, sendo de grande contribuição para o prosseguimento do projeto. Destacou-se também, a formalização da parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), especificamente com o setor de projetos educacionais do município, que contribui para a viabilização do agendamento e deslocamento da equipe até as escolas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), criada pela Lei Estadual N° 11.646, de 10 de julho de 2001 tem na sua missão e visão institucional contribuir para o desenvolvimento das regiões as quais as unidades estão inseridas. Nesse sentido, este projeto de extensão exerceu um papel importante, já que tratou do tema “Agricultura Familiar e Segurança Alimentar nas Escolas no município de Cachoeira do Sul” propiciando grande relevância para a comunidade local.

Com o projeto, o papel da Universidade foi destacado, especialmente aproximando a instituição da comunidade local. Além disso, foi possível descrever a imagem institucional de uma forma clara, fazendo com que a mesma fosse reconhecida como uma Universidade que está formando profissionais diferenciados. O projeto também foi uma oportunidade para ampliar os contatos da Unidade com as demais instituições e órgãos locais. Tal aspecto oportunizou a visibilidade da instituição, especialmente no que diz respeito ao seu objetivo de ir além das atividades de ensino e de pesquisa.

No que se refere aos conteúdos abordados, o projeto se demonstrou como um ótimo instrumento para promover a valorização do meio rural, da agricultura, dos agricultores familiares e desconstruir a imagem de atraso que muitas vezes é criado no imaginário social sobre o agricultor. Tanto os alunos quanto os professores

que acompanharam o projeto fizeram avaliações positivas do mesmo, destacando a oportunidade de aprendizagem cujos recursos priorizam o diálogo e a interação com os alunos. Quanto à formação profissional dos estudantes envolvidos, os mesmos tiveram a oportunidade de exercitar a oratória, didática e síntese, além de construir conhecimentos nas escolas referentes aos temas abordados nos cursos de graduação. Quanto aos estudantes assistidos com o projeto, os mesmos demonstraram aprendizado sobre a agricultura familiar e as escolhas alimentares mais saudáveis, o que estimulou os professores e a comunidade escolar na abordagem futura nestes temas em outros projetos e ações.

Tendo como contribuição a valorização do campo e a temática que associa a agricultura familiar e a segurança alimentar foi destacada como uma possibilidade de conteúdo pertinente e que poderia ser inserido na educação básica, aspecto comentado pelos professores. Dessa forma, o projeto oportunizou a geração de novos conhecimentos e experiências aos alunos envolvidos, o que foi obtido pela abordagem dos exemplos práticos dos seus cotidianos, que relacionaram a agricultura e o consumo de alimentos. Os estudantes destacaram que poderiam ter outras oficinas como estas, aprofundando as questões referentes às escolhas alimentares e a valorização do jovem no meio rural.

No que diz respeito às escolas do meio rural, outros temas também foram destacados como oportunidades para o desenvolvimento de novos projetos. Um deles refere-se ao empreendedorismo no meio rural, aspecto relatado pela Secretaria Municipal de Educação. Segundo a SMED. Os estudantes das escolas do campo carecem de inovações e ideias que possam auxiliá-los na construção de estratégias e alternativas de renda, visando, sobretudo, à fixação dos agricultores e a minimização do êxodo rural. O conteúdo referente à imagem do agricultor, abordado nas oficinas, foi um dos mais importantes para as escolas do campo, pois foi possível perceber que eles se sentem desvalorizados e inferiorizados em comparação aos alunos do meio urbano. Esse aspecto ficou evidente em vários depoimentos dos alunos durante as oficinas. Alguns relataram o desejo de continuar no meio rural, porém, sem perspectiva de apoio familiar. Assim, a abordagem sobre o aspecto cultural da valorização do agricultor é uma oportunidade de avanços para os próximos projetos.

É importante destacar que o projeto aproximou a UERGS da Secretaria Municipal de Educação. Tal proximidade resultou na formalização de um convênio entre as duas instituições, tendo em vista desenvolver novas ações e projetos em conjunto.

Assim, há expectativa de continuidade do projeto de extensão, no sentido de trabalhar com a perspectiva dos estudantes em relação ao seu ambiente, questões de futuro e de procurar o seu espaço na sociedade. Os momentos de histórias vivenciadas por agricultores e ministrantes das oficinas, poderão servir de inspiração para construção dos seus caminhos. Dessa forma, destaca-se o papel da Universidade aproximando o teórico do prático, promovendo a construção do conhecimento e estimulando a cidadania na comunidade escolar.

## **AGRADECIMENTOS**

Programa de Bolsas de Extensão – Probex – UERGS; Grupo de Estudos em Administração e Desenvolvimento Rural – GEADER; Secretária Municipal Educação – SMED – Cachoeira do Sul; as escolas públicas do município; aos colaboradores da UERGS; CNPq e Ministério da ciência, tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC (parceria – Cartilha Agricultura Familiar e Segurança Alimentar nas Escolas).

## REFERÊNCIAS

Agência de notícias IBGE. **Censo agro 2017**: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8#:~:text=O%20Censo%20Agro%202017%20contou,%C3%A1rea%20em%20todas%20as%20regi%C3%B5es>. Acesso em: 05 de jul. 2020.

BRASIL. **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. PLASAN 2016-2019. Fevereiro de 2017. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/caisan/plansan\\_2016\\_19.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/plansan_2016_19.pdf). Acesso em: 24 de jun. 2019.

BRASIL. Secretária Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – **70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>. Acesso em: 19 de jun. 2019.

FEE – **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>. Acesso em: 17 de dez. 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE). **Cachoeira do Sul. Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cachoeira-do-sul/panorama>. Acesso em: 02 de mai. 2019.

KRAWCZYK, N. A gestão escolar: Um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 67, agosto/99. Disponível em: [scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a04.pdf](https://scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a04.pdf). Acesso em: 01 de jul. 2020.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

BUMBEERS, F. ALENCAR, L. **9 motivos para comemorar o Dia do Agricultor**. Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Cultura/noticia/2015/07/9-motivos-para-comemorar-o-dia-do-agricultor.html>. Acesso em: 01 de jul. 2020.

## ARTIGO 22

### PRODUÇÃO DE MATERIAIS TÉCNICOS SOBRE QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS EM LINGUAGEM FACILITADA

Área temática: Meio ambiente

Alexandre Farias Terra<sup>\*</sup>; Thais Antolini Veçozzi<sup>\*\*</sup>; Bianca Moreira Caetano<sup>\*\*</sup>;  
Leon Barreto Gonçalves Rosa<sup>\*\*</sup>; Patricia Tometich<sup>\*\*</sup>;  
Cristiane Simões Netto Costa<sup>\*\*\*</sup>; Tatiana Walter<sup>\*\*\*\*</sup>



---

\* Discente do Curso de Gestão Ambiental, Campus São Lourenço do Sul, FURG, Bolsista Extensionista.

\*\* Pesquisador(a) associado(a) ao Laboratório Interdisciplinar MARéSS, FURG.

\*\*\* Docente do Curso de Administração, Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC), FURG.

\*\*\*\* Docente do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, Instituto de Oceanografia (IO), FURG, Coordenadora do Projeto de Extensão.



## **PRODUÇÃO DE MATERIAIS TÉCNICOS SOBRE QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS EM LINGUAGEM FACILITADA**

Alexandre Farias Terra; Thais Antolini Veçozzi; Bianca Moreira Caetano;  
Leon Barreto Gonçalves Rosa; Patricia Tometich; Cristiane Simões Netto Costa;  
Tatiana Walter

### **RESUMO**

No âmbito das questões socioambientais, a responsabilidade sobre a preservação do meio ambiente é imposta a todos os cidadãos e cidadãs. Aos gestores ambientais, que realizam e/ou acompanham processos de licenciamento ambiental e produzem relatórios e laudos técnicos sobre empreendimentos, é demandado um nível maior de incumbências. Na formação continuada desses profissionais, a linguagem e forma de comunicação são tão importantes quanto à qualidade do conteúdo. Assim, este trabalho visa expor como ocorreu a produção de materiais técnicos em linguagem facilitada sobre questões socioambientais referentes ao município do Rio Grande/RS, a contribuição dessa atividade na formação acadêmica dos estudantes envolvidos e o reflexo esperado sobre os cursistas. O curso foi ofertado na modalidade educação a distância (EaD), voltado para técnicos da Secretaria do Município do Meio Ambiente do município do Rio Grande contratados recentemente, profissionais que trabalham com consultoria ambiental, estudantes e egressos universitários. A equipe responsável pela produção e tutoria foi composta por profissionais e estudantes na área de gestão ambiental, práticas pedagógicas e comunicação visual. O material foi organizado em: Aspectos físicos gerais; Biota e ecossistemas; Socioeconômica geral; Arranjos sociais, culturais e produtivos locais e Análise integrada. Foi produzido uma cartilha e um questionário para cada módulo, além de materiais complementares com imagens, *links* com explicações extras, vídeos e reportagens. O curso também contou com fóruns de notícias e de discussão onde foram abordados exemplos práticos, assim como problemas notados no município. Para a realização de um processo avaliativo, foi elaborado um questionário final. A concepção do curso contribuiu na formação acadêmica de cinco graduandos do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental. Desse modo, percebe-se que a construção de um curso na modalidade EaD sobre os aspectos socioambientais, através da adequação da linguagem por estratégias da educomunicação se mostra potencial para melhor aceitação e entendimento dos assuntos propostos.

**Palavras-chave:** Características socioambientais; Educação a distância; Gestores ambientais; Rio Grande/RS.

### **INTRODUÇÃO**

As obras ou atividades que modificam o ambiente estão sujeitas, pautadas na legislação ambiental brasileira, ao prévio estudo e avaliação de impacto ambiental, além do licenciamento realizado por profissionais da área ambiental, como técnicos e engenheiros, junto aos órgãos federais, estaduais ou municipais de meio ambiente vinculados ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. Esses são alguns dos instrumentos que a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA estabelece para exercer controle prévio das atividades que potencial ou efetivamente causam



degradação ao meio ambiente e à saúde humana, comprometendo os ecossistemas e a qualidade de vida das populações que dele dependem (BRASIL, 1981).

A defesa do meio ambiente é dever de todos os brasileiros, como estabelece o artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Nesse âmbito, entende-se que as questões ambientais dizem respeito não apenas à flora e à fauna, mas também às relações que os seres humanos exercem com a natureza e entre si. Assim, vale conectar esta ideia de meio ambiente com a de responsabilidade socioambiental, visto que esse termo está ligado a ações que respeitam os recursos naturais e também às políticas que têm como um dos principais objetivos a sustentabilidade (MMA, 2019). Logo, todos são responsáveis pela preservação do ambiente, seja este natural ou construído, devendo imperar ações e políticas que considerem os impactos, positivos e negativos, das atividades humanas sobre a vida e à sociedade.

Por outro lado, as obrigações dos técnicos ambientais que realizam consultorias vão além, pois ao assinarem documentos como licenças e projetos ambientais estes se responsabilizam pelas políticas ambientais de instituições privadas e pela garantia de que essas irão cumprir as normas que dizem respeito aos aspectos e impactos ambientais que podem ser/são originários de suas atividades. Assim, devido à grande variedade de atividades que passam por processos de regulação e que necessitam de um profissional para garantir a qualidade das ações em relação ao meio ambiente, a maior parte dos profissionais da área ambiental está voltada a atender essas demandas.

As obrigações de técnicos e fiscais que exercem suas funções em secretarias de meio ambiente quanto à garantia da manutenção das questões socioambientais é ainda maior, pois a esses profissionais é incumbido o dever de julgar e analisar tanto a conduta das empresas quanto o exercício dos consultores ambientais. Para aqueles órgãos que entre as delegações está a expedição de licença ambiental, a responsabilidade socioambiental deverá permear todo o processo. Nessa perspectiva, é necessário destacar que o licenciamento vai além de um processo burocrático, sendo firmado como um trabalho técnico que analisa impactos e riscos ao meio ambiente e à população.

Tendo em vista que quase a totalidade das atividades econômicas, sociais e culturais estão associadas ao meio ambiente, é exigido um conhecimento aprofundado de diversos campos para aqueles que trabalham direta ou indiretamente com gestão ambiental, sejam agentes públicos ou privados. Entre as áreas temáticas de conhecimento, é de extrema importância a busca por informações sobre os aspectos socioambientais da região foco de estudo e/ou gerenciamento. Logo, vê-se a importância da formação técnica no âmbito socioambiental para gestores ambientais públicos, para aqueles que trabalham em consultoria ambiental e para os que pretendem exercer essas funções.

Ainda que limitado para o município do Rio Grande, quando o estudo e a tomada de decisão incluem as relações da sociedade com a meio ambiente, uma infinidade de informações, dados, estatísticas, análises históricas e críticas sobre os diferentes grupos que compõem a sociedade neste território devem ser considerados. Sendo uma gama variada de assuntos, com suas complexidades características, é necessária uma pesquisa bibliográfica ampla para compor um material que reúna pontos essenciais que abrangem os aspectos socioambientais de um município. Por outro lado, o simples agrupamento de conteúdos em linguagem técnica ou acadêmica mantém o material produzido em formato que não é facilmente assimilado nem mesmo por quem já passou por processos formativos formais.

Ainda que, para aqueles que já possuem uma formação completa e estão aptos a exercerem suas atividades na área ambiental, a formação continuada é uma alternativa para manter esses profissionais atualizados. No âmbito da formação continuada, cursos presenciais ou na modalidade de educação a distância (EaD) sobre os aspectos socioambientais são capazes de ocupar lacunas na formação, visto que o tema envolve assuntos que comumente não estão presentes na grade curricular de cursos convencionais. Além disso, quando voltados ao município, esses cursos apresentam informações e reflexões importantes sobre a realidade do território e da população que devem ser consideradas na gestão ambiental municipal.

A modalidade EaD é caracterizada por técnicas de ensino e metodologias de aprendizagem que combinadas permitem maior flexibilidade, autonomia, democratização e a utilização simultânea de meios de comunicação (SANTOS JÚNIOR; BATISTA, 2012). No domínio da EaD, ainda que haja conteúdos que não possam ser simplificados pela complexidade que se constituem, é importante trazer esses assuntos de maneira que provoque interesse e sejam atrativos ao público (ALBUQUERQUE; SILVA, 2012). É neste ponto que a EaD é alinhada com a educomunicação, pois esta envolve um campo teórico-prático dos fenômenos de ensino-aprendizagem sob as perspectivas da vida contemporânea e seus dispositivos técnicos, estímulos à visualidade e instigações provocadas pelas estratégias de comunicação (GOMÉZ, 2014). Assim, este trabalho tem como objetivo expor como foi planejada e como ocorreu a produção de materiais técnicos sobre questões socioambientais na esfera municipal em linguagem facilitada, a contribuição dessa atividade na formação acadêmica dos estudantes envolvidos, assim como o reflexo esperado sobre os cursistas.

## **A CONCEPÇÃO DOS MATERIAIS DIDÁTICOS E DO CURSO “ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS”**

Foi elaborado um curso na modalidade EaD na plataforma Moodle sobre os “Aspectos Socioambientais do Município do Rio Grande/RS” a fim de qualificar profissionais para a elaboração e análise de estudos ambientais realizados no contexto do licenciamento ambiental municipal. Sua carga horária total corresponde à 40 horas, distribuídas em 5 módulos, e volta-se a maior compreensão, por parte dos profissionais da área ambiental, da importância dos ativos socioambientais do Rio Grande/RS, face ao município constituir-se a partir de um ambiente frágil e contemplar populações tradicionais como quilombola, indígenas, pescadores artesanais e artesãos.

O curso foi elaborado entre as ações do projeto “Formação Continuada de Gestores Ambientais no Contexto do Licenciamento Ambiental Municipal – LAM”, uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e a Secretaria do Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Este projeto propõe-se a desenvolver procedimentos e processos formativos com vistas a qualificar o licenciamento ambiental local, incluindo os gestores municipais com atuação no licenciamento, consultores e empreendedores que atuam na temática, acadêmicos de graduação e pós-graduação cuja formação está associada às Ciências Ambientais.

A primeira oferta do referido curso ocorreu entre 15 de abril e 27 de maio do ano de 2020, tendo como público-alvo técnicos da Secretaria do Município do Meio Ambiente do município do Rio Grande contratados recentemente, profissionais que trabalham em projetos de consultoria ambiental, estudantes e egressos universitários. Nesta primeira oferta houve 60 inscritos, dos quais 50 acessaram o conteúdo

na plataforma Moodle e 27 realizaram as atividades obrigatórias e concluíram o curso com nota satisfatória.

A equipe multidisciplinar responsável pela produção do material foi composta por docentes, pesquisadores e discentes, equipe com experiência nas áreas de gestão ambiental, práticas pedagógicas e comunicação visual. Esses profissionais também compuseram a equipe de tutoria, que contou com 6 pesquisadores do projeto LAM.

O curso possuiu como pré-requisito a conclusão e aprovação no curso EaD “Introdução ao Licenciamento Ambiental”, também de autoria dos integrantes do projeto. Esse curso é ofertado mensalmente através da plataforma Moodle, tendo como característica a abordagem pedagógica de assuntos relacionados ao licenciamento ambiental, como a crise ambiental, impactos ambientais, conselhos de meio ambiente, política ambiental e legislação ambiental e destina-se ao público em geral.

A fim de delinear questões centrais do curso, como conteúdo, formato e divulgação, foram realizadas reuniões periódicas mensais com a coordenação, os pesquisadores e os discentes que compõem a equipe do projeto LAM. A partir das definições acordadas nesses encontros, a primeira etapa para elaboração do curso de que trata este artigo foi caracterizada pela busca detalhada por informações acerca de temas que expressam a realidade ambiental, social, econômica e cultural do município do Rio Grande e de sua região em referências bibliográficas como livros, publicações em periódicos, páginas da internet de órgãos públicos. Com essas informações prévias, pensou-se a elaboração dos conteúdos agrupados em cinco módulos, nomeados da seguinte forma: 1) aspectos físicos gerais; 2) biota e ecossistemas; 3) socioeconomia geral; 4) arranjos sociais, culturais e produtivos locais; e 5) análise integrada. Assim, os extensionistas voltaram-se à pesquisa mais detalhada sobre os assuntos que possuem mais familiaridade. A partir disso, para cada módulo foi produzida uma cartilha completa, sendo este o material didático central.

Após a organização do conteúdo, os textos foram reescritos seguindo orientações dos integrantes da equipe com experiência em práticas pedagógicas, utilizando estratégias comuns da EaD através de um vocabulário simplificado, incluindo termos para buscar aproximar o leitor. Ao texto base, tanto das cartilhas como das apresentações, foram acrescentadas chamadas organizadas em caixas de texto contendo *links* para reportagens sobre o tema, assim como para a legislação que rege especificamente sobre os assuntos tratados. Ainda foram incluídos espaços ao longo do texto com descrição de termos técnicos e explicações mais detalhadas.

Os integrantes do projeto que fazem parte do grupo de educação<sup>1</sup> foram responsáveis pela diagramação das cartilhas e das apresentações. Nessa etapa foram adicionados elementos gráficos relacionados aos assuntos abordados e destaques ao texto com a finalidade de guiar a atenção do cursista aos assuntos considerados mais relevantes. A elaboração dos materiais passou por diferentes etapas, desde a definição de diretrizes a partir de reuniões com a equipe multidisciplinar do projeto, passando para a elaboração do *layout* e diagramação dos textos, ilustrações e demais elementos gráficos, orientada pela ideia de educação, que se inspira na educação popular, tecnologias de informação, comunicação e multimídia (TRAJBER, 2005).

O curso também foi composto por uma ampla gama de materiais complementares. Foram pesquisados vídeos, documentários, reportagens, notícias,

---

<sup>1</sup> Se refere ao conjunto de processos que promovem a formação de cidadãos participativos política e socialmente, que interagem na sociedade da informação na condição de emissores e não apenas consumidores de mensagens, garantindo assim seu direito à comunicação (SOARES, 2012).

cartilhas, livretos, artigos científicos sobre os assuntos abordados. Nessa seção também foram reunidos os *links* contidos ao longo das cartilhas, medida definida como uma solução alternativa caso os cursistas não percebam a existência dos mesmos no momento de leitura do material.

Dois fóruns de discussão foram definidos pensando-se em abordar problemáticas próximas ao cursista: 1) estudo de caso sobre impacto ambiental negativo na Estação Ecológica do Taim, em Rio Grande – RS e 2) a importância do licenciamento ambiental municipal para as comunidades tradicionais pesqueiras do município do Rio Grande/RS. Assim, os tutores introduziram o tema do fórum e instigaram os cursistas a debaterem entre si e a proporem soluções para o problema abordado. A participação nos fóruns foi considerada na avaliação final, tornando a aprovação também dependente dos fóruns. Além desses, o curso contou com um fórum permanente de notícias com a finalidade de manter os cursistas atentos aos prazos das atividades, espaço pensado para ser frequentemente atualizado pelos tutores.

Questionários com 8 (oito) exercícios de fixação foram elaborados para cada um dos módulos, sendo compostos por questões objetivas e discursivas. Como forma de avaliação do conteúdo aprendido, foi elaborado um questionário final abrangendo temas dos cinco módulos e as problemáticas debatidas durante os fóruns de discussão.

O passo final foi estruturar o material na plataforma Moodle. Com o propósito de o cursista conectar visualmente aos cursos, a formatação do ambiente seguiu as mesmas características do curso “Introdução ao Licenciamento Ambiental”. Um texto introdutório para cada módulo foi redigido e todas as atividades de leitura e de exercícios foram detalhadas previamente. Nessa etapa também foi elaborado um formulário de avaliação, onde os cursistas deram notas de 1 (um) a 5 (cinco) para questões técnicas e de conteúdo e, ao final, sugeriram melhorias para as próximas ofertas.

Definiu-se que a aprovação do cursista ao final do curso dependeria que este alcançasse, no mínimo, uma pontuação de 60% (sessenta por cento) no questionário final de avaliação, participe de pelo menos 1 (um) dos fóruns de discussão e preenchesse o formulário de avaliação do curso.

As estratégias de divulgações do curso, delineadas durante as reuniões periódicas da equipe, compreenderam publicações nas redes sociais do projeto LAM e no site oficial da Prefeitura Municipal do Rio Grande e a fixação de cartazes na Secretaria de Município do Meio Ambiente.

## **DESENVOLVIMENTO, PROCESSOS FORMATIVOS E AVALIATIVOS**

Entre as ações estabelecidas no projeto LAM que dizem respeito aos processos formativos, têm sido elaboradas cartilhas contendo orientações de boas práticas ambientais e sobre a legislação ambiental com linguagem adequada a diferentes atores, bem como, planejados cursos presenciais e na modalidade EaD, que iniciaram ao longo do segundo semestre do ano de 2019.

A adoção da modalidade EaD é importante quando o público-alvo é composto por diferentes atores devido a essa categoria democratizar o acesso à educação no Brasil, ao integrar as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTIC) aos processos educacionais, rompendo com as barreiras do tempo e do espaço no processo educativo. Segundo a UNESCO

as Tecnologias da Informação e Comunicação podem contribuir para o acesso universal à educação, a equidade na educação, a qualidade de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento profissional

de professores, bem como melhorar a gestão, a governança e a gestão educacional ao fornecer a combinação certa e organizada de políticas, tecnologias e capacidades (UNESCO, 2019, p.5).

No âmbito da produção de conteúdos técnicos na área ambiental, a adequação do texto de leis e normas permite que a população envolvida ou que almeja exercer funções ligadas à gestão ambiental, independentemente da qualidade e do nível de formação, aproprie-se dos assuntos discutidos na academia e nos espaços legislativos. A variedade de conteúdo dos 5 (cinco) módulos que compuseram o curso alvo desse artigo foi pensada para atender ao público definido, sendo composta por informações de caráter básico, pensando-se naqueles com pouca experiência ou ainda em formação acadêmica, assim como por materiais complementares com bibliografias extras voltados àqueles profissionais com maior nível de conhecimento prévio. Desse modo, considerando a pluralidade do público do curso, compreende-se que o material didático precisa ser elaborado em elevado rigor metodológico, pensando-se na objetivação da autonomia do cursista durante grande parte das atividades propostas (CAMARGO; LAMIM-GUEDES, 2017).

Uma especificidade do curso em questão é que este se destinou a produção de conteúdo sobre as características socioambientais do município do Rio Grande/RS. Informações como as exploradas para elaboração dos módulos do curso, como aspectos físicos, biota, ecossistema, socioeconomia, arranjos sociais, culturais e produtivos locais, quando existentes em nível municipal, nem sempre são de fácil acesso. Devido à presença da FURG, a região possui uma ampla produção científica em diversas áreas de conhecimento. No entanto, como esta não é a realidade da maioria dos municípios brasileiros, considera-se a produção de materiais didáticos, como cursos, cartilhas, folhetos importantes para que os profissionais envolvidos na gestão ambiental municipal se mantenham atualizados sobre os aspectos socioambientais do território onde desempenham suas atividades.

Outra característica do curso que merece destaque é a constituição da equipe de elaboração e de tutoria com diferentes perfis profissionais, pois como defende Sales e Nonato (2007), ao se definir uma ação de ensino-aprendizagem na modalidade EaD a formação de uma equipe multidisciplinar que seja capacitada a exercer as etapas de produção e execução dos cursos numa concepção de educação investigativa e criativa possibilita o enfrentamento dos desafios que vêm com o andamento do trabalho.

Durante a tutoria, é necessário criar estratégias para que se estabeleça uma relação amistosa entre o tutor e o aluno (HACK, 2010). Atualmente, a função do tutor tem estado em maior destaque, pois tem-se aceitado que esses profissionais devem auxiliar na realização de atividades e apoiar os cursistas na resolução dos exercícios, assim como oferecer fontes alternativas de informação que favoreçam sua compreensão (LITWIN, 2001 *apud* MACHADO; MACHADO, 2004). Nesse contexto, estudos têm mostrado que o estabelecimento de um canal que permite conexão do cursista com tutores é fundamental para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem de cursos EaD (HACK, 2010; VEDOVE; CAMARGO, 2010). A plataforma Moodle escolhida para hospedar o curso atende esses requisitos, pois permite a troca de mensagens direta entre o cursista e o tutor, assim como a comunicação do tutor com todos os cursistas pelos fóruns de notícias e discussão.

Na tutoria, é exigido do tutor uma capacidade de interagir com os cursistas e estimular para que esses assim o façam entre si no intercâmbio de ideias sobre as problemáticas introduzidas pelos tutores nos fóruns de discussão. Assim, conforme

os apontamentos de Preti (2009), na modalidade EaD ocorre a troca de opiniões entre atores variados, ainda ao se limitar o público-alvo, sendo necessária uma abordagem sistêmica entre todos os envolvidos nos espaços de interação por parte do tutor para que haja a participação de todos durante as atividades em conjunto.

Como adotado pela equipe responsável pela elaboração do curso, é importante que na modalidade EaD os professores e tutores além de indicar bibliografias tomem a postura de pesquisadores e sejam autores dos materiais centrais disponibilizados aos cursistas para que os tornem menos dogmáticos e massificados (COLLARES; RUARO, 2007), pois como salienta Camargo e Silva (2017) ninguém melhor que estes para experimentar metodologias diferentes e elaborar instrumentos que possam ser úteis na constituição do processo de ensino aprendizagem. A elaboração dos materiais em linguagem simplificada foi resultado das reuniões periódicas com os professores, pesquisadores e discentes do projeto onde as decisões tanto sobre os temas a serem desenvolvidos quanto sobre as técnicas e a metodologia de ensino e de aprendizagem a serem apresentadas no curso foram discutidas e acertadas, levando em conta as percepções da equipe multidisciplinar.

Os materiais didáticos na EaD, ainda que voltados à formação continuada, precisam de técnicas para manter o público interessado e estratégias que instiguem o pensamento crítico. Assim, outra questão que merece ser destacada é a definição dos assuntos que serão debatidos em fóruns de discussão. Então, por meio da abordagem de problemáticas que os munícipes vivenciam, o tutor é capaz de instigar o pensamento crítico do público sobre assuntos atuais e de extrema importância no contexto do meio ambiente e da sociedade municipal. Além disso, visto o público-alvo, essa é uma alternativa para atores que atuam ou que pretendem atuar na gestão ambiental pensarem soluções para questões que não se encontram efetivamente resolvidas.

Nesse contexto, vê-se de grande valia a inclusão nas cartilhas e durante os fóruns de exemplos práticos que o público possa ter observado previamente, assim como problemas que facilmente são notados na cidade, no campo, na praia. A associação de imagens, *links* com explicações extras, vídeos, reportagens e livros sobre o assunto diversificam o conteúdo e constituem outra estratégia adotada para aproximar os cursistas e mostrar que os assuntos abordados no curso fazem parte da sua realidade.

A estruturação dos questionários com exercícios de fixação, em cada um dos módulos, e de avaliação, ao final do curso, atrelados às problemáticas reais que existem no município permite que o cursista resolva as questões e encontre soluções para os problemas com base nas informações que o material contém e com o conhecimento prévio que os profissionais e estudantes possuem.

Como produto do processo questionário de avaliação do curso, a Tabela 1 traz a média das notas que os cursistas da primeira turma do curso deram para perguntas referentes ao conteúdo das cartilhas, a qualidade das discussões e ao desempenho da tutoria. Pode-se observar que todos os requisitos avaliados do curso tiveram nota média acima de 4,3, sendo a nota máxima 5. Dessa forma foi possível entender quais pontos podem ser melhorados para as próximas ofertas do curso, planejadas para o segundo semestre de 2020.

**Tabela 1 – Avaliação da primeira oferta do curso de Características Socioambientais do Município do Rio Grande/RS**

Questões	Média das notas (de 1 a 5)
1) Quanto ao conteúdo da apostila do Módulo 1 – Aspectos físicos gerais	4,4
2) Quanto ao conteúdo da apostila do Módulo 2 – Biota e ecossistemas	4,6
3) Quanto ao conteúdo da apostila do Módulo 3 – Socioeconomia geral	4,8
4) Quanto ao conteúdo da apostila do Módulo 4 – Arranjos culturais, sociais e produtivos locais	4,8
5) Quanto a linguagem utilizada no material instrucional	4,7
6) Quanto a tutoria e ajuda nos professores	4,7
7) Quanto a qualidade das discussões nos fóruns	4,3
8) Quanto ao tempo proposto para realizar as atividades	4,9

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as)

## **A CONCEPÇÃO DO CURSO COMO PRÁTICA EXTENSIONISTA NA FORMAÇÃO DO TECNÓLOGO EM GESTÃO AMBIENTAL**

Ainda como resultado deste processo, é relevante discorrer sobre a concepção do curso de EaD na formação dos estudantes do Curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, do campus de São Lourenço do Sul. Cinco estudantes – de diferentes períodos – participaram desde a definição dos sujeitos, elaboração da proposta pedagógica, pesquisa e elaboração dos conteúdos do curso, material de apoio e concepção do material didático. Posteriormente, quando o curso foi ofertado, os estudantes integraram a equipe de tutores.

O envolvimento de cada estudante ocorreu, considerando suas habilidades e interesses. Contudo, contribui não apenas na sua formação afim – a gestão ambiental – como também na formulação de processos de ensino-aprendizagem e de base popular. Ainda que os estudantes cursem uma disciplina destinada à Educação no Processo de Gestão Ambiental, que se aproxima da concepção adotada no projeto em tela, não há tempo hábil em sala de aula em construir este tipo de proposta, fato que a experiência aqui se constitui em um aprendizado distinto. Não obstante, enquanto profissionais esta prática oportuniza atuar junto à sociedade, ampliando seu conhecimento sobre a legislação ambiental, os instrumentos necessários ao mesmo e a importância dos ambientes e das populações tradicionais para qualidade ambiental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção de um curso na modalidade educação a distância sobre os aspectos socioambientais, com informações que expressam a realidade ambiental, social, econômica e cultural do município do Rio Grande, através da adequação do conteúdo pelas estratégias relatadas previamente da educomunicação se mostra potencial para melhor aceitação e melhor entendimento dos assuntos propostos, tanto por aproximar os sujeitos quanto por incluir exemplos que o cursista já tem contato e problemáticas que este é capaz de observar em sua rotina. Além dessa visão, a metodologia adotada, característica da educação a distância, permite atingir um maior alcance, tanto em relação à facilidade de acesso pelo público quanto em função da possibilidade de ofertas periódicas do curso.

Vale destacar que o planejamento, elaboração e oferta do curso em questão, além de colaborar para a formação continuada de pelo menos 27 (vinte e sete) gestores ambientais do município do Rio Grande/RS na primeira turma, contribuiu na formação

acadêmica de 5 (cinco) estudantes do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental da FURG campus São Lourenço do Sul no âmbito do projeto de extensão LAM. Ao auxiliarem no levantamento dos conteúdos, pensarem a estruturação dos materiais e colaborarem no desenvolvimento de imagens gráficas, esses estudantes tiveram contato com relevantes questões sobre o meio ambiente, economia, cultura e grupos sociais do município, além de despertarem para importantes problemas socioambientais ao contribuírem na elaboração dos questionários. Não obstante, complementaram sua formação no sentido de compreenderem como ocorre a concepção de processos formativos, envolvendo intencionalidade pedagógica e visão crítica.

Como perspectivas futuras espera-se a continuação das ofertas do curso no segundo semestre do ano de 2020. Desse modo, a expectativa está em que os profissionais e estudantes que completaram e que concluirão o curso nas próximas turmas desenvolvam suas atividades levando em consideração o aprendizado gerado durante o curso.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à Secretaria do Município do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal do Rio Grande e ao Fundo Municipal de Meio Ambiente do Rio Grande/RS pelos recursos financeiros e à Universidade Federal do Rio Grande e ao Laboratório Interdisciplinar MARéSS – Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade pela infraestrutura disponibilizada.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Michele Rodrigues de Silva; MARTINS, Ivana Maria. Materiais didáticos impressos para educação a distância: Interfaces com práticas de linguagem. **Educação Temática Digital**, Berlim, v. 14, n. 2, p. 75-93, 2012. Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-358736>. Acesso em: 10 de jul. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002. 320 p.

BRASIL. **Lei nº 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília, DF: Presidente da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/LEIS/L6938.htm). Acesso em: 18 de jul. de 2020.

CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de; LAMIM-GUEDES, Valdir. Análise de um Material Didático Impresso para Educação a Distância da Área Ambiental. **Educação Ambiental em Ação**, Rio Claro, ano 17, v. 64, p. 1-12, 14 jun. 2018.

CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira de; SILVA, Otávio Henrique Ferreira. Adequação de qualidade de um material didático EaD: estudo de caso acerca de uma apostila impressa de um curso técnico da área ambiental. In: **Seminário Diálogos sobre EaD: As práticas pedagógicas**, 2., 2017, Belo Horizonte. Anais do [...]. Belo Horizonte: UEMG: Belo Horizonte, 2017.

COLLARES, Solange Aparecida de Oliveira; RUARO, Laurete Maria. Do material impresso à era digital – da invenção das cartilhas ao ciberespaço. In: **Congresso Internacional de Educação a Distância**, 13., 2007, Curitiba. Anais do [...] Curitiba, Associação Brasileira de Educação a Distância, 2007. Eixo Temático: Métodos e tecnologias, p. 1-10. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2007/tc/421200752853PM.pdf>. Acesso em: 18 de jul. 2020.

GOMÉZ, Guillermo Orozco. **Educomunicação: Recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. Porto Alegre: Editora Paulinas, 2014, p. 168.

HACK, Josias Ricardo. Linguagem Virtual e Audiovisual na EAD. In: TAFNER, Elisabeth Penzlien; TOMELIN, Janes Fidélis; HACK, Josias Ricardo; SIEGEL, Norberto. **Produção de materiais autoinstrutivos para EAD**. Indaial: Grupo ASSELVI, 2010, p. 59-87.



LITWIN, Edith. **Educação a Distância**: Temas para Debate de uma Nova Agenda Educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 105.

MACHADO, Liliana Dias; MACHADO, Elian de Castro. O papel da tutoria em ambientes de EAD. In: **Congresso Internacional de Educação a Distância**, 11., 2004, Salvador. Anais do [...] Salvador, Associação Brasileira de Educação a Distância, 2004, Eixo Temático: Formação de Profissionais para Educação a Distância. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2004/por/htm/022-TC-A2.htm>. Acesso em: 27 de set. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Responsabilidade Socioambiental**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

PRETI, Oreste. **Educação a distância**: fundamentos e políticas. Cuiabá: UFMT, 2009, 176 p.

SALES, Mary Valda Souza; NONATO, Emanuel do Rosário Santos. EaD e material didático: reflexões sobre mediação pedagógica. In: **Congresso Internacional de Educação a Distância**, 13, 2007, Curitiba. Anais do [...] Curitiba, Associação Brasileira de Educação a Distância, 2007, Eixo Temático: Métodos e Tecnologias. Disponível em: <http://iea.com.br/wp-content/uploads/2011/12/552007104704PM.pdf>. Acesso em: 08 de jul. 2019.

SANTOS JÚNIOR, Aníbal de Freitas; BATISTA, Hildonice de Souza. Opinião de estudantes universitários sobre a educação a distância (EaD), no contexto das ciências farmacêuticas. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 258-274, jul. 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: Contribuições para a reforma de Ensino Médio. Porto Alegre: Editora Paulinas, 2012, 104 p.

TRAJBER, Rachel. Educomunicação para Coletivos Educadores. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio. **Encontros e Caminhos**: formação de educadores(as) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, 2005, 454 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **TIC na educação do Brasil**. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/digital-transformation-and-innovation/ict-in-education/>. Acesso em: 30 de set. 2019.

VEDOVE, Juliana Cereda Dale; CAMARGO, Rori Teresinha Munaretti de. A influência da empatia na relação tutor-aluno. **Intersaberes**, Florianópolis, ano 3, v. 3, n. 6, jul. 2008. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/viewFile/135/10>. Acesso em: 27 de set. 2019.

## ARTIGO 23

### EXCURSÕES DE UM LABORATÓRIO ITINERANTE: KITS ANALÍTICOS QUALITATIVOS PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUAS NATURAIS

Área temática: Meio ambiente

Edi Morales Pinheiro Junior<sup>\*</sup>; Maria da Graça Zepka Baumgarten<sup>\*\*</sup>;  
Tobias Sérvulo Rodrigues de Sousa<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Técnico Químico, Instituto de Oceanografia (IO), Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*</sup> Coordenadora desta ação de extensão. Professora Titular, Instituto de Oceanografia (IO), Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

<sup>\*\*\*</sup> Acadêmico do Curso de Oceanologia, Instituto de Oceanografia (IO), Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

## EXCURSÕES DE UM LABORATÓRIO ITINERANTE: KITS ANALÍTICOS QUALITATIVOS PARA A AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUAS NATURAIS

Edi Morales Pinheiro Junior; Maria da Graça Zepka Baumgarten;  
Tobias Sérvulo Rodrigues de Sousa

### RESUMO

O trabalho evidencia a prática de um “Laboratório Itinerante”, que é um projeto permanente que foca a avaliação qualitativa das águas e efluentes. Se baseia no uso de 3 kits analíticos manuais, que analisam, respectivamente, os níveis de ferro, de cloretos e de fósforo. As análises feitas *in locu* fornecem resultados imediatos de baixo custo. Destinam-se a estudantes e a profissionais atuantes no assunto, bem como a comunidade em geral. Cada kit contém os reagentes, as instruções e os materiais para as análises propostas. O kit do ferro (Fe) dissolvido identifica a potabilidade de águas subterrâneas consumidas, em termos de serem ou não ferruginosas. O kit dos cloretos (Cl<sup>-</sup>) identifica os níveis de salinidade da amostra e o kit do fósforo (P) dissolvido identifica a contaminação das águas e efluentes em matéria orgânica e compostos fosfáticos. As análises são baseadas na colorimetria visual, na qual a adição dos reagentes na amostra forma uma cor com uma intensidade proporcional à concentração de cada elemento analisado (alaranjada para o ferro, azul para o fósforo e turbidez branca para os cloretos). Após a reação, a amostra reagida é comparada com uma cartela específica para cada kit, contendo uma tabela de tons gradativos da cor em questão. Cada tom está associado a um nível de concentração. Esta atividade proporciona aos participantes a alfabetização científica e o empoderamento de sujeitos por meio deste conhecimento, na busca dos seus direitos e possíveis reivindicações junto a setores da sociedade, além da popularização da ciência por meio da extensão universitária.

**Palavras-chave:** Águas naturais; Efluentes; Ferro; Cloretos; Fósforo.

### INTRODUÇÃO

É indiscutível e necessária no meio acadêmico universitário, a criação de instrumentos capazes de melhorar a comunicação, cooperação e disseminação de informações internamente às coletividades científicas e tecnológicas (pesquisadores, empresários, mídia, ONGs, entre outros) e, a interatividade e aproveitamento do conhecimento entre essas e os centros de decisão política. A divulgação C&T entre o público em geral e junto aos estudantes, objetiva a ampliação do conhecimento, de forma a democratizar o debate sobre o tema e melhorar as possibilidades de tomada de decisões de sujeitos na sociedade (BAUMGARTEN, 2008).

É necessário que o conhecimento acadêmico seja disponibilizado a serviço da comunidade que dele necessita para melhorar sua qualidade de vida nos aspectos relacionados ao foco do conhecimento gerado e disponibilizado (BAUMGARTEN *et al*, 2015). Segundo Turra, A. (extraído de <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/oceanos-pulmao-mundo-esquisador/>), “um cientista precisa ser, cada vez mais, protagonista da informação. Não adianta ficar apenas dentro dos laboratórios e não interagir com a sociedade. É preciso comunicar de forma simples e objetiva aquilo

que nós, cientistas, defendemos”. Diante disso, fica explícito que é assim que a sociedade e os políticos vão “sentir na pele” a importância e a necessidade dos cientistas e de suas pesquisas.

Dentro desse contexto, a disseminação sob forma de “excursões” em eventos públicos na academia e nas comunidades urbanas, do “Laboratório Itinerante” aqui apresentado, proporciona instrumentos para favorecer a *comunicação* e a *disseminação* dos conhecimentos, informações científicas e tecnológicas com a sociedade.

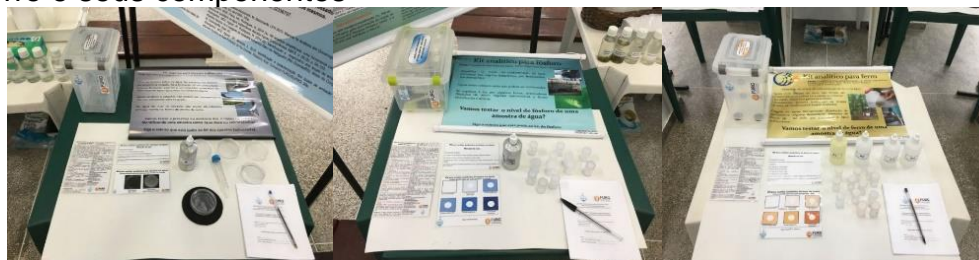
O presente trabalho demonstra a relevância de um “Laboratório Itinerante”, o qual é um projeto que discute a qualidade das águas e efluentes. Este projeto é permanente do Laboratório de Ensino de Oceanografia Química (LEO*quím*, <https://leoquim.furg.br/extensao>, do Instituto de Oceanografia – IO/FURG). Se baseia no uso de 3 *kits* analíticos qualitativos manuais e portáteis, que analisam, respectivamente, o ferro (Fe) dissolvido, os cloretos (Cl<sup>-</sup>) e o fósforo (P) dissolvido. O *kit* do ferro (identifica a potabilidade de águas subterrâneas consumidas, em termos de serem ou não ferruginosas. O *kit* dos cloretos identifica os níveis de salinidade da amostra e o *kit* do fósforo identifica a contaminação das águas e efluentes por matéria orgânica decomposta e compostos fosfáticos (exemplo fertilizantes).

Considerando o tripé ensino-pesquisa-extensão como o dinamizador do funcionamento da Universidade, a criação e a disseminação do uso destes artefatos tecnológicos (*kits* analíticos) possibilitam ações extensionistas na busca de internalizar demandas sociais. Como horizonte, é proposta a transformação dessas demandas (DAGNINO, 2010) em atividades constituintes da agenda das pesquisas do LEO*quím*.

## METODOLOGIA

Em cada evento de atuação do Laboratório Itinerante são disponibilizadas em mesas expositoras 2 unidades de cada *kit* analítico, além de amostras de águas superficiais e subterrâneas (de poços) previamente coletadas em diferentes ambientes para os visitantes interessados poderem vivenciar as análises. Previamente, há a divulgação da atividade convidando os interessados a trazerem amostras de seu interesse que desejam avaliar. Após feitas as análises, cada analista recebe e preenche um laudo analítico ilustrado com os resultados da qualidade da amostra analisada o que tem visivelmente favorecido o empoderamento de sujeitos na busca dos seus direitos e possíveis reivindicações junto a setores da sociedade, uma vez de posse dos resultados obtidos.

**Figura 1** – Exposição para a comunidade dos *kits* analíticos dos cloretos, fósforo e ferro e seus componentes



Fonte: Acervo do Laboratório de Ensino de Oceanografia Química (LEO*quím*)

São disponibilizadas 2 unidades de cada um dos *kits*: do fósforo; do Ferro; e dos cloretos.

Estes kits se fundamentam na colorimetria visual (métodos analíticos descritos em Baumgarten *et al* (2010 e 2014). Em cada amostra colocada no recipiente analítico que vem em cada *kit* (pequena proveta) e seguindo o manual de uso, são adicionados os reagentes específicos para cada elemento analisado que vem no respectivo *kit*. A intensidade da coloração adquirida pela amostra é proporcional à concentração do elemento químico analisado. Na análise do ferro se formam tons alaranjados; na do fósforo se formam tons de azul; nas análises dos cloretos se forma ou não um precipitado branco indicando a salinidade da amostra. Compara-se então a amostra reagida com uma cartela de cores (Figura 2), contendo uma tabela de tons gradativos, em que cada tonalidade identifica um dos níveis também gradativos de contaminação.

**Figura 2** – Cartelas de cores identificadoras dos níveis de contaminação das amostras analisadas com os kits analíticos. Cada tonalidade identifica um dos níveis gradativos de contaminação ou da presença de sais no caso do *kit* dos cloretos



Fonte: Acervo do Laboratório de Ensino de Oceanografia Química (LEOquím)

Considerando desde o início do segundo semestre de 2018 até o momento a participação tem se efetivado nos seguintes eventos (Figura 3):

- 1) Mostra na Trilha Multicultural, FURG, agosto/2018;
- 2) Mostra interativa e oficina no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS 36), UFRGS. Porto Alegre – RS, setembro/2018;
- 3) Mostra de Extensão e Cultura na 17.<sup>a</sup> Mostra da Produção Universitária. FURG, outubro/2018;
- 4) Mostra na 23.<sup>a</sup> Semana Aberta. FURG, outubro/2018;
- 5) Oficina na Feira de Ciências, da E.M.E.F. Prof.<sup>a</sup> Wanda Rocha Martins. Rio Grande – RS/Cassino, novembro/2018;
- 6) Oficina no Movimento Interfaces: conhecimentos para além dos muros. FURG, novembro/2018;



- 7) VI Semana Acadêmica da Gestão Ambiental. FURG, dezembro/2018;
- 8) Oficina/piloto do projeto de extensão “Laboratório Itinerante: Simplificando a avaliação da qualidade das águas de Rio Grande”, no Centro de Ciências do Mar (CCMar). Rio Grande, RS, em maio/2019;
- 9) Mostra da Educação & Ciência da FURG na Praça Dr. Pio. Rio Grande, em maio/2019.

**Figura 3** – Mosaico das imagens dos eventos públicos da atuação do “laboratório Itinerante”



Fonte: Acervo do Laboratório de Ensino de Oceanografia Química (LEOquím)

## DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS

Além dos eventos públicos acima descritos, os *kits* analíticos são úteis em projetos de extensão que propõem análises massivas, *in locu*. Nesse sentido, o *kit* do ferro foi usado em um projeto desenvolvido em comunidades de Rio Grande (RS), sem suprimento de água potável canalizada, visando avaliar a qualidade da água subterrânea consumida nas casas. A área piloto dessa proposta foi a Ilha dos Marinheiros. Foram avaliadas 309 casas dentre as cerca de 514 existentes. Os resultados identificaram que em 42% das casas estava sendo consumida água subterrânea ferruginosa (contaminação média a muito forte) (BAUMGARTEN *et al*, 2015). Empoderados com esse conhecimento (receberam laudos analíticos), a população reivindicou junto ao poder público, soluções oficiais, inseridas no Plano Municipal de Saneamento Básico, para amenizar o problema (ENGEPLUS, 2013).

Quanto ao *kit* do fósforo, ele foi essencial para o desenvolvimento do diagnóstico que identificou, caracterizou e mapeou todos os locais de lançamento de efluentes líquidos nas margens da área portuária de Rio Grande (RS). Esse documento foi bastante significativo no processo de renovação da Licença de Operação do Porto do Rio Grande pelo IBAMA. O artigo gerado por essa pesquisa ficou em segundo lugar num prêmio nacional (BAUMGARTEN *et al.*, 2017).

Portanto, com o uso destes *kits*, fica facilitada a proposta pretendida de formar multiplicadores do uso e do desenvolvimento deles para a avaliação massiva da qualidade da água e efluentes, com baixo custo e fácil operacionalidade. Além disso, eles proporcionam experiências analíticas simples para comunidades, acadêmicas ou não; e, com isso, fica incentivado nos jovens e nos participantes em geral das análises, o interesse pela química ambiental e pelo uso racional das águas em que vivem.

Nas exposições públicas, a avaliação da efetividade da proposta é medida pela demonstração de interesse do público em fazer as análises, interpretar e saber detalhes dos *kits*. Comunidades estudantis externas ao LEOquím da FURG têm mostrado interesse em reproduzirem os *kits*, tornando-os úteis e populares em suas atuações, acadêmicas ou não. São incentivados a criarem ações, como projetos ou cursos de Educação Ambiental, a serem aplicados em sala de aula, Associações de bairros e ONGs, na busca da sensibilização e do conhecimento da qualidade das águas e efluentes. Assim, consideramos que a Extensão favorece a formação de um espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta atividade proporciona aos participantes a alfabetização científica e o empoderamento deste conhecimento, buscando a popularização da ciência pela extensão universitária.

A disponibilização destes *kits* analíticos para a comunidade tem permitido a exteriorização popular dessa tecnologia desenvolvida no meio acadêmico, reforçando para as comunidades, a importância do trabalho de pesquisa da academia, além das atividades didáticas rotineiras. A pesquisa científica do tipo desta que gerou estes *kits* analíticos, quando bem disseminada, amplia os horizontes intelectuais da comunidade. Isso propicia que os sujeitos reivindiquem seus direitos e busquem melhorias em suas qualidades de vida.

## REFERÊNCIAS

- BAUMGARTEN, M. **Conhecimento e sustentabilidade**: políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Editora Sulina, 2008.
- BAUMGARTEN, M. G. Z.; WALLNER-KERSANACH, M. e NIENCHESKI, L. F. H. **Manual de análises em oceanografia química**. 2. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 2010.
- BAUMGARTEN, M.G.Z. e AGUIAR, V.F. **Identificação e caracterização dos locais de lançamento de efluentes líquidos na enseada estuarina saco da mangueira** (Rio Grande – RS). 2014.
- BAUMGARTEN, M.G.Z. e PAIVA, M.L. 2014. **Kit analítico**: ferramenta para avaliação massiva da qualidade da água subterrânea. Rev. Águas Subterrâneas. SP, ABAS, v. 28, n. 2.
- BAUMGARTEN, M.G.Z.; AGUIAR, V.F. e ALMEIDA, Lucas. **Porto do Rio Grande (Estuário da Lagoa dos Patos – RS)**: identificação e caracterização dos locais de lançamento de efluentes líquidos nas margens. Segundo Lugar: Prêmio ANTAQ 2017 de Sustentabilidade Aquaviária. Categoria: artigo técnico e científico. Brasília, 40p, Disponível em: <https://leoquim.furg.br/images/arquivos/artigos/portodorio.pdf>. Acesso em: dez. 2020.
- BAUMGARTEN, M.G.Z.; PAIVA, M.L. e RODRIGUES, H.R.S. 2015. **A extensão universitária atuando na avaliação e na melhoria da qualidade da água subterrânea consumida por uma comunidade carente de água potável**. Experiência, Santa Maria: UFSM, v. 1, n. 1, pp. 120-133, 2015.
- DANIGNO, R. Uma estória sobre Ciência e Tecnologia, ou Começando pela extensão universitária. In: DAGNINO, Renato. (Org.). **Estudos sociais da ciência e tecnologia e política de ciência e tecnologia**: abordagens alternativas para uma nova América Latina. Campina Grande – PB: EDUEPB, pp. 281-311, 2010.

## ARTIGO 24

# SEMENTES CRIOULAS: CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO VALE DO RIO PARDO

Área temática: Meio ambiente  
Marina Augusta Tauil Bernardo<sup>\*</sup>; Adair Pozzebon<sup>\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Mestranda em extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); aluna da Pós-graduação em Agroecologia e Produção Orgânica – UERGS-SCS.

<sup>\*\*</sup> Monitor da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul, professor colaborador da Pós-graduação em Agroecologia e Produção Orgânica e coordenador do projeto – UERGS-SCS.



# **SEMENTES CRIOULAS: CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO NO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA ARTICULAÇÃO EM AGROECOLOGIA NO VALE DO RIO PARDO**

Marina Augusta Tauil Bernardo; Adair Pozzebon

## **RESUMO**

Na perspectiva de que as sementes crioulas, patrimônio da humanidade e de todos os povos, possuem valor histórico e simbólico como um bem sagrado, e que mantem a agricultura a mais de 10.000 anos, a manutenção das sementes crioulas de forma territorial e local decorrem de articulações e ações junto às comunidades rurais, fruto da resistência de movimentos e organizações sociais populares. Nessa ótica, como parte do trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/RS (UERGS), este estudo objetivou realizar investigação social de atividades realizadas por entidades participantes da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP), juntos aos agricultores familiares que resguardam sementes crioulas. A partir da utilização de questionário semiestruturado como instrumento de levantamento de dados, averiguou-se que 12 entidades realizam atividades relativas às sementes crioulas no território em questão.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Sementes Crioulas; AAVRP; UERGS.

## **INTRODUÇÃO**

Sementes Crioulas traduzem a biodiversidade brasileira, pois são fruto de um trabalho de seleção natural passadas de geração em geração, e refletem o poder de decisão do agricultor sobre o que plantar e a escolha do modo de produção, implicam na autonomia do consumo e comercialização, na construção de saberes populares, na soberania e segurança alimentar e nutricional. Ademais, contribuem ao fortalecimento dos agroecossistemas tradicionais e, por possuírem melhor capacidade de adaptação local, apresentam mais resistência a pragas e doenças e menos dependência de insumos externos, de acordo com Santilli (2009), do que as sementes de alto rendimento.

Entretanto, a conservação das sementes crioulas, que estão em poder de agricultores, nunca esteve presente na narrativa oficial como um elemento importante para o desenvolvimento regional, visto que não se trata de algo que carrega um valor monetário expressivo. No entanto, tais variedades têm se mostrado como fundamental para a autossuficiência alimentar das famílias agricultoras, que resistem ao longo de gerações e fomentam espaços de troca de saberes e sementes no contexto regional.

Nesta perspectiva, tendo como foco de análise as entidades que compõem a Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo – AAVRP, o estudo objetivou realizar investigação social de atividades realizadas por Entidades participantes da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP), juntos aos agricultores familiares que resguardam sementes crioulas, no âmbito do Vale do Rio Pardo, região que abrange 23 municípios localizados na Região Central do Rio Grande do Sul.

Âmbito regional que, apesar do predomínio de áreas rurais e da Agricultura Familiar Camponesa, conforme dados do IBGE (2010), é mais conhecido pela presença imponente de indústrias fumageiras transnacionais, o que resulta no amplo cultivo e produção de tabaco nas propriedades de agricultores familiares da região.

E, nesse sentido, de acordo com Feldmann (2005):

é preciso um olhar crítico sobre as questões relacionadas à produção e ao consumo, ao desenvolvimento econômico e social e aos aspectos de sustentabilidade, frente a degradação e dilapidação acelerada dos recursos naturais do planeta e a agravamento do problema dos resíduos sólidos, bem como dos problemas sociais decorrentes (FELDMANN, 2005, p.147)

Com isso, torna-se de suma importância que movimentos sociais de resistência, como as ações realizadas pelas entidades que compõem a AAVRP, que atuam de forma a reduzir o avanço dos monocultivos e em prol do reconhecimento dos agricultores que preservam as sementes crioulas, sejam estudados e retirados da invisibilidade. Como aponta Carvalho (2003):

O uso continuado da semente nativa ou crioula é a maneira social e ambientalmente mais contundente de resistência contra a exclusão social. É a forma mais direta de rejeição (negação) do modelo tecnológico imposto pelas empresas multinacionais oligopolistas de sementes híbridas e transgênicas (CARVALHO, 2003, p.109).

Ademais, a atuação de extensão universitária decorreu de parte do projeto do trabalho de conclusão de curso referente à Pós-graduação em Agroecologia e Produção Orgânica na UERGS – unidade Santa Cruz do Sul, com intuito de equacionar futuros estudos e contribuir com futuras organizações conjuntas das Entidades componentes da AAVRP, contribuindo à redução da ocorrência de erosão genética e sociocultural que, de acordo com Santilli (2009), decorrem da perda das sementes crioulas.

Nessa ótica, o objetivo do presente trabalho foi realizar investigação social de atividades realizadas por entidades participantes da Articulação em Agroecologia do Vale do Rio Pardo (AAVRP), juntos aos agricultores familiares que resguardam sementes crioulas, de forma a realizar levantamento de ações ocorridas nesse âmbito de atuação, bem como a forma que as entidades os apoiam via redes de cooperação na promoção das sementes crioulas.

## **METODOLOGIA**

De forma a compor o trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/RS, foram cumpridas três etapas metodológicas, seguindo uma abordagem qualitativa (GODOY, 1995), de forma a realizar investigação social de atividades realizadas por entidades participantes da AAVRP, juntos aos agricultores familiares que resguardam sementes crioulas no âmbito do território de atuação.

Dentro desta perspectiva, foram utilizadas as técnicas de observação direta intensiva e extensiva, que segundo Marconi e Lakatos (2003, p.190): “(...) obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade”, sendo essa, portanto, o ponto de partida da investigação social, realizada em três etapas:

### **1ª Etapa:**

Na primeira etapa houve a participação em uma reunião da AAVRP, como forma de apresentar a proposta e objetivos do estudo, além de obter algumas informações em relação às entidades.

**Figura 1** – Apresentação da proposta em Reunião com as Entidades que compõem a AAVRP



Fonte: Acervo pessoal dos autores

### **2ª Etapa:**

Enviado um questionário semiestruturado por e-mail a cada representante indicado pelas entidades, com o intuito de informar a área de atuação, as atividades e os eventos que promovem e/ou participam e a indicação de agricultores familiares que atuam na promoção e resguardo de sementes crioulas, bem como a forma que apoiam sua construção e organização via redes na conservação das sementes crioulas.

### **3ª Etapa:**

Nessa terceira etapa, os questionários preenchidos pelas entidades foram recebidos por e-mail e realizado análise dos dados obtidos e apresentados de forma sistemática aos representantes das Entidades envolvidas em reunião da AAVRP.

Ademais, é válido apontar que se pretende, posteriormente, com base no levantamento realizado junto às entidades, a realização de um estudo mais aprofundado, a partir de observação participativa junto a uma mostra do conjunto de agricultores familiares apontados.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

Decorrente da análise dos dados obtidos, que foram enviados pelas entidades componentes da AAVRP, foi possível verificar que ocorrem atividades, eventos, organização em redes e ações de extensão, além de indicarem agricultores familiares assistidos na produção, resguardo, troca e comercialização de sementes crioulas.

Das 21 entidades, 12 responderam ao questionário, são elas: CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor), EFASC (Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul),

EFASOL (Escola Família Agrícola de Vale do Sol), Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado de Santa Cruz do Sul (vinculado a SEMA), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), STR Santa Cruz (Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), EMATER/RS (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), ABHP SUL (Associação Brasileira de Homeopatia Popular Comunitária – Núcleo Sul), CPT (Comissão Pastoral da Terra), Sítio Sucuruá, APL VRP – Arranjo Produtivo Local de Agroindústria e Alimentos da Agricultura Familiar do Vale do Rio Pardo e APAS – Associação de Produtores de Alimentos de Sinimbu.

**Figura 2** – Logomarca da AAVRP e respectivas Entidades que a compõe



Fonte: Acervo pessoal dos autores

Nesse viés, duas entidades apontaram que não atuam diretamente junto aos agricultores familiares que resguardam sementes crioulas: Balcão de Licenciamento Ambiental Unificado de Santa Cruz do Sul (vinculado a SEMA), apresentando a justificativa de que “não desenvolvemos atividades diretamente com sementes crioulas, mas com sistemas agroflorestais que podem tê-las em cultivo”, e ABHP SUL (Associação Brasileira de Homeopatia Popular Comunitária – Núcleo Sul), de que informaram que promovem “o uso de homeopáticos e fitoterápicos na produção, desenvolvimento e armazenagem de grãos e sementes, bem como combate às pragas”.

Ademais, as outras 10 entidades apontaram o total de 35 agricultores familiares que dão assistência e realizam atividades relativas às sementes crioulas no território em questão. Com formas diversas de atuação, todas as entidades informaram atuar junto à agricultura familiar da região e, de forma mais específica, informaram promoverem e incentivarem a participação de Agricultores Familiares nos Encontros Regionais de Sementes Crioulas e Mostra de Agroindústrias que já está na sua 4ª edição, além de divulgarem cursos, a publicação da revista elaborada pela AGEFA/EFASC em parceria com a Secretária de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo – SDR/RS<sup>1</sup> no ano de 2017, seminários e dias de campo relativos às sementes crioulas.

<sup>1</sup> A Revista Sementes Crioulas, elaborada pela AGEFA/EFASC em parceria com a SDR/RS pode ser acessada em: [https://issuu.com/agefa/docs/revista\\_sementes\\_crioulas\\_eletronico](https://issuu.com/agefa/docs/revista_sementes_crioulas_eletronico)

**Figura 3 – Evento de Sementes Crioulas na EFASC**



Fonte: Acervo pessoal dos autores

Conforme apontado pelas entidades, fundada no final de 2013, a AAVRP busca contribuir para a promoção e fomento da produção orgânica e da Agroecologia na região, cumprindo o seu papel de agrupar as entidades periodicamente, promover a unidade e a partilha de agendas comuns, bem como organizar eventos regionais, tais como o Seminário Regional de Agroecologia do Vale do Rio Pardo, que já está sendo construída a sua 5ª edição para 2019.

Ademais, de forma a contribuir com a formação acadêmica no processo de finalização da Pós-graduação, a ideia de uma extensão a serviço de um processo transformador, emancipatório e democrático, de acordo com Freire (1987), permeia de uma ação desenvolvida a partir do diálogo e respeito à cultura local, o que pode ser observado nas atividades realizadas. E, nesse sentido, “quanto mais os homens assumem uma postura ativa na investigação de sua temática, tanto mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade e, explicitando sua temática significativa, se apropriam dela” (*Ibid.*, 1987, p.98).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho desenvolvido demonstra que as entidades que compõem a AAVRP realizam atividades de forma local e regional de promoção, fomento e valorização das sementes crioulas a quem as multiplica e conserva. Entretanto, de forma sistematizada, até o momento, não havia um levantamento de forma específica sobre tais ações. E, nesse viés, a investigação social servirá como forma de valorizar e ampliar a construção de uma agenda conjunta e a organização de ações/atividades que fortaleçam a conservação da biodiversidade e o fomento da Agroecologia na região.

E, ademais, os momentos de construção da investigação social possibilitaram o intercâmbio de conhecimento e de experiências contribuindo para formação acadêmica dos envolvidos, além de possibilitar novos estudos e articulações de futuras ações conjuntas das entidades que compõem a AAVRP em prol da conservação das sementes crioulas.



## REFERÊNCIAS

CARVALHO, H. M. **Sementes**: patrimônio do povo a serviço da humanidade. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

FELDMANN, F. A parte que nos cabe: consumo sustentável? In: TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio Ambiente no Século 21** – 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. 4 ed. Campinas – SP: Armazém do Ipê, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GODOY, A. S. **Uma revisão histórica dos principais autores e obras que refletem esta metodologia de pesquisa em Ciências Sociais**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica** – 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

## ARTIGO 25

### FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL

Área temática: Meio ambiente

Tatiana Walter<sup>\*</sup>; Eduardo Dias Forneck<sup>\*\*</sup>; Patricia Tometich<sup>\*\*\*</sup>;  
Tanize Dias<sup>\*\*\*</sup>; Caio Floriano dos Santos<sup>\*\*\*</sup>; Thaís Veçozzi<sup>\*\*\*</sup>;  
Leon Barreto Gonçalves Rosa<sup>\*\*</sup>; Fabiane Fagundes da Fonseca<sup>\*\*</sup>;  
Bianca Moreira Caetano<sup>\*\*\*</sup>; Marcia Borges Umpierre<sup>\*\*\*\*</sup>;  
Cristiane Simões Netto Costa<sup>\*\*\*\*\*</sup>; Roberta Pohren<sup>\*\*\*\*\*</sup>; Brenda Valim<sup>\*\*\*\*\*</sup>;  
Alexandre Farias Terra<sup>\*\*\*\*\*</sup>; Murilo Antonio Rodrigues Silva<sup>\*\*\*\*\*</sup>; Andriele Teixeira<sup>\*\*\*\*\*</sup>



<sup>\*</sup>Professora do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, Campus São Lourenço do Sul, Instituto de Oceanografia, Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Coordenadora do Projeto de Extensão.

<sup>\*\*</sup>Professor do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental, Campus São Lourenço do Sul, Instituto de Oceanografia, FURG.

<sup>\*\*\*</sup>Pesquisador(a) associado(a) ao Laboratório MARéSS para execução do projeto, FURG.

<sup>\*\*\*\*</sup>Professora no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Campus São Lourenço do Sul, Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup>Professora no curso Bacharelado em Administração, Campus de Santo Antônio da Patrulha. Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup>Professora do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – Campus Carreiros, Instituto de Oceanografia, FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup>Acadêmica(o) do curso de Tecnologia em Gestão Ambiental – Campus São Lourenço do Sul. FURG. Bolsista de Extensão

<sup>\*\*\*\*\*</sup>Acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Campus São Lourenço do Sul. FURG. Bolsista de Extensão

## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES AMBIENTAIS NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL**

Tatiana Walter; Eduardo Dias Forneck; Patricia Tometich; Tanize Dias;  
Caio Floriano dos Santos; Thaís Veçozzi; Leon Barreto Gonçalves Rosa;  
Fabiane Fagundes da Fonseca; Bianca Moreira Caetano; Marcia Borges Umpierre;  
Cristiane Simões Netto Costa; Roberta Pohren; Brenda Valim;  
Alexandre Farias Terra; Murilo Antonio Rodrigues Silva; Andriele Teixeira

### **RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão “Formação Continuada de Gestores Ambientais no Contexto do Licenciamento Ambiental Municipal”, organizado em três eixos de ações: i) o estabelecimento de diretrizes e procedimentos para a qualificação do licenciamento ambiental; ii) a promoção da participação popular na política ambiental municipal e; iii) a qualificação da formação em gestão ambiental para diferentes grupos sociais. Considerando-se os desafios e lacunas identificados nos processos de licenciamento ambiental, no município do Rio Grande, Rio Grande do Sul, o projeto foi desenvolvido por meio da parceria entre a Secretaria de Município do Meio Ambiente e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), especialmente o Laboratório Interdisciplinar Mapeamento em Ambientes, Resistência, Sociedade e Solidariedade – MARÉSS, do Instituto de Oceanografia e do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. Na sua implementação, o projeto tem promovido um estreitamento da relação da Universidade com o Poder Público Municipal e com a comunidade, com vistas a qualificação da gestão ambiental pública. Tem atuado tanto em diagnósticos, como na proposição de procedimentos como e na formulação e implementação de processos formativos. Além disso, tem promovido a qualificação na formação acadêmica e profissional dos participantes do projeto, seja pelo seu envolvimento na elaboração de conteúdo, seja pela participação nos cursos e eventos realizados.

**Palavras-chave:** Licenciamento ambiental; Rio Grande/RS; Participação popular.

### **INTRODUÇÃO**

O licenciamento ambiental é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituído pela Lei 6.938/1981, e tem, como objetivo, garantir o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 1981). No Brasil, este é o instrumento da gestão ambiental que possui maior grau de institucionalização no poder público, principalmente nos níveis federal e estadual. Contudo, historicamente, a esfera municipal, responsável por emitir as licenças das atividades de impacto local, apresenta lacunas no tocante à disponibilidade de recursos e aspectos político-institucionais.

No caso do Rio Grande do Sul, os últimos anos são demarcados por um processo acelerado de municipalização do licenciamento ambiental, em que parte das atividades licenciadas pelo estado tem sido repassada aos municípios. Para o município do Rio Grande, inúmeros têm sido os desafios oriundos desse processo: Rio Grande tem população estimada de 211.005 habitantes (IBGE, 2019) e presença



de ecossistemas frágeis<sup>1</sup>, como beira de praia, dunas e restingas, além de um complexo heterogêneo de áreas úmidas costeiras e continentais (SEELIGER; ODEBRECHT, 2010). Sua economia apresenta uma variedade de atividades econômicas, totalizando 5.379 unidades formais ativas, considerando as áreas da Indústria, Construção, Comércio e Serviços, registrados no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em 2015 (IBGE, 2018). Dada à diversidade de atividades econômicas de grande e excepcional porte, o município apresenta vocação para instalação de novos empreendimentos populares de ordem periférica a essas atividades, como pequenos empreendimentos de comércio e serviços (D'AVILA; BRIDI, 2017). Convém ressaltar a existência de empreendimentos que se encontram em operação e devem ser regularizados, pois um processo crescente da economia informal acompanha a crise econômica, vivenciada no município nos últimos anos.

Nesse contexto, o presente texto visa apresentar as atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Extensão “Formação Continuada de Gestores Ambientais no Contexto do Licenciamento Ambiental Municipal – LAM”, cujo objetivo é o fortalecimento do licenciamento ambiental municipal. Suas ações articulam a elaboração de diretrizes e procedimentos, junto à Secretaria de Município do Meio Ambiente – SMMA, a processos formativos destinados aos diversos atores envolvidos no licenciamento ambiental, a saber: gestores públicos, empreendedores, consultores, profissionais da área ambiental e sociedade civil. O projeto em tela é financiado com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA, de responsabilidade do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande – COMDEMA.

## **METODOLOGIA**

Iniciado em 2016, o projeto LAM está organizado em três eixos que são executados de forma articulada. O primeiro deles envolve o estabelecimento de diretrizes e procedimentos, com vistas ao fortalecimento do licenciamento ambiental municipal. Para tal, coteja diagnóstico – envolvendo legislação vigente e procedimentos atuais – à experiência e ensejo dos técnicos da SMMA, de forma a buscar soluções acerca dos desafios e fragilidades, verificadas na atualidade. Essa ação tem sido contínua, desde o início do projeto e, no último ano, maior ênfase tem sido dada aos empreendimentos populares, especialmente aos de baixo potencial poluidor, de mínimo e pequeno porte. Com base no diagnóstico, foi definida uma metodologia contendo tipologias de atividades similares, no que tange aos aspectos e impactos ambientais, para serem propostas normativas e procedimentos.

Em paralelo, um segundo eixo destina-se à maior participação popular na política ambiental, com o intuito de promover a democratização sobre as decisões em torno do ambiente, e a maior inserção da sociedade no licenciamento ambiental. Calcado em um diagnóstico sobre a participação social na política ambiental municipal, realizado entre meados de 2018 até início de 2019, nos últimos meses, se iniciou um processo de mobilização da sociedade civil organizada e a concepção de processos formativos específicos para esse grupo. Tais processos formativos destinam-se aos catadores de materiais recicláveis, associação de moradores, entidades de pescadores artesanais, dentre outros,

---

<sup>1</sup> São caracterizados como ecossistemas frágeis aqueles considerados importantes pelas suas especificidades e raridade de recursos que os constituem, como exemplo as terras úmidas, ilhotas e áreas costeiras (AGENDA 21, 1992).

sendo a produção de conteúdo realizada a partir da concepção de educomunicação<sup>2</sup>, com inspiração na educação popular.

Ambos os eixos são estruturados a partir da pesquisa-ação (THIOLLENT, 2004). Ou seja, tem, como centralidade, o sujeito com quem se deseja atuar e articula caracterização e formação, o pensar e agir de gestores ambientais e da sociedade civil. A partir do diálogo com tais grupos, são definidas as estratégias de formação junto aos mesmos.

O terceiro eixo faz uso dos resultados e formulações dos eixos anteriores, para estruturar os processos formativos aos diversos grupos, constituídos por cursos (presenciais ou na modalidade EaD) e por seminários. Para tal, envolve a formulação de conteúdos e formatos específicos para materiais didáticos ou informativos (cartilhas, guias de boa prática, site, folders, material audiovisual etc.).

De forma transversal, permeia toda execução do projeto: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e a interdisciplinaridade da equipe. Composta por diferentes áreas do conhecimento, envolvendo gestão ambiental, cooperativismo, educação popular e educomunicação, bem como níveis distintos de formação (graduação, pós-graduação e profissionais experientes nessas diferentes áreas), o projeto tem oportunizado a formação da própria equipe técnica.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

Esse tópico foi dividido em subitens para facilitar a leitura e a compreensão sobre o desenvolvimento das atividades do projeto: (i) definição de procedimentos junto à SMMA; (ii) participação popular na política ambiental; e (iii) processos formativos. Todos esses processos estão intercalados e possuem o objetivo de fortalecer e qualificar o licenciamento ambiental no município do Rio Grande.

### **Definição de procedimentos junto à SMMA**

Ao longo de sua execução, uma agenda de encontros, entre equipe do projeto, técnicos da SMMA e Secretário de Município do Meio Ambiente, vem sendo realizada, de forma a priorizar as ações ao longo do tempo. Entre os temas desses encontros, estão: (i) padronização dos procedimentos de avaliação de estudos ambientais requeridos, para obtenção de licenças ambientais, através de um protocolo de avaliação da qualidade técnica destes estudos; (ii) a organização das atividades econômicas de baixo potencial poluidor em tipologias, para a proposição de rito simplificado de licenciamento ambiental, no âmbito municipal; (iii) o apoio técnico para proposição de resoluções do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA) sobre o licenciamento ambiental municipal; e (iv) a necessidade de encaminhamentos, pelos conselhos e demais órgãos relacionados, ao processo de licenciamento municipal, e a discussão sobre temas e atividades de interesse para a realização de seminários.

Há, ainda, uma preocupação crescente com os empreendimentos populares, frente ao baixo potencial poluidor e sua importância no contexto social e econômico

---

<sup>2</sup> O campo da educomunicação forma-se pela articulação entre os campos da comunicação e da educação (MARTIRANI, 2008). Segundo Soares (sd), a educomunicação pode ser adotada sob três aspectos: (i) integração às práticas educativas do debate sobre como os meios de comunicação agem na sociedade; (ii) construção de sistemas de comunicação adequados aos espaços educacionais e (iii) melhorar o coeficiente expressivo e comunicativo das ações educativas. Aqui adotada de forma estrita, relacionada ao terceiro aspecto, no sentido da utilização de múltiplos meios, como recursos visuais e audiovisuais, nos processos formativos.

atual do município. Essas atividades consistem em um espaço formativo dos técnicos da SMMA, que demandam apontamentos e alguns aprofundamentos e reflexões sobre suas práticas.

Dentre os resultados obtidos até o momento está a construção do Protocolo de Análise dos Estudos Ambientais, contendo 121 itens de análise. Esse instrumento será aplicado quando do licenciamento dos diferentes empreendimentos, considerando os tipos de estudos ambientais apresentados no rito ordinário do licenciamento ambiental. São eles: Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Plano de Controle Ambiental (PCA), Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), Laudo de Cobertura Vegetal (LCV) e Laudo de Fauna (LF). O protocolo encontra-se em fase de teste, junto aos técnicos da SMMA. Espera-se, assim, reduzir a subjetividade da análise dos técnicos, oriundos de diferentes áreas do conhecimento, e conferir maior segurança jurídica ao processo de decisão por parte da municipalidade.

Outro resultado refere-se à sistematização das atividades de baixo potencial poluidor, mínimo e pequeno porte, situação em que se enquadram os empreendimentos populares. Foram identificados 101 tipos de atividades dessa categoria. A partir da elaboração de uma metodologia, para agrupar os empreendimentos que possuem características similares quanto ao seu processo produtivo, seus principais aspectos ambientais e impactos ambientais negativos, foram obtidas nove tipologias, o que estabelece ritos simplificados comuns para cada tipologia (WALTER *et al.*, 2019). A forma de simplificação do rito de licenciamento ambiental para essas atividades está em fase de discussão, podendo ser proposta para os estudos ambientais, termos de referência, licenças ambientais e/ou na necessidade de técnicos de consultorias e assessorias ambientais, envolvidos no processo administrativo do licenciamento ambiental. O Quadro 1 exemplifica uma tipologia.

**Quadro 1 – Descrição das atividades que estão na Tipologia T1**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>ATIVIDADES</b>
T1: Criação – Atividades agropecuárias, piscicultura e outros	Irrigação pelo método de aspersão ou localizado com açudes
	Irrigação pelo método de aspersão ou localizado sem o uso de reservatório
	Criação de bovinos em sistema extensivo a campo
	Criação de animais de médio porte em sistema semi confinado ou extensivo a campo
	Açude para irrigação – apenas para fornecimento de água
	Açude para dessedentação animal
	Piscicultura de espécies nativas para engorda (sistema intensivo)
	Piscicultura de espécies nativas (sistema semi-intensivo)
	Piscicultura de espécies nativas (sistema extensivo)
Culturas agrícolas não irrigadas	

Fonte: Acervo do Projeto LAM

Durante a realização desse processo, verificou-se a necessidade de readequação dos regramentos previstos pelo município, em virtude de mudanças realizadas nas resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Dessa forma, a discussão sobre novos regramentos foi realizada através da criação de uma Câmara Técnica Provisória (CTP) do Conselho de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA), com objetivo de subsidiar essa formulação. Nesse sentido, a FURG, como entidade membro do COMDEMA, assumiu a presidência da CTP, e a equipe técnica do projeto ficou responsável pela organização da metodologia de trabalho (WALTER *et al.*, 2019).

Uma das mudanças mais significativas das novas resoluções do CONSEMA é a retirada da necessidade de licenciamento ambiental de várias atividades de baixo potencial poluidor. A partir desta nova orientação, a CTP propôs instrumentos alternativos de controle ambiental quando da não incidência de licenciamento ambiental, a exemplo das orientações do próprio CONSEMA. Complementarmente, foi proposto um documento de ciência, ao pequeno empreendedor, em relação aos seus compromissos legais, no que tange a gestão ambiental urbana, o Termo de Responsabilidade Ambiental (TRA). Ao assinar este documento, o munícipe, pequeno empreendedor, dará ciência de suas obrigações e possíveis sanções cabíveis, quando do descumprimento de normas e restrições ambientais. Por fim, outra condição sugerida, como forma de compensar a não incidência de licenciamento ambiental, é a participação em dois cursos oferecidos pela SMMA: (1) de Educação Ambiental oferecido pela SMMA na forma presencial e (2) aprovação no curso de introdução ao licenciamento ambiental municipal oferecido na modalidade EaD e de fluxo contínuo, pela FURG no âmbito do projeto. Tais procedimentos, assim como a resolução que os regram, foram encaminhados para apreciação do COMDEMA.

### **Participação popular na política ambiental**

Bodernave (1992) destaca que a “participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada”, tendo, como horizonte, o processo de autogestão. Nesse sentido, no ano de 2018, se iniciou um processo de diagnóstico acerca da participação popular na Política Ambiental Municipal – PAM. Nesse processo, observou-se a necessidade da ampliação da participação popular na PAM, para, com isso, ampliar a discussão sobre as questões ambientais no município do Rio Grande – RS.

Com base nessa verificação, foi planejada uma proposta para mobilizar os grupos sociais populares em Rio Grande, de forma a promover a sua participação na política ambiental. Um primeiro movimento foi realizado, no sentido de mapear os grupos e entidades populares do município do Rio Grande.

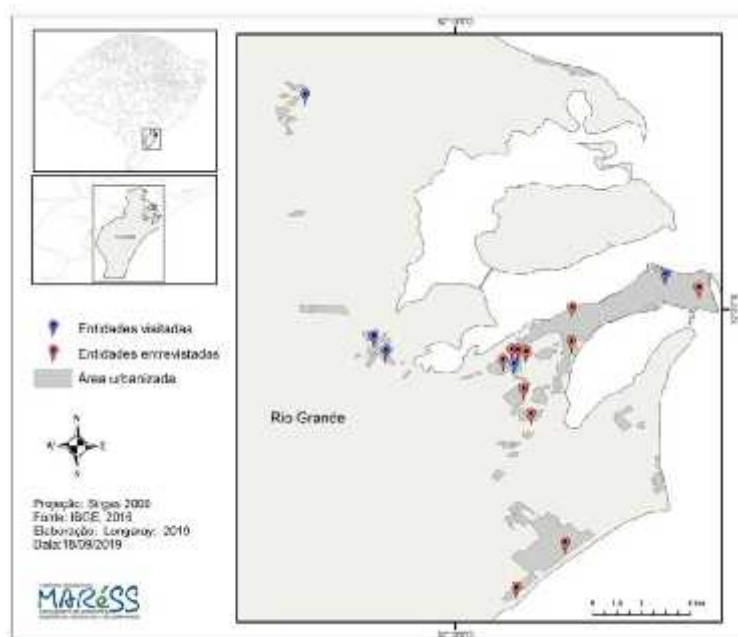
A primeira estratégia utilizada foi encaminhar um ofício para algumas secretarias municipais, solicitando o acesso ao cadastro das entidades, com as quais desenvolvem ou desenvolveram atividades. Dessa solicitação, foram recebidos três retornos (Meio Ambiente, Saúde e Educação), em que apenas os contatos de algumas entidades repassadas pela SMMA continham informações suficientes para mobilização.

Um segundo movimento, para realizar o mapeamento das entidades e grupos populares, foi o de realizar saídas de campo aos bairros, identificando e visitando associações de moradores (Figura 1). Nesse primeiro contato, se decidiu metodologicamente por apresentar os objetivos do projeto e convidar essas lideranças para participarem do 2º Seminário sobre os Desafios do Licenciamento Ambiental, que teve como tema a “Participação Popular na Política Ambiental Municipal”<sup>3</sup> (SANTOS *et al.*, 2019). A partir do reconhecimento de uma entidade, seus integrantes indicavam outras. Essa técnica metodológica, conhecida como bola de neve (*snowball*) (BIERNACKI; WALDORF, 1981), tem sido utilizada desde então.

---

<sup>3</sup> Cabe salientar que o esforço para mobilização na participação no seminário foi positivo, uma vez que muitas lideranças estiveram presentes no espaço.

**Figura 1 – Localização das entidades visitadas e entrevistadas**



Fonte: Acervo do Laboratório Interdisciplinar MARéSS

Em um segundo encontro com as entidades foi realizado um diagnóstico com alguns desses grupos. Percebeu-se dois movimentos por parte das entidades: o primeiro de receptividade ao projeto, principalmente por buscar fortalecer a sua participação nos espaços públicos; e um segundo momento de preocupação por parte desses grupos ou entidades com relação aos benefícios que poderiam vir a ter com a realização das formações propostas por meio do projeto. Entendemos essa preocupação como um alerta “para possíveis receios e “traumas” resultantes de experiências anteriores” com outros projetos (SANTOS *et al.*, 2019).

Com esse processo, foram identificadas, até outubro de 2019, vinte e quatro (24) entidades e três (3) fóruns que constituem representações coletivas. Dessas, já foram visitadas quinze entidades, sendo: dez associações de moradores(as) de bairro, uma cooperativa de reciclagem, uma cooperativa de pescadores(as) artesanais, um coletivo popular em um bairro rural, o Fórum da Lagoa dos Patos e um grupo ligado ao conselho local de saúde (SANTOS *et al.*, 2019).

O diagnóstico realizado, sobre a participação popular na PAM, bem como as visitas e entrevistas realizadas com as entidades e grupos, auxiliou no planejamento de formações para grupos populares, com objetivo de fortalecer a participação popular na política ambiental e, conseqüentemente, fortalecer a própria política. Somando as quinze (15) oficinas realizadas, essas formações envolveram 10 entidades e contaram com um total de 137 participantes. Complementando essa proposta de formação iniciada com oficinas sobre “Participação popular na política ambiental de Rio Grande”, foram elaborados dois volumes de cartilhas, com o objetivo de orientar os grupos populares a respeito das políticas ambientais, sobre o funcionamento dos conselhos e fundos de meio ambiente, além de destacar a importância de sua participação nesses espaços.

## Processos formativos

Em paralelo, estão sendo desenvolvidos materiais para cursos de extensão, com a redação de apostilas, elaboração de exercícios e atividades, roteirização e gravação de vídeos instrucionais e um sítio eletrônico para divulgação das atividades do projeto ([www.projetolicenciamentoambiental.furg.br](http://www.projetolicenciamentoambiental.furg.br)), além da distribuição de material editorial impresso e digital. Iniciou-se a publicação dos materiais formativos na plataforma Moodle, meio para a realização dos processos formativos por ensino a distância (EaD) e um guia, publicado durante o verão 2018/2019 e atualizado para a temporada 2019/2020, para trailers e ambulantes que exercem suas atividades na praia do Cassino (<https://projetolicenciamentoambiental.furg.br/cartilhas/cartilha-guiapraia>).

O material é desenvolvido tendo, como referência, os sujeitos que se pretende realizar a formação e/ou informação, procurando utilizar sempre uma linguagem acessível. Para isso, faz-se uso de recursos visuais e audiovisuais que complementam os materiais a serem utilizados nos cursos presenciais e de educação à distância (WALTER *et al.*, 2019). Nesse sentido, até o presente momento, o projeto LAM auxiliou a SMMA na elaboração de material informativo/didático para algumas atividades realizadas e que estão dentro do escopo do projeto, a se destacar, além do Guia de Atividades Faixa de Praia, a elaboração da cartilha para o Programa Empreendimento Sustentável (<https://projetolicenciamentoambiental.furg.br/cartilhas/empreendimento-sustentavel>).

Estão sendo ofertados diferentes cursos de formação continuada, na modalidade EaD (Tabela 1). Até maio de 2020, foram abertas cinco turmas para o curso de “Introdução ao Licenciamento Ambiental”. Tal curso é autoinstrucional e destinado, prioritariamente, aos empreendimentos em que não é exigido o licenciamento ambiental ou o rito é simplificado, mas pode ser realizado por qualquer interessado (WALTER *et al.*, 2019). Cabe destacar que se trata de um curso introdutório e planejado para empreendimentos populares, com a duração de quatro horas. Até julho de 2020, foram abertas também duas edições do curso sobre Participação Popular na Política Ambiental Municipal, o curso sobre Características Socioambientais do Município do Rio Grande e uma série de cursos sobre Gestão Ambiental Urbana, envolvendo até o momento, uma formação básica e uma avançada. Nesses cursos, elaborados no decurso da pandemia, destacou-se um quadro “Contexto COVID-2019”, com provocações à reflexão situada. Outros cursos ainda se encontram em fase de elaboração. Um deles é o curso sobre a Participação Popular das Mulheres na Política Ambiental Municipal, outros quatro na série de cursos sobre Gestão Ambiental Urbana – um sobre Arborização, um sobre a relação das Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) e cidades e, ainda dois associando o planejamento ambiental ao uso de técnicas de mapeamento digital.

**Tabela 1** – Número de inscritos e concluintes dos cursos na modalidade EaD ofertados pelo projeto LAM até julho de 2020

Curso	Turma	Inscritos	Concluintes
Introdução ao Licenciamento Ambiental Municipal	I	50	24
	II	61	21
	III	64	10
	IV	114	69
	V	134	57



Curso	Turma	Continuação	
		Inscritos	Concluintes
Participação Popular na Política Ambiental Municipal	I	45	17
	II	100	25
Características Socioambientais do Município do Rio Grande/RS	I	60	27
Formação Básica em Gestão Ambiental Urbana	I	48	17
Formação Avançada em Gestão Ambiental Urbana	I	48	(em andamento)

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as)

Para a elaboração de material editorial e gráfico, são realizadas reuniões periódicas, entre a equipe geral do projeto e, a partir dessas reuniões, são identificadas as demandas e diretrizes para criação e divulgação do conteúdo, desde a produção dos textos base à elaboração do material gráfico. Considerando-se a identidade visual criada para o projeto, elaboraram-se elementos gráficos que constituem o *layout* desses materiais, consolidando-se uma identidade visual e a adequação do texto e dos recursos visuais à comunicação de base popular. Além do material editorial, configurado em cartilhas, guias e apostilas, desenvolveram-se vídeos complementares aos processos formativos. Um dos vídeos produzidos foi desenvolvido por meio da técnica de *whiteboard*, em que se registra uma sequência de desenhos realizados em um quadro branco, resultando em um vídeo de animação. Esse material teve intensa participação dos estudantes, bolsistas de extensão, que, com o apoio de professores e técnicos, elaboraram desde o roteiro até a edição final, passando pela criação das ilustrações. A simulação de aula-reforço, entre aluno e professor, foi o roteiro para outra experiência de produção audiovisual complementar, em que se tratou da legislação pertinente aos instrumentos e legislação pertinente ao licenciamento ambiental, atividades que requeriam aprofundamento teórico sobre os temas abordados, a fim de simplificar a linguagem aos sujeitos dos processos formativos.

De forma complementar aos recursos editoriais e audiovisuais, uma estratégia de comunicação via *website* e redes sociais também vem sendo desenvolvida. O *website*, além de permitir a disponibilização de conteúdos como legislação e publicações acadêmicas relacionadas aos temas da gestão e licenciamento ambiental, integra e contribui para a divulgação de ações realizadas no âmbito do projeto e de interesse público, como os cursos, oficinas e seminários temáticos.

Uma série de seminários, que tem como tema central os “Desafios do Licenciamento Ambiental”, foi planejada para tratar de temas identificados como relevantes, para a qualificação ambiental pretendida (Tabela 2). Três deles já foram realizados, o primeiro com o subtítulo “O Licenciamento Ambiental Simplificado”, com vistas a promover a sensibilização e reflexão para o processo em curso no município. Já o segundo, realizado em julho de 2019, abordou a participação popular na política ambiental municipal, que teve continuidade no terceiro seminário, realizado em março de 2020, com o tema “Conexões Populares”. Esse último teve, como produto, o registro de problemas e possíveis soluções identificadas, pelos grupos de trabalho, como mais relevantes a serem considerados na revisão do Plano Ambiental Municipal que está ocorrendo em paralelo ao projeto.

**Tabela 2 – Número de participantes dos Seminários  
Desafios do Licenciamento Ambiental realizados pelo projeto LAM**

Temas dos Seminários	Desafios do Licenciamento Ambiental Municipal	Participantes
I – Licenciamento Ambiental Simplificado		79
II– Participação Popular na Política Ambiental Municipal		103
III – Conexão Popular		39

Fonte: Elaborada pelos(as) autores(as)

Para esse conjunto de ações, foram elaboradas peças gráficas informativas e de divulgação, como *cards*, *folders* e cartazes, impressos e/ou compartilhados nas redes sociais. Os canais de comunicação são escolhidos de acordo com o propósito da atividade, como o compartilhamento de vídeos, o contato com grupos populares, compartilhamento de *lives* e imagens de eventos.

A elaboração desses materiais conta com a interação entre os participantes do projeto, que complementam contribuições na criação, especialmente dos bolsistas de extensão, que atuam tanto na produção textual, quanto com ilustrações, diagramação e edição de vídeos, desenvolvendo e fixando conteúdos e técnicas de produção. Entende-se que tais atividades e experiências complementam a formação profissional dos envolvidos, para além da capacitação técnica na área de gestão ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto representa um estreitamento da relação da Universidade com o Poder Público Municipal e com a comunidade, tendo, por finalidade, fortalecer o licenciamento ambiental. Sua execução se propõe a promover a qualidade ambiental no município, em virtude da inclusão e melhoria de procedimentos e diretrizes. O processo de formação continuada permite uma melhor compreensão dos impactos socioambientais, bem como medidas voltadas à mitigação e compensação desses impactos de âmbito local e, ainda, da compreensão sobre os ritos do licenciamento, pelos diferentes atores da sociedade.

Estão envolvidos docentes e discentes de Graduação e Pós-Graduação, em todas as etapas e ações, possibilitando uma qualificação de cunho prático aos futuros egressos da FURG, bem como dos demais profissionais e docentes. No espaço acadêmico, o projeto se mostra como uma oportunidade para a geração de conhecimento e formação alinhada com as demandas da sociedade, ao mesmo tempo em que a experiência qualifica as atividades de ensino, no âmbito dos cursos de Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Gestão de Cooperativas, Licenciatura em Educação do Campo, do Campus de São Lourenço do Sul e do curso de Bacharelado em Administração do Campus de Santo Antônio da Patrulha.

O projeto tem finalização estimada para o mês de outubro de 2020, porém os processos formativos EaD poderão ser continuados para além desse período. O alcance e abrangência desses processos tem se mostrado efetivo, bem como a presença expressiva da comunidade de interesse nos seminários realizados.

## Agradecimentos

Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente do Rio Grande que financia o projeto através do Fundo Municipal do Meio Ambiente – FMMA.



## REFERÊNCIAS

- AGENDA21 – RIO-92. **12 – Manejo de Ecossistemas Frágeis**: a Luta contra a Desertificação e a Seca. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Agenda-21-RIO-92-ou-ECO-92/capitulo-12-manejo-de-ecossistemas-frageis-a-luta-contra-a-desertificacao-e-a-seca.html>. Acesso em: 11 de dez. de 2020.
- BIERNACK, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling: Problems and Techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, n. 1, 1981.
- BORDENAVE, Juan E. Dias. **O que é Participação**. 7ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.
- BRASIL. **Lei 6.938** de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, 1981.
- D'AVILA, Ana Paula; BRIDI, Maria Aparecida. Industria Naval Brasileira e a crise recente: o caso do Polo Naval e Offshore de Rio Grande (RS). **Cadernos Metr pole**. V. 19, N. 38, São Paulo, jan./abr., 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cadastro Central de Empresas 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/rio-grande/pesquisa/19/29761>. Acesso em: 04 de abr. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e estados**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/rio-grande.html>. Acesso em: jul. 2020.
- MARTIRANI, Laura Alves. Comunica o, educa o e sustentabilidade: o novo campo da educomunica o socioambiental. **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunica o** – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/>. Acesso em: 19 de jul. 2020.
- SANTOS, Caio Floriano; *et al.* Gestão Ambiental Pública e Economia Solidária: a participa o popular no município brasileiro de Rio Grande/RS. In: **Procoas**. Chile. 2019. no prelo.
- SEELIGER, Ulrich; ODEBRECHT, Clarisse. O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transforma es. Rio Grande: FURG, 2010, 180 p.
- SOARES, Ismar de Oliveira. Mas, afinal, o que   educomunica o? Núcleo de Comunica o e Educa o da Universidade de São Paulo – **NCE USP**, sd. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/>. Acesso em: 19 de jul. 2020.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-A o**. 13ª ed. São Paulo: Cortez. 2004.
- WALTER, Tatiana; *et al.* O licenciamento ambiental de empreendimentos de economia popular e solidária: Estudo de Caso sobre o município de Rio Grande/RS, Brasil. In: **Procoas**. Chile. 2019. no prelo.

## ARTIGO 26

### A POTENCIALIDADE DA ESCRITA E DO JORNAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ACADÊMICOS SOB A PERSPECTIVA DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE O BEBÊ E A INFÂNCIA – NUPEBI

Área temática: Saúde

Alice Monte Negro de Paiva<sup>\*</sup>; Gabriela Rodrigues Ferreira<sup>\*</sup>;  
Alessandra Friedrich Kravczuk<sup>\*\*</sup>; Daniela Delias de Sousa<sup>\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto de Ciências Humanas da Informação.

<sup>\*\*</sup> Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto de Ciências Humanas da Informação.

<sup>\*\*\*</sup> Coordenadora do projeto do Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Bebê e Infância (NUPEBI), docente do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

## **A POTENCIALIDADE DA ESCRITA E DO JORNAL NA DEMOCRATIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS ACADÊMICOS SOB A PERSPECTIVA DO NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE O BEBÊ E A INFÂNCIA – NUPEBI**

Alice Monte Negro de Paiva; Gabriela Rodrigues Ferreira;  
Alessandra Friedrich Kravczuk; Daniela Delias de Sousa

### **RESUMO**

O período que abrange a gestação e a primeira infância é determinante para o desenvolvimento da criança, portanto, tornar os conhecimentos científicos relacionados a essa fase acessível à sociedade é de suma importância. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as ações do projeto “Conversando sobre infância e família” que publica semanalmente crônicas sobre desenvolvimento infantil e relações familiares no jornal *Agora* de Rio Grande. Em reuniões semanais, é discutido o tema da crônica escolhido pelo autor. A seguir, ocorre a co-supervisão e a supervisão final para que possam ser estabelecidas as devidas sugestões de aperfeiçoamento dos textos. Por fim, estes são enviados ao jornal em formato digital. O projeto existe há 12 anos e possui cerca de 534 crônicas publicadas e já contou ao longo do tempo com 50 cronistas estudantes de psicologia da Universidade Federal do Rio Grande, sendo que atualmente possui 14 integrantes. O público-alvo desse projeto são pais, cuidadores e educadores e a comunidade em geral de Rio Grande, São José do Norte e região, que tenha interesse no assunto. A partir das ações desenvolvidas pelo projeto espera-se que haja um retorno positivo da comunidade e que esse proporcione aos graduandos de psicologia o aprimoramento da habilidade da escrita e o aprofundamento nas temáticas relacionadas ao desenvolvimento biopsicossocial na infância. No final do ano de 2019 a circulação do jornal foi encerrada no município. Desta forma, o projeto de extensão pretende estabelecer outros canais de comunicação e divulgação das crônicas e atividades que externem para a comunidade o conhecimento produzido pelos discentes do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento infantil; Escrita; Crônica; Universidade; Comunidade.

### **INTRODUÇÃO**

Desde o momento da concepção do ser humano, inicia-se um processo de transformação que irá perdurar até o final da vida. Dessa forma, os estudos científicos sobre Desenvolvimento Humano são focados nos processos sistemáticos de modificação e estabilidade que ocorrem nos indivíduos ao longo do seu ciclo vital. Esses processos de mudança e estabilidade são analisados a partir dos aspectos físicos, cognitivos e psicossociais que são inter-relacionados, ou seja, cada um desses aspectos do desenvolvimento atinge os outros (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Nesse contexto, um dos campos da Psicologia que se ocupa em estudar o Desenvolvimento Humano, mais especificamente o desenvolvimento infantil, afirma que o período compreendido entre a gestação e a primeira infância é de extrema importância para o desenvolvimento e construção da personalidade de uma pessoa e costuma ter significativo impacto na história de vida de uma pessoa (SHAFFER, 2005; SOUSA *et al.*, 2011; PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Além disso, a família é considerada como contexto primordial para o desenvolvimento, ressaltando sua influência no comportamento das crianças (DESSEN; POLONIA, 2007). Na mesma direção, a família constitui-se pela integralidade de seus componentes, sendo um organismo vivo que na convivência pode configurar uma estrutura estável e que flexibiliza alterações com o passar do tempo (FALCETO, 1998).

Nesse ambiente, ocorrerá a interação com diversas pessoas, trazendo o conhecimento, a criação de hábitos e vínculos que contribuirão para a assimilação de valores e regras (DESSEN; POLONIA, 2007). Destacando a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento humano, a literatura aponta que essa fase tem sido amplamente discutida nos espaços acadêmicos (BEE, 1986; PAPALIA; OLDS, 2000). No entanto, fazer com que esses estudos e conhecimentos rompam as barreiras da universidade e cheguem até a comunidade ainda é um obstáculo.

Portanto, com a intenção de criar um vínculo entre a Academia e a comunidade, o Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre o Bebê e a Infância – NUPEBI – desenvolveu o projeto de extensão “Conversando sobre Infância e Família”, que tem como objetivo levar conhecimentos científicos e reflexões à comunidade, através da publicação de crônicas semanais impressas no “Caderno Agorinha”, do jornal *Agora* da cidade de Rio Grande/RS. A produção das crônicas é feita por acadêmicos do curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, que têm seus textos supervisionados pela coordenadora do projeto.

Os currículos dos cursos de Psicologia foram construídos visando à formação de indivíduos com um determinado grau de conhecimento genérico em conteúdos psicológicos, com uma formação metodológica suficiente e com uma habilidade técnica necessária para auxiliar na intervenção (BASTOS; GOMIDE, 1989). Ao profissional da Psicologia é exigido o domínio de algumas habilidades para que possa desenvolver seu papel de forma mais eficaz. Nesse contexto, a escrita é considerada como uma habilidade de suma importância, tendo em vista que ela é uma ferramenta que permite ao psicólogo o estudo a partir do olhar e com a qual pode trabalhar. Além disso, através da escrita o profissional pode obter o registro, fazer a releitura e ter a oportunidade de regressar ao conteúdo registrado, podendo contestá-lo e reescrevê-lo novamente, sempre que achar necessário (SILVEIRA; FERREIRA, 2013).

A escrita emerge em um contexto social de acordo com objetivos e normas específicos. Dessa forma, ela requer um conhecimento preliminar, um planejamento, e conhecimento da língua e revisão por parte do escritor, se firmando assim como um instrumento de extrema relevância no processo de ensino-aprendizagem tanto em relação à aquisição e à estruturação quanto na aplicação dos conhecimentos adquiridos. Portanto, a escrita pode ser considerada como uma ferramenta que abrange as esferas social, cognitiva e linguística (RIBEIRO; BENTO, 2014).

Com o objetivo de reconhecer a Psicologia enquanto ciência, muitos profissionais têm buscado tornar os conhecimentos da área mais acessíveis para a sociedade e tentado expandir o acesso da população ao atendimento em saúde mental, como forma de assegurar um direito que é de todos e não somente das classes mais elitizadas. Para tornar esses conhecimentos mais acessíveis à população, os profissionais geralmente optam por meios de comunicação que facilitam a difusão, reflexão e debate de assuntos importantes de forma conjunta. Dentre esses meios de comunicação, destaca-se: plataformas de distribuição de vídeos, redes sociais, programas de TV, *blogs*, revistas, jornais impressos, entre outros. Atualmente, a mídia impressa ainda é muito utilizada como mecanismo

de divulgação para profissionais de diversas áreas. Os espaços oferecidos por esse meio de comunicação, como os editoriais, cadernos ou colunas oportunizam aos profissionais expor suas opiniões, além de permitir o debate e a problematização dos mais variados assuntos e temas atuais.

Comumente, a crônica é o gênero textual escolhido por esses profissionais para contemplar seus objetivos pretendidos, sendo gênero que figura entre o jornalismo e a literatura. De acordo com John e Vargas (2014), vários autores afirmam que a crônica é o mais brasileiro dos gêneros jornalísticos. Para Cândido (1999), a crônica trata-se de um pequeno artigo de um determinado conteúdo, de forma coloquial, que busca criar com o leitor uma proximidade que o ajuda a se identificar à matéria exposta. Sobre esse gênero literário, Ramos (2007) conclui que a crônica firma seus limites entre a realidade tangível e a imaginação, pois seu autor se utiliza das experiências cotidianas para criar o conteúdo para a sua produção textual, porém, a sua narração não fica fixada somente a um único fato. Portanto, a proximidade que a crônica é capaz de criar com o leitor, estimula a sua capacidade crítica e de reflexão por meio de uma situação comum do dia a dia, provocando-lhe sensibilidade e emoção.

Nesta modalidade de escrita, o projeto de extensão buscou contribuir com a diversidade de crônicas que possibilitem o olhar universitário para além da sala de aula, contribuindo para as necessidades e o conhecimento da comunidade e as diversas realidades sociais.

Por meio da participação no projeto de extensão “Conversando sobre Infância e Família”, os acadêmicos podem aperfeiçoar seus conhecimentos, bem como desenvolver análises e reflexões sobre diversos aspectos do desenvolvimento infantil, sobre relações familiares e sociais. O projeto também permite aos participantes levantar uma série de indagações e questionamentos acerca de fatores biopsicossociais que envolvem o ser humano, ou seja, levando em consideração o desenvolvimento físico (crescimento do corpo e do cérebro, capacidades sensoriais, habilidades motoras, e saúde), desenvolvimento cognitivo (aprendizagem, atenção, memória, linguagem, pensamento, raciocínio e criatividade) e o desenvolvimento psicossocial (emoções, personalidade, e relações sociais), evidenciando o quanto o período da infância é fundamental para as fases posteriores do desenvolvimento (PAPALIA; FELDMAN, 2013).

Considerando o exposto, o presente trabalho tem como escopo descrever as ações desenvolvidas pelo projeto de extensão “Conversando sobre Infância e Família” e suas repercussões na comunidade externa.

## **METODOLOGIA**

O projeto de extensão “Conversando sobre Infância e Família” utiliza como metodologia a elaboração de crônicas que versam sobre temas relacionados ao desenvolvimento infantil e às relações sociais estabelecidas na infância. A definição da crônica como gênero textual para a publicação dos textos no jornal se deu por essa tratar de questões do cotidiano e possuir linguagem acessível.

**Imagem 1** – Logomarca do Projeto de Extensão NUPEBI



Fonte: Daniela Delias de Sousa

A elaboração das crônicas é um processo que envolve várias etapas. Primeiramente, em uma reunião semanal, o cronista define o tema da crônica, levando em consideração algum tema sugerido pela comunidade. Após a escolha da temática, o autor da crônica fica incumbido de realizar pesquisas em artigos científicos e livros para desenvolver a escrita individual, tendo um prazo de uma semana para enviar o material produzido ao supervisor que foi cronista no ano anterior. O supervisor da crônica tem cinco dias para enviá-la para a supervisão final, que é de responsabilidade da coordenadora do projeto e de um(a) co-supervisor(a). Por último, os textos já prontos são encaminhados em formato digital para o editor do “Caderno Agorinha” do *Jornal Agora*, onde são publicadas, semanalmente, as crônicas desenvolvidas pelos participantes do projeto.

As publicações são destinadas aos leitores do jornal, abrangendo moradores do município de Rio Grande, São José do Norte e outras cidades do entorno. Vale ressaltar que o projeto conta anualmente com uma equipe fixa, no entanto todos os acadêmicos que estão cursando a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento I são convidados a realizar uma produção textual que posteriormente é supervisionada pelos integrantes do NUPEBI e publicada no jornal, engajando-os assim no processo de criação.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

O jornal *Agora* se destaca como um importante veículo de comunicação que permite a leitura e a divulgação de notícias nas comunidades de Rio Grande, São José do Norte e região. Está circulando no mercado há 44 anos sendo considerado uma relevante fonte de informações impressas e *on-line*, contando com a participação de colaboradores e profissionais de diversas áreas. O jornal é composto de vários cadernos especiais, dentre eles, o “Caderno Agorinha” que foi criado no ano de 2007. O “Agorinha” é direcionado especificamente aos assuntos relacionados ao público infantil. O NUPEBI é parceiro do “Agorinha” desde a sua primeira edição



e semanalmente – todas às sextas-feiras – são publicadas crônicas desenvolvidas pelo projeto “Conversando sobre Infância e Família”.

Durante os 12 anos do “Conversando sobre Infância e Família” já foram publicadas 534 crônicas, e passaram pelo projeto 50 cronistas que foram acadêmicos de psicologia e que já haviam cursado a disciplina de Psicologia do Desenvolvimento I. Atualmente o projeto conta com a participação de 14 pessoas, incluindo cronistas, supervisores e a coordenadora. A partir da realização de um levantamento das crônicas elaboradas nesse período foi possível organizá-las nas seguintes categorias temáticas: Relações familiares, Desenvolvimento Emocional e Neuropsicomotor, Saúde na infância, Cultura e infância, Primeiras Relações, Brincar e Criatividade, Sexualidade, Relações com a escola, Influência das Mídias e Tecnologias, Situações de risco e vulnerabilidade.

A publicação das crônicas tem como propósito a integração da comunidade com temas que tragam informações responsáveis e imparciais, que estimulem o conhecimento e troca de informações. O projeto possui um *e-mail* (nupebi@furg.br) e uma página na rede social *Facebook* (<https://www.facebook.com/N%C3%BAcleo-de-Pesquisa-e-Extens%C3%A3o-sobre-o-Beb%C3%AA-e-a-Inf%C3%A2ncia-NUPEBI-FURG-166656236724877/>) que proporcionam o estabelecimento de um canal de comunicação com os leitores, que podem fazer elogios, críticas e/ou sugestões ao grupo extensionista. As mensagens recebidas via *e-mail* permitem ao grupo perceber a contribuição e potência das crônicas ao longo dos anos, já que vários temas foram sugeridos pelos leitores, instigados por alguma demanda familiar/pessoal ou pelo interesse no desdobramento de algum assunto. Com o retorno da população, visualizamos o impacto e a transformação social. As crônicas publicadas também já foram utilizadas em oficinas para discussão em grupos de pais, educadores e cuidadores de diversos dispositivos do município.

**Imagem 2** – Oficina do Projeto de Extensão NUPEBI

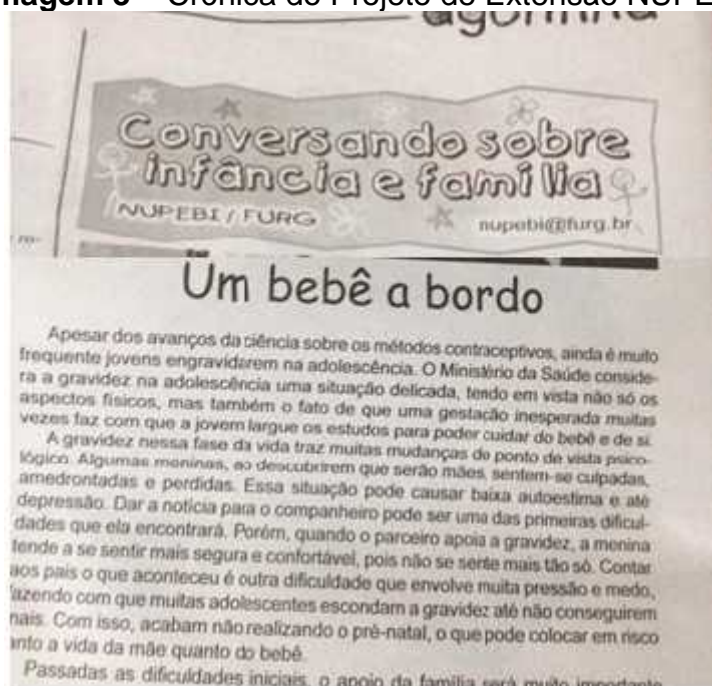


Fonte: Daniela Delias de Sousa

De acordo com dados obtidos através do jornal *Agora*, as edições das sextas-feiras têm o maior número de vendas da semana e possuem por volta de

1000 assinaturas *on-line*. Acredita-se que o “Caderno Agorinha” tem a capacidade de contribuir para o aumento da distribuição dos exemplares, tendo em vista que é lido por muitos pais, familiares e educadores. A partir dessas informações, é possível dimensionar o alcance do projeto, que tem como uma de suas principais finalidades proporcionar à comunidade o acesso ao conhecimento científico de forma acessível sobre o desenvolvimento infantil e o aprendizado constante dos discentes do segundo ao quinto ano da graduação.

**Imagem 3 – Crônica do Projeto de Extensão NUPEBI**



Fonte: Daniela Delias de Sousa

O projeto “Conversando sobre Infância e Família” também propicia aos seus membros a realização de pesquisas, buscando responder a questionamentos acerca de assuntos relacionados ao desenvolvimento humano e produção da escrita. Dessa forma, no ano de 2017, começou a ser desenvolvida, por uma integrante do projeto, uma pesquisa intitulada “O exercício da escrita e publicação de crônicas em mídia impressa e seu impacto na identificação do graduando com o curso de Psicologia e com a construção de uma identidade profissional: uma análise a partir do projeto Conversando sobre Infância e Família”. Esta pesquisa visa verificar se a produção textual dos alunos através do projeto Conversando sobre Infância e Família colabora na identificação do acadêmico com o curso de Psicologia e com a construção de uma identidade profissional. No momento, a referida pesquisa está em andamento, não sendo possível ainda apresentar seus resultados.

No ano de 2018, o projeto completou 10 anos de atividade. Com o objetivo de celebrar e reconhecer o trabalho dos cronistas, começou a ser elaborado no ano de 2017, por alguns membros do projeto, um livro que foi publicado, pela EDGRAF/FURG, intitulado “Conversando sobre Infância e Família”. O livro reuniu uma seleção de 103 crônicas publicadas no jornal ao longo do desenvolvimento do projeto, tendo como público-alvo os pais, os cuidadores e os educadores, bem como todos e todas que tenham interesse na temática.



**Imagem 4** – Livro publicado em 2018 para celebrar os 10 anos do Projeto de Extensão NUPEBI



Fonte: Daniela Delias de Sousa

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos referentes à área do Desenvolvimento Humano são unânimes em afirmar que o período que abrange a gestação e a primeira infância exerce uma influência considerável na vida das pessoas. Nesse sentido, torna-se importante que os meios acadêmicos, especialmente os cursos de Psicologia, proporcionem aos graduandos e a comunidade a reflexão acerca dos temas que envolvem esse período.

Nessa perspectiva, esse trabalho teve como objetivo apresentar e analisar as práticas desenvolvidas através do projeto de extensão “Conversando sobre Infância e Família”. Tal projeto propiciou a participação de um número expressivo de graduandos de Psicologia desde a sua criação. Vale ressaltar também que o mesmo oportuniza a seus integrantes o aprimoramento da habilidade da escrita e o aprofundamento em assuntos ligados ao desenvolvimento biopsicossocial e relações humanas na infância, assim como o tensionamento quanto ao espaço da universidade, suas potencialidades e o compromisso dos acadêmicos para com a comunidade. Nesse sentido, o projeto constrói um vínculo de maior proximidade entre a comunidade e a produção acadêmica, pois proporciona a disseminação do conhecimento científico para o público geral, valendo-se de uma linguagem que representa a amplitude do acesso a esses conteúdos e possibilita maior aproximação entre o conhecimento produzido na academia e a população, de forma a potencializar a democratização do conhecimento e da produção científica na cidade de Rio Grande/RS e região.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt; GOMIDE, Paula Cunha. O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, n. 9, v.1, p. 6-15,1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v9n1/03>. Acesso em: 28 de set. 2019.

- BEE, Helen. **A criança em desenvolvimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CANDIDO, Antonio. **Iniciação à literatura brasileira**: resumo para principiantes. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1999.
- DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007.
- FALCETO, Olga Garcia. Terapia de família. In. CORDIOLI, Aristides Volpato. **Psicoterapias**: Abordagens Atuais. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- JOHN, Valquiria Michela; VARGAS, Priscilla Tiane. Transformações do gênero crônica: análise dos textos publicados na Ilustrada na última década. In: 5 Encontro Regional Sul de História da Mídia, 2014, Florianópolis. [**Anais**]. Florianópolis: ALCAR, 2014. Disponível em: [http://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/GT\\_midia\\_imprensa\\_Valquiria\\_John\\_e\\_Pricilla\\_Vargas.pdf](http://alcarsul2014.sites.ufsc.br/wp-content/uploads/2014/10/GT_midia_imprensa_Valquiria_John_e_Pricilla_Vargas.pdf). Acesso em: 25 de set. 2019.
- MARTINS, Gabriela Dal Forno *et al.* Construção e validação da Escala de Crenças Parentais e Práticas de Cuidado (E-CPPC) na primeira infância. **Psico**, Itatiba, n. 1, v. 15, p. 23-34, abril. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712010000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000100004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 de set. 2019.
- PAPALIA, Diane; OLDS, Sally. **Desenvolvimento humano**. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- PAPALIA, Diane, E; FELDMAN, Ruth, Duskin. **Desenvolvimento humano**. 12.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.
- RAMOS, Karoliny Gomes. O jornalístico e o literário na leitura escolar: o uso da crônica como gênero motivador para a formação do leitor. **Revista Polyphonia**, v. 19, n. 1, p. 79-91, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sv/article/view/6071/4661>. Acesso em: 28 de set. 2019.
- RIBEIRO, Maria Isabel; BENTO, Antonio. Confiança na escrita e identidade de autoria. In: **XII Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação**, 2014, Vila Real. Espaços de Investigação, reflexão e ação Interdisciplinar. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2014, p. 2721-2728. Disponível em: [http://xiicongressospce2014.utad.pt/wp-content/uploads/2014/08/XII-Congresso-da-SPCE\\_dia-11-09-2014.pdf](http://xiicongressospce2014.utad.pt/wp-content/uploads/2014/08/XII-Congresso-da-SPCE_dia-11-09-2014.pdf). Acesso em: 27 de set. 2019.
- SILVEIRA, Marília; FERREIRA, Ligia. Hecker. Escritas de si, escritas do mundo: um olhar clínico em direção à escrita. **Athenea Digital**, v. 13, n. 3, p 243-263, 2013. Disponível em file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1187-4220-3-PB%20(1).pdf. Acesso em: 29 de set. 2019.

## ARTIGO 27

### ANÁLISE DO PERFIL DOS IDOSOS DE UM PENSIONATO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA

Área temática: Saúde  
Débora Spenassato<sup>\*</sup>; Fernando Rodrigues dos Santos<sup>\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Universidade Federal de Rio Grande, Instituto de Matemática, Estatística e Física. Docente e coordenadora do projeto.

<sup>\*\*</sup> Universidade Federal de Rio Grande, Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Discente do Curso de Psicologia.

## ANÁLISE DO PERFIL DOS IDOSOS DE UM PENSIONATO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE ESTIMULAÇÃO COGNITIVA

Débora Spenassato; Fernando Rodrigues dos Santos

### RESUMO

Nos últimos anos o Brasil vem apresentando um envelhecimento demográfico, fato este que traz novos desafios e preocupações para a população e para o poder público. Muitos destes idosos estão inseridos em uma instituição de longa permanência, asilo ou pensionato, onde a rotina faz parte do dia a dia dos que ali residem. Sabe-se que o envelhecimento provoca o declínio de algumas habilidades de natureza física, psicológica e social, sendo de extrema importância desenvolver ações voltadas ao estímulo de funções cognitivas do idoso. Diante disso, o projeto apresentado visou estimular as funções cognitivas dos idosos de dois pensionatos de Rio Grande, a fim de favorecer o aumento da qualidade de vida dos mesmos. Para tal, foram realizadas atividades de pesquisa para conhecer o perfil dos idosos, as quais serviram de base para a elaboração das atividades, que foram realizadas nos pensionatos semanalmente, durante 6 meses, entre 2018 e 2019. Neste artigo, apresentam-se os resultados dos questionários aplicados, bem como as atividades desenvolvidas, as quais estimulavam o raciocínio, a memória, a atenção, a criatividade, a colaboração, a convivência e a autoestima, e as principais dificuldades percebidas e enfrentadas durante a execução do projeto. Por fim, além de beneficiar os idosos, o projeto também favoreceu a construção do conhecimento e a troca de experiências da equipe, composta pela coordenadora e discentes de cursos da FURG, contribuindo para a formação pessoal e acadêmica dos envolvidos, destacando o papel fundamental da Universidade para com a sociedade, contemplando aspectos sociais, de educação e de promoção da saúde.

**Palavras-chave:** Estimulação cognitiva; Idosos institucionalizados; Atividades de extensão; Saúde; Educação.

### INTRODUÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou na Síntese de indicadores sociais de 2016, que a evolução da composição populacional por grupos de idade aponta para a tendência de envelhecimento demográfico, que corresponde ao aumento da participação percentual dos idosos na população e a consequente diminuição dos demais grupos etários, passando de 9,8% em 2005 para 14,3% em 2015 (IBGE, 2016).

O envelhecimento da população traz diversas preocupações econômicas, de saúde e de institucionalização de idosos (SOARES *et al.*, 2010). Tais preocupações despertaram o interesse do poder público, onde novas políticas públicas foram estabelecidas, bem como o interesse de muitos pesquisadores pela área, uma vez que o envelhecimento deve estar associado à qualidade de vida.

Por diferentes razões, algumas famílias optam por colocar o idoso em pensionato ou asilo. Conforme o Decreto nº 1.948/96, que Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994 e dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, descreve, nos artigos 3º e 4º, que se entende por modalidade asilar o atendimento,

em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social, e por modalidade não-asilar, os centros de convivência e a residência Casa-Lar, sendo este em sistema participativo, cedida por instituições públicas ou privadas, destinada a idosos detentores de renda insuficiente para sua manutenção e sem família (BRASIL, 1996).

Ao tornar-se um idoso institucionalizado, além de outros fatores, ele passa a viver fora de seu ambiente familiar e perde-se a convivência regular com a família. Esta institucionalização pode gerar alterações psicológicas, cognitivas e funcionais em consequência do isolamento, abandono e inatividade física, ocasionando um aumento cada vez maior na dependência deste indivíduo (AZEVEDO *et al.*, 2012; SOARES *et al.*, 2010).

Segundo Araújo *et al.* (2012), envelhecer com saúde significa não somente ausência de doenças, mas autonomia e independência adquiridas através do estímulo às funções cognitivas, a partir de atividades mnemônicas (técnicas utilizadas para auxiliar o processo de memorização), individuais ou em grupo, de forma contínua.

No dicionário, a palavra cognição está relacionada ao ato ou processo da aquisição do conhecimento, da capacidade de discernir, de assimilar esse conhecimento. Assim, a estimulação cognitiva compreende diferentes estratégias de aprendizado ou reaprendizagem, que visam melhorar ou manter a memória, a atenção, a concentração, a percepção, o raciocínio lógico, o registro, armazenamento e manipulação de informações, a imaginação, a linguagem, a capacidade visuoespacial e a associação de ideias (ARAÚJO *et al.*, 2012; WALTERS *et al.*, 2016).

Desse modo, ressalta-se a importância de propiciar aos idosos diversos espaços, inclusive educativos, que propiciem estimular e desenvolver suas capacidades intelectuais, de modo a melhorar a qualidade de vida (PEREIRA; KRIPKA; SPALDING, 2017). Portanto, o projeto de extensão teve por objetivo estimular as funções cognitivas dos idosos institucionalizados no Pensionato Pedro Bertone e Madre batista, localizados junto ao Hospital do Coração da Santa Casa do Rio Grande, visando desenvolver ações que contribuam para o bem-estar e qualidade de vida dos mesmos.

Para atingir tais objetivos, diversas atividades foram desenvolvidas, perpassando por todas as esferas, ou seja, atividades de pesquisa, ensino e extensão, contribuindo para a formação pessoal e acadêmica dos participantes do projeto, que foi composto pela professora coordenadora e oito discentes da FURG.

## **METODOLOGIA**

O projeto contou inicialmente com atividades de pesquisa (etapa 1), a qual tinha por objetivo dar suporte à elaboração e execução das atividades de extensão (etapa 2). A equipe foi composta pela professora coordenadora e por estudantes da FURG que participaram do projeto, sendo eles de diferentes cursos (Engenharia Química, Engenharia Civil, Costeira e Portuária, Geografia, Letras Português, Matemática-LP e Psicologia). Desses, um era bolsista e sete eram voluntários.

### **Etapa 1 – Pesquisa**

Inicialmente, os discentes fizeram um levantamento de artigos da área, buscando identificar quais eram os questionários utilizados para avaliar as condições dos idosos que vivem em instituições de longa permanência. Este levantamento serviu

de base para a decisão do grupo sobre os instrumentos que seriam aplicados (três questionários), visando identificar o perfil sociodemográfico dos idosos, suas capacidades e limitações. Sejam eles:

1. Questionário Sóciodemográfico: foi desenvolvido pelos pesquisadores e possui 30 questões referentes à identificação, família, de saúde em geral, do ambiente institucional e relações sociais. Os dados deste instrumento serviram de suporte tanto para o desenvolvimento das atividades, como também para identificação de possíveis necessidades especiais dos participantes.
2. Miniexame do Estado Mental (MEEM): o teste tem como objetivo avaliar o comprometimento de algumas funções cognitivas, como localização temporal e espacial, memória de evocação, atenção, cálculo, linguagem e escrita e a execução de ordens simples. Foi desenvolvido originalmente por Folstein, Folstein e McHugh (1975). Consiste de 20 questões com escore máximo de 30 pontos, tendo pontos de corte relativo à escolaridade. Conforme Melo e Barbosa (2015), não há consenso quanto aos pontos de corte para declínio cognitivo no Brasil, mas a escolaridade tem recebido atenção especial, sendo alvo de análises efetuadas com diferentes amostras. Sendo assim, utilizou-se como referência os estudos de Bertolucci et al. (1994) para definição dos pontos de corte devido à escolaridade. Este teste geralmente é usado como forma de rastreio e triagem em pesquisas. Porém, destaca-se que os resultados não foram utilizados para inclusão/exclusão da participação deles nas atividades do projeto de extensão, mas sim para avaliar o nível cognitivo dos idosos e possíveis fragilidades.
3. Escala de Depressão Geriátrica (GDS-15): Assim como o MEEM, o GDS-15 também é um teste rápido, e consiste de 15 perguntas binárias (Sim/Não) que visam deflagrar uma suspeita de depressão em idosos. Foi desenvolvida por Yesavage *et al.* (1983), sendo esta uma versão curta elaborada por Sheikh e Yesavage (1986) e traduzida por Almeida e Almeida (1999a, 1999b). Este instrumento foi utilizado para investigar esta doença que afeta muitos idosos institucionalizados, seja em decorrência de possível abandono e/ou comorbidade de outras doenças. Dentre os respondentes, cinco idosos não souberam responder algum item desta escala; logo, a equipe optou por considerar como resposta negativa à depressão (zero), ou seja, não elevou o escore de depressão.

Posteriormente, o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelos comitês de ética da FURG (nº 198/2018, parecer 2.888.811) e da Santa Casa (nº 013/2018, parecer 2.934.594), uma vez que o projeto de extensão seria executado nos Pensionatos que fazem parte da Associação de Caridade Santa Casa de Rio Grande.

### **Coleta de dados**

Fez-se um treinamento da equipe para padronização na aplicação dos questionários e após visita para apresentação do projeto, os idosos foram convidados a participar do mesmo, respondendo inicialmente à pesquisa. Dos 43 moradores do pensionato, 20 demonstraram interesse em participar, aos quais se fez a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e coleta da digital como assinatura, visto que a maioria deles tem dificuldade de visão e de escrita.

A aplicação dos questionários ocorreu no período de 18 de setembro de 2018 a 08 de outubro de 2018, sendo aplicado em dois dias para evitar o cansaço dos idosos ao responder muitas perguntas de uma só vez.

Dos 20 idosos que participaram da pesquisa, quatro acabaram nunca participando das atividades do projeto de extensão. Por outro lado, outros quatro idosos que não participaram da pesquisa, participaram em algum momento das atividades propostas. Sendo assim, as atividades do projeto atingiram 20 idosos, com diferentes frequências de participação.

### **Análise dos dados**

Após aplicação dos questionários, a equipe foi ao laboratório de informática para tabulação dos dados e análise descritiva dos itens por meio do *software* R (R CORE TEAM, 2018), orientados pela professora coordenadora. Após obtenção desses resultados, iniciou-se a etapa 2 do projeto.

Para acompanhamento e avaliação de possíveis impactos do projeto, pretendia-se aplicar novamente os testes MEEM e GDS, porém, como percebeu-se que os idosos tinham muitas dificuldades, das mais variadas formas, optou-se por trabalhar atividades com diferentes estímulos cognitivos e de entretenimento, sem um treino para uma habilidade específica (ex. memória). Portanto, para finalizar o projeto, decidiu-se por aplicar o teste MEEM somente aos idosos com frequência de participação acima de 50%, o qual foi feito em 28/05/19 (seis idosos atenderam a este requisito). Eles também foram questionados sobre o que acharam do projeto.

### **Etapa 2: Elaboração e execução das atividades de extensão**

Foram realizados encontros na FURG, de duas horas pelos membros da equipe, duas vezes por semana, para planejamento e elaboração das atividades, as quais foram desenvolvidas, em sua maioria, utilizando material reciclável, como garrafas pet, tampinhas, papelão, potes de remédios, além de materiais de escritório ou escolares adquiridos pela secretaria do Instituto de Matemática, Estatística e Física ou pela professora coordenadora. A maioria das atividades foram retiradas de sites da *internet*.

Foram efetuados 19 encontros no refeitório do pensionato, entre 23/10/2018 a 07/05/2019. Cada encontro durava entre uma e duas horas e diferentes atividades eram propostas pela equipe da FURG (listadas a seguir), no formato de rodízio, individuais ou em grupo, respeitando as limitações de cada idoso (identificadas por meio dos questionários). A equipe buscava os idosos em seus quartos ou em outros locais da casa para levar até o refeitório, e auxiliavam na execução dessas atividades.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

Apresenta-se os resultados obtidos a partir da análise do perfil dos idosos do pensionato, da aplicação da escala MEEM e GDS-15. Posteriormente, apresentam-se algumas das atividades desenvolvidas e principais dificuldades percebidas.

### **Resultados do questionário sociodemográfico**

Dentre os 20 idosos que responderam os questionários, 16 eram mulheres e 4 homens, cujas idades variaram de 60 a 99 anos, com média de 76,5 anos e desvio padrão (DP) de 11,7 anos. Para responder ao questionário, os idosos levaram de 5 a 35 minutos, com média de 13,52 minutos (DP = 7,11 minutos).

Conforme relatado, eles possuem, em média, 1,8 filho, sendo que o maior número foi 5 e o mais frequente foi dois filhos. Doze relataram receber visitas pelo menos semanalmente e três declararam não receber visitas de familiares. Doze (60%) eram naturais de Rio Grande e apenas um não era natural do Rio Grande do Sul. Além disso, a maioria (55%) era viúvo(a).

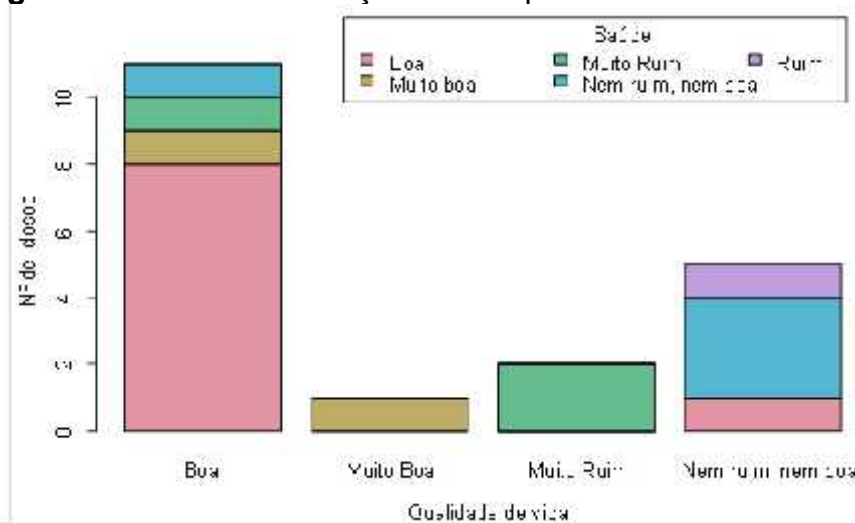
Antes de residirem no pensionato, 12 disseram morar com seus familiares; 11 se mudaram por iniciativa própria, sete foram trazidos por familiares e dois foram levados por técnicos de ação social. Quando os dados foram coletados, alguns idosos haviam se mudado para o pensionato há pouco tempo, já outros, residiam ali por anos, sendo, em média, 4,2 anos (DP = 3,82 anos). Apenas três disseram não receber aposentadoria.

A maioria (13 idosos) disse estar satisfeito com o local onde reside; apenas duas pessoas disseram estar muito insatisfeito. O ponto positivo destacado por eles foi o bom atendimento e o ponto negativo foi a comida. Além disso, 15 idosos afirmaram estar satisfeito ou muito satisfeito com o relacionamento que possuem com os demais moradores.

Quanto ao nível de escolaridade, nove (45%) não completaram o Ensino Fundamental, cinco (25%) completaram o Ensino Médio, e nenhum possui Ensino Superior (completo ou incompleto); 18 afirmaram saber ler e escrever. No entanto, em atividades que exigiam domínio da escrita, notou-se muita dificuldade por parte dos idosos, o que pode ser devido à baixa visão dos mesmos e coordenação motora, sendo que nove declararam ter uma visão ruim ou muito ruim. Além disso, 13 disseram ter uma audição boa ou muito boa, porém, isso não foi constatado na prática, onde os membros da equipe FURG precisavam falar no ouvido da maioria dos idosos para que eles escutassem.

Quanto à qualidade de vida de forma geral, 11 a consideravam boa. Em relação à saúde, nove disseram ser boa, porém todos relataram algum tipo de doença, sendo as mais frequentes: hipertensão (55%), diabetes mellitus (30%) e acidente vascular cerebral – AVC (25%). A Figura 1 mostra a relação entre qualidade de vida e satisfação com a saúde, relatada pelos idosos. Dentre os que consideram ter uma boa qualidade de vida, um idoso disse ter uma saúde muito ruim. Todos que disseram ter uma qualidade de vida muito ruim (2), também disseram ter uma saúde muito ruim.

**Figura 1** – Nível de satisfação com a qualidade de vida e saúde



Fonte: As/Os autoras/es



Dentre os idosos, 11 faziam uso de auxílio para locomoção (cadeira de rodas, bengalas ou andador). Oito disseram que sua dor (física) os impede bastante ou extremamente de fazer o que precisam e seis afirmaram nada impedir.

## RESULTADOS MEEM

Como se pode notar na Tabela 1, a maioria (80%) não alcançou o ponto de corte estipulado pelo instrumento, indicando déficit cognitivo. Esses resultados serviram para indicar quais funções cognitivas poderiam estar comprometidas e, portanto, exigiria uma abordagem com atividades mais simples.

**Tabela 1 – Categorias do teste MEEM**

Anos concluídos de educação formal	Ponto de corte	Idosos na categoria	Acima do ponto de corte
Analfabetos	13	0	0
Baixa escolaridade: 1 a 4 anos incompletos	18	0	0
Média escolaridade: 4 a 8 anos incompletos	18	10	2
Alta escolaridade: 8 ou mais anos	26	10	2

Fonte: As/Os autoras/es

Os idosos levaram, em média, 9,52 minutos (DP=3,67 minutos) para responder ao questionário. O escore máximo foi 28 pontos, dentre os 30 possíveis, e mínimo foi 5 pontos. A média dos escores foi de 15,25 (DP=7,21), sendo que 50% dos idosos tiveram um escore menor ou igual a 12,5. Além disso, embora apenas quatro homens (M) tenham participado, eles apresentaram um desempenho superior às mulheres (F), conforme mostra a Tabela 2.

**Tabela 2 – Escores no teste MEEM por sexo**

Sexo	Média	DP	Mínimo	Mediana	Máximo
F	13,38	6,02	5	12	24
M	22,75	7,36	12	25,5	28

Fonte: As/Os autoras/es

De forma geral, dentre as categorias analisadas pelo instrumento, as categorias de “comandos em estágios”, “orientação espacial” (Estado e Cidade), “nomear objetos” (lápis e relógio) e “repetir” a frase NEM AQUI, NEM ALI, NEM LÁ foram as que tiveram maior número de acertos (acima de 80%).

A categoria “comandos em estágios” pede ao idoso que: 1) pegue o papel com a mão direita, 2) dobre-o no meio e 3) coloque-o no chão. Neste item é importante considerar que quem tinha o lado direito paralisado devido ao AVC (duas pessoas), não conseguiu executar esta tarefa. Isso foi importante para a identificação de cuidados a serem tomados na hora de desenvolver as atividades de extensão, pensando nas limitações físicas de cada idoso.

Por outro lado, a categoria de “localização temporal” que pede para o idoso dizer o ano, dia da semana e dia, poucos souberam informar corretamente (menos de 35%). Apenas o mês teve acerto de 55% dos idosos.

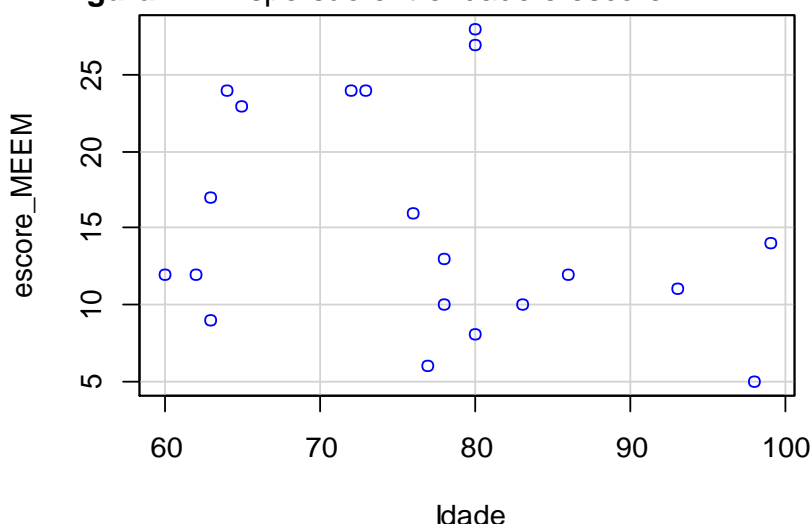
A categoria com menor acerto foi “Atenção e Cálculo”, que pede para o idoso subtrair valores progressivamente (100-7=93; 93-7=86; 86-7=79; ...), onde apenas três acertaram a primeira subtração. Essa categoria possui uma variação caso eles não conseguissem efetuar a 1ª ou 2ª subtração, pedindo que soletrassem a palavra MUNDO de trás para frente, a qual teve sucesso por 20% deles; ambas as variações

dessa categoria nos indicam que atividades complexas seriam de difícil execução, mas que também seria um ponto importante para estimulação.

Outra questão com elevado nível de dificuldade (apenas dois acertos) foi de copiar o desenho apresentado de dois pentágonos com intersecção. Além disso, uma das questões solicitava que o idoso pensasse em uma frase completa e a escrevesse em uma folha de papel, mas poucos conseguiram escrever (apenas seis), mostrando também um ponto importante para o desenvolvimento das atividades. Frases: “gostaria muito de ficar boa de saúde e não sentir tanta dor como sinto”, “o mundo está em decadência”, “a vida é bela”, “o mundo dá voltas”, “a bondade começa na infância”, “iniciamos aqui em 13 anos e me sinto muito feliz”. Nestes casos, pode existir o impacto de outros fatores relacionados, por exemplo, a coordenação motora comprometida, baixa visão e paralisia por AVC.

Verificou-se se existe alguma relação linear entre as variáveis idade e escore MEEM (Figura 2) desses respondentes. Percebe-se que há uma relação linear negativa e fraca entre elas (correlação de Pearson = -0,28). A relação negativa indica que, com o aumento da idade, o escore no teste MEEM tende a diminuir.

**Figura 2 – Dispersão entre Idade e escore MEEM**



Fonte: As/Os autoras/es

## RESULTADOS DA ESCALA GDS

Destaca-se que o GDS-15 não prescreve o diagnóstico de depressão, mas aponta a suspeita dessa doença para escores acima de 5, o que deve ser investigado por profissionais competentes da área da saúde e pelos responsáveis. Portanto, os escores no teste indicaram a suspeita de 13 idosos com depressão, cujos resultados foram comunicados a Enfermeira responsável do Pensionato, que nos informou que atualmente três dentre os 20 idosos participantes estão em tratamento para a depressão e outra já fez tratamento.

Os idosos levaram, em média, 7,3 minutos para responder ao questionário (DP= 14,9). Conforme mostra a Tabela 3, as mulheres tiveram escores mais elevados do que os homens. Destaca-se que, quanto maior o escore, maior é a suspeita de depressão, sendo o escore máximo igual a 15 pontos.

**Tabela 3 – Escores GDS por sexo**

<b>Sexo</b>	<b>Média</b>	<b>DP</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
F	7,75	3,13	3	7	14
M	4,75	3,77	1	5	8

Fonte: As/Os autoras/es

Além disso, analisou-se a relação linear entre os escores no teste GDS-15 e Escore MEEM e verificou-se que não houve relação entre esses escores para os idosos investigados (correlação de Pearson = -0,07).

As questões com maior problema, ou seja, com maior frequência de respostas positivas (acima de 70%, que neste caso é ruim, indica depressão) foram: “Sente que a vida está vazia?”, “Diminuiu a maior parte de suas atividades e interesses?”, “Acha que tem muita gente em situação melhor do que você?” e “Você se sente inútil?”. Exceto a primeira pergunta, as demais podem ter alguma relação com a saúde dos idosos e dificuldade de locomoção. Além disso, sete idosos afirmaram que “Sente que sua situação é sem esperança”, desses, seis apresentaram escore no teste indicando suspeita de depressão.

Por outro lado, menos de 30% dos idosos responderam “Não” as seguintes questões: “Acha que é maravilhoso estar vivo?”, “Sente-se cheio(a) de energia?”, “Sente-se de bom humor na maior parte do tempo?”. Portanto, por mais difícil que seja a condição atual de cada idoso, a maioria acha maravilhoso estar vivo e sentem-se com energia e bom humor.

## **RESULTADOS DA SEGUNDA APLICAÇÃO DO TESTE MEEM (ACOMPANHAMENTO)**

Ao final do projeto, seis idosos com frequência de participação acima de 50% responderam novamente ao teste MEEM. Os resultados da primeira e segunda aplicação para esses idosos são apresentados na Tabela 4. Observa-se que, em média, o escore aumentou um pouco, bem como o escore mínimo, que passou de cinco para oito, e a mediana.

**Tabela 4 – Escores MEEM (antes e depois)**

<b>Comparação MEEM</b>	<b>Média</b>	<b>DP</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Mediana</b>	<b>Máximo</b>
1ª aplicação	10,67	5,01	5	10	17
2ª aplicação	11,67	3,01	8	11,5	16

Fonte: As/Os autoras/es

Dentre os seis idosos, dois tiveram uma redução no escore de um e dois pontos; os demais tiveram acréscimo de até quatro pontos em relação à primeira aplicação. De forma geral, a melhora ocorreu nas questões sobre localização espacial e temporal, e ler e executar (Feche os olhos). Porém, não é possível afirmar que esta melhora ocorreu devido ao projeto, mas são reflexos positivos de estimulação, dado que nos encontros buscava-se relembrar tais aspectos com eles.

## **ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

As atividades foram realizadas individualmente ou em grupo, dependendo da proposta. A Figura 3 mostra algumas dessas atividades, bem como a lista a seguir:

- **Individuais:** bolinhas para rolar e acertar dentro de copos plásticos presos na borda da mesa; pescaria feita com potes de remédios de plástico; descobrir qual é a tampa de cada rosca, de diferentes tamanhos e cores; caixa de palavras com tampinhas, que envolve a leitura, identificação

de imagem e/ou palavras e escrita com as tampas; quebra-cabeça com cores e formas em EVA; sequência de cores com palitos de picolé e EVA; reconhecimento de imagens com bichos, frutas e legumes; completar a sequência de números com a tampinha/número que está faltando; jogo cai não cai, que exige raciocínio para tirar palitos sem deixar cair as tampinhas e, após, recolocar todos os palitos nos buracos novamente; labirinto com bolinha de gude, que exige raciocínio lógico e coordenação motora; colocar o prendedor de roupa no papelão com sua respectiva cor; pintura individual de calendários confeccionados em folha A3 para facilitar a visualização por parte dos idosos; Jogo dos 7 erros.

- **Em grupo:** bastão de papel para bater em balões, sem deixá-los cair, aumentando gradativamente o nível de dificuldade com o acréscimo de mais balões; jogo de mímicas, onde os idosos deveriam identificar o que estava sendo imitado; jogo com dinheiro em tarefas do dia a dia, que envolvia comprar produtos, dar dinheiro para os demais participantes, fazer troco etc.; jogo da memória; boliche e jogo de argolas em garrafas pet; dominó; bingo com imagens de bichos e objetos; bingo com as fotos dos idosos; atividade com música e contos.
- **Pinturas e atividades temáticas:** foram efetuadas pinturas e atividades temáticas para o Natal (enfeites para o quarto, para a porta do quarto e para os corredores do pensionato), Páscoa (pintura de máscaras de orelhas de coelho e confecção de cesta de páscoa) e Dia das Mães (buquê de flores com dobraduras em papel). Três idosos com maior habilidade motora e força também fizeram recorte de imagens.
- **Dificuldades:** Após a análise dos dados e verificação das principais deficiências dos idosos, buscou-se adaptar as atividades, principalmente as de locomoção, visão e de audição. Em algumas atividades, como de pintura, os membros da equipe precisaram segurar a mão do idoso e ajudar a pintar, pois os mesmos tinham um lado paralisado devido ao AVC e com a mão não afetada, cansavam logo. Portanto, sugere-se usar tinta guache para este tipo de atividade. O jogo da memória também foi de difícil execução, onde os idosos não tinham atenção e memória necessária para cuidar onde as figuras estavam e para utilizá-las em seu favor na próxima jogada.

**Figura 3** – Exemplos de atividades realizadas com os idosos



Fonte: As/Os autoras/es

Embora se tenha elaborado atividades em tamanhos grandes para facilitar a visão, outras deficiências cognitivas eram identificadas durante a execução, por exemplo, o dominó foi feito em papelão com peças e bolinhas grandes, mas a dificuldade surgiu na hora de contar as bolinhas e de identificar que na mesma peça do dominó ambos os lados podem ser usados, pois há dois conjuntos de bolinhas (números) e não uma, mas com a ajuda e estímulo da equipe que auxiliava, eles conseguiram realizar a atividade.

Outra atividade de grande dificuldade foi a de encaixar a tampinha certa na sua rosca, cuja dificuldade foi a de identificação e de rosquear. Além disso, identificou-se que não seria possível aplicar o Bingo sonoro (onde sons seriam apresentados para identificação dos objetos/animais, devido à baixa audição da maioria dos idosos. Logo, foi aplicado de forma tradicional, mostrando as imagens sorteadas para eles identificarem se havia uma igual em sua cartela. No bingo com a imagem dos idosos, identificou-se que eles tinham dificuldades de se reconhecer nas imagens e levantou-se uma dúvida, seria pela baixa visão ou pelo tempo que não se veem no espelho?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como a maioria dos idosos apresentava déficit cognitivo devido à idade ou outros problemas de saúde, buscou-se em cada encontro trabalhar diferentes atividades e estímulos cognitivos. Por outro lado, nem sempre os idosos estavam dispostos a participar ou não estavam presentes no dia (ex. estavam passeando ou hospitalizados); às vezes, poucos membros da equipe FURG estavam presentes no Pensionato, por conflito de horários e/ou outros motivos, o que limitava o número de idosos a serem chamados para participar, pois a maioria deles exigiam acompanhamento individual para ajudar nas atividades, exceto quando eram atividades/jogos em grupo.

Quanto aos questionários, estes foram importantes para conhecer mais sobre os idosos e propor as atividades adequadas. Dentre os seis idosos com maior participação, houve aumento no escore do mini exame do estado mental para quatro deles, porém não se pode afirmar que este fato tenha a ver com as atividades desenvolvidas ou que esta diferença seja significativa, pois a amostra foi pequena.

Além disso, quanto aos idosos identificados com suspeita de depressão, conforme compromisso ético assumido para realização desta pesquisa, os responsáveis do Pensionato foram informados sobre os resultados. Destaca-se que os resultados apresentados foram baseados nas respostas dadas por eles, o que pode ter algum viés devido a problemas de saúde relacionados ao déficit cognitivo.

Os idosos relataram gostar das atividades e disseram que queriam continuar participando das atividades, caso o projeto continuasse. Alguns idosos esperavam “ansiosos” a chegada da equipe para participar das atividades, pois viam ali um momento de descontração, “para ocupar a cabeça” conforme citado por eles. Outros gostavam de participar e de contar suas histórias de vida. As atividades desenvolvidas sempre visavam promover a interação social, assim como o entretenimento e diferentes estimulações, adaptando as atividades ao nível cognitivo dos participantes para gerar motivação e sensação de competência.

As atividades de ensino podem ser incluídas tanto na pesquisa, onde os discentes da equipe puderam participar e contribuir em todo o processo, seja na análise e interpretação de dados e uso de ferramentas computacionais para tal, contribuindo para a formação profissional dos mesmos; e, também, na elaboração e adaptação dos materiais que foram utilizados com os idosos, estimulando

a criatividade e o uso de diferentes metodologias e estimulação para que os idosos conseguissem resolver ou executar as tarefas propostas.

Considerando que o número de idosos tende a crescer no Brasil, torna-se importante direcionar um olhar mais cuidadoso à essa população e utilizar técnicas que visem proteger os idosos contra o declínio cognitivo. Por mais que os profissionais dessas instituições se esforcem para isso, a carga de trabalho diária é elevada, ocasionando na falta de tempo para trabalhar esses aspectos.

Por fim, essas ações beneficiaram os idosos e toda a equipe pela troca de conhecimento, experiências, respeito e cuidado com o próximo, pois espera-se que todos cheguemos a velhice e, quem sabe, passar por situações parecidas. Destaca-se que as atividades também podem ser aplicadas a outro público, como crianças.

## AGRADECIMENTO

O projeto foi contemplado com uma bolsa do edital EPEC 2018.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O.P.; ALMEIDA, S.A. Short versions of the geriatric depression scale: a study of their validity for the diagnosis of a major depressive episode according to ICD-10 and DSM-IV. **International Journal of Geriatric Psychiatry**, London, v. 14, n. 10, p. 858-65, oct. 1999a.

ALMEIDA, O.P.; ALMEIDA, S.A. Confiabilidade da versão brasileira da escala de depressão em geriatria (GDS) versão reduzida. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v. 57, n. 2B, p. 421-426, jun., 1999b.

ARAÚJO, P. O. *et al.* Promoção da saúde do idoso: a importância do treino da memória. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 15, n. 8, p. 169-183, 2012.

AZEVEDO, P. W. *et al.* Avaliação da funcionalidade dos idosos institucionalizados em um pensionato do sul do Brasil através do Índice de Barthel. **Revista Inspirar: movimento & saúde**, v. 4, n. 20, dez. 2012.

BERTOLUCCI, P.H.F. *et al.* O Mini-Exame do Estado Mental em uma população geral: impacto da escolaridade. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 1-7, mar. 1994.

BRASIL. Decreto Nº 1.948, de 3 de julho de 1996. Regulamenta a LEI 8.842, de 04/01/1994, que dispõe sobre a política nacional do idoso, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: D.O. de 04/07/1996, P. 12277, Brasília, 1996.

FOLSTEIN, M.F.; FOLSTEIN, S.E.; MCHUGH, P.R. Mini-Mental State: a practical method for grading the cognitive state of patients for clinician. **Journal of Psychiatric Research**, United Kingdom, v. 12, n. 3, p. 189-198, nov. 1975.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. IBGE – Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. p. 146.

MELO, D. M.; BARBOSA, A. J. G. O uso do Mini-Exame do Estado Mental em pesquisas com idosos no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3865-3876, dez. 2015.

PEREIRA, L. H. F.; KRIPKA, R. M. L.; SPALDING, L. E. S. Matemática para a inclusão de idosos: estimulando a memória e o raciocínio. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, abr. 2017.

R CORE TEAM. **R**: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Austria, 2018. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 20 de jul. 2018.

SOARES, E. *et al.* Projeto Memória e Envelhecimento: capacitando profissionais e aprimorando aspectos cognitivos em idosos institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 7, n. 1, p. 62-73, jan. 2010.

SHEIKH, J.I.; YESAVAGE, J.A. Geriatric depression scale (GDS): recent evidence and development of a shorter version. **Clinical Gerontologist: The Journal of Aging and Mental Health**, v. 5, p. 165-73, nov. 1986.

YESAVAGE, J.A. *et al.* Development and validation of a geriatric depression screening scale: a preliminary report. **Journal of Psychiatric Research**, United Kingdom, v. 17, n. 1, p. 37-49, jan. 1983.

WALTERS, C. *et al.* Development of a memory clinic for older adults: promoting productive aging. **International Journal of Health Sciences & Research**, v. 6, n. 7, p. 188-197, jul. 2016.

## ARTIGO 28

### ESPAÇO DE EXPRESSÃO: CUIDADO, ARTE E SAÚDE

Área temática: Saúde

Roberta Rodrigues Silveira<sup>\*</sup>; Jackson Pereira Cardoso<sup>\*</sup>; Diônvera Coelho da Silva<sup>\*</sup>;  
Fernanda Camilotto Bortoluzzi<sup>\*</sup>, Rita de Cássia Maciazeki-Gomes<sup>\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Graduanda(o) em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto Ciências Humanas da Informação. Integrante do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM).

<sup>\*\*</sup> Coordenadora da ação de Extensão. Psicóloga, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e da graduação em Psicologia, do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Integrante do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM).



## ESPAÇO DE EXPRESSÃO: CUIDADO, ARTE E SAÚDE

Roberta Rodrigues Silveira; Jackson Pereira Cardoso; Diônvera Coelho da Silva;  
Fernanda Camilotto Bortoluzzi, Rita de Cássia Maciazeki-Gomes

### RESUMO

Este estudo apresenta narrativas produzidas através de ações de extensão universitária do projeto “*Saúde Mental e Direitos Humanos: Produzindo estratégias de cuidado em rede*”, vinculado ao Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos e ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande. Ancorado nas discussões entre saúde mental e direitos humanos, articula ações associadas à produção de saúde, modos de subjetivação e cuidado em rede na extensão universitária. A aprovação da Lei 10.216/01 reorienta as práticas de cuidado em saúde mental para o território, próximo aos espaços de moradia, circulação e convivência entre as pessoas, numa perspectiva psicossocial. O Espaço de Expressão demarca um posicionamento em prol da luta antimanicomial, com ênfase nas novas abordagens em saúde mental e no cuidado em liberdade, contrário a uma perspectiva manicomial. As atividades se constituem a partir de momentos de trocas, tendo sido iniciados em locais de convivência da comunidade acadêmica e se ampliaram para locais públicos, fora da universidade. Os encontros contam com a organização de mesas e cadeiras, nas quais são dispostos materiais gráficos, lápis, canetas, tintas, canetas coloridas, papéis e jogos variados, bem como com os “Espaços de Escuta”, para as pessoas que desejam conversar com estudantes ou professores de Psicologia. Também são realizadas rodas de conversa, relacionadas com discussões de temáticas específicas, constituindo-se em espaços de escuta coletivos. Entre os impactos constatados estão a adesão e a demanda de ampliação das ações propostas pelo Espaço de Expressão. Ressalta-se, o impacto na formação de estudantes de psicologia ao propiciar o exercício de uma escuta clínica, para além do setting tradicional, como também, a articulação de discussões com outras áreas do conhecimento, na composição de práticas interdisciplinares.

**Palavras-chave:** Saúde coletiva; Psicologia social; Comunidade; Saúde mental; Cuidado em rede.

### INTRODUÇÃO

...tudo depende do talento dos grupos humanos em se tornarem sujeitos da História, isto é, em agenciar, em todos os níveis, as forças materiais e sociais que se abrem para um desejo de viver e mudar o mundo (GUATTARI, 1981, p.189).

Assim que escolhemos cursar Psicologia, os questionamentos que nos faziam eram sobre os motivos que nos conduziram para essa ousada decisão. Nós dizíamos que a nossa intenção era a de ajudar as pessoas, sobretudo entender seus sofrimentos e angústias; queríamos, de alguma forma, ser “cais do porto”, espaço de chegada, parada e partida. Mal sabíamos que, ao encontrar o/a outro/a neste processo nós também nos encontraríamos, em nossas fortalezas e fragilidades. Todos esses processos são múltiplos agenciamentos, acionados pelos encontros.

Agora queremos mais, muito mais, e sabemos que nosso desejo é bem mais profundo, arriscado e difícil: Queremos mudar o mundo! E nesse movimento, não saímos ilesos, mudamos a nós mesmos. Queremos outras relações, outros encontros, outras experiências, outros acontecimentos, outros modos de viver que não as formas normatizadoras do “eu”. Porém, ainda não sabemos quais são as rotas que devemos traçar, não temos nenhum modelo predeterminado a ser seguido, temos um farol-guia, que sinaliza a necessidade de romper com as estruturas desumanizadoras. Assim, não prevemos um ponto de chegada, estamos caminhando e aprendendo com os processos desse caminhar.

Apostamos na potência dos bons encontros, nos desvios, nas fugas e na arte como possibilidade de liberdade. Neste sentido conduzimos nossas atividades através do lúdico, da criatividade, da expressão pela música, pela poesia, pelo desenho, elevando nossa capacidade de agir e afetar. Desta forma, desejamos os bons encontros, os encontros alegres que aumentem a potência do nosso corpo de pensar e de agir (ESPINOZA, 2002).

Encadeado a essas inspirações teórico-afetivas, este estudo apresenta as narrativas produzidas a partir de reflexões associadas às ações de extensão universitária do projeto “Saúde Mental e Direitos Humanos: Produzindo estratégias de cuidado em rede”, vinculado do Grupo de Estudos em Saúde Coletiva dos Ecossistemas Costeiros e Marítimos (GESCEM) e ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Ancorado na intersecção entre saúde mental e direitos humanos, articula ações relacionadas à produção de saúde, modos de subjetivação e cuidado em rede, na extensão universitária.

O conceito de saúde é entendido como um processo que resulta do entrelaçamento de fatores emocionais, sociais, econômicos, culturais e políticos. Saúde denota a expressão de modos de viver, de se relacionar consigo mesmo e com outros, expressa nos modos de subjetivação. Saúde não como algo estático, acabado, pré-estabelecido; muito pelo contrário, saúde denota movimento, produção e intensidades. Produzimos saúde e bem-estar quando nos permitimos afetar e ser afetados, produzimos saúde quando temos um bom encontro.

Na contemporaneidade, a complexidade das relações sociais e afetivas demanda a produção de um cuidado que se estabeleça em rede. Rede entendida como trama, laço, conexão de pontos, horizontalizados, em constante devir. Rede como rizoma, que

não começa nem conclui, se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*... O meio não é uma média; ao contrário, é o lugar onde as coisas adquirem velocidade. *Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma parte para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem início nem fim, que rói suas margens e adquire velocidade (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.37).

Entre redes que se movimentam, redes aquecidas, redes como trama que estabelecem maior conectividade e possibilitam a produção da diferença e de novos modos de existir. Conforme Barros e Passos (2004), as redes quentes caracterizam-se por um funcionamento heterogenético, criador de efeitos de diferenciação, assim, a experiência do coletivo produz novas formas de existência que resistem às formas de equalização ou de serialização próprias do capitalismo. A constituição de redes quentes passa pela afetividade, pela abertura ao inesperado. Para “re-conhecer, nos sinais que vem da rua, um conjunto vivo de estratégias, de novas modalidades, formas de criar

sentido, de produção de outras redes, de outros territórios existenciais e com elas produzir outras e diversas redes de conexões” (MERHY *et al.*, 2016, p.37). Por sua vez, as redes frias são associadas com alto grau de conformação, normatização, hierarquização, homogeneização, reprodução e rebatimento das práticas e das subjetividades (PASSOS; BARROS, 2004).

A aprovação da Lei 10.216/01 (BRASIL, 2001) orienta práticas de cuidado em saúde mental no território (SANTOS, 2009), próximo aos espaços de moradia, circulação e convivência entre as pessoas, numa perspectiva psicossocial. Tomamos o conceito de território proposto por Guattari e Rolnik (1996), em *Micropolítica: cartografias do desejo*.

O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.323).

A perspectiva psicossocial sustenta as práticas de cuidado, acolhida e escuta que demarcam as ações produzidas no território do “*Espaço de Expressão*”. Nesse sentido, a produção do conhecimento se articula com a inserção e a intervenção de práticas sociais (DIMENSTEIN *et al.*, 2015). De modo a contribuir com a produção de territórios existenciais coletivos, que contam com a integração de trabalhadores, gestores, familiares e usuários da saúde mental. Assim, demarca-se um posicionamento em prol da luta antimanicomial, com ênfase nas novas abordagens em saúde mental e no cuidado em liberdade, contrário a uma perspectiva manicomial. As discussões sobre práticas de cuidado estão associadas à Psicologia Social e aos processos de subjetivação (FOUCAULT, 2012), ancoradas no campo da Saúde Coletiva.

Considerando a complexidade e a singularidade das condições que atravessam as experiências de adoecimento, o Espaço de Expressão objetiva promover atividades de acolhida, integração, cuidado e escuta em espaços públicos. Para tanto, oportuniza espaços de compartilhamento de narrativas de experiências de distintos grupos; promove espaços de cuidado mútuos e de promoção em saúde mental, como efeitos da produção do comum e assim, fomenta iniciativas culturais, artísticas e científicas de modo coletivo.

## **METODOLOGIA**

O *Espaço de Expressão* resulta de uma produção coletiva, de ações integradas com diferentes cursos, como Artes, Letras, Enfermagem e Educação Física; em diálogo com o Projeto Encontro de Saberes, potencializando o reconhecimento de saberes tradicionais e a troca de experiências.

A ação de extensão prevê a construção coletiva das temáticas a serem trabalhadas. As demandas são produzidas pela comunidade acadêmica e, também, por grupos parceiros relacionados às políticas públicas de saúde, educação e assistência social.

As atividades são organizadas em espaços públicos e de circulação de pessoas, o que nos põe em constante processo de desterritorialização e nos convocam a “desaprendizagem” do já sabido, já ensaiado, já pensado (MERHY *et al.*, 2016; DELEUZE; GUATTARI, 1995). Os espaços comuns e de circulação favorecem encontros

onde podemos e desejamos agenciar e se deixar agenciar, expandir rizomas e criar linhas de fuga, entendendo que “um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.17).

Utilizamos do método cartográfico (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2014), para o acompanhamento dos processos subjetivos, na abertura produzida no plano coletivo de forças que acolhem momentos de mudanças, instantes de ruptura e potência de criação. Como nos lembra Barros e Kastrup (2010) “cartografar é acompanhar processos”, assim, não partimos de/para uma direção definida, mas traçamos as metas enquanto caminhamos. Deste modo, a ação emergiu da preocupação de professores e alunos do curso de Psicologia em contribuir com estratégias de promoção em saúde mental, para além do espaço de atendimento clínico individual.

As atividades de integração, expressão gráfica e lúdica, se associaram as rodas de conversa sobre temas pulsantes, no momento histórico e político do país. Rodas de conversação que contemplam uma escuta ativa e sensível atravessadas pelas questões sociais e políticas. Neste processo, a acolhida em saúde mental requer que se leve em conta os condicionantes de saúde e de adoecimento dos sujeitos. Implica considerar os determinantes sociais de gênero, classe e raça (BARATA, 2009; BARATA *et al.*, 2013) e seus efeitos nos modos de viver e adoecer das pessoas.

As atividades se iniciaram em espaços de encontro da comunidade acadêmica, como o Centro de Convivência, e se ampliaram para locais públicos fora da universidade. Neste sentido, foram propostas atividades na Unidade Básica de Saúde da Família Romeu Selistre Sobrinho, do Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC/FURG. A unidade atende o território do Bairro Castelo Branco II, as Casas do Estudante Universitário (CEU's) e o Condomínio Atlântico Sul no Bairro Vila Maria, na cidade de Rio Grande/RS. No cotidiano, a unidade também é referência para o atendimento de toda comunidade universitária que necessite de algum procedimento de saúde. Neste texto, nos focamos em uma das atividades realizadas na Unidade de Saúde.

Inicialmente foi realizada uma conversa com a coordenação da unidade de saúde, explicando os objetivos da atividade. A atividade foi agendada para um dia de movimento na unidade. A organização do espaço contemplou a disposição de mesas e cadeiras em círculo e a disponibilização de materiais gráficos, como lápis, canetas, tintas, canetas coloridas, papéis, tesouras, folhas de diferentes tamanhos e jogos variados. As pessoas participantes foram convidadas a se expressar através de desenhos, escrita, modelagem e jogos. O Espaço de Expressão contou também com “Espaços de Escuta” para as pessoas que desejaram conversar, em reservado, com estudantes ou professores de Psicologia.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSO AVALIATIVOS**

O Espaço de Expressão preconiza o fortalecimento de laços e convivências, problematiza a aceleração do tempo que impede relações de proximidade entre as pessoas, no cotidiano. As atividades requerem um exercício de aproximação e escuta do outro, encarnado no colega de curso, conhecido, amigo, vizinho ou até mesmo do desconhecido que se aproxima para conversar. Produz o imperativo de se colocar à disposição e se abrir ao encontro com o outro, com o inusitado na produção de bons encontros. Aqui, a ideia de rede evoca os laços de proximidade, afetivos e de interação entre as pessoas como estratégias de promoção da saúde mental.

O Espaço de Expressão se constitui como uma ação de extensão em construção, aberta e flexível às demandas da equipe organizadora e de seus participantes. Durante o último ano foram desenvolvidas diversas atividades, onde ocorreu a elaboração de encontros vinculados a discussões temáticas relacionadas à saúde, aos direitos humanos, a situação política, social e econômica do país.

Podemos citar as atividades alusivas: ao setembro amarelo, a aula pública antifascismo, a primeira mateada LGBTQI+, ao novembro negro e ao mês da mulher, em memória a Marielle Franco. Inicialmente, as atividades ocorriam nas dependências da universidade, contudo, ainda sentíamos a necessidade de extrapolar seus muros, o que nos fez pensar em quais locais poderíamos levar um momento de escuta, de arte e de acolhida.

Gestamos a ideia durante o primeiro ano de espaço de expressão, sabíamos o quanto era necessário estar com outras pessoas além do âmbito universitário, mesmo entendendo que a própria universidade deva ser também um território que abarque toda diversidade de pessoas e ações.

Porém, consideramos essencial que esse diálogo e articulações fossem feitos, pois se percebe que muitas pessoas ainda não reconhecem o espaço acadêmico como uma possibilidade dentro de sua realidade de vida. Assim, entendemos a importância de levar o Espaço de Expressão à comunidade. Logo pensamos na Atenção Básica em Saúde, na qual prevê alguns princípios, como: acesso, orientação comunitária, integralidade e territorialização do cuidado (BRASIL, 2010). Deste modo, se torna evidente a importância do território nas práticas *psi* junto às comunidades, pois

é no território que podemos exercer novas práticas de cuidado. Isso porque já conhecemos a clínica da loucura, mas procuramos agora conhecer a nova clínica, que invista na singularidade e na construção de projetos interdisciplinares, produzindo novos conhecimentos teóricos na área e competências técnicas com os trabalhadores (SILVA; PINHO, 2015, p.421).

Neste sentido, escolhemos a Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Romeu Selistre Sobrinho, como primeira experimentação, uma vez que se localiza dentro do próprio campus e próximo ao prédio do curso de Psicologia. Nesse primeiro encontro, os alunos matriculados na disciplina optativa de “Saúde Mental Coletiva” foram convidados a participarem da atividade conosco, a fim de experimentar o que vem sendo trabalhado em sala de aula.

O Espaço de Expressão na Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) foi realizado em uma sexta-feira à tarde, dia de bastante circulação de pessoas na UBSF, pois neste dia costuma ser realizado o raio x odontológico, único na região.

A chegada da professora e dos alunos do curso de Psicologia à Unidade ocorreu no início da tarde, iniciando a organização do espaço para a atividade. Mesas e cadeiras foram deslocadas de dentro da Unidade para uma área externa em frente ao prédio, próxima à porta de entrada. Neste momento, nove usuários estavam aguardando atendimento na sala de espera e presenciaram as movimentações. A primeira reação foi o estranhamento, as pessoas olhavam curiosas, tendo em vista que a atividade ocorria pela primeira vez na UBSF.

É importante dizer e reafirmar que esse estranhamento é sempre duplo, no sentido em que ocorre de ambos os lados, tanto dos sujeitos usuários quanto em nós, equipe proponente. Não consideramos o estranhamento como um empecilho, muito pelo contrário, é no estranhamento que se tornam possíveis os deslocamentos, as rotas alternativas e as linhas de fuga. É no e pelo estranhamento que fluem os devires.

Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim o equilíbrio desta nossa atual figura, tremem seus contornos (ROLNIK, 1993, p.242).

Uma primeira experimentação estava em movimento, atravessada pela aproximação da equipe que iria propor a atividade com o espaço e o território e, ao mesmo tempo, uma ambientação das pessoas que costumam ter a UBSF como referência, dentro do território em que residem, com uma atividade nova e inusitada acontecendo ali. No cenário havia folhas, tintas, pincéis, lápis de cor, giz de cera e outros materiais disponíveis, um convite para expressão dos participantes.

A equipe explicou a proposta do Espaço de Expressão e fez o convite para as pessoas que estavam na sala de espera, propondo que pudessem se aproximar e conhecer, um pouco mais, da atividade. Além disso, foram explanadas relações sobre o uso da arte como meio de expressão. A atividade, também, contava com “espaços de escuta” para quem desejasse conversar com os/as estudantes e professora de psicologia.

As primeiras pessoas a se aproximarem foram três crianças e duas mães que as acompanhavam. As crianças sentaram-se a mesa e começaram a desenhar e a pintar, outras duas crianças juntaram-se à atividade. Enquanto os filhos estavam na atividade, as mães conversaram com os estudantes. Uma delas compartilhou sua alegria com a realização da atividade e comentou, “*isso nunca teve na unidade*”, reconhecendo a importância da atividade naquele espaço.

Se num primeiro momento, as mães se aproximaram para trazer as crianças, ao longo do tempo foram se sentindo mais a vontade para falar, compartilhar suas experiências de vida, suas relações com a unidade básica de saúde, com o bairro e a vizinhança. Naturalmente, foram as crianças as primeiras a se aproximarem, pois elas são abertas e deixam-se conduzir pela beleza do novo, são espontâneas, não estão preocupadas em “fazer o certo”, não há julgamento, só devir. As crianças queriam experimentar o que aqueles materiais artísticos e o que aquelas pessoas podiam agenciar (Figura 1).

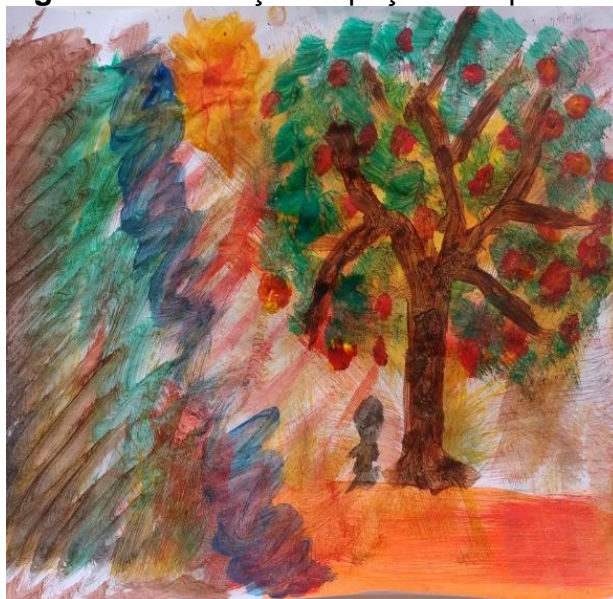
**Figura 1** – Produção Espaço de Expressão



Fonte: Acervo pessoal dos/as autores/as

Uma senhora que, após seu atendimento, saía da unidade com sua bicicleta foi convidada a se expressar. Inicialmente ficou ambivalente sobre sentar, ali, à mesa em meio às folhas e tintas. Mas, após um tempo, resolveu aceitar e disse que iria sentar com as crianças e desenhar um pouco. Ela desenhou e falou que gostaria de pintar “*porque na minha infância não pude fazer isso*”. Esses momentos casuais acolhem narrativas, por vezes breves, mas carregadas de significado que trazem consigo a singularidade das histórias de vida.

**Figura 2** – Produção Espaço de Expressão



Fonte: Acervo pessoal dos/as autores/as

**Figura 3** – Produção Espaço de Expressão



Fonte: Acervo pessoal dos/as autores/as

Já tendo se passado algumas horas do início da atividade, um senhor em torno dos sessenta anos de idade, acompanhado de seu filho, se aproxima e questiona “*Vocês são da Psicologia? Tô precisando conversar um pouco...*”. Ele conta que perdeu a esposa há alguns meses e fala sobre seu luto e sua saudade. O luto



é um processo singular e solitário, mas igualmente possível de ser compartilhado, pois trata-se “a morte como mecanismo potencializador da vida e não como sua finalização absoluta e infértil, morte que povoa uma vida da imanência e dá a ela toda sua virtualidade” (ROSA, 2007, p.5).

Neste sentido, o Espaço de Expressão se configura como estratégia e dispositivo de promoção e prevenção de saúde, em sua dimensão clínico-estético-política. Ainda, seria possível traçar uma breve problematização sobre: o que é, de fato, a clínica? Ou, como ela opera? Quando se abre um espaço para expressão, também se abrem espaços para o cuidado e acolhida em saúde. Neste caso, no território, espaço de circulação, moradia, convivência entre as pessoas, que muitas vezes têm a UBSF como referência de cuidado em saúde. Aqui, a clínica passa ser produzida no encontro com outro, nas práticas de cuidado partilhadas, em meio à vida que se vive, atravessada pelos condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos.

A chegada do Espaço de Expressão, nesse local, marca um movimento para nosso projeto de extensão, ultrapassando os muros da universidade e ocupando outros espaços. E, também, marca um movimento para unidade manifesto na avaliação da coordenação e das pessoas da comunidade que deram um retorno positivo em relação à ação (Figura 4).

**Figura 4 – Equipe Espaço de Expressão**



Fonte: Acervo pessoal dos/as autores/as

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As atividades do Espaço de Expressão surgiram para acolher demandas de atendimentos relacionadas à saúde mental de estudantes universitários e também de trabalhadores da FURG. Com o desenvolvimento dos encontros foram sendo reelaboradas suas estratégias, levando em conta as necessidades do público atendido, como ampliação das atividades para além do espaço universitário. Logo procuramos encontrar outras redes, aquecidas pelo coletivo que, ainda, a universidade pouco dialoga. A atividade desenvolvida na Unidade Básica de Saúde da Família do CAIC produziu um encontro potente e mobilizador. E, reacendeu



nossos desejos, produziu pistas sobre as possibilidades de (se) mudar (n) o mundo. Porque sim, ainda queremos o mudar o mundo! Como? Começando por uma atitude ético-estético-política de abertura à experiência, ao novo, ao compartilhamento de fazeres e saberes com a comunidade, desejando produzir pequenas fissuras em práticas desumanizadoras, produzir espaços que possibilitem um desvio, um devir em saúde, em modos de subjetivação e no cuidado em rede.

Entre os impactos constatados estão a adesão e a demanda de ampliação das ações propostas pelo Espaço de Expressão. Ressalta-se, o impacto na formação de estudantes de psicologia ao propiciar o exercício de uma escuta clínica, para além setting tradicional. Como também, discussões inter-relacionadas com outras áreas do conhecimento, na composição de práticas interdisciplinares.

O Espaço de Expressão segue sua construção coletiva, se constituindo através do diálogo com diferentes grupos e coletivos, no intuito de potencializar os encontros de integração, cuidado e escuta em espaços públicos. Entre os desafios lançados estão a continuidade e o fortalecimento das ações junto a atenção básica, a ampliação das ações junto a outros polos da FURG, a aproximação de práticas de estágio em Psicologia Social, do curso de Psicologia e da Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, de modo especial junto a outras Unidades Básicas de Saúde do município de Rio Grande.

## REFERÊNCIAS

BARATA, R. B. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009.

BARATA, R. B., RIBEIRO, M. C. S. A., SILVA, Z. P.; ANTUNES, J. L. F. Classe social: conceitos e esquemas operacionais em pesquisa em saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 47, n. 4, p. 647-655, ago. 2013.

BARROS, L.; KASTRUP, V. Cartografias é acompanhar processos. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 52-75.

BARROS, R. B. de.; PASSOS, E. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 159-171, 2004. Disponível em: [http://uninomade.net/wp-content/files\\_mf/113003120823Cl%C3%ADnica%20pol%C3%ADtica%20e%20as%20modula%C3%A7%C3%B5es%20do%20capitalismo%20-%20Eduardo%20Passos%20e%20Regina%20de%20Barros.pdf](http://uninomade.net/wp-content/files_mf/113003120823Cl%C3%ADnica%20pol%C3%ADtica%20e%20as%20modula%C3%A7%C3%B5es%20do%20capitalismo%20-%20Eduardo%20Passos%20e%20Regina%20de%20Barros.pdf). Acesso em: 02 de out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei 10.216** de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/leis/leis\\_2001/l10216.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/leis_2001/l10216.htm). Acesso em: 02 de out. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**, Departamento de Atenção Básica – Caderno de Atenção Básica nº 27 – Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. v. 1, p. 11-37.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

- DIMENSTEIN, M. et al. Psicologia, políticas públicas e práticas sociais: experiências em pesquisas participativas. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei, v. 10, n. 1, p. 24-36, jun. 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082015000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 de out. 2019.
- ESPINOZA, B. **Ética demonstrada à maneira dos Geômetras**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- FOUCAULT, M. Ditos & Escritos V: Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GUATTARI, F. Micropolítica do fascismo. In: GUATTARI, F. **Revolução molecular: Pulsões políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 173-190.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. São Paulo: Vozes, 1996. p. 317-323.
- MERHY, E. E.; GOMES, M. P. C.; SILVA, E.; SANTOS, M. F. L.; CRUZ, K. T.; FRANCO, T. G. Redes vivas: multiplicidades girando as existências, sinais da rua. Implicações para a produção do cuidado e a produção do cuidado em saúde. In MERHY, E.; BADUY, R. S.; SEIXAS, C. T.; ALMEIDA, D. E. S.; SLOMP JÚNIRO, H. (Orgs). **Avaliação Compartilhada do Cuidado em Saúde: Surpreendendo o Instituído nas Redes**. Rio de Janeiro: Hexis, 2016. p. 31-42.
- ROSA, M. P. da. **Políticas da Morte-Acontecimento**. 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10770/000599653.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 out. 2019.
- ROLNIK, S. Pensamento, Corpo e Devir: uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Rev. Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 2, 1993, p. 241-252. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cadernossubjectividade/issue/view/1964>. Acesso em: 02 de out. 2019.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção**. 4a. ed. 5a. Reimpr. São Paulo: Ed. da Univ. de São Paulo, 2009.
- SILVA, A. B. da; PINHO, L. B. de. Território e Saúde Mental: Contribuições conceituais da Geografia para o Campo Psicossocial. **Rev. Enf. UERJ**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, 2015 p. 420-424. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/enfermagemuerj/article/view/10091/13788>. Acesso em: 30 de set. de 2019.
- TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP V.; TEDESCO, S. (Orgs). **Pistas do Método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum**. v. 2 Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 92-12.

## ARTIGO 29

### NÚCLEO DE CONSUMO RESPONSÁVEL: APRESENTANDO ALTERNATIVAS AO CONSUMO

Área temática: Trabalho

Inácio Puntel<sup>\*</sup>; Lucia Regina Nobre<sup>\*\*</sup>; Maria Angelica Machado Braga<sup>\*\*\*</sup>;  
Dóris Back Perius<sup>\*\*\*\*</sup>; Maria Cristina Chaves Pires<sup>\*\*\*\*\*</sup>;  
Maria Cristina Hentsch de Azevedo<sup>\*\*\*\*\*</sup>



---

<sup>\*</sup> Aluno do curso de Psicologia, NUDESE – Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

<sup>\*\*</sup> Servidora técnico-administrativo, NUDESE – FURG.

<sup>\*\*\*</sup> Aluna do curso Letras Português-Francês, NUDESE – FURG.

<sup>\*\*\*\*</sup> Aluna do curso Tecnólogo em Gestão Ambiental, NUDESE – FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Aluna do curso de Geografia Licenciatura, NUDESE – FURG.

<sup>\*\*\*\*\*</sup> Servidora técnico-administrativo, NUDESE – FURG.

## **NÚCLEO DE CONSUMO RESPONSÁVEL: APRESENTANDO ALTERNATIVAS AO CONSUMO**

Inácio Puntel; Lucia Regina Nobre; Maria Angélica Machado Braga;  
Dóris Back Perius; Maria Cristina Chaves Pires;  
Maria Cristina Hentsch de Azevedo

### **RESUMO**

O consumismo das últimas décadas tem sido de forma desmedida e sem controle. Esse consumo possibilita, cada vez mais, a destruição da natureza. Os seres humanos apenas buscam adquirir mais daquilo que já possuem e não percebem o quanto está sendo ludibriado pelas mídias que apelam na inserção de consumismo na modernidade. Esse marketing, contudo, não mostra o quanto os produtos anunciados degradam com o planeta e a saúde das pessoas. Em contrapartida, surgem como alternativa os Grupos de Consumidores Responsáveis – GCRs, os quais estão preocupadas com a saúde dos consumidores, com a valorização dos produtores e com a preservação da natureza. Esses grupos seguem a lógica da economia solidária, uma economia em que o centro é o ser humano e a natureza, na qual as relações acontecem de forma horizontal e a gestão é autogestionária. Os GCRs promovem núcleos de consumo responsável que viabilizam um comércio justo e solidário para todos os sujeitos envolvidos nessa proposta. O núcleo de consumo responsável Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande desenvolve esta alternativa desde a produção até a comercialização, proporcionando aos riograndinos e adjacentes, outra forma de consumir.

**Palavras-chave:** Núcleo; Consumo responsável; Economia solidária; Comércio justo.

### **INTRODUÇÃO**

O consumo responsável é entendido como a transformação do ato de consumir em um ato político e cidadão através de um conjunto de práticas e reflexões, estimulando o consumidor a pensar seu comportamento como parte de um processo desde a produção até o consumo final. Nesta lógica de consumo se leva em conta o sistema de produção, as condições trabalhistas, a relação com o ambiente, os atores envolvidos e a forma de transporte; sendo os Grupos de Consumidores Responsáveis (GCRs) uma forma de consolidação dessa lógica. Os GCRs têm por objetivo criar um contexto de interação entre os atores envolvidos no processo produtivo, construindo relações que valorizem o trabalho, os produtos, o meio ambiente e a economia local (CALABRÓ, 2016).

Conforme o Instituto Kairós e Capina (org.) o Consumo Responsável (2013) se define como:

[...] um conjunto de hábitos e práticas que fomentam um modelo de desenvolvimento comprometido com a redução da desigualdade social. O consumo responsável visa melhorar as relações de produção, distribuição e aquisição de produtos e serviços, de acordo com os princípios da economia solidária, soberania alimentar, agroecologia e o comércio justo e solidário. É a valorização

e a vivência de atitudes éticas para a construção conjunta de um novo panorama social e ambiental (apud INSTITUTO KAIROS e CAPINA, 2013, p.103).

Neste sentido, a construção dos GCRs está intimamente ligada às ações de Economia Solidária, as quais são orientadas pela horizontalidade entre os agentes, pelo direito à liberdade individual, pela autogestão etc. (SINGER, 2002). No caso do GCR de Rio Grande não seria diferente, tendo sua origem na construção coletiva entre o Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande – NUDESE<sup>1</sup>-FURG, grupos incubados, pós-incubados e assessorados, a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, o Armazém de Economia Popular Solidária e a Associação Educativa para o Consumo Responsável Bem da Terra de Pelotas. Integra-se, assim, o conhecimento acadêmico de diversas áreas aos conhecimentos populares, não em um modelo hierárquico, mas em um modelo horizontal de trocas entre os sujeitos e fomento contínuo ao desenvolvimento social e econômico da classe trabalhadora na cidade do Rio Grande e seu entorno.

Os GCRs seguem a lógica da economia solidária, a qual busca uma sociedade igualitária e justa para todos, o Ministério da Educação define economia solidária como:

[...] concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Essa prática de produção, comercialização, finanças e consumo privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano, a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuro, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p.31).

Os GCRs proporcionam relações entre as pessoas (produtores e consumidores envolvidos) e o produto ou serviço advindo do comércio justo e solidário. Esta é uma prática/relação entre produção, comercialização e consumo e seus respectivos participantes, o qual é justa, solidária, dialógica, transparente e de respeito mútuo. De acordo com o art. 2º, I, do Decreto nº 7.358 de 2010 que instituiu o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário –SCJS, este sistema é definido como “prática comercial diferenciada pautada nos valores de justiça social e solidariedade realizada pelos empreendimentos econômicos solidários”. Seu objetivo é a promoção do desenvolvimento sustentável, de soberania, de justiça social e de segurança alimentar. Esta forma de relação valoriza a preservação do meio ambiente destacando a produção de produtos baseados na agroecologia. Esta relação advém do empoderamento dos envolvidos – no comércio justo e solidário – no desenvolvimento

---

<sup>1</sup> NUDESE: Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE-FURG) vem, desde sua constituição em 2003, buscando contribuir com iniciativas de trabalho associado como forma de geração de trabalho e renda, dentro dos princípios da Economia Popular Solidária e do comércio justo e solidário, os quais buscam uma prática humanitária e ecológica de produção.

da produção desde o início da cadeia produtiva até o consumo. Relação essa que é distinta da existente no modo de produção vigente.

Ainda para Joana *et al.* (2016) o comércio justo é visto como:

[...] um movimento de dimensões múltiplas (social, econômica, ambiental, política) que se apresenta na qualidade de alternativa ao comércio convencional, regido por valores éticos e que se preocupa com toda a cadeia logística. O comércio é considerado Justo em virtude de uma série de fatores, e especialmente porque o preço é justo, vale dizer, cobra os custos de um rendimento digno, ambientalmente responsável e socialmente inclusivo. Com isso, há grande atenção não somente com as condições de trabalho do produtor (além da sua família e comunidade), mas também com o consumidor, que pode adquirir bens de forma ética (STELZER *et al.*, 2016, p.19).

O papel político impulsionado pelo desenvolvimento dos GCRs está diretamente relacionado ao desenvolvimento da consciência em relação às questões que perpassam a produção e o consumo de produtos de qualidade e na contramão do que vem sendo produzido em grande escala, ou seja, produtos industrializados, transgênicos ou com uso de agrotóxico, prejudiciais à saúde humana e à sustentabilidade do Planeta.

Os GCRs comportam núcleos para poder haver um atendimento com mais qualidade. O Núcleo de Consumo Responsável – Armazém de Economia Popular Solidária de Rio Grande começou suas atividades vinculado ao GCR Bem da Terra de Pelotas. Porém, vem adquirindo autonomia e assim virá a se tornar um GCR. Este núcleo tem um papel de ensino quando proporciona uma relação entre os alunos da Universidade com todos os envolvidos nesta proposta. Uma relação à qual é mútua e de trocas de conhecimentos entre todos os participantes, em que se aprende e se ensina, adquirindo e viabilizando novos conhecimentos. Para então refletir e partir para a ação. Este núcleo é composto por professores, técnicos, alunos e as comunidades da cidade, proporcionando uma relação horizontal entre todos.

Outra atividade desenvolvida nos GCRs é a pesquisa, pois é preciso entender que é necessário investigar e teorizar estas relações, ações e desenvolvimentos que acontecem dentro destes grupos e/ou núcleos. Esta é uma de tantas outras formas que se pode expandir o conhecimento prático adquirido em qualquer forma de ação. E é através da pesquisa que se pode expor a crítica ou contribuição daquilo que se está vivenciando, observando e investigando.

Através desta alternativa de consumo busca-se proporcionar o conhecimento e a reflexão de que há outras formas de se viver e de forma harmônica um com o outro e de nós com a natureza.

O projeto tem por objetivo geral fortalecer o Núcleo de Consumo Responsável – Armazém de Economia Popular Solidária de modo a consolidar as relações entre produtores e consumidores. E como objetivos específicos: i) ampliar o número de consumidores propagando o consumo responsável; ii) impactar na produção dos pequenos produtores de alimentos orgânicos; iii) gerar trabalho e renda aos produtores que fazem parte do Núcleo de Consumo Responsável; iv) envolver os acadêmicos em vivências que permitam articular o ensino, pesquisa e extensão; e v) realizar a divulgação do trabalho produzido para assim articular os resultados tendo como premissa o conhecimento científico e o popular.

## METODOLOGIA

O Núcleo de Consumo Responsável – Armazém de Economia Popular Solidária funciona no NUDESE – FURG e este incuba o primeiro. São participantes do Núcleo os produtores (pessoas que produzem de forma orgânica, em transição e grupos familiares) e os consumidores (pessoas da Universidade como: alunos, técnicos e professores e as comunidades da cidade do Rio Grande e adjacentes). A gestão é efetuada pelos integrantes da equipe do NUDESE, a qual é composta por consumidores do Núcleo. Os produtos advindos para o núcleo vêm de vários lugares do Brasil, mas a preferência que seja fomentado empreendimentos locais. Os produtos hortifrutis vem da Ilha dos Marinheiros e da cidade de São José do Norte – RS, estes produtos são todos orgânicos devidamente certificados.

Para a consolidação do Núcleo de Consumo Responsável é utilizada a plataforma virtual Cirandas.net<sup>2</sup>. A princípio, o grupo gestor entra em contato com os produtores orgânicos para saber o que vão ofertar. Em seguida, ele lança na plataforma semanalmente os produtos oferecidos pelos produtores e, através da plataforma, os consumidores realizam seus pedidos de forma a minimizar os desperdícios e fomentar a reflexão e a responsabilidade sobre o consumo. Ao fim da janela de pedidos, que fica aberta geralmente do meio-dia da segunda-feira ao meio-dia da quinta-feira, os pedidos são repassados aos produtores, que entregam os produtos na sexta-feira de manhã para a separação em conjunto com os consumidores. Durante a tarde da sexta-feira é realizada a retirada dos pedidos e efetuação dos pagamentos, que são repassados aos produtores na semana seguinte. Nesse processo é construída a relação entre os atores envolvidos, juntamente com a organização de visitas aos locais de produção, troca de informação sobre armazenamento e uso dos produtos e várias outras atividades, tais como a troca de receitas e de como usar tal produto.

O núcleo de consumo Responsável faz parte de uma rede de compras juntamente com outros GCRs da região Sul do RS, para que desta forma possam reduzir custos logísticos, buscando minimizar os preços dos produtos para o consumidor participante destes grupos. A rede também proporciona apoios em todos os âmbitos para o desenvolvimento desta alternativa. São realizadas reuniões bimestrais com os GCRs participantes (consumidores e produtores), nas quais acontece a reflexão da atividade e promoção de ações cada vez mais de viabilidade de funcionamento e propulsão da ideia apresentada. Esta ideia é a promoção de uma forma diferente de consumo desta forma de consumo capitalista.

Paralela a essa rotina, são realizadas mostras da produção dos produtores vinculados, como ferramenta de divulgação. Bem como oficinas de sensibilização durante eventos, visando buscar aderência de outros consumidores e/ou parceiros. Assim como, são realizadas formações em economia solidária, boas práticas de fabricação, comércio justo, agroecologia, entre outros.

---

<sup>2</sup> Cirandas é uma iniciativa do FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária – que tem como objetivo oferecer ferramentas na internet para promover a articulação econômica, social e política de quem gosta da Economia Solidária ou vive dela. Seus principais objetivos são: potencializar o fluxo de saberes, produtos e serviços da Economia Solidária; oferecer ferramentas para a constituição e consolidação de redes e cadeias solidárias; ser um espaço de divulgação da economia solidária e de busca de seus produtos e serviços para consumidores individuais e coletivos (públicos, privados e grupos de consumidores) e permitir a interação entre vários atores em comunidades virtuais e espaços territoriais, temáticos e econômicos. Disponível em: <https://cirandas.net/>

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

As atividades atinentes ao Núcleo de Consumo Responsável Armazém de Economia Popular Solidária vêm se desenvolvendo ao longo dos quase três anos de funcionamento. Assim como vem retroalimentando suas ações, tendo no método freiriano ação-reflexão-ação todo o respaldo para as ações junto à comunidade. A qual participou desde sua concepção até algumas evoluções do processo ao longo do desenvolvimento da proposta.

Pode-se verificar também a ampliação na produção dos fornecedores do Grupo em mais de cem por cento, bem como a diversificação da produção que se ampliou ao longo destes quase três anos mais de quatrocentos por cento. Assim como no aumento de fornecedores na plataforma. Atendendo aos objetivos mais importantes de um Grupo de Consumo Responsável que é transformar o ato de consumir em um ato político.

Outra consideração a ser feita é o envolvimento dos produtores e consumidores integrantes do núcleo na participação do seu funcionamento, mesmo sendo poucos, integrando todos os comprometidos nas atividades. Bem como a realização de diversas pequenas formações, nos quais acontece a exposição do andamento das atividades e a reflexão dos conceitos e suas críticas das ideologias praticadas nos GCRs. A participação dos envolvidos tem sido de pouca proporção, os produtores com dificuldades de locomoção e os consumidores alegam como causa o horário de funcionamento do núcleo, pois é um horário em que a grande maioria diz realizar atividades profissionais.

Além do envolvimento de estudantes de forma voluntária nos anos de 2017 e 2018, neste ano foi possível concorrer a uma bolsa EPEC e tendo êxito o bolsista selecionado começou a se envolver neste processo, inclusive contando os resultados neste trabalho.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A relação produtor/consumidor ainda vem se desenvolvendo no núcleo de consumo responsável Armazém de Economia Popular Solidária. Apesar deste processo de envolvimento ser lento, a conscientização da importância desta relação, distinta da hegemônica em que estamos inseridos, permeia tanto o produtor quanto o consumidor.

Os produtores buscam ofertar uma produção diversificada, de qualidade, saudável e com preço justo, e os consumidores, por sua vez, valorizam o trabalho desenvolvido pelos produtores, assim como entendem e aceitam os motivos quando o seu produto não se encontra na entrega do seu pedido.

Esta forma de relação que acontece nos GCRs, e que não é diferente no núcleo de consumo responsável Armazém de Economia Popular e Solidária, tem sido de grande procura por pessoas preocupadas com sua saúde e com a natureza, ocasionando o aumento de consumidores responsáveis, assim como o desenvolvimento da produção de orgânicos. Os produtores têm relatado que esta forma de relação tem impactado, em grande proporção, o aumento na sua produção, e que este fato origina um trabalho e renda mais justos para eles. Motivando-os ainda mais à diversificação da produção orgânica.

O núcleo de consumo responsável Armazém de Economia Popular Solidária viabiliza a geração de trabalho e renda quando fomenta a comercialização de novos empreendimentos de economia solidária. Sendo um destes empreendimentos o grupo Mãos na Massa que vem sendo incubado pelo NUDESE-FURG.



Tanto produtor quanto consumidor, que experimentam esta forma de relação que acontece nos GCRs, se preocupam com o meio ambiente e com a saúde de todos e sabem o quanto impacta na economia local. E devido ao núcleo Armazém de Economia Popular Solidária ser uma construção coletiva de parcerias de Universidades e incubadoras, tem o envolvimento dos acadêmicos que assim participam do núcleo, seja como consumidores, seja como bolsistas do NUDESE. Logo, este envolvimento dos alunos também impacta na sua educação, fazendo com que reflitam em outras formas de relação tanto social quanto econômica.

Por fim, este tipo de relação, é transformadora e educadora a todos envolvidos e promove o empoderamento da pessoa em todo processo da produção e da comercialização. Assim como, fica ciente dos benefícios do consumo destes produtos.

## Referências

BRASIL. **Decreto 7.358 de 17 de novembro de 2010**. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.

BRASIL, ME. Ministério da Educação. **Caderno Pedagógico Educandas e Educandos: ProJovem Campo – Saberes da Terra. Economia Solidária**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6008-caderno4-educador-economia-solidaria&category\\_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6008-caderno4-educador-economia-solidaria&category_slug=julho-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 31 de jul. 2020.

CALABRÓ, Guilherme. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: Um Passo a Passo para Começar e Estabelecer um GCR**. Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 28.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

INSTITUTO KAIROS; CAPINA (Org). **Práticas de Comercialização: uma proposta de formação para a economia solidária e a agricultura familiar. Para além da comercialização: alguns caminhos para o consumo responsável**. São Paulo: Instituto Kairós, 2013. Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2014/02/Kairos-Praticas-de-Comercializacao.pdf>. Acesso em: 31 de jul. 2020.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. 1ª Ed. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

STELZER, Joana *et al.* **O Projeto Ilha Rendada e o Comércio Justo: princípios normativos, práticas e desafios**. Comércio justo e solidário no Brasil e na América Latina / Organizadoras: Joana Stelzer, Rosemary Gomes – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2016.

## ARTIGO 30

### INCENTIVO PARA A IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA JÚNIOR NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO (TAPES – RS)

Área temática: Trabalho

Carlos Alberto Frantz dos Santos\*; Juliane da Silva Carvalho\*\*;  
Pietra Pacheco dos Santos\*\*



---

\* Professor Assistente UERGS (Unidade em Tapes). Coordenador do Projeto de Extensão.

\*\* Discente do curso de Administração UERGS (Unidade em Tapes).

## **INCENTIVO PARA A IMPLANTAÇÃO DA EMPRESA JÚNIOR NO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO (TAPES – RS)**

Carlos Alberto Frantz dos Santos; Juliane da Silva Carvalho;  
Pietra Pacheco dos Santos

### **RESUMO**

Um dos principais desafios da graduação está na capacidade de relacionar os conhecimentos que são adquiridos em sala de aula com a prática da profissão. Dessa forma, uma Empresa Júnior (EJ) vem para proporcionar aos alunos a possibilidade de oferecer seus serviços às empresas já estabilizadas no mercado, e assim, solucionar problemas apresentados pela organização. Sendo assim, o objetivo geral deste artigo é descrever as ações realizadas pelo projeto de extensão “Incentivo para a implantação da empresa júnior no curso de Administração da UERGS (Tapes – RS)”. Este projeto visou fornecer a vivência prática dos discentes em Administração na prestação de serviços em Tapes e região. O trabalho é caracterizado por ser um projeto de extensão que utilizou na primeira etapa a realização de palestras sobre Empreendedorismo para comunicar e capacitar os discentes do curso sobre as finalidades e os processos realizados por uma EJ. Durante todo o projeto foram realizadas três palestras no intuito de motivar os alunos a participar voluntariamente do projeto para realização de consultorias. Na etapa seguinte foi realizado um processo seletivo para bolsistas voluntários ingressarem no projeto. Após, foi realizada uma consultoria em uma academia. As bolsistas realizaram uma pesquisa de satisfação com os clientes da academia. Os resultados da consultoria geraram efeitos positivos na organização além de consolidar a objetivo proposto de contribuir para um melhor desempenho da empresa e satisfação do proprietário. Concluiu-se que projetos de extensão que incentivam o empreendedorismo são essenciais na vida acadêmica, pois torna o participante mais proativo gerando nele o intuito de mudar situações e contribuir para uma sociedade mais empreendedora. Mostrando na prática que todo conhecimento adquirido em sua formação, terá relevância em suas decisões e na atuação no mercado de trabalho.

**Palavras-Chave:** Empreendedorismo; Empresa Júnior; Extensão.

### **INTRODUÇÃO**

Diversos desafios ocorrem na vida universitária e um dos principais dilemas está na capacidade de relacionar os conhecimentos que são adquiridos ao longo da graduação de uma forma prática na sociedade, visando desenvolver o crescimento pessoal, profissional e acadêmico do discente. Dessa forma, uma Empresa Júnior (EJ) é uma associação (sem fins lucrativos) que proporciona aos alunos a possibilidade de desenvolvimento de uma postura séria em relação aos problemas apresentados pelos clientes.

De acordo com Ziliotto e Berti (2012) a EJ viabiliza a aplicação prática do conhecimento teórico relativo à área de formação que o aluno tem dentro da universidade. Assim, as EJs representam verdadeiros laboratórios que auxiliam estudantes a operacionalizar o conhecimento adquirido na academia (FEITOSA; FIRMO, 2012).

Ao ingressarem na EJ, os alunos agregam experiência à sua formação acadêmica, com a possibilidade de participar de decisões como líderes de uma empresa.

Moretto Neto *et al.* (2004) afirmam que a EJ insere o aluno no ambiente mercadológico e aproxima-o de reais empreendedores.

A EJ pode, ainda, contribuir para o crescimento da cultura empreendedora, tanto internamente com seus participantes e demais alunos da instituição, quanto externamente, com a comunidade. Os membros da EJ desenvolvem diversas capacidades: de trabalhar em grupo; habilidades gerenciais e de negociar com clientes e fornecedores; criatividade; oratória; liderança e o respeito à liderança; pro-atividade. Soma-se a esta capacidade o fato de ser uma experiência que antecipa funções profissionais que se estabelecem no mercado de trabalho e nas organizações (OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Com isso, as empresas que são administradas pelo modo empreendedor proporcionam uma cultura organizacional que estimula os alunos a gerarem ideias e a participarem de outras atividades que possam produzir um resultado mais criativo (HISRICH; PETERS; SHEPHERD, 2009).

Lautenschlager (2009) identificou diversas possibilidades de aprendizado dentro das EJs como a liberdade de atuação; o incentivo à mudança e busca do conhecimento; a oportunidade de aprender com o erro; aprender novas técnicas; atividades similares àquelas quando da atuação no mercado; o contato com outras EJs/ membros; e abordagem de conteúdo que não existe na universidade.

Por isto, o tema EJ deve estar relacionado com a Educação Empreendedora. Este conceito tem o propósito de preparar os futuros empreendedores para os desafios pertinentes à abertura, ao crescimento e à sustentabilidade dos empreendimentos. (ELMUTI *et al.*, 2012; BAGHERI; PIHIE, 2009; SAES; PITA, 2007). Além disso, a educação empreendedora tem como propósito incentivar e criar o ambiente necessário para o desenvolvimento dos comportamentos e das capacidades que irão auxiliar os acadêmicos, tanto como futuros empreendedores quanto em qualquer organização (RAMAYAH; AHMAD; FEI, 2012).

Autores como Kuratko (2006) têm pesquisado sobre “o que” e “como” ensinar de maneira efetiva e fomentar o desenvolvimento das capacidades e habilidades empreendedoras, bem como a apreensão de conhecimentos. Alguns exemplos de conteúdos mais utilizados pelas IES são a exploração de oportunidades de mercado; a viabilidade de negócios; o plano de negócios e a inovação são as principais formas que as IES possuem em seus currículos (EIMUTI *et al.*, 2012). Todavia, a principal discussão está nos métodos de ensino que deveriam ir além de exposições teóricas e técnicas sobre como criar os planos de negócio e realizar análises ambientais de viabilidade de empreendimentos.

Para Elmuit *et al.* (2012), Bargheri e Pihie (2009) Saes e Pita, (2007) é necessário um ensino onde a prática seja o foco das atenções, com a inclusão de casos reais, com a interação e reflexão em grupo, saindo do ensino típico voltado para a conversa unidirecional. Ramayah *et al.* (2012) pesquisaram o impacto da experiência prévia no comportamento empreendedor de estudantes universitários. Inicialmente descobriram que os estudantes que não tiveram envolvimento com programas de educação empreendedora tendiam a ter uma percepção de obstáculos maior do que aqueles que já tiveram algum envolvimento com educação empreendedora. Por outro lado, jovens estudantes que já tiveram alguma experiência empreendedora prévia e que participaram de cursos ou treinamentos sobre empreendedorismo apresentaram um maior aprimoramento de todas as demais características empreendedoras em estudo (RAMAYAH; AHMAD; FEI, 2012).

Dentro deste contexto, percebe-se que as instituições de ensino superior são uma grande aliada no incentivo ao desenvolvimento e aprimoramento das características empreendedoras, por meio das oportunidades que o ambiente universitário proporciona: aprendizado experimental, aprendizado a partir da interação social e o reconhecimento de oportunidades de negócios (BAGHERI; PIHIE, 2009). Destacam-se dos três aspectos anteriores, a interação social e o seu papel na formação e aprimoramento do comportamento empreendedor a partir da troca de conhecimentos e experiências, criação e reconhecimento de oportunidades (BAGHERI; PIHIE, 2009).

Apesar de sua relevância, as EJs constituem um espaço de aprendizagem pouco explorado pelas Instituições de Ensino Superior (IES) e necessitam ser revitalizados, tendo em vista os benefícios que outorgam para todos os atores envolvidos (ANDRADE, 2009). Esta problemática teórica reflete a situação empírica vivenciada pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul: até o momento (outubro de 2019) não existem empresas Juniores formalizadas nesta IES.

Somado a isto, um dos principais problemas observados pelo corpo docente do curso de Administração da UERGS (Unidade em Tapes – RS) foi a escassez de oportunidades de colocação no mercado profissional no contexto local. Uma das consequências é que uma parcela considerável dos alunos não possui experiência profissional. Por outro lado, os professores do curso observam que os alunos de administração que atuam no mercado de trabalho conseguem relacionar mais facilmente as teorias discutidas em sala de aula com as situações e com os contextos das organizações em que laboram.

Pensando em criar um espaço de atuação e de desenvolvimento de habilidades profissionais relevantes para os acadêmicos, foi realizado o projeto de extensão “Incentivo para a Implantação da Empresa Júnior do Curso de Administração”. O objetivo geral do projeto foi fornecer a vivência prática aos discentes do curso de graduação em Administração na prestação de serviços, assessoria e consultoria nas empresas, indústrias, propriedades rurais e agroindustriais do município de Tapes e na região do Corede Sul e Centro-Sul do Rio Grande do Sul. Seus objetivos específicos foram: estimular o perfil empreendedor entre a comunidade universitária; divulgar a empresa júnior para a comunidade externa; prestar assessoria na área de administração para empresas, indústrias, propriedades rurais e agroindústrias do município de Tapes na região do Corede Sul e Centro-Sul do Rio Grande do Sul; e incentivar a criação de uma empresa júnior na UERGS Unidade em Tapes.

Dessa forma, este projeto de extensão com viés empreendedor justifica-se por ser benéfico para três públicos distintos. Inicialmente, o projeto proporciona aos alunos do curso de graduação em Administração a experiência prática do que foi estudado dentro do ambiente acadêmico. De acordo com Dalmoro *et al.* (2008) a Empresa Júnior possibilita aos seus membros a identificação de falhas e oportunidades no mercado de trabalho antes mesmo de fazerem parte dele. Assim, os alunos terão uma melhor qualificação profissional ao desenvolverem as atitudes, habilidades e competências empreendedoras.

Outro público beneficiado é a comunidade externa, tendo em vista o aprimoramento das práticas de gestão das empresas, das propriedades rurais e das agroindústrias atendidas pelo projeto.

O terceiro público atendido compreende a própria Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, pois este projeto contribui com a implementação do Objetivo 4 (Desenvolvimento da Extensão Comunitária), Ação 7 (apoiar a criação de empresas

júniors e fomento do empreendedorismo) que consta em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2017- 2021). Portanto, este projeto justifica-se ao estimular uma interação entre discentes e a intervenção social, contribuindo para a implementação de ações institucionais estratégicas da UERGS.

Além disso, outros cursos de graduação da UERGS demonstraram interesse em replicar este projeto em suas Unidades. Portanto, o projeto está alinhado com as políticas de extensão da UERGS ao promover a interação entre a instituição e a comunidade, integrando as artes e à ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social, visto que toda a atividade de extensão acadêmica pressupõe uma ação com o público externo.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho é caracterizado como um projeto de extensão realizado em 2018. O público-alvo foram os discentes participantes do projeto, e as empresas que foram visitadas. As técnicas utilizadas para implementar o projeto foram a realização de palestras sobre Empreendedorismo aos alunos do curso de administração (primeira etapa do projeto) e visitas às empresas da região, bem como a realização de consultoria (segunda etapa). O projeto contou com o auxílio de uma bolsista, discente do 3º semestre do curso de administração e, posteriormente contou com a contribuição de uma aluna voluntária (acadêmica do 1º semestre do curso de administração), ambas sob a supervisão do docente coordenador do projeto.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

A primeira etapa do projeto consistia em incentivar os discentes a se interessarem em fazer parte de uma Empresa Júnior. Para atingir este objetivo foi realizado um ciclo de palestras realizadas no período de maio e junho de 2018, com os seguintes temas: “O que é uma Empresa Júnior? Como Criar?”; “A Empresa Júnior e a formação do empreendedorismo”; “Como vender um projeto sendo um empresário Júnior”; “Técnicas de divulgação da Empresa Júnior”; “Gestão de equipes”. Todas as palestras foram realizadas por membros da Federação das Empresas Juniores do Estado do Rio Grande do Sul (FEJERS).

A primeira palestra realizada, de maneira geral relatou quais passos são necessários para criação de uma Empresa Júnior tais como, delegação de cargos, criação de estatuto, professor orientador, abertura de um CNPJ, obtenção de uma sala para atendimento aos clientes e para reunião de equipe. Salientando a importância de delegar os cargos de acordo com o potencial de cada aluno, e de que o trabalho em equipe é que leva uma empresa ao sucesso na hora de vender e executar os projetos de consultorias.

A segunda palestra teve como propósito ensinar os discentes participantes a como vender projetos de consultoria para as empresas. Foram disseminadas técnicas na hora de abordar os proprietários e gerentes para fechar um contrato. Para tornar mais visíveis as explicações, foi realizada uma dinâmica onde metade dos discentes iriam representar vendedores de projetos de um EJ e a outra metade por empresários, através de um telefonema o projeto deveria ser vendido.

A terceira e última palestra abordou um assunto de extrema importância para o desenvolvimento de uma EJ: como trabalhar em equipe. Para enfatizar bem como funciona um trabalho em equipe, o palestrante dividiu os discentes em três grupos onde em cinco minutos deveriam fazer o máximo possível de aviõezinhos de papel,

para depois um representante de cada grupo ir lançá-los e ver até onde eles alcançariam. Realizada a primeira etapa da dinâmica, os aviõezinhos que não conseguiram voar deveriam ser arrumados pela equipe para serem lançados novamente. Após o segundo e último lançamento foi somado o número de aviõezinhos que conseguiram voar de cada grupo, e partir dali se procurou saber qual grupo obteve o maior número voo no primeiro e segundo lançamento.

Após o ciclo de palestras, um grupo de discentes do curso se interessou em participar do Projeto de Extensão. Como não havia projetos comercializados, nem trabalho a ser desenvolvido, optou-se por realizar um processo seletivo para a escolha de uma bolsista voluntária para o cargo de venda de projetos e consultorias. Este processo seletivo contou com a participação do professor orientador do projeto, a bolsista e uma psicóloga. O processo foi realizado no mês de julho de 2018, e se dividiu em três etapas: uma entrevista individual com cada um dos interessados ao cargo; uma dinâmica em grupo; e uma atividade individual onde cada participante teve que mostrar suas habilidades de convencimento e técnicas de vendas para vender um produto para o orientador do projeto. Após todas as etapas serem realizadas, o resultado foi divulgado com a escolha de uma aluna voluntária.

Dessa forma, a segunda etapa do projeto foi realizada com o auxílio desta aluna voluntária. O objetivo era realizar a comercialização de projetos através de visitas às empresas da região. Foram elaborados crachás e cartões de visitas para identificação das bolsistas e do objetivo do projeto.

A primeira empresa visitada foi realizada no mês de agosto de 2018 em uma academia no município de Sentinela do Sul (cidade próxima a Tapes). As duas integrantes do projeto relatam que tiveram um pouco de dificuldade em convencer o empresário a acreditar no potencial da prestação de serviços de consultoria. Durante a conversa, através de algumas perguntas estruturadas para conduzir a entrevista, vários apontamentos foram salientando que os serviços a serem oferecidos com o projeto representavam benefícios para empresa. De acordo com o coordenador do projeto, as técnicas de comercialização que haviam sido apresentadas na palestra “Como vender um projeto sendo um Empresário Júnior?” foram muito úteis nesta primeira reunião com um empresário.

Assim, com muita habilidade de argumentação o empresário aceitou em receber a consultoria do projeto para a realização de uma pesquisa de satisfação com os clientes da sua Academia. Esta pesquisa de satisfação foi realizada nos meses de setembro e outubro de 2018. Segundo o relato das integrantes do projeto de extensão, “foi uma pesquisa bem trabalhosa devido a nossa falta de experiência, mas conseguimos entregar o relatório no prazo”. As integrantes do projeto relatam que elaboraram uma apresentação e, também, foi entregue um relatório impresso para o empresário no dia quinze de outubro de 2018.

Foi considerado pelas integrantes que “O mais relevante para nós era a oportunidade de executar uma consultoria. Podemos ressaltar o quão válida foi essa experiência de se planejar, negociar, executar e trabalhar em equipe, tendo em vista, que o valor cobrado foi revertido para os custos de passagens de deslocamento, e a impressão do projeto. Colocamos em prática a teoria que aprendemos em sala de aula e com isso deixamos o contratante satisfeito”.

No mês de novembro de 2018, as integrantes visitaram nove empresas do município de Tapes, porém não obtiveram muito sucesso visto que já era final de ano e os empresários explicaram que não era vantajoso naquele momento já que seu orçamento estava fechado, além das bolsistas passarem uma imagem

de inexperiência por serem jovens demais para prestar este tipo de serviço. Muitas destas empresas estavam tendo seu primeiro contato com este tipo de serviço oferecido por uma EJ e mostraram receio em aderir à ideia. Além disso, foi realizada uma visita em um jornal virtual da cidade para apresentar o projeto e aumentar a sua visibilidade no contexto local.

Uma das últimas ações foi uma reunião entre as integrantes do projeto com o prefeito do município de Tapes. O prefeito ficou muito interessado e demonstrou apoio para a instalação de uma Empresa Júnior no município de Tapes.

De uma forma geral, o principal impacto social do projeto foi o fato das bolsistas auxiliarem a academia em colocar em prática vários apontamentos de melhorias. Ou seja, foram sugeridas uma lista de ações gerenciais ao empresário como principal resultado da pesquisa de satisfação. Para o encerramento do projeto ano 2018, foi realizada uma reunião pós-consultoria, onde a diretoria foi chamada e o empreendedor relatou que colocou em prática algumas das propostas sugeridas no relatório, como reunião com seus funcionários, pintura interna no estabelecimento, maior utilização das mídias sociais para divulgação da academia e a oferta de novas modalidades de serviços para seus clientes. Com as mudanças adotadas o empresário percebeu muitos efeitos positivos na empresa. Ou seja, o empreendedor tomou decisões e aprimorou os serviços prestados pela academia. Dessa forma, beneficiou o público que frequenta a academia. Gerando assim, uma oportunidade de implantação nas demais empresas e órgãos públicos para melhoria de serviço e divulgação adequada de atividades para todos os tipos de público.

Esta prestação de serviço contribuiu na formação das estudantes envolvidas ao incentivar o espírito empreendedor; ao desenvolvimento de habilidades como trabalho em equipe, comprometimento, amadurecimento profissional e proatividade.

O projeto continuou no ano de 2019. Atualmente o grupo possui nove integrantes (um bolsista e oito discentes voluntários). A EJ já possui um nome (Eficácia Jr), uma identidade visual, páginas em redes sociais e número de telefone celular. O grupo está estruturando os setores, os cargos, as funções e as responsabilidades de cada integrante. Além disso, uma lista de serviços a serem prestados pela EJ está sendo elaborada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com base na descrição das atividades realizadas durante o projeto, pode-se afirmar que os objetivos estabelecidos foram atingidos, pois o projeto estimulou o perfil empreendedor entre a comunidade universitária; divulgou a empresa júnior para a comunidade externa; prestou assessoria na área de administração para uma academia; incentivar a criação de uma empresa júnior na UERGS Unidade em Tapes.

É possível concluir que projetos de extensão como esse, que incentivam o empreendedorismo, são essenciais na vida acadêmica de qualquer discente, pois estimula o desenvolvimento de habilidades e contribui até mesmo para a entrada no mercado de trabalho. Além disso, proporciona uma vivência prática do conteúdo estudado em sala de aula sem precisar esperar estar formado para colocar em prática estes conhecimentos. A EJ fornece a oportunidade do discente para tomar decisões, para trabalhar em equipe e para ser mais proativo. Isto gera nele o intuito de mudar situações, de contribuir para que a sociedade seja melhor e mais empreendedora, trazendo benefícios também para a comunidade de uma maneira geral, tais como melhoria dos serviços ofertados, melhoria nas condições de trabalho e alcance



de novos clientes, visto que busca contribuir para uma melhoria nos serviços prestados pelas empresas locais.

Um dos maiores desafios enfrentados pelas integrantes foi no momento de abordar os empresários, onde muitos deles se diziam ocupados. Outra percepção foi que alguns empresários possuem uma espécie de “preconceito” pelo fato dos integrantes serem estudantes de graduação. Segundo o relato das alunas “*antes mesmo de os empresários darem a oportunidade de conversarmos, achavam que não sabíamos o suficiente para solucionar o possível problema da empresa. Desta forma tínhamos mais um fator para superarmos a desmotivação de não estarmos conseguindo vender projetos para mais empresas*”. Além disso, é notório que o projeto seria muito relevante para a região.

No entanto, a proposta de uma EJ ainda é algo que precisa ser mais divulgado, para que possa receber assim incentivos públicos e parcerias para que o Movimento Empresa Júnior tenha maior repercussão e gere maior interesse por parte dos empresários. Esses desafios e iniciativas devem prosseguir, pois com base nessa e tantas outras experiências certamente renderá muitos outros aprendizados e resultados positivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecimento especial a Pró Reitoria de Extensão da UERGS que através do Edital PROBEX/2018 UERGS que financiou este projeto com uma bolsa de extensão.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, A. R. O Curso de Administração, a Empresa Junior e a Formação de Consultores de Organização. In: VI SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. **Anais**. Rio de Janeiro, 2009.

BAGHERI, A; PIHIE, Z. A. L. An Exploratory Study of Entrepreneurial Leadership Development of University Students. **European Journal of Social Sciences**, v. 11, n. 1, p. 177-190, 2009.

ELMUTI, D; KHOURY, G; OMRAN, O. Does entrepreneurship education have a role in developing entrepreneurial skills and ventures effectiveness? **Journal of Entrepreneurship Education**, v. 15, p. 83-98, 2012.

DALMORO, M., TRINDADE, L. L., VISENTINI, M. S., LOBLER, M. L. As Empresas Juniores como Fomentadoras do Espírito Empreendedor em Instituições de Ensino Superior. In: XXV SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 2008, Brasília. **Anais**. Brasília: **ANPAD**, 2008.

FEITOSA, M. J. S.; FIRMO, L. A. Bases do Comprometimento Organizacional em Empresas Juniores: um Estudo na A.C.E Consultoria e na Prospect Empresa Júnior. **VII ENEO**, 2012.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P.; SHEPHERD, D. A. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LAUTENSCHLAGER, F. B. **Percepção dos Graduandos sobre o Desenvolvimento de Competências em uma Empresa Júnior de Psicologia**. 2009. 110f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

MORETTO NETO, L. *et al.* (Org.). **Empresa Júnior: espaço de aprendizagem**. Florianópolis: Pallotti, 2004.

OLIVEIRA, F. C. *et al.* Importância da Empresa Júnior para o desenvolvimento profissional dos universitários. **XIX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas**, 2009.

RAMAYAH, T.; AHMAD, N. H; FEI, T. H. C. Entrepreneur education: does prior experience matter? **Journal of Entrepreneurship Education**, v. 15, p. 65-81, 2012.

SAES, D. X; PITA, F. H. S. Empreendedorismo no ensino superior: uma abordagem teórica. **Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais**, v. 4, n. 2, p. 33-41, 2007.

ZILLOTTO, D. M., BERTI, A. R; A aprendizagem do aluno inserido em Empresa Júnior. **Conexão UEPG**. Feevale. Novo Hamburgo, p. 210-217, 2012.

## ARTIGO 31

### GRUPO DELÍCIAS SOLIDÁRIAS: UM PROCESSO DE INCUBAÇÃO

Área temática: Trabalho

Lucia Regina Nobre<sup>†</sup>; Inácio Puntel dos Passos<sup>\*\*</sup>; Maria Cristina Hentsch de Azevedo<sup>\*\*\*</sup>;  
Maria Angélica Machado Braga<sup>\*\*\*\*</sup>; Dóris Back Perius<sup>\*\*\*\*\*</sup>;  
Maria Cristina Chaves Pires<sup>\*\*\*\*\*</sup>



---

\* Coordenadora da ação de extensão, Técnica Administrativa em Educação, Mestre em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

\*\* Aluno do curso de Psicologia – FURG.

\*\*\* Servidora Técnico Administrativa em Educação – FURG

\*\*\*\* Aluna do curso Letras Português-Francês – FURG

\*\*\*\*\* Aluna do curso Tecnólogo em Gestão Ambiental – FURG.

\*\*\*\*\* Aluna do curso de Geografia Licenciatura – FURG.

## **GRUPO DELÍCIAS SOLIDÁRIAS: UM PROCESSO DE INCUBAÇÃO**

Lucia Regina Nobre; Inácio Puntel dos Passos; Maria Cristina Hentsch de Azevedo;  
Maria Angélica Machado Braga; Dóris Back Perius; Maria Cristina Chaves Pires

### **RESUMO**

O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE, teve sua origem em 1994 com o trabalho comunitário, desde então realiza projetos que viabilizem empreendimentos da Economia Popular Solidária. Geralmente as atividades se desenvolvem junto aos grupos excluídos do mercado formal de trabalho, atualmente em cinco áreas: gastronomia, reciclagem, pesca artesanal, artesanato e agricultura familiar. O grupo da área de gastronomia o qual apresentamos neste artigo é o Grupo Delícias Solidárias, tendo sua sede no Campus Carreiros da FURG e composto, atualmente por seis mulheres, entre 30 e 45 anos de idade, que tem na atividade coletiva sua única ou principal fonte de renda familiar. O impacto das experiências coletivas afeta tanto quem está inserido nos empreendimentos econômicos solidários como aqueles que com eles se relacionam, neste contexto o diálogo entre universidade e trabalhadores proporciona a troca de saberes e a integração entre o saber científico e o saber popular contribuindo para a construção de um novo modelo de desenvolvimento e na busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

**Palavras-chave:** Economia Popular Solidária; NUDESE; Delícias Solidárias.

### **INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico – NUDESE, teve sua gênese em 1994 com o trabalho comunitário, mas apenas em 2003 foi reconhecido institucionalmente como uma unidade da antiga Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), desde então realiza projetos que viabilizem empreendimentos de base popular. Atualmente desenvolve suas atividades em cinco áreas: gastronomia (Grupo Delícias Solidárias e Mãos na Massa), reciclagem (Cooperativa de Reciclagem e Defesa do Meio Ambiente Santa Rita), pesca artesanal (Associação de Pescadores da Vila São Miguel – APESMI e Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Profissionais Artesanais da Vila São Miguel – COOPESMI), agricultura familiar (grupo ECONORTE e atividades do Núcleo de Consumo Responsável) e na área de artesanato (Rede de Artesanato). Estes grupos, empreendimentos econômicos solidários, assessorados pelo NUDESE vêm vivenciando práticas e princípios da Economia Popular Solidária.

Neste contexto o projeto tem como foco a formação continuada dos trabalhadores buscando fortalecer tais empreendimentos, através da qualificação da produção e da comercialização. Atualmente consolidam-se novas formas de organização coletiva de trabalho e geração de renda. Tais experiências são disseminadas nos diversos espaços urbanos e rurais, através de cooperativas, associações e grupos informais. São empreendimentos econômicos solidários, que nascem de uma atitude crítica frente ao sistema hegemônico e orientam-se por valores não mercantis como a solidariedade, a democracia e a autonomia.

Segundo Kraychete e Aguiar (2007), um importante espaço de informação dos empreendimentos em âmbito nacional foi realizado pela antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que traçou um diagnóstico, identificando quase 15.000 empreendimentos em 2.274 municípios, envolvendo mais de 1,2 milhões de pessoas. Os empreendimentos estão organizados sob a forma de associação (54%), e cooperativas (11%) e grupos informais (33%), e apenas 1% dos empreendimentos citam recuperação de trabalhadores oriundos de empresas falidas.

Diante do exposto percebemos a necessidade de estar refletindo através de propostas de projetos de extensão, numa relação concreta entre Universidade e comunidade, para que, possibilite um diálogo sobre a práxis que vem fundamentando tais grupos, a se organizarem de forma coletiva. Sabemos que as discussões teóricas sobre o tema “Economia Popular Solidária”, surgiram de forma recente na academia, este projeto entre outras atividades busca disseminar o conhecimento que parte das experiências vivenciadas por homens, mulheres e suas famílias, que se encontram fora do mercado de trabalho devido à crise estrutural. Tal crise serve para a manutenção das profundas desigualdades, como o espectro da destruição de postos de trabalho – síndrome do desemprego estrutural – precarização (flexibilização) do trabalho, vinculadas a abolição dos direitos sociais, duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Este processo dá-se pela conjunção da globalização excludente, que implica o desenvolvimento desigual e pelo monopólio privado da ciência e tecnologia. A globalização, como mostram vários estudos, na forma que se explica atualmente é, sobretudo, a ruptura das fronteiras dos mercados nacionais pela ferrenha competição na realização (venda) das mercadorias que condensam trabalho social explorado (capital-mercadoria), pela hegemonia do capital financeiro. Neste sentido, diferentemente da lógica de acumulação do capital, a Economia Popular Solidária se caracteriza pela lógica de “reprodução ampliada da vida” (CORAGGIO, 1992). Pertencendo ao setor formal ou informal da economia, legalizados ou não, caracterizando-se como unidades familiares ou como um agrupamento de donas-de-casa, operários, o que permite identificar a natureza da economia popular solidária são exatamente os seus setores, que sem dúvida são oriundos das classes populares. Singer (2002) acredita que a economia popular solidária só se torna viável com alguns pré-requisitos: formação profissional e aperfeiçoamento continuado de seus integrantes, concessão de créditos através de um “banco do povo” e com a disseminação de comércios justos.

Neste sentido que o NUDESE vem trabalhando junto ao empreendimento Delícias Solidárias, buscando que este coletivo atinja sua autogestão, senão plena por vivermos no sistema capital, mas que façam a autogestão do empreendimento de forma autônoma dentro dos limites impostos pelo sistema.

O projeto tem como objetivo geral fortalecer o desenvolvimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários, através da qualificação da produção, comercialização e formação continuada. E como objetivos específicos: 1) prestar assessoria, apoio técnico, bem como o acompanhamento sistemático aos empreendimentos atendidos pelo projeto; 2) envolver os acadêmicos em vivências que permitam articular o ensino, pesquisa e extensão; 3) capacitar os Empreendimentos Econômicos Solidários nas áreas específicas de suas atuações; 4) capacitar os Empreendimentos Econômicos Solidários na área de gestão; 5) potencializar a comercialização, possibilitando espaços no interior do Campus ou viabilizando outros espaços; e 6) realizar a divulgação do trabalho produzido para assim articular os resultados tendo como premissa o conhecimento científico e popular.

## METODOLOGIA

A Educação Popular surge como uma das perspectivas pedagógicas com o objetivo de viabilizar uma educação que busca uma prática politizada das pessoas de modo geral. Essa prática se constitui numa ação educativa voltada para o povo, por uma ação dialogal, comprometida, participante, crítica, conscientizadora, ou seja, uma educação libertadora. Na perspectiva desta ação educativa se utiliza os termos de conscientização e do conhecimento que estão intrinsecamente ligados ao tema da libertação que se define através de um processo de aproximação crítica da realidade (GRACIANI, 2005).

A conscientização, por sua vez, supõe a tomada de consciência e se completa na ação transformadora da realidade. A aproximação do conhecimento existente não significa apenas aquisição de informações relativas ao conteúdo de várias áreas do saber, mas o conhecimento da realidade histórica concreta na qual os seres humanos se encontram. A partir disso, a Educação Popular, busca através de uma prática político-pedagógica viabilizar uma mudança nas condições sociais, econômicas e ambientais da realidade atual em que nos encontramos, baseadas no sectarismo, no individualismo, na competição exacerbada e na desigualdade.

A Educação Popular utiliza como metodologia uma ação que se fundamenta num processo de construção de conhecimentos que se apropria criticamente da realidade para poder transformá-la, viabilizando uma prática que desvele a criação e recriação do conhecimento, partindo de práticas, teorizando sobre ela e voltando à prática para transformá-la, ou seja, parte do concreto, num movimento reflexivo crítico e sistematizador, ação/reflexão/ação, método freiriano. Percebemos através da prática, que não basta somente uma ação de intervenção na realidade das pessoas, temos que entender a extensão como um processo educativo que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que torna viável a relação entre universidade e sociedade.

Segundo Dubeux (2007) a extensão não é apenas a principal ferramenta deste processo dialético entre teoria e prática, mas é também um trabalho interdisciplinar que favorece uma visão integrada do social no interior da universidade. Visão esta que nos provoca ao constante movimento do ato de “conhecer”. Movimento este que implica em invenção e reinvenção crítica desse ato; ação que para Freire (2005) propõe-se ao movimento de reflexão crítica e que representa o fazer saber reflexivo da ação. Saber que realimenta criticamente o fazer, cujo resultado incide novamente sobre o saber e, assim, ambos se refazem continuamente.

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do sujeito, transformado em objeto, que recebe dócil e passivamente [...] o conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante [...] reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato de conhecer [...] e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 2005, p.27). Isso significa que a práxis educativa a qual se propõe este projeto implica em um movimento dialético que busca superar o ato mecânico, irreflexivo do ato de “fazer”, visto que vai a reflexão sobre ela e desta para uma nova ação gerando dessa forma um novo saber.

De modo mais concreto, tanto a busca constante pelo ato de “conhecer”, a indagação da ação do “que fazer”, como o movimento de “tecer saberes” se explica na luta por um mundo mais humanizado que, converge para uma ação cultural libertadora ou uma revolução cultural; fundamentada na radicalidade dialógica expressa na vivência de saberes, tais como: “a união dos diferentes para lutar contra

os antagônicos, na organização dos oprimidos, na síntese cultural, e na elaboração de todos os que sonham com uma sociedade mais humanizada”. Ponderações que devem permear toda a ação de intervenção que se propõe a uma concepção de educação transformadora; reflexões que contribuem e se entrelaçam com a gênese que constitui o NUDESE e com os princípios norteadores da Economia Popular Solidária, pilar dessa proposta.

Diante disso, temos alguns passos norteadores que configuraram o nosso método na formação deste coletivo de trabalho. A metodologia do Núcleo se dá através das seguintes etapas: sensibilização, formação e acompanhamento sistemático. Na etapa de sensibilização é feita a motivação para o trabalho cooperado e realizado o diagnóstico (Diagnóstico Rápido e Participativo – DRP) onde são verificadas as dificuldades enfrentadas pelo grupo, a partir do levantamento de demandas de forma participativa. Após o diagnóstico passamos para a formação em Educação Popular e Economia Popular Solidária, além dos processos formativos técnicos e na área de gestão.

Durante todas as etapas é executado, também, o acompanhamento sistemático, fator fundamental para o fomento e continuidade da proposta da Economia Popular Solidária. O acompanhamento sistemático e a utilização do método ação-reflexão-ação permitiram ao NUDESE consolidar a sua metodologia de incubação. Esse acompanhamento é permanente, com a presença de um agente/consultor diretamente no local de trabalho dos empreendimentos econômicos solidários.

Para o início da atividade do projeto contou-se com equipamentos e materiais que o NUDESE possuía e estes qualificaram a produção. Paralelamente foi realizado o acompanhamento sistemático de forma a vivenciar a realidade do empreendimento, proporcionando a troca de saberes entre a comunidade e a Universidade.

Além disso, a cada momento são proporcionadas discussões que oportunizam melhorar a produção, comercialização e divulgação. São também realizadas as sistematizações e discussões de experiências teórico práticas, possibilitando melhor interação dos acadêmicos com o grupo e contemplando a metodologia aplicada.

## **DESENVOLVIMENTO E PROCESSOS AVALIATIVOS**

O grupo Delícias Solidárias é da área de gastronomia, tendo sua sede no Campus Carreiros da FURG e composto, atualmente, por seis mulheres entre 30 e 45 anos de idade e que tem nesta atividade coletiva, a única ou principal fonte de renda da família.

O grupo não funciona como associação ou cooperativa, mas como um sistema híbrido, constituído por uma organização de interesses coletivos, onde todas componentes precisam ser cadastradas como MEI – Microempreendedor Individual, porque isso permite a legalização para talonário fiscal e as deixam amparadas no âmbito previdenciário.

Atualmente, o grupo possui dois pontos fixos de comercialização no Campus Carreiros: o Quiosque, denominado Café Cultural (Figura 1) e, mais recentemente, um espaço no Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro – CIDEC Sul. Também comercializa na Plataforma Cirandas do Armazém da Economia Popular Solidária, e, eventualmente, realiza *coffee break* ou produz alimentos para algum evento na Universidade como, por exemplo, as Feiras do Livro, tendo sido esta última o principal espaço de divulgação, onde atuam desde 2015 oferecendo alimentação a todo o público da feira.

A participação nestes eventos propiciou o crescimento, o que trouxe como resultado o impacto na renda destas mulheres, permitindo investimentos em pequenos equipamentos e uma certa estabilidade econômica.

**Figura 1 – Café Cultural**



Fonte: Arquivos do NUDESE (2018)

No contexto da Economia Popular Solidária o grupo inicia em 2019, a transição de sua produção convencional à produção agroecológica, usando produtos orgânicos oriundos de cooperativas e agricultores com certificação, promovendo o consumo de alimentos livres de agrotóxicos. A substituição dos insumos do sistema convencional para o orgânico constitui um processo de transição gradual, com a perspectiva de uma utilização cada vez mais acentuada, visando garantir um produto de maior qualidade para os consumidores.

Após cinco anos do início do processo de incubação verificou-se que as integrantes do Grupo Delícias Solidárias conseguem autogerir o empreendimento, ficando responsáveis pela administração e controle da produção, cabendo ao NUDESE o papel de mediador dentro do grupo, possibilitando um processo de educação diferenciado.

Tais resultados têm servido de modelo a outros empreendimentos e a estudos acadêmicos para a produção em Empreendimentos Econômicos Solidários.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A consolidação e crescimento do grupo Delícias Solidárias é a comprovação que é possível praticar outra forma de economia, através da vivência de saberes, experiências e práticas dentro das perspectivas da educação popular. A Economia Popular Solidária implica um movimento de reflexão crítica que possibilita qualificar e formar grupos, associações e organizações populares na união daqueles que sonham com uma sociedade mais humana e justa.

As atividades da Economia Popular Solidária se desenvolvem geralmente junto aos excluídos do mercado de trabalho formal, impulsionam a geração de trabalho e renda, contribuem no combate à exclusão social e a pobreza nas comunidades, valorizam a diversidade e cuidam da relação entre o ser humano e o meio ambiente, oferecendo uma alternativa de desenvolvimento econômico por meio da construção social.

O impacto destas experiências coletivas afeta tanto quem está inserido em um empreendimento econômico solidário como aqueles que se relacionam de alguma forma com os integrantes de grupos como o Delícias Solidárias.



Neste contexto o diálogo entre universidade e trabalhadores proporciona a troca de saberes e a integração entre o saber científico e o saber popular, resultando em valiosas experiências formativas para os estudantes envolvidos, contribuindo na alteração do modelo de desenvolvimento vigente e no sonho pela materialização de um novo projeto de sociedade.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao apoio: PDE/FURG 2019.

## **REFERÊNCIAS**

CORAGGIO, José Luís. Economía e Educación em América Latina (notas para una agenda de los 90). Trabalho apresentado na primeira reunião do Grupo de Trabalho de Educação Popular e Economía. Santiago. **CEAAL**. 1992. 64 p. Disponível em: [https://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_e.htm](https://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_e.htm). Acesso em: 21 de jun. 2019.

DUBEUX, Ana. O papel das Universidades na construção da economia solidária no Brasil. **Proposta**. Revista trimestral de Debate da Fase, Rio de Janeiro, v. 31, n. 111, p. 05-15, 2007. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2007/03/proposta-111-final.pdf>. Acesso em: 13 de jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRACIANI, Maria Stela. **Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida**. 5. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2005.

KRAYCHETE, Gabriel.; AGUIAR, Katia (Org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. 1. Ed. São Leopoldo: Oikos, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

**EDITORA E GRÁFICA DA FURG**  
**CÂMPUSCARREIROS**  
**CEP 96203 900**  
**editora@furg.br**

ISBN 978-65-5754-043-5



9 786557 540435